

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Ana Cristina Consalter Amôr

**ENQUADRAMENTOS JORNALÍSTICOS DAS MANIFESTAÇÕES DE
PROTESTO DE JUNHO DE 2013**

Bauru

2016

Ana Cristina Consalter Amôr

**ENQUADRAMENTOS JORNALÍSTICOS DAS MANIFESTAÇÕES DE
PROTESTO DE JUNHO DE 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, área de concentração Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Murilo Cesar Soares.

Bauru

2016

Amor, Ana Cristina Consalter.
Enquadramentos jornalísticos das manifestações de protesto de junho de 2013 / Ana Cristina Consalter Amôr, 2016.
205 f.

Orientador: Murilo Cesar Soares

Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação Bauru, 2016

1. Mídia. 2. Enquadramento. 3. Cidadania. 4. Revistas Semanais. 5. Manifestações populares. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

Ana Cristina Consalter Amôr

**ENQUADRAMENTOS JORNALÍSTICOS DAS MANIFESTAÇÕES DE
PROTESTO DE JUNHO DE 2013**

Área de concentração: Comunicação Midiática

Linha de Pesquisa: Processos midiáticos e práticas socioculturais

Banca Examinadora:

Presidente/Orientador: Prof. Dr. Murilo Cesar Soares

Instituição: Faac/Unesp – Bauru/SP

Titular: Prof. Dr. Danilo Rothberg

Instituição: Faac/Unesp - Bauru/SP

Titular: Prof^a. Dr^a. Rosângela Marçolla

Instituição: Universidade Metodista de São Paulo

Bauru, 20 / Agosto / 2016

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de ANA CRISTINA CONSALTER AMOR, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO.

Aos 23 dias do mês de agosto do ano de 2016, às 14:00 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. MURILO CESAR SOARES - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. DANILO ROTHBERG do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Profª. Drª. ROSANGELA MARÇOLLA do(a) Polo Ead São José do Rio Preto / Universidade Metodista de São Paulo, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE Mestrado de ANA CRISTINA CONSALTER AMOR, intitulada **Enquadramentos jornalísticos das manifestações de protesto de Junho de 2013**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Prof. Dr. MURILO CESAR SOARES


Prof. Dr. DANILO ROTHBERG


Profª. Drª. ROSANGELA MARÇOLLA

“O direito de informar e receber informação constitui o fermento da cidadania, o oxigênio que nutre a vida democrática, convertendo o jornalismo e a democracia em irmãos siameses. Figurando na História da Humanidade como inovação que alterou profundamente a marcha civilizatória,

a Imprensa instaurou a cidadania e criou condições indispensáveis para emergência das sociedades democráticas”.

José Marques de Melo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, em sua engenhosidade biológica, pela dádiva da vida, e consequentemente pela possibilidade de amar, de evoluir, de sonhar, de buscar conhecimento e de transformar. Afinal, só o amor, a arte e a ciência tornam a vida tolerável.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Murilo Cesar Soares, verdadeiro mestre, professor, incentivador, inspiração, modelo e exemplo a ser seguido na missão de ensinar, pela dedicação, pela confiança, pelas críticas, pelo conhecimento e pelos inúmeros ensinamentos compartilhados;

Aos meus pais, Antônio e Rozângela, pelo amor, exemplo, persistência e apoio incondicionais;

Ao meu marido, Leandro José Pirolo Amôr, pela experiência da convivência, da resolução diária de problemas, dificuldades e superação de desafios. Também pela compreensão em minhas ausências;

À minha pequena, Ana Luiza, por sua doçura, por me tornar seu exemplo, pela oportunidade pioneira em ensinar com a razão e com o coração.

À minha amiga Elaine Moraes, sempre solícita, grande incentivadora, também exemplo e inspiração na caminhada acadêmica, pela doçura, disponibilidade e disposição constante em ajudar, somar e transmitir conhecimento.

Aos mestres da graduação e da pós, incentivadores e exemplos de docência, José Carlo Napolitano, Danilo Rothberg, Maximiliano Martin Vicente, Carol Luvizotto, Célio José Losnak, Alexandra Bujokas de Siqueira, Claudio Bertoli, Osvando de Moraes, Roseane Andrelo, Luís Henrique Marques e Sandro Paveloski. Em especial, pelas contribuições na qualificação, Carol Luvizotto e Danilo Rothberg.

À minhas companheiras de caminhada, incentivadoras, confidentes e solícitas, Aline Pádua, Daniele Seridório, Laís Modelli, Neide Carlos, Mariana Cerigatto e é claro, à minha primeira amiga mestranda e companheira de orientação, acriana linda, Emanuely Falqueto.

Aos colegas da Secretaria de Pós-Graduação Silvio Decimone e Helder Gelonezi, que não mediram esforços para me atender em todas as necessidades;

A Capes, pela significativa contribuição ao desenvolvimento desta pesquisa.

E a todos que, indiretamente, contribuíram com esta minha conquista,

Minha gratidão a todos vocês!

AMÔR, A. C. C. **Enquadramentos jornalísticos das manifestações de protesto de junho de 2013**. 215f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bauru, 2016.

RESUMO

Este estudo traz como tema o papel do jornalismo na cobertura das manifestações de protesto de junho de 2013. Trata-se de uma contribuição para a área da comunicação, no que diz respeito à produção de conhecimento sobre os enquadramentos jornalísticos praticados pelas principais revistas brasileiras de informação geral, especialmente na cobertura das manifestações reivindicatórias. Nesse sentido, foi possível identificar e analisar a tônica dos enquadramentos das manifestações de junho em cada uma das revistas *Veja*, *Carta Capital*, *Época* e *IstoÉ*, em relação às razões do movimento, aos manifestantes, às formas de manifestação e às respostas das autoridades. Além de analisar que papel que desempenhou o jornalismo de revista na circulação e significação do conjunto de símbolos no processo de representações sobre manifestações sociais reivindicatórias, buscamos ainda verificar se essas revistas teriam condições de oferecer uma abordagem mais substancial do cenário político. Os resultados obtidos por meio da análise de enquadramento permitem concluir que as revistas *Carta Capital* e *IstoÉ* desempenharam papel importante na cobertura dos protestos porque apresentaram enquadramentos mais positivos, equilibrados e significativos e por isso contribuíram para a legitimação do evento e conseqüentemente para o processo de ampliação e disseminação dos direitos. *Veja* e *Época*, por sua vez, não produziram enquadramentos capazes de legitimar os protestos, não serviram de suporte para os seus direitos e nem para compreensão dos fatos. Continuam a sub-representar as questões de cidadania, as pessoas e suas necessidades.

Palavras-chave: Mídia. Enquadramento. Cidadania. Revistas Semanais. Manifestações populares.

AMÔR, A. C. C. **Framings newspaper of June 2013 protests.** 2016, 215p. Dissertation (Masters in Communication) - Post-Graduation Program in Communication. College of Architecture, Arts and Communication – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bauru, 2016.

ABSTRACT

This study has as its theme the role of journalism in covering the protests of June 2013. This is a contribution to the area of communication, regarding the production of knowledge about journalistic frameworks applied by the main Brazilian magazines general information, especially in the coverage of protests. It was possible to identify and analyze the tone of the framing of the June manifestations in each of the magazines *Veja*, *Carta Capital*, *Época* and *IstoÉ*, in relation to the reasons for the movement, the protesters, the way of manifestation and the authorities' responses. In addition to understanding which role played the magazine journalism in the circulation and significance of the set of symbols in the representations of social events, we seek to further verify if these magazines were able to offer a more substantial approach to the political scenario. The results obtained through the framework analysis concluded that the magazines *Carta Capital* and *IstoÉ* played an important role in covering the protests, because they had more positive frameworks, balanced and meaningful and therefore contributed to the legitimacy of the event and to the enlargement and dissemination of rights. *Veja* and *Época*, in turn, did not produce frameworks able to legitimize the protests, not serving to the support of rights and to the understanding of the facts. They continue to under-represent the citizenship issues, people and their needs.

Keywords: Media. Framework. Citizenship. Weekly magazines. Protests

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1.** Reportagem de *Veja*, da Edição 2327, de 26 de junho, sobre como a revogação do aumento das passagens pode impactar na vida das pessoas, como no cancelamento de investimentos em outras áreas. (*Veja*, 26 de junho de 2013, p. 82).....140
- Figura 2.** Parte da primeira reportagem da revista *Carta Capital* acerca das manifestações pela revogação do aumento das tarifas de transportes. (*Carta Capital*, 19 de junho de 2013, p. 32)..... 148
- Figura 3.** Reportagem de *IstoÉ* sobre como foram os bastidores de Dilma nas principais semanas de manifestação. (*IstoÉ*, 26 de junho de 2013, p. 72)..... 162
- Figura 4.** Reportagem de *Época* sobre o ônus a ser adquirido com a revogação do aumento das passagens. (*Época*, 24 de junho de 2013, p. 85)..... 175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Diretrizes propostas para uma ferramenta conceitual de um sistema de gestão de qualidade aplicado a organizações jornalísticas.....	45
Quadro 2. As categorias de Análise em <i>Veja</i>	123
Quadro 3. As categorias de análise em <i>Carta Capital</i>	140
Quadro 4. As categorias de análise em <i>IstoÉ</i>	148
Quadro 5. As categorias de análise em <i>Época</i>	162

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 2: COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E JORNALISMO	21
2.1 Cidadania	22
2.2 Cidadania e jornalismo (cívico)	26
2.3 Comunicação, compromisso social e qualidade no jornalismo	33
2.4 O Enquadramento	49
2.5 A cobertura de manifestações e o Paradigma de Protesto	57
CAPÍTULO 3: COBERTURA JORNALÍSTICA DE MAGAZINES	68
3.1 Jornalismo magazine: história e características	69
3.2 As características, o texto e a ética no jornalismo em revista	73
3.3 As revistas em questão: perfil descritivo	80
3.3.1 Veja	81
3.3.2 Carta Capital	83
3.3.3 Isto é	85
3.3.4 Época	86
CAPÍTULO 4: AS MANIFESTAÇÕES DE 2013	88
4.1 Os movimentos sociais no Brasil na era global	89
4.2 Os movimentos sociais contemporâneos: quando a cidade se conecta e vai às ruas contestar o poder	95
4.3. As revoltas de junho e suas vozes	97
4.3.1 Histórico e interpretações	100
4.3.2 Características das manifestações e seus personagens: das ruas às redes	104
4.4 O jornalismo e as jornadas de junho: uma revisão bibliográfica	110
CAPÍTULO 5: METODOLOGIA DA PESQUISA – OS ENQUADRAMENTOS PREDOMINANTES	120
5.1 Material, método, forma de análise e resultados	121
5.2 Análise descritiva dos enquadramentos predominantes nas revistas	122

5.2.1 Análise descritiva em <i>Veja</i>	123
5.2.2 Análise descritiva em <i>Carta Capital</i>	140
5.2.3 Análise descritiva em <i>IstoÉ</i>	148
5.2.4 Análise descritiva em <i>Época</i>	162
CAPÍTULO 6: ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS RESULTADOS	176
6.1 Contrastes entre as coberturas jornalísticas das revistas.....	176
CAPÍTULO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	196
ANEXO	206

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende ser uma contribuição para a área da comunicação, no que diz respeito à produção de conhecimento sobre os enquadramentos jornalísticos praticados pelas principais revistas brasileiras de informação geral, especialmente na cobertura das manifestações reivindicatórias.

Este estudo traz como tema o papel do jornalismo na cobertura de movimentos sociais, visto que se trata de uma das principais modalidades de comunicação, exercida através das mais diversas linguagens e dos mais variados suportes técnicos e tem suma importância e responsabilidade nas lutas de cidadania e em sua evolução ao longo do tempo. Como corpus de análise, o trabalho enfoca a cobertura das grandes revistas semanais do Brasil acerca das manifestações que aconteceram nas principais capitais de todo o país durante o mês de junho de 2013.

No ano em questão, o país inteiro foi surpreendido por uma série de manifestações que nasceram da reivindicação contra o aumento da tarifa para trens, ônibus e metrô. Posteriormente essas manifestações expandiram suas pautas e levantaram bandeiras mais difusas e menos pontuais em sua fase final.

Tais manifestações podem ser consideradas as maiores desde as “Diretas Já”¹ e os “Caras pintadas”², e, de uma maneira geral, podem ser pensadas “como parte de novos processos de ação coletiva que vêm se desenhando nas últimas décadas” (SILVA ET AL, 2013, p. 7).

É preciso destacar que um dos elementos de grande importância neste processo de reivindicações é a comunicação social, porque tanto os meios mais tradicionais quanto os meios mais recentes desempenharam papéis importantes, uma vez que serviram de eco para vozes de diversos atores que participaram do evento.

Importância maior se dá ainda ao papel desempenhado pelas mídias em sociedades, cuja evolução é marcada por fragmentação, pela tensão entre o universal e o particular, entre o público e o privado, como é o caso do Brasil. Porque aqui a história é de muitos retrocessos, contradições e desigualdades sociais históricas, principais fatores

¹ “Diretas Já” foi um dos movimentos de maior participação popular na história do Brasil. Com início em 1983, propunha eleições diretas para o cargo de Presidente da República. A campanha ganhou o apoio de alguns partidos e a simpatia da população, que foi às ruas para pedir a volta das eleições diretas.

² O movimento dos “caras pintadas” ficou conhecido no Brasil inteiro durante o início da década de 90 e consistiu em multidões de jovens, em sua maioria, que saíram às ruas de todo o país com os rostos pintados em protesto devido aos acontecimentos dramáticos que vinham abalando o governo do então presidente Fernando Collor de Mello.

da não instituição de direitos. Tal constatação não se daria apenas no campo formal, das leis, mas também na maneira como as relações sociais se estruturam. É o embasamento de Carvalho (2010) e de Telles (2006, p. 38) de que nossa sociedade teria sido instaurada com base nas discriminações, onde o sujeito não reconhece o outro como um sujeito também de interesses e valores válidos.

Parte-se da pressuposição de que uma cobertura inadequada pode atenuar manifestações através do questionamento da sua legitimidade, quando são desqualificadas pela mídia, de tal modo que as Instituições continuariam a perpetuar as fraturas dos problemas sociais.

Para operacionalizar esses objetivos, nosso estudo procurará responder às seguintes questões de pesquisa:

1 - Qual a tônica dos enquadramentos das manifestações de junho em cada uma das revistas, em termos de:

- razões do movimento;
- manifestantes;
- formas de manifestação;
- respostas das autoridades.

2 - Que papel desempenhou o jornalismo de revista na cobertura das manifestações de protesto? Qual é o papel das revistas semanais de informação jornalística na circulação, significação e ressignificação do conjunto de símbolos nas questões sociais, especificamente no processo de representações sobre manifestações sociais reivindicatórias? Essas revistas de informação semanal teriam condições de oferecer uma abordagem mais substancial do cenário político?

A escolha do tema também engloba também duas preferências pessoais: a afinidade com o suporte revista, já analisado em outras pesquisas³ e a necessidade de conhecer quão responsáveis são ou não são os meios noticiosos, em particular as revistas semanais brasileiras, na construção da cidadania, no processo de emancipação dos sujeitos, nos esforços pelo desenvolvimento humano e social e na contribuição para a busca ou retomada de direitos através das mobilizações. Afinal de contas, como afirmou Soares (2012, p.17), há uma busca permanente e contínua por mais direitos ou pelo aperfeiçoamento dos que já existem.

³ “Enquadramentos de Veja e Carta Capital nas eleições de 2006”

“Eleições 2006: enquadramentos de Veja e Carta Capital”

“Enquadramentos jornalísticos das manifestações de junho de 2013: perspectivas sobre o movimento e a liberdade de expressão”

“Enquadramentos jornalísticos das manifestações de junho de 2013: proposições e perspectivas”

“Enquadramentos jornalísticos das manifestações de junho de 2013: ações dos manifestantes” “O perfil dos manifestantes nos enquadramentos jornalísticos das Revoltas de junho de 2013”

Este autor também destacou que numa sociedade tão desigual como a brasileira, “a atuação do jornalismo pelos direitos sociais da cidadania é muito importante”. Daí a necessidade de se pensar, segundo Vicente (2009, p. 77) em analisar quais seriam as representações construídas pelos meios noticiosos acerca da participação social das pessoas e suas necessidades.

E a pretensão de discutir a complexidade de dois temas, mídia e cidadania, a fim de considerar o papel sociopolítico das mídias contemporâneas, do jornalismo, do jornalismo cívico, reiterando a complexidade dos fenômenos sociais da comunicação e da cidadania. Estabelece assim, uma relação que clama por estudos e reflexões sobre o impacto da mídia na sociedade.

No capítulo 2, além desta relação, estudamos também o material produzido pelo Conselho Intergovernamental do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e realizado durante o ano de 2009 pelos pesquisadores da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (RenoI). Este estudo produziu indicadores de qualidade do jornalismo e identificou as principais características de um ambiente de mídia livre, independente e plural. Tal material foi considerado um dos mais completos roteiros de avaliação já produzidos acerca da qualidade das mídias e envolve a contribuição de quatro pesquisadores.

A Teoria do enquadramento, por sua vez, também é tratada neste capítulo, a fim de fundamentar o caminho metodológico da pesquisa.

Por fim o capítulo traz três importantes estudos acerca da relação jornalismo e manifestações sociais: um estudo sobre acontecimento que ficou conhecido como “Batalha de Seattle”, de Thomas McFarlane e Iain Hay, que analisou a cobertura deste evento pelo jornal *The Australian*. O segundo é uma pesquisa mais recente, do coletivo Intervezes, coordenada pelo professor Sivaldo Pereira da Silva, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e da Universidade de Brasília (UnB), que envolveu uma equipe de pesquisadores do Centro de Formação e Extensão em Comunicação, Democracia e Direitos Humanos (Coscentro), que analisou a cobertura das manifestações de 2013 pelos jornais diários O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo. E, finalmente, para a construção de referenciais teóricos futuros sobre o tema acerca dos enquadramentos construídos pelos meios noticiosos, especificamente sobre manifestações, conferimos um termo aprofundado por alguns autores e que merece destaque nesta pesquisa: o paradigma de protesto ou enquadramento de protesto.

O capítulo deixa clara a importância do direito de receber informação e seu vínculo com as questões de cidadania, que, como ilustrou Melo (2008), constitui “o fermento da cidadania, o oxigênio que nutre a vida democrática”, sendo o jornalismo um espaço, um *locus* privilegiado de debate.

No capítulo 3, nos voltamos para nosso objeto de análise, ou seja, para o jornalismo praticado nas revistas, quando nos inteiramos das produções de Medina (1987), Melo (2003), Scalzo (2013), Vilas Boas (1996), Furtado (2013), Schwaab (2013), Brito (2006), Reimão (1996), e ainda caracterizamos o perfil dessas revistas. Nesse capítulo apresentamos dados históricos e editoriais do contexto institucional no qual as revistas *Veja*, *Carta Capital*, *Época* e *IstoÉ* se inserem. Santos (2009), Brito (2006), Furtado (2013), Reimão (1996) e Dalmolin (2013) abordam especificamente as características das revistas em questão. Essas informações são complementadas pelas disponíveis nas páginas institucionais dessas revistas na internet.

O capítulo 4, por sua vez, trata da contextualização histórica e política do evento estudado, suas características, personagens e desdobramentos. Abrimos o capítulo com a abordagem de Gohn (2012), que pontua de maneira bem completa, os movimentos sociais tradicionais, e as ideias de Castells (2013) e suas abordagens acerca dos movimentos sociais contemporâneos em “Redes de Indignação e poder”, ressaltando a ideia de que é necessário compreender os movimentos sociais e as manifestações em seus processos de formação, dinâmica, valores e perspectivas de transformação social, interpretando as manifestações ocorridas no mundo árabe, na Espanha e nos EUA.

As manifestações de 2013 nos conduzem a um estudo mais aprofundado do evento, que também traz como tema a questão da mobilidade urbana. Nesse sentido, Locatelli (2013), Maricatto ET AL (2013), Ferreira e Vizer (2007), Fernandes e Roseno (2013), Ricci e Arley (2014) e Dupuis-Déri (2014) ajudam a entender de maneira mais factual e completa como os eventos se sucederam, porque aconteceram e quais personagens envolveram.

Ainda nesse capítulo, tendo em vista construir um referencial teórico mais completo sobre a relação entre o jornalismo, a cobertura de manifestações, com a hipótese de que a imprensa sempre se posicionou de uma maneira mais tradicional e conservadora em relação às manifestações em geral, apresentamos os trabalhos científicos que retrataram a questão. Fizemos uma revisão bibliográfica baseada em um *corpus* com 44 artigos científicos que analisaram de alguma maneira manifestações de junho de 2013.

O capítulo 5 explica a metodologia de análise das revistas, descreve as aplicações nesta dissertação, bem como aborda e esclarece os procedimentos e métodos a serem adotados. A análise de enquadramento é apropriada para o estudo de matérias jornalísticas porque, através do enquadramento, é possível salientar certo caráter construído da mensagem e de seus sentidos, comparando-a a outras mensagens.

As análises então são descritas, interpretadas e contextualizadas.

O estudo se justifica pela importância de examinar como os meios de comunicação interpretam as manifestações populares, se essas revistas, de fato têm servido de potencial estímulo à prática democrática da cidadania e se têm possibilitado a construção de debates coletivos.

Como afirmou Soares (2012, p. 204), quando os enquadramentos são adequados e plurais, os meios noticiosos podem contribuir para a tomada de consciência dos problemas e para pressões no âmbito da esfera pública.

E conforme analisado, as revistas, em parte, conseguiram exercer um jornalismo mais cidadão, plural e participativo.

As revistas *Carta Capital* e *IstoÉ* desempenharam papel importante na circulação, significação e ressignificação do conjunto de símbolos nas questões sociais, porque serviram como ferramenta de mobilização e ampliação dos protestos porque influenciaram de maneira positiva julgamentos sobre manifestantes, suas razões e formas de manifestar. E também expôs a brutal repressão policial (como na cobertura de *Seattle*).

Já não é possível considerar o mesmo em *Veja* e *Época*, que tiveram num primeiro momento uma reação de condenação pura e simples, principalmente pela revista *Veja*, que, junto com *Época* passou a alterar sua avaliação inicial de cobrir os acontecimentos: *Veja* pela conveniência que trouxe a dispersão das pautas ao possibilitar inúmeras críticas ao governo federal e ao Partido dos Trabalhadores. E *Época*, por se vir obrigada a mudar a postura e caminhar com a opinião pública, principalmente após a notável repressão policial. Ambas tentaram até mesmo pautar as manifestações, “introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes”, como atestaram também as análises de Silva et al (2013), ao cobrir os jornais online da *Folha*, *Estadão* e *O Globo*.

Veja e *IstoÉ* continuam a sub-representar as questões da cidadania social. Contribuem sim para uma cobertura oportunista, preconceituosa e negativa de um momento tão importante para conquista ou retomada de direitos, o momento de mobilização social, tradicionalmente enquadrado de forma negativa por esses veículos

mais tradicionais, com o chamado paradigma de protesto, explorado por McLeod e Detember (1999).

O que se observou nesta pesquisa, especificamente em *Veja* e *Época*, foi uma cobertura com um já concebido estereótipo social dos movimentos e manifestações como forte ameaça à ordem estabelecida. Esses veículos não demonstraram condições de oferecer uma abordagem mais substancial do cenário político das mobilizações, o que é mais possível no jornalismo de revista.

Reforçamos aqui que algumas abordagens ficaram de fora dos olhares das revistas, como por exemplo, uma análise mais profunda acerca dos interesses imobiliários e dos problemas de mobilidade urbana, algo mais além do que preços e comparativos de passagens e impactos no orçamento familiar.

Destaca-se ainda a ausência de uma discussão mais profunda acerca dos direitos sociais, especificamente em questão, o direito a um transporte verdadeiramente público, fundamental da estrutura social urbana e aos interesses básicos da população, que deve ter acesso a esse espaço urbano, que é produto do seu próprio trabalho. Ou seja, questões já abordadas por Maricato et al (2013) e Locatelli (2013), que enfatizam outros problemas sociais urbanos e mais, apontam que o trabalhador deve reivindicar os espaços para que sejam qualitativamente diferentes, plurais e acessíveis, e sem mediações da valorização do capital. São questões abordadas na literatura e que podem compor as páginas das revistas semanais, tendo em vista que a produção no jornalismo magazine demanda mais tempo e pode ser muito mais apurada que no jornalismo diário.

Os enquadramentos observados nos quatro veículos analisados podem afetar intensamente não somente o indivíduo, mas a história como um todo.

O trabalho, ao final, disponibiliza todas as matérias analisadas em cd anexado, separadas por data e veículo.

CAPÍTULO 2
COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E JORNALISMO

Este capítulo contempla conceitos de democracia, cidadania, a situação histórica peculiar e diversa do Brasil no tempo e no espaço e toda gama de relações que estabelecem com os meios de comunicação, em especial, com o jornalismo e sua importância no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos direitos.

Será possível, ainda neste capítulo, conhecer mais sobre o jornalismo cidadão, também conhecido como jornalismo cívico, aquele que evoca uma agenda mais plural e construtiva acerca das necessidades sociais.

Por fim, o capítulo também contempla um material produzido pela UNESCO sobre a qualidade da contribuição das mídias para a expansão da democracia e avanço dos direitos.

O capítulo caracteriza-se mais como uma discussão normativa do tema e dá embasamento para a análise em questão, ou seja, análise dos enquadramentos praticados nas principais revistas de informação semanal, com base nos estudos sobre os chamados “enquadramentos de protesto”, além de dar subsídios para uma abordagem crítica e prática do jornalismo contemporâneo.

2.1 Cidadania

A democracia é invocada o tempo todo na discussão de assuntos que envolvem a vida, a educação, a saúde, a justiça e as lutas sociais. “O investimento semântico do conceito é enorme e as expectativas que ele suscita empolgam as sociedades, em particular aquelas como as latino-americanas, a braços com graves problemas sociais”. (SOARES, 2009, p. 90). No Brasil, é possível constatar um modelo de democracia construído a partir de instituições historicamente embasadas pelo liberalismo e envolvidas pelas lutas sociais. Ao abordar a questão dos direitos fazemos uma ponte direta com o conceito de cidadania, assunto de grande relevância, pois como afirma Soares, “sua essência é a expansão dos direitos e garantias de pessoas e coletividades, relacionando-se aos esforços pelo desenvolvimento humano e social”. (SOARES, 2012, p. 7).

A palavra cidadania vem do latim “*Civitas*”, que quer dizer cidade, e foi usada na Roma antiga para caracterizar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem

não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social” (DALLARI, 1998, p. 14).

Soares (2009, p. 130) explica que na Antiguidade a noção de cidadania dizia respeito aos privilégios de classes, ou seja, “a cidadania correspondia a privilégios legais da oligarquia”. Tratava-se de um conceito regressivo, “que atuava como instrumento destinado a marcar um exclusivismo social” vigente.

Na contemporaneidade, o conceito segue um caminho contrário e torna-se cada vez mais inclusivo, com sentido libertário e intimamente relacionado à posse de direitos. Sobre a temática, Soares (2009, p. 131) cita vários autores: Kant diferencia a cidadania ativa (aquela na qual os indivíduos têm autonomia, podem se expressar, votar, etc) da cidadania passiva (a dos indivíduos que não possuem autonomia). Lanoux traz uma visão mais ampla, na verdade, de espaço, quando afirma que o cidadão seria o co-habitante, que tem direitos e compartilha o espaço democrático. Bottomore classifica a cidadania como formal e substantiva. A primeira se refere à relação entre indivíduo e Estado, na qual deve existir obediência do povo e proteção do Estado. A substantiva se refere propriamente aos direitos, começando pelos políticos. “Trata-se de uma construção histórica em expansão, ligada hoje a muitos aspectos da vida, significando o acesso dos cidadãos à saúde, à educação, à previdência social, à cultura, à comunicação, etc” (BOTTOMORE, 1996, apud Soares, 2012, p. 17).

E, tratando-se de um processo histórico, Soares (2012, p. 18) afirma que há uma busca permanente e contínua por mais direitos ou aperfeiçoamento dos que já existem, de modo que os cidadãos inventam e reinventam a cidadania constantemente.

Para abordar as concepções atuais de cidadania, Soares (2009, p. 131) cita T. Marshall (1967) que seleciona ao longo da história três momentos na luta pelos direitos na Inglaterra. Marshall afirma que os direitos civis (que caracterizam a liberdade individual, como o direito de ir e vir) teriam se consolidado no século XVIII, os políticos (participação no poder político) no século XIX e os sociais (que garantem mínimo de bem-estar e segurança) no século XX, o que se configurou como um processo de conquista de direitos em escala. Este autor ainda afirma que mesmo desenvolvida no período da supremacia capitalista, a questão da cidadania traz implícita a noção de igualdade.

Em sua revisão, Soares (2012, p. 17) também aponta a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, como uma introdução à luta por uma nova geração de direitos, como

os ligados ao meio ambiente, por exemplo, além da utilização do patrimônio comum e também focados em um ser humano com diferenças e peculiaridades, clamam por um tratamento específico e individual.

No Brasil, a história é de muitos retrocessos e contradições, sendo que as desigualdades sociais históricas seriam o principal fator de não instituição de direitos. Tal constatação não se daria apenas no campo formal, das leis, mas sim à maneira como as relações sociais se estruturam. Como aponta, por exemplo, Telles (2006, p. 38), ao afirmar que nossa sociedade teria sido instaurada com base nas discriminações, onde o sujeito não reconhece o outro como um sujeito também de interesses e valores válidos.

Carvalho (2010, p. 17) é enfático ao afirmar que “ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora”. É a sua conclusão ao percorrer 108 anos (da independência, em 1822, ao final da primeira república, em 1930) da história do país, com destaque, é claro, para a abolição da escravidão (1888), a única revolução importante acerca do progresso da cidadania. Apesar da posterior construção de um país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa, a colonização portuguesa teria deixado “uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata (fator mais negativo para a cidadania), uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira” (CARVALHO, 2010, p. 18).

A independência “negociada” não teria introduzido mudança radical no panorama até então vigente. Afirma Carvalho (2010, p. 28), que “a tranquilidade da transição facilitou a continuidade social” com regulamentação dos direitos políticos e práticas eleitorais suspeitas, com eleições violentas e tumultuadas. O país teria herdado os três empecilhos persistentes ao exercício da cidadania civil: a negação da condição humana do escravo, a grande propriedade rural imune à ação da lei e um Estado comprometido com o poder privado.

Até 1930, o autor conclui, não havia povo organizado de maneira política nem sentimento nacional consolidado, nem no Império nem na República. Na verdade, 178 anos de história construíram o cidadão brasileiro com progressos inegáveis, mas com notável incompletude.

O triunfalismo exibido nas celebrações oficiais dos 500 anos da conquista da terra pelos portugueses não consegue ocultar o drama dos milhões de pobres, de desempregados, de analfabetos e semianalfabetos, de vítimas de violência

particular e oficial. Não há indícios de saudosismo em relação à ditadura militar, mas perdeu-se a crença de que a democracia política resolveria com rapidez os problemas da pobreza e da desigualdade (CARVALHO, 2010, p. 219).

A natureza e a cronologia deste percurso foram invertidas em relação às fases estabelecidas por Marshall. Os direitos sociais vieram primeiro, mas foram implantados em período de supressão dos direitos políticos, durante o Estado Novo. Manifestações eram proibidas, a censura controlava a imprensa, o governo legislava por decreto e os inimigos do regime eram presos. Há vasta legislação trabalhista e socialista, mas introduzida em ambiente de baixa ou nenhuma participação política, e precária vigência de direitos civis.

Carvalho (2010, p. 220) aponta que não há uma única sequência, um único caminho que leve uma determinada sociedade à consistente prática da cidadania, até porque, na Europa, houve percursos distintos. Porém, destaca que caminhos diferentes podem alterar o produto final, o tipo de cidadania, de democracia a serem vivenciados.

Aqui, uma consequência importante para a ineficácia da democracia foi a excessiva valorização do Poder Executivo. Os direitos sociais foram implantados em um período em que o Legislativo estava fechado ou era apenas decorativo, simbólico. “Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de “estadania”, em contraste com a cidadania” (CARVALHO, 2010, p. 221).

Soma-se a isso a desvalorização do Legislativo e uma visão corporativista dos interesses coletivos, em que os benefícios sociais foram tratados não como direitos de todos, mas como fruto da negociação de categorias com o governo. Em uma sociedade ausente de ampla organização autônoma, com prevalência de interesses corporativistas, a representação política não garante a resolução dos problemas da maior parte da população, mas sim de acordo com interesses. “Cria-se uma esquizofrenia política: os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais” (CARVALHO, 2010, p. 224).

Destaca-se ainda a expansão do pensamento neoliberal disseminado por um cenário internacional. A redução no papel do Estado transforma cada vez mais o cidadão em mero consumidor e afastado das preocupações com a política e com os problemas coletivos. O surgimento das organizações não governamentais traz otimismo para um cenário desolador porque delas resultaram experiências inovadoras para a solução de problemas sociais, principalmente nas áreas de educação e direitos civis.

Para Carvalho (2010, p. 229), consequência mais nociva de toda essa trajetória é a desigualdade, que se intensifica cada vez mais, diante da cultura do consumismo.

Soares (2012, p. 18) também cita a chamada *subcidadania*, termo utilizado por Souza (2006) para caracterizar aqueles abandonados, após a escravidão e que, de repente, se viram responsáveis por si mesmos, em uma sociedade de crescente economia capitalista. Além disso, outras minorias como os imigrantes e as mulheres, por exemplo, tentam inserção em um quadro preocupante de desorganização familiar, “não socialização dos papéis familiares, individuação egoísta e predatória -, predisposição para a conduta marginalizada”.

Surge então no século XX uma subsociedade condenada à “subcidadania”, que “assinala um efeito perverso da segregação e exclusão habitacional”. Nessas condições, o que se verifica é uma “democracia representativa excludente”, onde “os direitos civis, políticos e, especialmente os sociais da cidadania, portanto, em vez de alcançar a todos, vigorariam apenas para as classes médias e, acrescentaríamos, para alguns setores da classe trabalhadora” (Ribeiro, 2007 apud SOARES, 2012, p. 20). As desigualdades sociais tornam-se, nesse sentido, a principal questão da cidadania no Brasil.

Segundo Soares (2012, p. 17), para muitos movimentos sociais, a cidadania passou a ser tema central e possibilidade dos sujeitos como atores principais na esfera pública. É partir da cidadania que interesses diversos são apresentados, é a partir dela que a sociedade é convocada a examinar suas questões e novas discussões acontecem em busca do entendimento e da legitimidade de suas reivindicações de direitos.

Uma dessas questões está ligada à comunicação, ao jornalismo especificamente, afinal, nas sociedades modernas tornou-se impossível falar da democracia e da cidadania sem levar em conta o papel dos meios, ainda mais depois do surgimento dos meios eletrônicos e do desenvolvimento das novas tecnologias da informação “que ampliaram as conexões entre democracia, campanhas políticas, opinião pública e jornalismo”, atentou Soares (2009, p. 110).

2.2 Cidadania e jornalismo (cívico)

De acordo com Soares (2010, p. 204), para entender as relações entre o jornalismo e a cidadania, primeiro é preciso entender a concepção da informação como

um direito civil, assim como o direito de liberdade de opinião, liberdade de expressão, de reunião, de manifestação.

Para Gentilli (2005, p. 130), o direito à comunicação seria um primeiro passo para estabelecer um direito participativo. Seria uma espécie de “direito-meio” que dá acesso a outros direitos entendidos como “direitos-fim”. “É por meio da informação que os cidadãos podem fazer escolhas e julgamentos de forma autônoma”. E nesse sentido, a necessidade social da informação seria suprida hoje pelo jornalismo.

Ao relacionar o jornalismo e a construção da cidadania, Soares (2009, p. 135) examina o significado e o papel desempenhado pela imprensa na consolidação, ampliação e disseminação dos direitos relativos à cidadania. Para tal, ele aponta dois enfoques para a discussão do tema: o enfoque normativo e a abordagem crítica.

O enfoque normativo, explanado por Gentili (2005, p. 129), no caso do jornalismo, considera a informação como um direito civil que se manifesta através da liberdade de expressão e de difundir informações sem censura. O direito à informação seria um pressuposto para a efetivação de outros direitos. A informação seria indispensável, uma necessidade social, porque, afinal, “a visibilidade da democracia exige a publicidade dos fatos relativos à esfera pública. Dessa forma, ele deduz que os cidadãos precisam de acesso à informação pública para exercer seus direitos de acesso ao poder público, e ao exercício do pleno conjunto dos direitos da cidadania” (SOARES, 2009, p. 137).

Nesse contexto, Gentili (2005, p. 129) observa duas vertentes: o direito à informação como um direito para todos e o direito à informação no sentido de oferecer informações em quantidade e qualidade para que cada um faça o seu julgamento da melhor maneira possível. Os jornais desempenhariam a função de mediadores e os jornalistas de representantes do leitor, telespectador ou ouvinte, que consome, mas que também é cidadão. Essa perspectiva destaca que os meios “desempenham a função pública de atender aos direitos à informação”.

Nesse sentido, em um enfoque normativo, Michael Schudson (2003, p. 29), elenca uma relação de tarefas que os meios deveriam observar em uma democracia de direitos:

1. Proporcionar informação justa e completa para que os cidadãos possam tomar boas decisões;
2. Prover quadros de referência que ajudem os cidadãos a compreender o universo político, analisando e interpretando a política de modo a habilitar os cidadãos a ter discernimento político e a agirem;
3. Servir como veículos das perspectivas dos grupos da sociedade;
4. Oferecer a quantidade e qualidade de notícias segundo a vontade das pessoas, ou seja, atender ao mercado.

5. Representar o público e falar em defesa do interesse público, de modo à que o governo preste contas à sociedade;
6. Evocar simpatia e prover compreensão para que os cidadãos gostem de outros seres humanos e sintam compaixão por sua situação;
7. Prover um fórum para o diálogo entre os cidadãos que não apenas informe a tomada de decisões democráticas, mas seja um elemento do processo (SCHUDSON, 2003, p. 29).

A abordagem crítica dos temas de cidadania, por sua vez, observa a distância entre o “âmbito social dos meios” e o “âmbito social das reivindicações”. A imprensa acaba privilegiando as falas corporativas, deixando de lado ou em segundo plano as necessidades sociais. “É possível supor, portanto, que, em parte, os temas sociais não frequentem as preocupações de editores de jornais, jornalistas, e mesmo leitores por uma questão de pertencimento social” (SOARES, 2009, p. 139).

Para Soares (2009, p. 69), os meios sub-representariam as questões da cidadania social e “as expressões não institucionalizadas das políticas, como os movimentos sociais”, por exemplo. A imprensa não agendaria sistematicamente os problemas da grande maioria da sociedade brasileira, sendo que a cidadania seria para muitos movimentos sociais a “porta de entrada” no espaço público. Constitui-se uma cobertura preferencial do *status quo* econômico e político. “As demandas sociais, apesar de desesperadoras, não formam um conjunto de assuntos destacados no noticiário”, bem como os direitos sociais ligados à terceira geração da cidadania.

Essa sub-representação, de acordo com Soares (2012, p. 32), decorreria também da prática sistematizada de um jornalismo praticado no contexto de mercado e focalizado em critérios de noticiabilidade.

Seria então o direito de informar e de receber informação “o fermento da cidadania, o oxigênio que nutre a vida democrática, convertendo o jornalismo e a democracia em irmãos siameses” (MELO, 2008, p 90). Para este autor, a imprensa instaurou a cidadania e criou condições para resolução de problemas e emergências, na medida em que garante o regime da liberdade de imprensa. E o jornalismo então, na conjuntura pós Revolução Norte-americana e pós Revolução Francesa, torna-se *locus* privilegiado de atividade política e de outras demandas sociais, representando uma assembleia de cidadãos capazes de debater a sociedade.

Paulino (2001, p. 14), em sua obra *Responsabilidade social da imprensa*, afirma que, após a década de 30, quando a ideia da objetividade passou a orientar os profissionais da imprensa e nas escolas de jornalismo, é que se passou a reconhecer o papel cívico da liberdade de imprensa na formação das democracias liberais, o que possibilitou a passagem de uma imprensa que permitia a expressão de opiniões a uma

imprensa que fornecia aos cidadãos elementos capazes de construir para um juízo com conhecimento de causa.

Soares (2009, p. 111) aborda a questão do cânone liberal, ideia desenvolvida por J. Curran (1996), que qualifica a mídia em três conceitos essenciais, ou seja: a mídia como “cão de guarda” do público (atuação da mídia como aliada dos cidadãos), a mídia como representação pública que remete à ideia do quarto poder, expressão utilizada e cunhada por Edmund Burke acerca da imprensa da Inglaterra do século XVIII, que estaria ao lado dos Lordes, da Igreja e dos Comuns, e que também faz analogia aos três poderes da República (Executivos, Legislativo e Judiciário). Neste caso, os leitores escolheriam um jornal como instituição que agiria como sua representante no processo de “governança”.

Em relação ao terceiro conceito, a mídia como fonte de informação pública, esta promoveria a racionalidade pública através de um amplo espectro de informações e fontes variadas em uma zona neutra de formação de opinião pública para um possível exercício da soberania popular. São ideias respaldadas nos estudos de Schement (2002), McQuail (2001), Curran (1996) e Albuquerque (1999), todos abordados por Soares (2009, p. 112).

Constitui-se assim um imperativo a necessidade de investigar a extensão e o modo como os meios abordam a constituição e consolidação dos direitos e sua expansão de maneira a contribuir para formação e emancipação dos sujeitos.

Numa sociedade como a brasileira, com grande desigualdade e exclusão das maiorias, a atuação do jornalismo pelos direitos sociais da cidadania é muito importante, pois se derem espaço e enquadramentos adequados a essas questões, os meios noticiosos podem contribuir para a tomada de consciência dos problemas e para pressões no âmbito da esfera pública a favor do encaminhamento de soluções pelo Estado (SOARES, 2012, p. 21).

Daí a necessidade também de se pensar, segundo Vicente (2009, p. 77) em analisar quais seriam as representações construídas pelos meios noticiosos acerca da participação social das pessoas e suas necessidades.

Para este autor, o avanço, a afirmação e consolidação das manifestações mais democráticas geram discursos, ações e deliberações que incorporam implícita ou explicitamente o conceito de cidadania. Levando em consideração que as discussões e deliberações acontecem no espaço público, espaço que se materializa via representação de imagens, fatos, ideias, símbolos e acontecimentos representados pelos diversos meios de comunicação, surge a necessidade de refletir de que modo os cidadãos e o acontecimentos sociais se tornam visíveis neste espaço mediático.

Os meios noticiosos seriam para Soares (2012, p. 24), autênticos fóruns, onde temas públicos são debatidos através de trocas argumentativas.

Seja narrando os acontecimentos, dando voz aos personagens, seja expondo argumentos racionais sobre as controvérsias, o jornalismo é a expressão simbólica dos conflitos econômicos, sociais, políticos e ideológicos, presentes nas sociedades democráticas, divididas entre empresários e trabalhadores, agricultores e industriais, progressistas e conservadores, socialistas reguladores e capitalistas liberais, religiosos e seculares (SOARES, 2012, p. 24).

O jornalismo então instaura um fórum paralelo ao mobilizar conhecimento e emoção. É neste momento que acontecem discussões e lutas simbólicas. E esse debate na esfera mediática jamais pode ser descartado, visto que, como instituição política da sociedade civil, o jornalismo torna-se parte de uma triangulação que os meios instauram com o governo e a opinião pública, ou seja, a triangulação de influências. Trata-se de um agendamento recíproco, modelo formulado por Rodrigues (2001 apud Soares, 2012, p. 25), no qual a imprensa pode agendar o congresso, que pode agendar a opinião pública, que pode agendar a imprensa.

De fato, almeja-se uma forma de poder alternativa do Estado que só surgiria da interação afetiva entre a ação dos meios e a mobilização dos cidadãos (leitores, ouvintes, telespectadores), como por exemplo, por meios dos movimentos sociais e de manifestações públicas.

Para Soares (2009, p. 148), o poder dos cidadãos se daria de forma indireta através de correntes de opiniões que podem influenciar ações e deliberações das autoridades. De forma alguma o jornalismo substitui os cidadãos no exercício da cidadania, “mas pode contribuir com sua atuação específica ao agendar temas relevantes para o debate público”.

E, embora não substitua os cidadãos em pleno exercício de cidadania, o jornalismo cumpre sua função democrática e cidadã, à medida que procura representar um caminho criativo para a resolução de certas insuficiências, aponta Rothberg (2011, p. 154) em sua obra *Jornalismo público*, que trata de soluções específicas para se preservar a função democrática da atividade jornalística.

Segundo Rothberg (2011, p. 154), as obras que descrevem a origem, o conceito e as práticas do jornalismo cívico destacam as eleições presidenciais de 1988 nos Estados Unidos. O termo teria sido concebido aqui, após uma cobertura superficial e estratégica da mídia durante a campanha, quando se verificou picos de notícias das eleições como *corrida de cavalos* ou em formato de *enquadramento de jogo*.

Seria o jornalismo cívico, segundo Soares (2012, p. 142), uma modalidade de ação jornalística capaz de possibilitar a superação da impotência e da alienação das pessoas, desafiá-las a tomar para si, responsabilidades sobre os problemas comunitários e ainda apontar a urgência de os veículos voltarem a se conectar com o público.

Este jornalismo procura enfrentar rupturas na esfera cívica e o declínio no engajamento dos cidadãos e os jornalistas teriam a responsabilidade de alimentar este compromisso cívico com a democracia e a participação dos cidadãos. Deveriam promover e ajudar a ampliar a qualidade da vida pública.

Um jornalismo que evoca uma agenda mais construtiva acerca das políticas dirigidas a enfrentar os problemas do dia a dia, uma urgência pela oferta de uma cobertura diferente, substancial e positiva. Esse movimento chamado jornalismo público ou cívico, surgido no começo da década de 90, nos Estados Unidos, seria uma resposta para os desafios vigentes da época. “Mais de seiscentos veículos passaram a adotar as orientações formuladas, constituindo um repertório de experiências que pode trazer lições a outros países preocupados com a qualidade de suas mídias jornalísticas” (ROTHBERG, 2011, P. 155).

Na época os grupos focais de pesquisa queriam captar as impressões dos cidadãos sobre o que realmente lhes importava e os resultados eram usados posteriormente para orientar a agenda de uma cobertura eleitoral. Ao mesmo tempo em que este jornalismo público se empenhava para oferecer informações relevantes sobre os candidatos também se voltava para os eleitores e para seus desejos em uma campanha eleitoral. “Logo, outras temáticas passaram a ser cobertas da mesma maneira, ou seja, com a participação do leitor na definição do quê e como deveria ser apurado pelos jornalistas” (ROTHBERG, 2011, p. 157).

Para este autor, o movimento questiona as práticas jornalísticas tradicionais e espera que a imprensa participe com o objetivo de melhorar a qualidade do discurso. Ao invés de somente reportar os fatos, o jornalismo começaria a envolver-se para solucionar os problemas da comunidade, desafiando os paradigmas da objetividade e diminuindo distâncias entre jornalista e leitores. Os jornalistas se responsabilizariam para ajudar a constituir públicos para deliberar sobre assuntos complexos e engajá-los na solução dos problemas. “O potencial de ampliação do engajamento cívico trazido pelo movimento é inegável” (ROTHBERG, 2011, p. 164).

Neste cenário, a opinião pública só é considerada pública se construída de maneira coletiva e compartilhada.

...o envolvimento dos participantes pode resultar em oportunidades para o desenvolvimento de opiniões mais referenciadas e substanciais. Interesses, valores e tradições podem ser compartilhados em debates a partir dos quais as posições individuais são informadas pela consciência das demandas alheias, o que deve compor um substrato adequado para a afirmação das prévias expectativas dentro de um senso de comunidade e pertencimento à coletividade (ROTHBERG, 2011, p. 165).

Seriam, para este autor, a diversidade e o confronto de posicionamentos nos fóruns públicos, com transparência e responsabilidade, fatores que podem estabelecer visões menos verticais e mais compatíveis às necessidades coletivas. Nestes fóruns, os dilemas passariam a ser discutidos com mais justiça e solidariedade.

O desenvolvimento da noção de cidadania, no começo do século XX, foi significativo para superar o impasse das profundas desigualdades. A partir daí, a interferência do Estado seria crucial para proporcionar igualdade de chances, de oportunidades. Mas apareceram os conflitos de interesses. Os interesses de grupos específicos colidiram e ainda colidem com os o interesse do bem-estar coletivo e o Estado tenta arbitrar e administrar soluções entre as partes. “Daí o papel do jornalismo, em uma democracia moderna, de contribuir para dar aos cidadãos uma visão mais ampla dos caminhos e descaminhos pelos quais o Estado gerencia o conflito social moderno, a partir de um tratamento plural e equilibrado” (ROTHBERG, 2011, p. 18).

A fim de analisar esse papel do jornalismo, Rothberg (2011, p. 61) se baseia no conceito de enquadramento (*framing*), na formulação de Porto (2004, p. 78), para quem eles seriam “marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente” para que as pessoas possam “conferir sentido aos eventos e às situações sociais” para perceber como determinados assuntos podem ser reportados pelas mídias jornalísticas. E destaca o enquadramento temático como o que, de fato, envolve exatamente o equilíbrio e o pluralismo, onde fatos e acontecimentos complexos devem ser noticiados de maneira mais abrangente e com maiores projeções. “O pluralismo corresponde a um tratamento compreensivo de causas, consequências e da diversidade de fatores que concretamente influenciam a definição e implementação de políticas públicas” (ROTHBERG, 2011, p. 64).

Pluralidade, diversidade e equilíbrio na prática, constituiriam para Rothberg (2011, p. 113) o caminho da coerência na preservação do direito à informação. “De ser dirigida, assim, às televisões abertas e às rádios à exigência de uma mídia verdadeiramente livre, que não pratique meras apropriações parciais, e sim componha enfoques sérios, abrangentes e completos”.

Nesse sentido, torna-se um imperativo a questão de cidadania nos estudos de comunicação que, como ilustra Vicente (2009, p. 80), “adquire sentido político” porque indaga até que ponto a apropriação do público pelo Estado e pelo mercado “é reconhecida como limite substantivo do exercício do conjunto de direitos que torna democrática uma sociedade”. A comunicação e os meios noticiosos teriam sim a finalidade de impulsionar condições favoráveis à consolidação dos direitos para toda a sociedade.

Nossa pesquisa verifica essas e outras práticas no jornalismo magazine, justamente através da análise de enquadramento.

2.3 Comunicação, compromisso social e qualidade no jornalismo

E embora o jornalismo tenha o dever cívico de atender à cidadania, Vicchiatti (2005, p. 61) aponta que o jornalismo também necessita atender às exigências da sociedade globalizada. Sendo o jornalismo uma das principais modalidades de comunicação, através das mais diversas linguagens e variados suportes técnicos, ou seja, dos meios, pode se tornar importante instrumento de poder.

Não somente no que concerne à forma de executar uma reportagem, mas o jornalista deve integrar de maneira dialética o técnico, o estético e o social. “Os profissionais do jornalismo, assim, cotidianamente, defrontam-se com a necessidade de posicionar-se em perspectiva social e individual, com o equacionamento de questões ligadas à democracia e à ética, o que resulta em manipulação das informações” (VICCHIATTI, 2005, p. 62).

Envolto em manipulação, estará o veículo em falta com a ética. Daí também a importância em discutir questões como as relações que se estabelecem entre fontes, emissores e condições de divulgação.

O material produzido pela Unesco (2010), “Indicadores de desenvolvimento da mídia: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação”, através do Conselho Intergovernamental do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e dos estudos dos pesquisadores da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (Renoi), ao longo de 2009, identificou as principais características de um ambiente de mídia livre, independente, plural e em consonância com os princípios de Windhoek (1991) e declarações regionais sobre a promoção da Mídia Independente e Pluralista adotadas em Almaty, Santiago, Sana’a e Sófia.

O objetivo do estudo, considerado um dos mais completos roteiros de avaliação já produzidos sobre vários fatores que determinam a qualidade da contribuição das mídias para a expansão da democracia foi definir um marco para a avaliação do desenvolvimento da mídia e elaborar indicadores de qualidade e preocupações dos jornais e revistas brasileiros.

Em consonância com o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os indicadores da qualidade no jornalismo colocam em evidência a necessidade de um sistema midiático plural, diversificado e independente a fim de consolidar e fazer avançarem as sociedades democráticas. Torna-se importante mensurar tais indicadores porque, de acordo com a UNESCO (2010), o jornalismo é uma instituição central na engrenagem das sociedades democráticas, na medida que ele agenda questões relevantes e oferece informação precisa, veraz e desejável aos cidadãos.

Critérios complementares, que passam pelo sistema de regulação estatal, pela composição das empresas do setor, pela formação dos profissionais que trabalham na mídia, pelas estratégias de autorregulação, pela força da sociedade civil que se envolve nesse debate, pela infraestrutura do setor, entre outros, foram sugeridos para um melhor e mais preciso diagnóstico sobre como as nações estão na garantia dessa mídia plural, diversificada e independente (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 11).

Os canais de mídia são instrumentos fundamentais para o exercício da liberdade de expressão, fundamental também na Declaração Universal dos Direitos Humanos e pilar de outras liberdades democráticas. Seriam uma espécie de plataforma para o debate democrático porque são canais de informação e educação, difusores de matérias, ideias e informações, mediadores de debates entre os atores sociais, meios para o autoconhecimento da sociedade, veículos para a expressão cultural, entidades de fiscalização, propiciando “um corretivo para a assimetria natural da informação”. “Mesmo em democracias mais estabelecidas, o papel da mídia constitui uma questão vibrante em virtude da convergência crescente do mundo da comunicação moderna”. Porém, avanços mais recentes podem ser usados tanto para oprimir quanto para libertar (UNESCO, 2010, p. 3).

Segundo Christofolletti (2010, p. 13), diante de um sintoma de que há um mínimo de preocupação com a qualidade oferecida hoje pelo jornalismo, tal estudo traz um levantamento das visões dos jornalistas profissionais acerca da qualidade, das posições dos gestores das empresas jornalísticas e uma reflexão e concepção de uma matriz de indicadores para aferir a qualidade do jornalismo praticado. O tema da

qualidade assumiria dois sentidos na indústria jornalística: diferencial competitivo e promotor de uma cultura organizacional padronizada, mas que vem almejando uma terceira e nova significação, a que relaciona qualidade à responsabilidade social.

Esta parte da pesquisa identifica três polos de interesse: “a) A Qualidade como uma característica da organização e do produto; b) A Qualidade entendida enquanto serviço público; e c) A Qualidade vista como investimento estratégico”, que compartilham da dificuldade de estabelecer parâmetros aplicáveis à realidade da indústria jornalística e aferir um objeto tão amplo e dinâmico. E identifica também medidas que a organização empresarial jornalística toma internamente para padronizar, uniformizar, normatizar, inovar e aperfeiçoar seus processos e sistemas, como:

- criação de cargos como *ombudsman*, ouvidor ou gerente de controle de qualidade
 - concepção e implementação de manuais de redação
 - criação e composição de conselho de leitores
 - instituição de prêmios internos para incentivar a competitividade entre seus profissionais
 - ações para a profissionalização da gestão
 - elaboração de projetos editoriais
 - reformas internas
 - adoção de processos de normatização e gerenciamento
 - busca de excelência técnica e inovações tecnológicas
 - fortalecimento e organização empresarial
 - ações para a expansão de negócios pela via da diversificação
- (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 15).

Em relação às instâncias externas, surgem movimentos que anseiam por qualidade. Eles provêm dos governos, de empresas não jornalísticas, de organizações não governamentais, de associações classistas, dos profissionais que não ocupam cargos diretos, da Igreja, da academia e de outras instituições influentes, que mesmo distintas, reivindicam mais qualidade. São iniciativas que contemplariam outras iniciativas, como:

- observatórios de mídia
- iniciativas de análise e crítica de mídia
- códigos de ética profissional
- ensino de graduação ou formação profissional
- ensino de pós-graduação ou formação profissional
- regulamentação estatal do mercado
- premiações ou distinções exteriores às empresas do ramo
- eventos de discussão sobre as rotinas produtivas
- documentos propositivos de novas políticas editoriais em consonância com setores não jornalísticos organizados da sociedade (CRISTOFOLETTI, 2010, p. 15).

Ao abordar ações pela qualidade do jornalismo a partir das organizações jornalísticas, o pesquisador cita os manuais de redação como ferramentas mais conhecidas no processo de organização e padronização internas e afirma que são

insuficientes para garantir qualidade da informação, uma vez que garantem sim a transmissão das normas e padrões de estilo, orientam comportamentos e atitudes e, principalmente, transmitem e divulgam a ideologia da empresa. “A mera sinalização de regras para o cuidado da escrita é insuficiente para o aperfeiçoamento dos processos das redações, pois fica circunscrita ao terreno gramatical, como se o jornal se limitasse a ser um simples reproduzidor dos sistemas da língua”. Fatores como a presença social, a influência política e o papel do jornal no cotidiano e outros ficam de fora da discussão sobre essa qualidade almejada (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 16) .

Em relação aos principais manuais, Christofolletti (2010, p. 17) destaca o amadurecimento do material produzido pelo grupo Folha, “amplo e propagandístico”. O *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S.Paulo* “é preponderantemente um manual de estilo”. O da Editora Abril, extremamente sintético, se restringe na determinação de regras para a escrita, mas faz menção à preocupação com a qualidade:

“como escrever bem para nossas revistas”. E o *Manual de Redação e Estilo de O Globo*, por sua vez, se identifica em título e estrutura ao de *O Estado de S.Paulo*. Entretanto, trata de questões de comportamento e conduta ética no exercício da profissão.

O jornal gaúcho *Zero Hora* orienta seus profissionais, mas “uniformiza” suas condutas em situações mais complicadas, como em episódios de conflitos de interesse. Assim comporta-se também o esportivo *Lance!* Enfim, percebe-se um exercício importante, mas insuficiente em relação à qualidade da mensagem jornalística.

Com sua análise histórica, esta parte da pesquisa da UNESCO (2010, p. 18) afirma que em seus pouco mais de 200 anos, a imprensa brasileira teve sua evolução ligada mais à expansão tecnológica, à expansão do capitalismo e ao fortalecimento do Estado. Sua busca pela qualidade caminhou e ainda caminha com a busca pela sobrevivência comercial. Os meios impressos, por exemplo, “não tiram os olhos da concorrência”, e o leitor quase não é parte do processo de produção. O que prevalece, na verdade, é a preocupação com o uso racional de recursos e a padronização da linguagem.

Em relação à qualidade acerca de pontos exteriores às organizações jornalísticas, Christofolletti (2001, p. 23) relata que, em determinada fase da imprensa brasileira, jornais e revistas tiveram de se adequar ao mercado e suas exigências, o que causou mudanças internas nas culturas jornalísticas. Um conjunto de movimentos externos tem causado mudanças nos últimos cinquenta anos e três polos se destacam neste contexto: o Estado, a academia e as entidades de classe, que propõem melhorias e novos modelos para auxiliar na qualificação dos personagens envolvidos. Trata-se de marcos que

apontam ações individuais ou coletivas que criaram e mantiveram um observatório de mídia na graduação, na pós-graduação, nos movimentos de organização profissional ou de regulamentação.

Citemos alguns desses marcos: inovações no *Correio Brasiliense*, em 1808, no campo da imagem, compra de um prelo mecânico pelo governo, em 1845, instalação de agências de notícias internacionais, como *Reuters* e *Havas*, criação da Associação Brasileira de Imprensa em 1908, decisão de qualificar a categoria em nível superior, criação da Universidade do Distrito Federal em 1935, com os cursos de Jornalismo e Publicidade, criação do curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, por Getúlio Vargas, em 1945, surgimento da Escola de Artes Gráficas Senai Felício Lanzana, em 1945, e criação da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Os dois últimos acontecimentos possibilitaram discussões importantes acerca da busca pela qualidade e uma primeira versão do Código de Ética do Jornalista Brasileiro.

A criação do Prêmio Esso de Jornalismo na década de 50, a edição da Lei Geral da Propaganda, em 1965, a normatização desta atividade no ano seguinte, pelo decreto nº 57.690, a segunda versão do Código de Ética do Jornalista Brasileiro, a instalação da Escola Técnica Nacional de Artes Gráficas, a edição do Decreto-Lei nº 972, que determina que o exercício da profissão de jornalista passe a ser exclusividade de formados em “curso superior de jornalismo”, com conseqüente expansão das escolas de comunicação, também contribuem para aprimoramento pessoal e profissional do exercício jornalístico.

Ainda: a USP cria o primeiro mestrado em Comunicação no país, nota-se avanços na pesquisa científica, surgem os cadernos de comunicação *Proal* (crítica de mídia) e no final do século XX, com o fim da ditadura, a sociedade se organiza na busca pelo aprimoramento da produção jornalística. Citemos a terceira versão do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que sinaliza compromissos contra a censura e a opressão e que defende a comunicação como um direito civil e social, e que almeja liberdade e responsabilidade no exercício da profissão.

Christofoletti (2010, p. 25) destaca, nesta fase, o amadurecimento político do país e da imprensa e do jornalismo como instâncias de acompanhamento dos poderes e instrumento de orientação na vida social contemporânea, de formação de opinião e de difusão e consolidação de valores democráticos. Destaque se dá para pesquisadores, professores, estudantes e ONGs que passam a se preocupar com a influência, o alcance e a qualidade desta mídia.

A criação da ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) em 1992, que atua junto aos meios de comunicação em ações de conscientização, mobilização, qualificação e monitoramento sobre diversas temáticas, a criação do *Instituto Guttenberg* (1994), do *Observatório da Imprensa* (1996), a produção do documento *Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional de Jornalistas*, liderada pela Fenaj, as *Novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Comunicação*, fixadas pelo Ministério da Comunicação, entre outros projetos (principalmente de Universidades) também são marcos importantes.

Este documento também aponta a revogação da Lei de Imprensa (que vigorava desde 1967), a queda da obrigatoriedade do diploma, pelo Supremo Tribunal Federal, e a 1ª Conferência Nacional de Comunicação como os três eventos muito influentes na primeira década deste século no exercício do jornalismo brasileiro.

Assim, os estudos de Christofolletti (2010) para a UNESCO identificaram e ouviram editores executivos, gestores e *publishers* das principais publicações brasileiras, em uma amostra, acerca da qualidade de suas organizações. E a diversidade de respostas apontou para uma “dispersão conceitual” sobre a questão da qualidade, considerada ainda bastante incipiente porque “a grande imprensa brasileira não tem um conceito muito claro e definido do que é qualidade jornalística”. Há um desconhecimento geral em relação à certificação de qualidade, uma notável fragilidade na elaboração de políticas adequadas, divergência de opiniões sobre normas e condutas éticas (que assegurem a qualidade) e grande resistência no caso de possíveis avaliações externas. Há convergência apenas em relação à independência editorial quando há independência financeira.

Esses gestores demonstraram preocupações em relação às possíveis melhorias. “Jornais e revistas precisam buscar conteúdos originais e exclusivos, ser mais investigativos e abandonar um modelo de jornalismo declaratório, baseado quase que exclusivamente em entrevistas”. Almejam mais especialização, treinamento e capacitação de equipes, ampliação de um diálogo interno entre as diversas etapas, ousadia, criatividade, redução de erros e aumento na transparência. Demonstram preocupação com o futuro imediato dos jornais e do jornalismo como elemento a satisfazer as demandas sociais. Devido aos anseios, percebe-se um espírito de insatisfação entre gestores e a consciência de que jornais e revistas precisam ser constantemente revistos dentro de um conjunto de processos mais frágeis e mais complexos (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 43).

Em relação à visão dos jornalistas (visto que suas próprias expectativas serão delineadas pelas obrigações que eles acreditam possuir, segundo a UNESCO sobre a qualidade de seu trabalho), Rothberg (2010, p. 28) verificou uma enorme valorização do pluralismo por esses profissionais, que demonstraram disposição em adotar estratégias para que o jornalismo contribua para o fortalecimento da democracia e do debate público. Foi possível perceber que, de uma maneira geral, eles já estão muito mais esclarecidos a respeito da importância do critério de qualidade.

Constatou-se ainda que jornalistas mais livres e independentes já estão em veículos que possuem instâncias internas de regulação positivas, que valorizam a qualidade da mensagem, que “concedem apoio para participação em eventos de atualização profissional; exercitam sua RSE (Responsabilidade Social Empresarial); possuem jornalistas com sólida formação acadêmica no sentido específico aqui considerado; e proporcionam prazos e recursos adequados para se atingir qualidade” (ROTHBERG, 2010, p. 25).

Ao questionar, de fato, o que é qualidade, Guerra (2010, p. 13) explica que a incipiência de seu debate no jornalismo ainda permanece devido a hipóteses como mercado pouco competitivo, dificuldade de construção de parâmetros e referenciais pouco seguros e uma cultura profissional e empresarial “refratária a mecanismos de fiscalização, decorrente do presumido risco à liberdade de expressão dos produtores de conteúdo”.

Não somente a UNESCO demonstra a constante preocupação com a qualidade no jornalismo, mas diversos atores sociais criam mecanismos de fiscalização dos meios de comunicação. São os Sistemas de Responsabilização de Mídia (MAS)⁴, denominado como qualquer meio para melhorar os serviços de mídia independente do governo.

Esses sistemas demonstram forte preocupação com a qualidade do produto jornalístico porque têm como premissa que a informação desempenha importante papel no fortalecimento e consolidação da democracia. “Essas entidades visam estabelecer um comparativo entre a expectativa da sociedade em relação ao noticiário produzido com o resultado efetivo do trabalho dos jornais, a fim de estabelecer a lacuna existente entre o que é prometido e o que é entregue ao cidadão” (GUERRA, 2010, p. 13).

⁴ Sistemas de Responsabilização de Mídia é a tradução portuguesa (do Brasil), de Maria Leonor Loureiro, da expressão *Media Accountability System*, cuja sigla MAS é mantida na obra de Bertrand.

Este pesquisador atenta para o fato de que este exercício de crítica nem sempre é claro e apresenta limitações, mas afirma que tais indicadores podem ajudar grupos que monitoram organizações jornalísticas para que estas possam identificar atributos de qualidade e vícios a serem evitados nos produtos e serviços. E as organizações já estariam cientes de que boa qualidade pode render a uma organização muitas vantagens. “O retorno pode vir na melhoria da imagem pública que a organização constrói em virtude dessa opção pela qualidade e, conseqüentemente, no aumento dos lucros decorrentes da condição alcançada”. Sem contar que a indicação de qualidade confere segurança e credibilidade na relação de consumo (GUERRA, 2010, p. 14).

Ainda na questão da definição de qualidade, Guerra (2010, p. 15) relata que essa preocupação remonta o início do século XX, associada ao processo de padronização e produção em larga escala advindo da Revolução Industrial. E ao citar Carvalho⁵, destaca os precursores na área (Shewhart, Mayo, Juran, Feigenbaum, Crosby e Deming) e os métodos (gráficos de controle, motivação humana, planejamento e apuração de custos).

Os conceitos teriam evoluído e exigiriam o envolvimento da organização em sua busca e articulação de muitos fatores (características dos produtos, inspeções, qualificação dos funcionários, etc). Guerra (2010, p. 16) também apresenta a construção de cinco abordagens por David Garvin (a partir de Carvalho) a partir de experiências no ambiente corporativo e na literatura. Inicialmente a abordagem seria a “consistente conformidade com as expectativas dos consumidores”. Depois a definição parte da “visão do consumidor”. Há dificuldades e fatores subjetivos que afetariam a percepção do cliente acerca do bem ou serviço. Porém, atenta que a qualidade precisa ser entendida do ponto de vista do consumidor e estaria estritamente relacionada com aquilo que este consumidor percebe como qualidade e propõe que esta, na definição de Slack, Chambers e Johnston, que estudaram Garvin, deve atingir “o grau de adequação entre as expectativas dos consumidores e a percepção deles do produto ou serviço”.

Esses estudiosos então propõem duas dimensões para avaliar a qualidade: o esforço e a competência organizacional para identificar e atingir as expectativas e a percepção do próprio cliente em relação às suas expectativas. As duas dimensões gerariam dois domínios que determinariam a qualidade percebida: domínio da operação e dos consumidores. Quando o consumidor não percebe o produto ou serviço como os que são compatíveis com as suas expectativas, criam-se as lacunas que conferem expectativas não condizentes com o produto real.

⁵ CARVALHO, Marly Monteiro de. “Histórico da gestão da qualidade”. In.: CARVALHO, Marly Monteiro de, et al. *Gestão da qualidade: teoria e casos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 3ª. reimpressão.

Impossível então não abordar o conceito porque se torna uma preocupação que atravessa toda uma organização e representa a forma como esta organização concebe e implementa as ações de qualidade e, para obter êxito, o autor ressalta a necessidade de desenvolver um bom sistema de gestão da qualidade.

No jornalismo, Guerra (2010, p. 19) diagnostica que há uma lacuna muito grande em relação aos estudos sobre a qualidade jornalística. E essa ausência também na agenda acadêmica torna-se um grande desafio para esta e muitas pesquisas porque deixa de avançar em aspectos teóricos e em cultura profissional e empresarial. Instala-se também a dificuldade de um consenso entre diferentes partes em relação à construção de referenciais.

Sobre esses referenciais, o autor cita o caso da norma ABNT NBR ISO 9000, resultado de amplos debates e consultas, mas também destaca as diferentes correntes de natureza crítica e no ensino da profissão, as diferentes posturas, pois há aqueles que defendem um ensino técnico e especializado e há aqueles que, inclusive, não confiam na capacidade de a mídia tradicional promover desenvolvimento de indivíduos e sociedades, bem como há aqueles defensores da grande mídia como instituição capaz de promover a consolidação da democracia e o desenvolvimento das nações, além de posições intermediárias.

Mesmo assim, Guerra (2010, p. 20) aponta vários consensos e analisa ferramentas desenvolvidas no Brasil, na América Latina, Estados Unidos e Europa, que avaliam a qualidade do jornalismo praticado, reforçam princípios e sugerem uma atuação que contribua para o agendamento de temas que priorizem o ser humano, para que governos sejam mais “responsivos”, na fiscalização, para que políticas públicas sejam implementadas com necessidade e responsabilidade, que informe de maneira contextualizada e substancial a fim de que os cidadãos possam ser mais participativos da vida política, fiscalizando e cobrando as políticas necessárias.

Guerra (2010, p. 20) também argumenta que a sociedade civil deve “observar a mídia” a fim de colaborar com essas instituições, de permitir um diálogo mais qualitativo. Esta, por sua vez, pode e deve levar em consideração fatores que extrapolem o caráter comercial das notícias, que elas se constituam como importante fonte de acesso ao direito à informação, que contribuam para a formação da agenda cidadã, que provoquem consequências práticas na vida das pessoas e que não se findem em uma mera relação de consumo.

Ao considerar dois âmbitos na avaliação da qualidade no jornalismo, um mais genérico, relativo ao ambiente no qual as organizações atuam (genérico) e outro (mais específico), relacionado aos resultados diretos do trabalho da organização/empresa/instituição, Guerra (2010, p. 22) já disserta acerca dos indicadores de desenvolvimento da mídia. E em relação à análise ambiental, explica que o ambiente se torna condição especial para que as organizações se voltem para a qualidade.

Então, motivada por preocupações coletivas de integrantes da Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (RenoI) e a UNESCO, esse monitoramento da qualidade da cobertura jornalística utilizou cinco categorias para a análise do desenvolvimento de mídia em todo o mundo. São elas:

- 1) verifica a presença de um sistema de regulação capaz de assegurar liberdade de expressão, pluralismo e diversidade de meios de comunicação, examinando fatores como a existência de leis específicas de proteção à liberdade de expressão, à independência editorial e ao direito à informação;
- 2) identifica características da economia política da comunicação em um país, como propriedade das mídias, concentração de mercado e independência financeira, avaliando, por exemplo, se o Estado adota medidas afirmativas para promover um sistema de mídia pluralista, zela pela obediência;
- 3) avalia a capacidade de as mídias de um país contribuírem para sustentação da democracia, considerando regulação apropriada, qualidade do serviço público de radiodifusão, exigências de imparcialidade, confiança do público e segurança dos jornalistas;
- 4) se relaciona à formação profissional na área, apurando as condições de qualificação, atuação de sindicatos e organizações corporativas e de representação da sociedade em geral;
- 5) se refere à infraestrutura disponível para a atuação das empresas da área e o exercício profissional (ROTHBERG, 2010, p. 17).

O documento também incita a necessidade de intervenção estatal a fim de promover um ambiente de mídia mais plural, livre e diverso, com dispositivos que assegurem igualdade de condições para ambas as mídias: pública, privada e comunitária. Tudo precisa estar muito bem situado no contexto das rápidas e abrangentes mudanças no cenário midiático.

E identifica indicadores de desenvolvimento de mídia: 1) um sistema regulatório favorável à liberdade de expressão, ao pluralismo e à diversidade da mídia. 2) Pluralidade e diversidade da mídia, com igualdade de condições no plano econômico e transparência da propriedade. 3) A mídia como uma plataforma para o discurso democrático. 4) Capacitação profissional e apoio às instituições que embasam a liberdade de expressão, o pluralismo e a diversidade. 5) A capacidade infraestrutural é suficiente para sustentar uma mídia independente e pluralista.

A primeira categoria faz menção a um sistema regulatório que promova a liberdade de expressão e da informação. Seus indicadores apontarão o grau de garantias legais que asseguram liberdades necessárias ao exercício jornalístico. Em seguida,

avalia-se o apoio do estado no desenvolvimento de uma mídia plural e transparente, com foco no controle diversificado dos meios. Na terceira categoria é avaliado se os meios refletem e representam a diversidade de pontos de vista e interesses de uma sociedade e ainda se os atores sociais têm acesso aos meios de comunicação.

O conjunto de indicadores incluídos na quarta categoria avalia se os jornalistas são capacitados e se evoluem na carreira, avalia ainda o quanto a sociedade e as organizações estão preocupadas com a qualidade e na sociedade quais instâncias atuam na fiscalização e na apresentação de demandas.

Finalmente a quinta categoria analisa a capacidade infraestrutural de uma mídia e se de fato ela sustenta uma mídia independente e plural e acessível. Essas categorias contribuem imensamente para produzir um diagnóstico acerca do grau de desenvolvimento do sistema comunicacional no Brasil.

Guerra (2010, p. 24) desenvolve quadros que apresentam Indicadores cujas várias dimensões analisam o ordenamento jurídico e político do país em questão, o exercício da liberdade de expressão e demais itens importantes relativos à liberdade de expressão e informação em diversos tipos de ambientes (governos, movimentos sociais, associações profissionais, organizações jornalísticas, etc), bem como relativos à sua postura em relação à sociedade, aos governos e autoridades, anunciantes e grupos econômicos, a entidades de classe, à sociedade civil, “seja por meio de movimentos sociais ou por meio de movimentos de monitoramento de mídia”.

O primeiro quadro apresenta indicadores cujas responsabilidades recaem diretamente sobre as organizações e verifica o grau efetivo de comprometimento das organizações em suas gestões, processos e produtos. Trata-se apenas de um resumo que apresenta no próprio documento ferramentas detalhadas e abrangentes sobre importantes itens a serem avaliados. Apresenta categorias, subcategorias, indicadores e comentários sobre as implicações e responsabilidades que recaem sobre essas organizações, suas decisões e ações.

Guerra (2010) também apresenta outras experiências de avaliação, mas antes define parâmetros para avaliar as organizações. Então articula três conceitos importantes:

Requisitos: que expressam a necessidade ou a expectativa em relação a um produto, geralmente, de forma implícita ou explícita (NBR ISO 9001:2008, p. 8). Exemplo: a “pluralidade de pontos de vista nas matérias jornalísticas que abordem situações de conflito” é uma necessidade e uma expectativa da sociedade em relação ao conteúdo noticioso. Indicador: é o mecanismo de medição do grau de conformidade do produto ao requisito 21. Exemplo: para se avaliar o requisito “pluralidade”, é necessário identificar as diferentes vozes no noticiário. Isso pode ser feito pelo indicador “número de fontes

ouvidas por pontos de vista diferentes na notícia”. Padrão: é referência que indica o nível esperado de conformidade e de não conformidade entre o objeto da avaliação e os requisitos pretendidos 22. Exemplo: para ser considerada conforme ao requisito “pluralidade”, a matéria, avaliada com base no indicador “número de fontes por pontos de vista diferenciados”, deve pelo menos ouvir duas fontes, representando, cada uma, pontos de vista distintos. Toda matéria que ouvir pelo menos duas fontes, apresentando pontos de vista diferenciados, atende ao padrão estipulado e pode ser considerada “de qualidade” (GUERRA, 2010, p. 26).

Guerra (2010) adota essa tríade em suas análises e ainda separa o problema em três categorias: Parâmetros de avaliação de conteúdo, Parâmetros de avaliação de procedimentos e Parâmetros de avaliação de sistemas de gestão. Em relação ao primeiro, que avalia o produto pronto, analisa duas experiências: a da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) e da pesquisa chilena sobre *Valor Agregado Periodístico (VAP)*.

Em relação aos Parâmetros de avaliação de procedimentos, ou seja, às etapas do processo interno de produção, Guerra (2010, p. 31) analisa duas experiências: a da Fundação Prendre (*Feundación Prensa y Democracia*) e a do *Project for Excellence*. A primeira experiência parte de uma pesquisa de experiências internacionais, da leitura do cenário mexicano de comunicação. Sobre o “*Managing for Excellence: measurement tools for aquality journalismo*”, produzido pelo *Media, Management*, apresenta 14 parâmetros para avaliação da qualidade ou compromisso de qualidade das organizações: 1) precisão; 2) fontes; 3) conhecimento dos leitores; 4) foco na comunidade; 5) competência técnica; 6) gerenciamento de desempenho; 7) treinamento; 8) integração de informações; 9) inovação; 10) atualidade; 11) avaliação de qualidade; 12) desenvolvimento da equipe; 13) recursos humanos e 14) comunicação e planejamento.

Sobre os Parâmetros de avaliação do sistema de gestão organizacional, Guerra (2010, p. 35) afirma que as experiências são mais complexas porque avaliam um conjunto de fatores que compreendem a organização a partir do seu desenvolvimento organizacional como um todo e não somente às avaliações de produtos e processos, como no dois parâmetros iniciais. Aqui, o autor avalia duas experiências: a da *International Standartization & Accreditation Services (Isas)* e *Media & Society Foundation (MSF)*. Esta análise obteve a ferramenta mais completa analisada, baseada nas normas de certificação ISO 9001, com um roteiro de avaliação bem amplo e consistente e em função das especificidades das organizações jornalísticas.

A segunda análise, do Instituto Ethos, avaliou o compromisso dos jornais brasileiros com a RSE (Responsabilidade Social Empresarial), verificando aspectos que impactam a qualidade do trabalho dessas organizações.

As análises contemplam quadros com exemplo dos parâmetros de avaliação da Fundação Prendre (MEX), exemplo dos parâmetros aplicados pelo Media Management Center, exemplo de definições conceituais do documento ISAS BC & P 9001, apresentação resumida dos temas avaliados pelo ISAS, exemplo da ferramenta de avaliação de sistema de gestão da qualidade ISAS BC 9001:2003 & P 9001:2005, exemplo de avaliação em profundidade dos Indicadores Ethos e exemplo de questão da ferramenta de avaliação da RSE do Instituto Ethos.

Na sequência, Guerra (2010, p. 41) apresenta dois modelos de sistema de gestão, dos quais extrai elementos que fundamentam uma ferramenta conceitual de avaliação para as organizações jornalísticas. Cita alguns prêmios nacionais de qualidade, embasados nos prêmios Deming (Japão) e Baldrige (EUA) e analisa então o prêmio da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), que premia as organizações em relação aos critérios de excelência, e as normas da família ABNT ISSO 9000, que também oferecem requisitos para sistemas de gestão da qualidade. E apresenta esses modelos (especificamente a ABNT NBR ISSO 9001 e os fundamentos da FNQ de 2008) a fim de sinalizar questões necessárias que devem ser consideradas no âmbito dessas organizações.

Finalmente, Guerra (2010, p. 45) propõe diretrizes para uma ferramenta piloto de sistema de gestão de qualidade para o jornalismo, retoma o conceito de qualidade e elabora, com ressalvas:

Qualidade é o grau de conformidade entre as notícias publicadas e as expectativas da audiência, consideradas as expectativas da audiência em duas dimensões: a) dimensão privada, relativas a seus gostos, preferências e interesses pessoais; e b) dimensão pública, relativas ao interesse público como Valor-Notícia de Referência Universal GUERRA, 2010, p. 46).

E propõem então, a partir da articulação das duas últimas normas analisadas (ABNT NBR ISSO 9001:2008 e da FNQ (2008)), as seguintes diretrizes dispostas no quadro:

1 - Requisitos gerais
Avalia se a organização tem disponível um Sistema de Gestão da Qualidade. Deve haver informações sobre o funcionamento do sistema, política de qualidade, objetivos de qualidade e manual de qualidade. Todas as informações devem ser documentadas.
2 - Responsabilidade da direção e liderança organizacional
Avalia três dimensões: visão estratégica, relativa ao planejamento organizacional, do qual deve derivar ou complementar o planejamento editorial; ética corporativa, relativa aos compromissos públicos, à transparência gerencial e ao zelo pela credibilidade da organização; e o planejamento de cobertura,

relativo à gestão dos processos de produção, gestão do conteúdo e gestão das expectativas da audiência e da sociedade. Para essas três dimensões, avalia-se a capacidade da direção em liderar, motivar, propor, comunicar, implementar e avaliar o desempenho organizacional.

3 - Estratégias e planos

Avalia a formulação de estratégias tanto organizacionais quanto editoriais. Em relação às estratégias organizacionais, considera-se a análise do ambiente externo (geral e de tarefa) e interno, os cenários, as perspectivas, metas e resultados esperados no longo prazo. Em relação às estratégias e planos editoriais, considera-se a pesquisa de expectativas e necessidades da audiência e da sociedade; análise das áreas temáticas passíveis de atender a tais expectativas e necessidades; definição de planos de conteúdos, desenvolvimento contínuo de Processos de Produção inovadores. Deve prover a definição de requisitos, indicadores e padrões, bem como fazer revisões periódicas, a fim de atualizar todos esses elementos à luz das mudanças dos diversos ambientes.

4 - Audiência e sociedade
Avalia a capacidade e a importância que a organização dá ao conhecimento da sua audiência específica assim como da sociedade como um todo. Implica pesquisa de expectativas e necessidades da audiência, bem como seu perfil, sua competência cognitiva, a fim de melhor adequar a abordagens dos assuntos em função de suas possibilidades de entendimento. Implica pesquisa sobre as necessidades de informação da sociedade, como a agenda pública e política, o desenvolvimento social, e temas particularmente sensíveis na área de atuação da organização.
5 - Informações e conhecimento
Avalia a gestão do conhecimento organizacional, que viabiliza a circulação e o acesso à informação interna e externas necessárias para o trabalho. Avalia utilização de sistemas de informação voltados para dar eficiência e eficácia ao planejamento de cobertura: a) Gestão dos processos de produção; b) Gestão do conteúdo: organização, armazenamento, compartilhamento e pesquisa de conteúdo, além de acesso atualizado às informações constantes do item 4; c) Sistema de gestão da qualidade: monitoramento informatizado sobre acompanhamento dos processos de produção de conteúdos. Inclui capacitação de profissionais.
6 - Gestão de Recursos
Avalia a gestão de recursos materiais e humanos. Recursos materiais: o fornecimento de meios necessários aos processos de produção para garantir a) a satisfação da audiência e da sociedade e b) o correto funcionamento do sistema de gestão. Recursos humanos: organização do trabalho, seleção, contratação e promoção de pessoas; estímulo às pessoas e às equipes; capacitação; construção de um ambiente propício à inovação e à qualidade de vida das pessoas tanto interna quanto externamente.
7 - Realização do produto e dos processos
Avalia os processos de produção e sua capacidade para abarcar os conteúdos pré-definidos em função das expectativas e demandas da audiência e da sociedade. Avalia a) o planejamento de produtos e de processos, visando a melhoria contínua; b) a execução dos processos; e c) a conformidade dos produtos às expectativas e necessidades da audiência.
8 - Medição, análise e melhoria / resultados
Avalia os resultados da organização. Implica o desenvolvimento de indicadores destinados à avaliação dos produtos em seus aspectos formais e de conteúdo. Avalia a percepção da audiência e da sociedade sobre o nível de atendimento da organização a suas expectativas e necessidades.

Quadro 1: Diretrizes propostas para uma ferramenta conceitual de um sistema de gestão de qualidade aplicado a organizações jornalísticas

Fonte: Guerra, 2010, p. 47

Para Guerra (2010, p. 23), que propõe apenas um modelo de sistema de gestão da qualidade adaptado às organizações jornalísticas, um modelo conceitual, o estudo carece de testes e discussões com os agentes necessários ao desenvolvimento de ferramentas para tal. As diretrizes sistematizadas pelo autor englobam questões focadas no processo e produção de notícias e em processo de apoio que impactam na produção das notícias.

É apenas um estudo, com aspectos extraídos de outras experiências, mas sugere possibilidades de inovações como planejamento de conteúdo e desenvolvimento de ferramentas organizacionais de avaliação, e ainda atende uma demanda que tende a crescer dada a urgência da discussão no mundo contemporâneo.

Importante lembrar que se torna fundamental tal discussão para um trabalho que aborda os estudos de jornalismo e sua relação com a cidadania, que servirá de subsídio para discussão e análise acerca da qualidade que encontramos no jornalismo praticado hoje e qual o seu compromisso com o processo democrático.

As diretrizes são a base para elaboração de matrizes de Indicadores de qualidade Jornalística, desenvolvidas por Egypto (2010) explanadas a seguir e que têm como base entrevistas e questionários aplicados a jornalistas profissionais de toda a região do país e um grupo de executivos com responsabilidades jornalísticas, administrativas e corporativistas. O estudo provém de conceitos também desenvolvidos no documento “Indicadores de Desenvolvimento da Mídia: Marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação” (UNESCO, 2010) analisado anteriormente neste subcapítulo.

A pesquisa de Egypto (2010), de caráter empírico, contou com 22 entrevistas a gestores de redação e/ou jornalistas que praticamente comandam empresas jornalísticas brasileiras, além de um questionário on-line respondido por 275 jornalistas.

Na condição de produtoras e distribuidoras de um bem social tão relevante quanto a informação – consubstanciada na notícia, na opinião e na análise –, e considerada a importância desta produção para a alimentação do debate público e para o exercício da democracia, será uma prática no mínimo salutar submeter a mídia em geral, e a atividade jornalística em particular, a mecanismos de escrutínio público como forma de aprimorar a produção de seus conteúdos e a interlocução com as suas audiências (EGYPTO, 2010, p. 14).

Mais do que uma crítica “simplória”, Egypto (2010, p. 14) percebe o imperativo de colaborar para o aprimoramento do fazer jornalístico. Nesse sentido, a matriz por ele apresentada pode sim ajudar as organizações a assumirem o compromisso com a qualidade e também contribuir neste processo de constante busca e aprimoramento de

ferramentas e instrumentos de análise de gerenciamento de processos em direção à qualidade.

Assim, o autor afirma que o primeiro passo para constituir a matriz em questão, que dê conta de todas as etapas jornalísticas é a compreensão da base de uma gestão de qualidade praticada, ou seja, “trata-se de avaliar o compromisso interno das organizações com a qualidade”. E já antecipa que as entrevistas demonstraram que não há um consenso conceitual de “qualidade jornalística” entre os atores envolvidos no levantamento.

O trabalho de Egypto (2010) apresenta uma série de quadros que ilustram a vida prática dos jornalistas em posições de comando acerca do que eles entenderiam por um jornalismo de qualidade. E se apoiam na ideia de “garantir o zelo e a pertinência da apuração jornalística” informação que pode ser traduzida em compromisso com a correção gramatical e precisão das informações distribuídas. Os executivos ainda destacam a independência, a ética, a responsabilidade social e o atendimento às demandas de audiência como atributos do jornalismo de qualidade, fatores que constituem a tão almejada “credibilidade” no ofício jornalístico.

Egypto (2010, p. 18) dá destaque para a seguinte afirmação: “A qualidade de um veículo jornalístico está relacionada à sua capacidade de representar as visões de todo o espectro político e uma vasta gama de interesses sociais, inclusive aqueles dos setores mais vulneráveis da sociedade. Você concorda com esta afirmação?” Dos 22 executivos entrevistados, 15 concordam, um discorda e os outros seis concordam em termos. No grupo de jornalistas, 169 concordam e 10 discordam. É perceptível que a pluralidade é fator relevante tanto no nível administrativo-gerencial bem como no âmbito das redações em consonância com os padrões de excelência jornalística.

Em relação à promoção dos direitos humanos e à adesão de valores como inclusão social, tolerância e monitoramento dos atos dos governos, a prática não procede sem o apoio e disposição da direção máxima da instituição/organização.

Para o autor, é preciso monitorar constantemente, e é preciso compreender que o editorial e o empresarial devem caminhar juntos em direção à qualidade porque assim os ganhos serão intangíveis e saudáveis para as organizações e para o aperfeiçoamento da democracia. Portanto, sua matriz pretende funcionar como “marco organizativo inicial”, passível de ajustes, testes práticos e contribuições do setor jornalístico, da academia e do mercado.

A matriz produzida por Egypto (2010, p. 20) contempla questões que investigam dois eixos: Requisitos de qualidade e Gestão de qualidade. Em relação ao primeiro eixo,

as questões visam compreender como um todo a responsabilidade da direção/lideranças, as estratégias e os planos da organização, as informações e o conhecimento da redação e sua preocupação com a audiência e sociedade.

Em relação ao eixo Gestão de Qualidade, as questões verificam o monitoramento e a gerência, os recursos humanos, a política editorial e inovação, e o relacionamento com anunciantes, fatores internos capazes de inferir intensamente na condução de uma Gestão para a qualidade dos produtos e dos processos.

De fato, está mais que evidente a necessidade de avaliar e vivenciar um jornalismo de qualidade, ético e responsável. Esta dissertação também busca analisar essa qualidade através dos enquadramentos produzidos pelas principais revistas semanais brasileiras.

Como atestou Vicchiatti (2005, p. 29), o jornalismo necessita recuperar seu potencial e sua vocação nobre de instrumento leitor da realidade, buscando ampliar a consciência no ser humano, fomentar a capacidade do indivíduo em construir uma realidade mais coerente com o propósito de vida inteligente. “Se houver a preocupação dos jornalistas de sempre serem observados os princípios éticos, seguramente estarão se transformando em profissionais efetivamente “ligados” ao seu efetivo papel social”, a ponto de desejar uma mudança significativa e definitiva para as próximas gerações.

É preciso atentar para a importância dos meios noticiosos, conseqüentemente dos jornalistas e seus gestores, peças importantíssimas desses meios, nos quais os indivíduos se baseiam e buscam suas representações para sondar o seu espaço social. E atentemo-nos ainda para um dos maiores desafios do jornalismo no século XXI: o de reformular os principais valores básicos que orientam seu olhar sobre o mundo.

Não menos importante, o subcapítulo a seguir explica o conceito de enquadramento, seu surgimento, desenvolvimento e algumas exemplificações de sua aplicação e, principalmente, aponta o caminho metodológico que este trabalho seguiu.

2.4 O Enquadramento

De acordo com Soares (2012, p. 3), o conceito de enquadramento (*framing*) surgiu na Sociologia, mas foi trazido para os estudos de comunicação para referir-se às propriedades construtivas das representações jornalísticas. O conceito vem da obra *Frame analysis*, de Erving Goffman, sociólogo americano que pretendia analisar a organização da experiência individual na interação social do cotidiano. Nessa obra, os enquadramentos foram definidos como marcos interpretativos. As pessoas atribuíam

então sentido aos acontecimentos e situações sociais através de uma pergunta básica: “o que está acontecendo aqui”? Ou seja, o enquadramento implica em um processo de definição e construção de sentido para os eventos do cotidiano.

Ao estudar Hackett, Porto (2002, P. 2) discute esse novo paradigma como alternativa no estudo de coberturas políticas, onde parcialidade, objetividade e demais (desequilíbrio, distorção e deturpação) teriam se tornado um suporte teórico frágil e em declínio. Que já não seria mais suficiente pressupor a possibilidade da comunicação imparcial e independentes do mundo exterior.

Para Porto (2002, p. 2), o paradigma da objetividade tem sido insuficiente para o estudo das relações entre a mídia e a política. Aqui a crítica do papel político da mídia se restringe a ressaltar a falta de objetividade ou imparcialidade das mensagens veiculadas e pode provocar distorções, desequilíbrios e deturpação. Parte do pressuposto de que “ao tratar de temas políticos a mídia deve impedir que valores e ideologias interfiram no relato dos fatos, ou evitar que os meios favoreçam grupos”.

Porto (2002) explica que Hackett ousou propor substituir o conceito de parcialidade pelo de “orientação estruturada”, onde o conteúdo é produzido a partir de uma matriz ideológica, ativada pelos jornalistas, de maneira nem sempre inconsciente e sem necessariamente com uma intenção deliberada de manipular. Os enquadramentos estariam entre os fatores mais importantes da “estrutura profunda”. O enquadramento seria então uma alternativa às insuficiências de teorias clássicas do jornalismo.

Na perspectiva de Tankard, Porto (2002, p. 3) destaca que o enquadramento oferece um instrumento para analisar empiricamente o papel da mídia na construção da hegemonia e também para dinamizar perspectivas teóricas já existentes, como por exemplo, a da *agenda-setting*, que compreende a seleção, disposição e incidência de notícias sobre os temas que o público falará e discutirá. A corrente investigativa foi desenvolvido pelos pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw em 1972, embora sua essência tenha sido indicada no ano de 1922 por Walter Lippmann em sua obra clássica *Public Opinion*.

Em suas revisões, Rothberg (2005, p. 17) indica que o enquadramento é uma noção útil para entender o mecanismo de contar histórias no jornalismo político. Para este autor, o conceito de enquadramento é caracterizado como algo mais sofisticado do que as usuais teorias empregadas e propõe buscar as tendências supostamente apresentadas de forma sistemática.

No contexto da comunicação, a palavra enquadramento sempre esteve ligada à fotografia, ao cinema, às qualidades técnicas dos processos, como na angulação das câmeras e sobre as perspectivas nas criações artísticas e produção das imagens visuais. Mas o conceito também é utilizado na análise dos meios noticiosos, principalmente dos meios impressos, e analisa os mecanismos utilizados para influenciar a maneira com que os fatos são noticiados e compreendidos pela audiência.

Para Porto (2002), o enquadramento é um princípio de organização que governa os eventos sociais e o nosso envolvimento nesses eventos. Através do enquadramento as pessoas se permitem fazer sentido dos eventos e das situações sociais.

Este autor explica que o conceito ganhou notoriedade na psicologia, com os estudos de Kahneman e Tversky (1984, 1986). Um dos experimentos, por exemplo, solicitava aos participantes que imaginassem que os Estados Unidos estariam se preparando para uma grande epidemia que deveria matar 600 pessoas. As pessoas deveriam optar por dois programas: um seria apresentado como aquele que “salvaria 200 pessoas”, enquanto que para o outro grupo o mesmo programa é apresentado como aquele que “provocaria a morte de 400 pessoas”. Apesar de as alternativas serem idênticas, o primeiro programa foi o escolhido por 72% das pessoas. Ou seja, ficou evidente que as pessoas decidem, tomam decisões de acordo com a forma como os temas são enquadrados

Para Gonçalves (2005), a introdução da noção de frame nas ciências sociais e humanas deve-se ao antropólogo e epistemólogo da comunicação anglo-americana, Gregory Bateson. Mas, segundo Porto (2004, p.5), o conceito foi utilizado pela primeira vez pela socióloga Gaye Tuchman, que defende que o enquadramento constitui uma característica essencial das notícias, que apresentam e orientam um entendimento específico do assunto em questão e constroem determinadas realidades. Ela se dedicou à conceituação do termo em seu livro *Making News*, mas não teria definido claramente o conceito porque não verificou como os enquadramentos dariam forma à realidade, não aplicou o conceito em fatos recorrentes da cobertura midiática.

Seria Todd Gitlin, em *The whole world is watching* (1980), o primeiro autor a propor uma definição clara e sistemática do enquadramento:

Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jorna-listas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980).

Gitlin (1980) produziu um estudo sobre a cobertura norte-americana acerca do movimento contra a guerra do Vietnã, o *Student for a Democratic Society (SDS)*. O pesquisador analisou influências dos veículos de comunicação nos desdobramentos do movimento e na caracterização de seus líderes e percebeu práticas específicas de polarização e ênfase em disputas pela mídia, que contribuiu muito para transformar os líderes do movimento em celeridades.

Entman (1994), por sua vez, define e resume os principais aspectos do enquadramento:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1994 p. 294).

Este autor produziu um dos primeiros trabalhos de enquadramento quando comparou a cobertura da imprensa norte-americana de dois incidentes aéreos similares, que ocorreram em épocas próximas e em meio às disputas e ideologias alimentadas pela Guerra Fria. São dois casos de abate de avião, um coreano, da Korean Air Lines (KAL), com 269 passageiros, abatido por um míssil soviético sobre o espaço aéreo da URSS em setembro de 1983, e o outro, um avião iraniano, da Iran Air, com 290 passageiros, derrubado por um míssil disparado de um barco de guerra norte-americano em julho de 1988. Os dois aviões teriam sido identificados como possíveis alvos por oficiais militares. Porém, a Coreia é um país aliado aos Estados Unidos. Já o Irã é considerado inimigo político.

Este autor verificou matérias de jornais, revistas e telejornais relativos a cada um dos incidentes acerca de seus enquadramentos noticiosos empregados. O caso do avião coreano foi muito amplificado, ocupando, em mídia, duas vezes mais páginas das revistas semanais, minutos de noticiários da CBS e número de reportagens dos jornais, em comparação com o caso do avião iraniano.

Entman (1991) focalizou quatro aspectos do texto e criou o enquadramento moral ou técnico dos episódios: autoria (*agency*); identificação com as vítimas; categorização do ato; generalização do ato.

O enquadramento do incidente da KAL propunha que o governo soviético agiu conscientemente e caracterizou o evento como um ato de violência, uma emboscada, confirmando as avaliações negativas sobre a URSS e culpando líderes soviéticos. Já sobre o caso da Iran Air, o enfoque foi bem diferente, neutro, na verdade, com

ilustrações que indicavam inadequações da tecnologia. Pelo fato de não ter usado a imagem do avião explodindo, como tinha feito no incidente da KAL, a revista construía o significado de que o assunto envolvia os oficiais e a tecnologia do navio.

Em relação aos adjetivos e advérbios, Entman (1991) contrastou o domínio discursivo nas duas situações através de uma leitura que identificou quarenta e quatro adjetivos e advérbios para descrever o abate no caso da KAL, tais como brutal e bárbaro. Foram 22 no caso da Iran Air, entre eles horrível, trágico e incompreensível.

Em seu trabalho sobre a cobertura do noticiário pós-onze de setembro, Entman (2003) contesta a interpretação pela Casa Branca, especificamente pelo presidente George Bush, e que dominou o noticiário norte-americano. O estudo, chamado de “Ativação em cascata”, explicou como um modelo de relação entre governo e meios de comunicação pode manter e/ou ativar e disseminar uma cultura de discórdia dentro dos limites convencionais. Ao qualificar os ataques do “Onze de setembro” como deliberados e mortais, como atos de terror e atos de guerra, e repetir incansavelmente determinados termos, a mídia manteve um enquadramento produzido pelo próprio presidente, o de luta monumental entre o bem e o mal.

De acordo com Antunes (2009, p. 87), na abordagem que integra aspectos sociológicos e psicológicos, os enquadramentos têm sido reconhecidos em três áreas e conceituados da seguinte maneira:

Em geral, os autores localizam os *frames* no interior dos sistemas de mídia, incluindo as relações entre os jornalistas e o ambiente das redações; junto aos receptores das mensagens midiáticas, e entre os atores, grupos e organizações dos diferentes campos sociais. Em termos de análise, os *frames* operam em níveis cognitivos e textuais ou como padrões de discursos que aparecem em uma condição pública (ANTUNES, 2009).

Os investigadores percebem esses enquadramentos como um complexo cognitivo de esquemas, estabelecidos no discurso público, político ou entre mídias, e como manifesto em estruturas textuais. “Os enquadramentos funcionam como princípios básicos de organização das nossas experiências. Definem não só a forma como interpretamos as situações, mas também como interagimos com os outros. Estruturam, em síntese, a nossa experiência da realidade” (GONÇALVES, 2005, p. 158).

Porto (2002, p. 6) também cita outras pesquisas que analisaram o discurso da mídia sobre vários assuntos, mas que relacionaram mídia e cultura política e percebeu que as abordagens jornalísticas produzem “pacotes interpretativos” que competem entre

si. Os temas políticos seriam caracterizados “por uma disputa simbólica sobre qual interpretação irá prevalecer”.

Para este autor, segundo suas revisões, todo tema político tem uma cultura, um discurso que possui interpretações e significados sobre os fatos e que se modifica. Essas interpretações competem entre si e, no centro de cada “pacote interpretativo”, está uma ideia central organizadora que é o enquadramento. Essas pesquisas propõem o método da “matriz assinatura”, utilizado por pesquisas posteriores sobre assuntos e eventos políticos.

No Brasil, Porto (2004, p. 11) cita Afonso de Albuquerque como o pioneiro nesta área. Ele pesquisou a cobertura das eleições presidenciais de 1994. A utilização do conceito cresce com as pesquisas realizadas sobre a eleição presidencial de 1998. Os autores recorrem à teoria para ressaltar como a mídia constrói cenários favoráveis ou desfavoráveis ao enquadrarem os candidatos.

Segundo Rothberg (2005, p. 24) “os enquadramentos da política devem ser considerados como parte integrante de um gênero de produto midiático” com roteiros pré-determinados para cativar o público. Esses gêneros possuem histórias e trajetórias distintas, influenciadas pelas relações entre editores e receptores. A política é contada como uma história, e os políticos dão sentido aos eventos através de narrativas que cativam leitores e telespectadores.

Porto (2002) divide em duas vertentes as pesquisas que utilizam tal referencial. De um lado, estão os estudos, realizados com grupos focais, do impacto dos enquadramentos da mídia sobre o entendimento da audiência em relação a temas políticos. De outro lado, investiga-se como determinado tema é enquadrado pela mídia. Surgem, sob esta segunda perspectiva, os enquadramentos que ele denomina como temático, “corrida de cavalos”, cívico, episódico, de interesse humano, de jogo, estratégico e dominante.

Para Porto (2001, p. 11), a forma como os meios de comunicação interpretam as disputas eleitorais, por exemplo, revela características da cultura profissional do jornalismo praticado nos meios de comunicação brasileiros.

Ao identificar as principais características da cobertura jornalística da eleição estadunidense de 2000 pelo jornal brasileiro de maior circulação, a *Folha de S. Paulo*, Porto (2001) materializou os principais enquadramentos utilizados em processos eleitorais:

- Enquadramento temático: concebe uma abordagem mais substancial dos fatos noticiosos, um nível analítico que vai além dos fatos. Em processos políticos enfatiza as posições e propostas dos candidatos sobre os aspectos substantivos da campanha e em períodos não eleitorais situa os assuntos diversos em contextos mais gerais, interpretativos e analíticos;
- Enquadramento corrida de cavalos: configura a campanha eleitoral como uma corrida entre os candidatos. A abordagem se restringe a descrever uma estratégia de jogo, os resultados das pesquisas e as estratégias das campanhas. Outros pesquisadores utilizam, para este tipo de enquadramento, outros nomes como enquadramento estratégico ou “game frame”;
- Enquadramento centrado na personalidade: este enquadramento está presente nas notícias que enfatizam as características e a vida pessoal dos candidatos e outros atores noticiosos, descrições de suas habilidades, qualidades, os atores individuais, os eventos e os dramas humanos. Este tipo pode também ser chamado de “enquadramento de impacto humano ou interesse humano”;
- Enquadramento episódico: está presente em notícias descritivas, centradas em eventos que relatam fatos ou declarações de atores. Restringe-se basicamente em relatar os últimos acontecimentos de maneira superficial.

Segundo Porto (2002, p. 10), o enquadramento episódico tende gerar a impressão de que não existem conexões entre diversos problemas de uma dada cobertura, e de que a ação política é inexistente. Já o enquadramento temático, por apresentar um contexto mais completo, evidencia forças e fatores sociais mais amplos.

Soares (2012) afirma que, ao estudar o enquadramento, os pesquisadores assinalam imagens e palavras, identificam intenções, valores, conteúdos e formatos e estruturas discursivas que integram um determinado *corpus*. Ele levanta algumas classificações acerca dos enquadramentos. Cita Gitlin, que teria observado dispositivos de enquadramento como trivialização, polarização, ênfase no dissenso interno e marginalização, e Neumann, ao identificar enquadramentos baseados em palavras que ora sugeriam “interesse humano”, ora “conflito”. Price também teria identificado três novos enquadramentos: de conflitos, de interesse humano e de consequência. Semetko e Valkenburg, num estudo sobre a imprensa holandesa, identificaram esses mesmos três enquadramentos frequentes e mais um, denominado enquadramento de responsabilidade. O de conflito é verificado especialmente em coberturas de campanhas eleitorais. O de interesse humano destaca o lado emocional, pessoal e dramático. O

enquadramento das consequências econômicas enfoca os resultados econômicos de um evento e, por fim, o da responsabilidade atribuída a mesma a um indivíduo, grupo ou governo.

Observa-se assim uma variedade de concepções atribuída à natureza competitiva do campo de pesquisa, nas quais os pesquisadores usam métodos analíticos diversificados, como a análise de conteúdo e a análise do discurso, na busca dos dispositivos de enquadramento nas notícias.

Então, ao estudar diversos atores que tratam do enquadramento, Soares, (2012, p. 6) considera pertinente conectar o tema à hegemonia ideológica porque, afinal, esses enquadramentos podem dominar de tal forma o discurso no noticiário, a ponto de torná-los senso comum e não apenas interpretações. Eles seriam patrocinados por atores sociais como políticos, organizações e até mesmo movimentos sociais. As reportagens seriam, então, os fóruns, onde acontecem as disputas entre enquadramentos concorrentes e onde os atores competem pela construção da realidade.

Os autores verificados por Soares (2012, p. 7) afirmam que os enquadramentos das elites são geralmente favorecidos porque possuem recursos econômicos, porque a coleta de dados está centralizada em instituições e em fontes oficiais e não mesmo em seus desafiadores/contestadores. Por isso que, atribuem muita importância à análise das questões ligadas ao poder social e político.

Retomamos aqui o conceito teórico já apresentado na fundamentação teórica, os enquadramentos de protesto, ou definidos por McLeod e Detenber (1999) como um “paradigma de protesto”, que focaliza a aparência e não os projetos e posições de manifestantes. Os enquadramentos se desenvolveriam à medida que jornalistas redefinam assuntos e elites reestruturam suas definições.

Em relação às aplicações, implementação e resultados do método, procedimento e técnicas da Análise de Enquadramento, Soares (2012), esclarece que o método apresenta os seguintes resultados ao ser aplicado na análise de um corpus composto por material jornalístico:

A análise de enquadramento é uma abordagem apropriada para o estudo de matérias jornalísticas, produzindo resultados que põem em evidência os vieses implícitos na sua produção. Trata-se de uma abordagem que salienta o caráter construído da mensagem, revelando a sua retórica implícita, entranhada em textos supostamente objetivos, imparciais e com função meramente referencial. (SOARES, 2012, p.10).

Para a realização de pesquisas que adotam a metodologia da análise de enquadramento e ainda que se limitam a analisar notícias e reportagens, Soares, (2012, p.13) apresenta um roteiro, que descreve e sugere etapas pelas quais um pesquisador pode se orientar. Esse roteiro também é baseado, segundo o autor, e, “[...] em linhas gerais [...]”, na proposta metodológica de Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2003). As etapas estão concentradas em 4 fases: “[...] (1) definição do objeto; (2) observação; (3) descrição; (4) interpretação”. (SOARES, 2012, p.13).

Como uma etapa inicial, Soares (2012, p. 13) sugere que o pesquisador deva definir com qual temática irá trabalhar em sua pesquisa, justificando e contextualizando sua proposta, bem como fundamentando-a teoricamente. Em seguida, é necessário que o pesquisador esclareça de que forma o corpus será constituído, justificando e apresentando o respectivo recorte temporal, além de definir as categorias de análise que serão aplicadas.

A análise de enquadramento, por sua vez, constitui uma abordagem apropriada para o estudo das matérias jornalísticas (neste caso, as de revista) numa perspectiva sociocultural e política, porque salienta o caráter construído da mensagem, revelando o discurso entranhado “em textos supostamente objetivos, imparciais e com função meramente referencial”. E porque também “acadêmicos brasileiros encontraram no conceito de enquadramento um instrumento de análise importante para estudar a relação entre a mídia e os movimentos sociais” (SOARES, 2012, p. 2).

2.5 A cobertura de manifestações e o paradigma de Protesto

Por fim, tendo em vista construir referências teóricas sobre a relação entre o jornalismo e a cobertura de manifestações, com a hipótese de que a imprensa sempre se posicionou de uma maneira mais tradicional e conservadora em relação às manifestações em geral, abordamos duas coberturas acerca desta relação, uma clássica, que utiliza a análise de enquadramento, sobre o famoso acontecimento que ficou conhecido como “Batalha de Seattle”, amplamente divulgado pela mídia, e uma pesquisa mais recente, do coletivo Intervezes, que também se volta para as manifestações de 2013 e sua cobertura na Folha e no Estadão.

Posteriormente, conferimos o artigo de McLeod e Detenber (1999) sobre a existência de um “paradigma de protesto”, através do qual manifestantes são desqualificados, caracterizados superficialmente e sem levar em consideração suas posições e propostas e a violência com que são recebidos pelo poder público. O conceito “paradigma de protesto” ou “enquadramento de protesto” será base para esta pesquisa, confirmando ou refutando a hipótese de que os meios noticiosos deslegitimam, marginalizam e demonizam manifestações de protesto. E será uma referência teórica muito importante na construção de novos conceitos e referências sobre o jornalismo e a cobertura de manifestações.

“...se as mídias digitais serviram como ferramenta de mobilização e ampliação dos protestos, de que forma ocorreu a cobertura dos *mass media*? Como os principais jornais brasileiros trataram do tema e de seus atores” (SILVA ET AL, 2014, p. 7)? Para responder a essas duas questões, o coletivo Intervozes, através da organização de Silva et al (2014), analisa a cobertura dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo sobre os protestos de junho de 2013. A pesquisa “Vozes silenciadas – Mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo” compreende os 19 primeiros dias de junho de 2013 e o objetivo principal foi trazer uma visão concreta, baseada em análise de material empírico, sobre essa cobertura.

Silva et al (2014) verificam a importância de considerar os meios, visto que serviram como “caixas de ressonância para as vozes dos diversos atores que compuseram este enredo”. E ao afirmar que o estudo pode contribuir para o entendimento histórico das manifestações de junho, destaca que também pode servir como registro da ação mediadora dos meios, na prática, nem sempre adequada aos princípios normativos.

O estudo optou pelo recorte de um período que fosse representativo e que comportasse um número expressivo de matérias: entre o dia 1º e 19 de junho. E pelos veículos de jornalismo online, através dos bancos de dados dos próprios jornais.

Com a coleta bruta nos motores de busca e uma segunda triagem para evitar repetições e links desnecessários, chegou-se à amostra de 964 matérias (O Estado de S. Paulo, com 315; Folha de S. Paulo, com 377 e O Globo, com 272), que foram lidas e estruturadas através do preenchimento de uma planilha eletrônica pré-estruturada em SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences, software* de análises estatísticas), desenvolvida para responder a indagações sobre a matéria em análise.

Cada item da planilha foi projetado com o intuito de coletar informações úteis capazes de serem cruzadas e combinadas e que pudessem decompor os textos em indicadores quanti-qualitativos relevantes para compreender o modo de cobertura dos jornais sobre os protestos. Assim, três categorias de dados compuseram a planilha: (a) informações de caracterização geral da amostra, (b) indicadores qualitativos e (c) indicadores normativos (SILVA ET AL, 2013, p. 18).

As informações de caracterização geral apontam link da matéria, data, assinatura, título e foco da cobertura. Os indicadores qualitativos indicam a utilização de termos qualificativos nas manchetes, retratação de atores em ações positivas, retratação de atores em ações negativas e atribuição do estopim da violência. Por fim, os indicadores normativos tratam dos elementos deontológicos da prática jornalística, reconhecidos pela profissão e que se referem à qualidade do jornalismo e ao cumprimento do seu papel social. Aqui foram descritos e analisados os quantitativos de fontes ouvidas, os tipos de fontes ouvidas, a mediação da fala dos atores principais envolvidos, o cumprimento do princípio do contraditório e a veiculação da reivindicação dos atos.

Após análise descritiva da cobertura de cada veículo e caracterização da amostra, o estudo realiza a análise geral e perspectiva comparada, que identificaram padrões e tendências e uma das quais diz respeito aos períodos de crescimento no volume de publicações. Ou seja, “os dados demonstraram o aumento gradativo de matérias, com gráficos em linha ascendente nos três jornais”. Os veículos teriam seguido padrões de cobertura muito parecidos em todos os indicadores, com diferenças pouco significativas.

As manifestações não teriam sido predominantemente caracterizadas de maneira positiva nem negativa, mas por outro lado, os manifestantes teriam sido os mais qualificados, tanto de maneira positiva quanto de maneira negativa. Autoridades e policiamento são mencionados positivamente na fase de eclosão dos protestos e somente até o aumento da violência e os ataques à mídia.

Para Silva ET AL (2013, p. 74), os dados corroboram a análise de Venício Artur de Lima⁶, que resume a cobertura midiática dos protestos:

⁶ LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia et. al. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Posição 1645-1738

A primeira reação foi de condenação pura e simples. As manifestações deveriam ser reprimidas com rigor ainda maior. À medida, no entanto, que o fenômeno se alastrou, a velha mídia alterou radicalmente sua avaliação inicial. Passou então a cobrir em tempo real os acontecimentos, como se fosse apenas uma observadora imparcial, que nada tivesse a ver com os fatos que desencadearam todo o processo. O que começou com veemente condenação transformou-se, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes (LIMA apud SILVA ET AL, 2013, p. 74).

Sobre as qualificações, metade das matérias cita violência, mas não deixa claro que a provocou. Na outra metade, os manifestantes são acusados de serem o motivo da violência, mais do que o policiamento e as autoridades.

Acerca dos aspectos normativos, a pesquisa aponta que a reivindicação das manifestações foi bastante mencionada e as poucas menções negativas demonstram que os meios não contestaram as bandeiras, pelo menos nas matérias informativas. Importantíssimo ressaltar que, “por outro lado, o número elevado de matérias com nenhuma ou apenas uma fonte demonstra problemas na qualidade dos textos do ponto de vista jornalístico e indica superficialidade na apuração dos fatos em pelo menos metade dos textos publicados” (SILVA ET AL, 2013, p. 75).

A situação parece mais grave ainda quando o estudo levanta que 45% das matérias citam apenas uma fonte (autoridade, polícia) e apenas 11% utilizam os manifestantes como fonte única, o que demonstra uma ênfase nas instituições em detrimento aos manifestantes.

Os resultados apontam para problemas éticos e técnicos que podem causar impactos relevantes. “O estudo traz elementos suficientes para colocar em evidência diversas fragilidades do jornalismo brasileiro atual”.

Ainda segundo Silva et al (2013, p. 13), a Batalha de Seattle, ocorrida no final dos anos 90, próximo tema a ser estudado neste capítulo, marca uma nova forma de ação coletiva que passou a utilizar a comunicação digital como elemento mobilizador, assim como nas grandes ondas de protestos no início desta década, como a Primavera Árabe nos países do Oriente Médio, o *Ocuppy Wall Street* nos EUA, o Movimento 3M na Espanha e a Revolução das Panelas na Islândia, e em 2013, os protestos na Turquia e no Brasil. Nesse sentido, tendo vasta cobertura jornalística, merece fazer parte desta pesquisa.

Bezerra e Grillo (2014, p. 197) relatam que no dia 30 de novembro várias ações foram convocadas por manifestantes que se encontravam em Seattle, mesmo de outros países. Na ocasião, o prefeito da cidade declarou estado de emergência e toque de

recolher. A polícia também começou um trabalho de dispersão de manifestantes na zona central, usando bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo.

A reunião, que duraria até os três de dezembro, tinha como pauta principal de discussão a ampla abertura ao comércio global, com propostas que, segundo os manifestantes, garantiriam menos direitos aos países mais pobres. E tinha o objetivo também de lançar uma nova rodada multilateral de negociações comerciais, além de ampliar a área de atuação da OMC.

Os cerca de 100 mil manifestantes eram defensores dos direitos humanos, ambientalistas, estudantes, líderes religiosos e ativistas pelos direitos dos trabalhadores. O evento também contou com a presença de agrupamentos da tática *Black Blocs*⁷. Eles queriam dar um alerta sobre, as condições de trabalho em países, a exploração ambiental, o livre comércio para a biotecnologia e os alimentos geneticamente modificados, entre outros temas.

A mídia, por sua vez, teve um papel importante, porque cobria a primeira manifestação antiglobalização realizada, porque expôs a brutal repressão policial e, também, pela primeira vez revelou a atuação dos *Black Blocs*.

Ao examinar os espaços de representação da Batalha de Seattle, Thomas McFarlane e Iain Hay (2003, p. 216) discutem que os meios de comunicação e os grupos de elite, regularmente, marginalizam e deslegitimam grupos de protesto que desafiam ordens estabelecidas e difundidas pelo “senso comum”, incorporado nos processos de produção de notícias, que, muitas vezes, ocorrem sem a percepção consciente. A cobertura surge como produto de uma série de influências como preconceitos, convenções profissionais, práticas e ideologias, imperativos organizacionais, visões socioculturais e uma ideologia hegemônica subjacente.

Esta pesquisa analisou, com exceção das Cartas do editor, todos os artigos e editoriais que mencionaram os protestos de Seattle, no período entre 26 de novembro e 10 de dezembro de 1999, somando 27 textos. Foram utilizados os métodos de conteúdo empregados por Jenkin (1998) e McGregor (1998), incluindo métodos quantitativos e qualitativos e análises de mitos, estereótipos, discursos, metáforas e narrativas. Esta abordagem possibilitou verificar quais grupos envolvidos tiveram mais espaço e qualidade na cobertura do *The Australian*.

⁷ “Os *Black Blocs* são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento, no qual as pessoas preservam o seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas” (DUPUIS-DÉRI, 2013, p. 10).

Com seus estudos, McFarlane e Hay (2003, p. 217) chegaram ao resultado de que a mídia atua como uma forma de cão de guarda e identifica um dos mecanismos comuns das estruturas de poder existentes: o paradigma da manifestação, uma espécie de padrão ou modelo de rotina implícito na cobertura de protestos sociais. Este padrão é baseado em estudos anteriores, que identificaram vários métodos utilizados pela mídia para salientar certos pontos de vista em relação aos protestos e compreende quatro categorias: história de enquadramento, dependência de fontes oficiais e definições oficiais, invocação da opinião pública e outras técnicas de marginalização, deslegitimação e demonização.

O trabalho ilustra a maneira como atores geopolíticos dominantes e o jornal mais influente da Austrália divulgaram os confrontos. Ao longo da cobertura, o jornal australiano dominou o discurso com críticas aos grupos de manifestantes e invocou a opinião pública para o mesmo. Demonizar os manifestantes anti-OMC foi sua prática constante. As estruturas narrativas usadas pelo *The Australian* focaram em qualificar as habilidades dos manifestantes, aparência, identidades, violência anárquica e confrontos com a polícia. Tudo através de uma dependência clara de fontes oficiais fornecidas pela OMC.

Para McFarlane e Hay (2003, p. 217), ficou claro que com as estratégias de enquadramento implantadas no *The Australian*, referências implícitas invocaram normas sociais e sugeriram que os manifestantes estavam distantes da opinião da sociedade, postura que também reforçou e legitimou reivindicações da OMC. O veículo perpetuou o discurso dominante do livre comércio e da globalização corporativa e reproduziu explicitamente as relações de poder já estabelecidas.

O estudo em questão concluiu que atores dominantes mapeiam práticas sobre um terreno de “interconsciência nacional”, trabalham em função de um “senso comum” e que os meios de comunicação contribuem para legitimar este processo através de suas representações, lembrando a necessidade de investigar conexões importantes entre a cobertura midiática e os eventos e atores geopolíticos dominantes. A organização dos protestos em Seattle assemelha-se muito à dos protestos de junho aqui no Brasil, pela ausência de líderes, grupos ou representantes.

Finalmente, para fundamentar mais nossa pesquisa e dar subsídio para a construção de referenciais teóricos futuros sobre o tema acerca dos enquadramentos construídos pelos meios noticiosos, especificamente sobre manifestações, contextualizamos a seguir, a um termo aprofundado por alguns autores e que merece destaque nesta pesquisa: os enquadramentos de protesto.

McLeod e Detenber (1999) investigam os efeitos de enquadramento na cobertura de notícias televisivas sobre protestos anarquistas, nos quais os tratamentos diferiram em seus níveis de apoio ao *status quo* e mostraram que podem sim influenciar as percepções das audiências. McLeod e Detenber conduzem suas pesquisas acerca da cobertura de mídias sociais, conflitos e influências da mídia na opinião pública, e efeitos e influência da mídia sobre a opinião pública, respectivamente.

De acordo com esses autores, a literatura fornece muitos estudos que concluem que os meios podem deslegitimar grupos de protestos que venham a desafiar o *status quo*. E citam Gitlin (1980), Cohen (1980), McLeod e Hertog (1992), Shoemaker (1984), entre outros, observando que grande parte do conteúdo das notícias se concentra em qualificar a aparência dos manifestantes e não seus problemas. Eles enfatizam suas ações violentas, os colocam contra a polícia e minimizam sua eficácia. Não retratam sua crítica social, nem seus anseios, suas lutas, suas necessidades. Realçam o desvio de alguns manifestantes e diminuem suas contribuições e eficácia. Sobre esse tipo de cobertura dos meios noticiosos, McLeod e Detenber apontam Chan e Lee (1984) na constituição do que tem sido chamado de “paradigma de protesto” e verificam que poucos estudos que examinam os efeitos desse tipo de cobertura de manifestações.

Os autores destacam, então, o enquadramento como análise produtiva para estudar como esses efeitos podem ocorrer ao abordar o que Neuman chamou de “cognição política”, não conceituando efeitos da audiência, mas sim o impacto de uma notícia e como esta pode influenciar na maneira como os indivíduos pensam sobre os eventos.

O estudo de McLeod e Detenber (1999) é uma extensão da pesquisa anterior de McLeod e acrescenta sete às quatro hipóteses sobre o impacto dos enquadramentos de três notícias sobre protestos e estabelecem uma estreita relação entre o apoio ao *status quo* e as percepções gerais de protesto. A mídia estaria refletindo interesses de uma sempre existente estrutura de poder, através de influências que se manifestam em convenções profissionais, práticas e ideologias, imperativos organizacionais às relações econômicas e suportes incorporados no processo de produção de notícias, muitas vezes, sem a percepção dos próprios jornalistas.

Esses autores afirmam que apenas sob certas condições, a mídia critica os grupos que estão no poder, como por exemplo, casos de conflitos internos nas instituições. Assim, os protestos sociais, em especial aqueles que defendem mudanças radicais, podem se tornar uma ameaça ao sistema social. “A teoria normativa que caracteriza a mídia como “cão de guarda” sustenta que a ela deve explorar objetivamente a crítica

social dos manifestantes através de uma investigação séria dos seus méritos, considerando todos os fatos disponíveis. A mídia, por outro lado, toma uma atitude hostil em relação à ameaça representada pelo protesto social” (MCLEOD e DETENBER, 1999, p. 5) e acaba, muitas vezes, cobrindo os protestos a partir da perspectiva de quem está no poder.

Segundo McLeod e Detenber (1999, p. 5), ao conjunto de características que articulam uma postura conservadora em relação aos movimentos sociais, Chan e Lee (1984) chamam de “Paradigma de protesto” ou “Paradigma de manifestação”, que fornece um modelo para análise de construção de uma história de protesto. As características do paradigma de protesto seriam classificadas em estruturas narrativas, confiança em fontes oficiais e definições oficiais, invocação da opinião pública e demais técnicas de deslegitimação e marginalização de manifestações.

Em relação às estruturas narrativas, jornalistas criam, em vez de debate intelectual, uma espécie de roteiro que aborda o evento como uma batalha entre manifestantes e a polícia e enfatiza qualquer tipo de violência associada ao protesto. Aliás, para esses autores, a incidência de violência pode atrair e muito a cobertura de um protesto. Então, a mídia até pode cobrir o protesto, mas é necessário que manifestantes forneçam a ação na medida certa, com vídeos e imagens interessantes. Também é possível retratar esses manifestantes como perversos e criminosos, ao dar preferência para notícias que se concentram em conflitos com a polícia, ofuscando as questões levantadas pelos manifestantes.

Jornalistas também dependem fortemente de fontes oficiais e definições oficiais de determinadas situações, com o intuito de acrescentar prestígio a uma história, aumentar a eficiência da produção de notícias e manter a ilusão de objetividade, reforçando assim a perspectiva daqueles que estão no poder, bem como a invocação da opinião pública, que contribui imensamente para desqualificar manifestantes, descrevendo-os como uma minoria isolada.

Ou seja, essas características comuns nas coberturas sobre protestos revelam um modelo implícito de produção de notícias. Em resumo, “a cobertura de notícias sempre irá marginalizar grupos desafiantes, especialmente aqueles que são vistos como radicais em suas crenças e estratégias”, segundo uma gama de autores pesquisados por McLeod e Detenber (1999, p. 6).

A teoria do enquadramento, por sua vez, segundo os autores, leva seus efeitos para além da construção de notícias, na verdade, constrói significados a partir de experiências da vida diária bem como a partir de mensagens veiculadas pelos meios

noticiosos, inclusive mensagens sobre protestos. Constituem os paradigmas de protesto, quadros de notícias, embalagens, produtos de práticas jornalísticas e valores que ativam pensamentos e ideias e influenciam a opinião pública. Assim, a partir desses enquadramentos, membros da audiência avaliam grupos, elementos, e histórias, fazem julgamentos e interpretações, afetando também as percepções e opiniões individuais.

Em relação às notícias de protestos, em geral, os enquadramentos influenciam os julgamentos sobre os manifestantes, se concentram no confronto com a polícia e ignoram os motivos e alvos reais do protesto. O público acaba adquirindo um conhecimento limitado sobre o contexto em que o protesto se insere. O sucesso e eficácia do protesto também dependem desses enquadramentos.

MacLeod e Detenber (1999, p. 7) apresentam estudos acerca dos efeitos das coberturas de protestos e descobrem que o público exposto a um enquadramento inclinado contra os manifestantes não avalia o protesto de maneira positiva, diferente do público exposto a uma cobertura mais equilibrada e plural. Tais coberturas não afetariam somente o indivíduo, mas a história como um todo.

Ao investigar a cobertura televisiva, eles propõem sete hipóteses:

H1: Quanto mais alto o nível de apoio da notícia ao *status quo*, mais crítico será o público em relação aos manifestantes.

H2: Quanto mais alto o nível de apoio da notícia ao *status quo*, menos o público se identificará com os manifestantes.

H3: Quanto maior o nível de apoio da notícia ao *status quo*, menos crítico será o público em relação à polícia.

H4: Quanto maior o nível de apoio da notícia ao *status quo*, menos eficaz parecerá o protesto.

H5: Quanto maior o nível de apoio da notícia ao *status quo*, menor o público que apoia as liberdades de expressão dos manifestantes.

H6: Quanto maior o nível de apoio da notícia ao *status quo*, menores serão as estimativas de apoio aos grupos de protesto.

H7: Quanto maior o nível de apoio da notícia ao *status quo*, menos interessante será o protesto para o público (MCLEOD e DETENBER, 1999, p. 8).

Com abordagem experimental, a pesquisa foi realizada com 212 estudantes de graduação, entre eles 75% mulheres, expostos a três notícias de televisão acerca de protestos anarquistas no centro de Minneapolis, nos anos de 1986 e 1987, e fizeram parte da Guerra Posto de Peito, manifestação que contestou o poder do governo e do capitalismo corporativo. Essas manifestações apresentaram confronto com a polícia, alguns danos materiais e algumas detenções.

Para McLeo e Detenber (1999, p.16), embora providas de estações diferentes, ambas as matérias apresentaram os acontecimentos de maneira semelhante. Tiveram diferenças em relação à sua interpretação da interação manifestação-polícia, às suas

representações de opinião pública, à natureza do comentário do repórter e se manifestantes foram representados na frente das câmeras. Elas representaram níveis diferentes de apoio ao *status quo*.

O “protesto contra a polícia” teria ficado bem evidente em todas as histórias, que também enquadraram os manifestantes como uma ameaça à sociedade civil e a polícia como protetores da paz. Esta estaria apenas reagindo às ações violentas dos manifestantes. Em relação à opinião pública, as representações mostraram baixo, médio e grande apoio ao *status quo*. Ou seja, respectivamente apoiaram os protestos, não deram grande atenção e não ficaram impressionados com as táticas dos protestantes e/ou ficaram revoltados com os manifestantes e suas ações.

Os resultados de McLeod e Detenber (1999, p. 17) mostram que o grau de apoio ao *status quo* presente no conteúdo das notícias produz enquadramentos sobre as percepções específicas de protestos no que diz respeito à crítica de identificação com os manifestantes, o suporte para os seus direitos de expressão, a crítica para com a polícia, a percepção sobre a eficácia do protesto, o apoio do público e a noticiabilidade do protesto.

A representação da opinião pública seria fator importante dentro do paradigma de protesto, visto que serve de fator-chave para a diferenciação entre os níveis de apoio ao *status quo*. Os autores recorrem a Noelle-Neumann (1995) e sua espiral do silêncio, ao levantar a preocupação de que o maior apoio ao *status quo*, que possibilita um menor apoio para os manifestantes pode, por sua vez, reduzir a disposição dos cidadãos de falar ou agir em nome dos manifestantes e seus problemas.

As conclusões revelam ainda que tal estudo deve motivar futuras pesquisas sobre os efeitos de tais enquadramentos em longo prazo, a fim de sistematizar uma maior variedade de contextos e documentar a consistência dos efeitos da mídia e suas representações. Importante informar que alguns fatores não foram considerados neste estudo, como o conhecimento já existente em relação aos grupos de protesto, o que poderia minimizar os efeitos dos enquadramentos dos meios. Afinal, pessoas com mais conhecimento acerca dos eventos são mais suscetíveis a orientações mais arraigadas para os grupos e os problemas envolvidos na história. Um conhecimento que leva a maior atenção em relação às notícias, com um processamento mais sofisticado de informações, segundo os autores. Com base em outras experiências, McLeod e Detenber afirmam que a influência da mídia é maior para as questões com as quais as pessoas não têm contato direto.

E suma, se a mídia representa os protestos de maneira útil e positiva e como expressão democrática dos direitos, estes recebem maior apoio do público. Mas o que se observou nesta pesquisa em relação aos enquadramentos de protesto é “um viés social penetrante” contra os anarquistas e na forma como os movimentos são percebidos, além, é claro, de um já concebido estereótipo social do anarquista como forte ameaça à ordem estabelecida.

Os autores são claros: “pesquisas futuras devem examinar a persistência dos efeitos desses enquadramentos. Estudos futuros poderão também utilizar outras metodologias” porque destacam, enfim, a importância das decisões nos enquadramentos das notícias e na escolha das fontes, das palavras e imagens utilizadas na construção de uma notícia (MCLEOD e DETENBER, 1999, p. 20).

CAPÍTULO 3

A COBERTURA JORNALÍSTICA DE MAGAZINES

Este capítulo aborda a natureza do nosso corpus de análise, ou seja, as revistas semanais brasileiras. É introduzido por uma breve conceituação de Traquina em relação ao jornalismo e à construção das notícias e em seguida traça todo um panorama histórico do surgimento de um jornalismo de revista no Brasil.

Contempla ainda as características do jornalismo magazine e das revistas analisadas neste trabalho: *Veja*, *Carta Capital*, *Época* e *IstoÉ*.

A escolha do corpus deve-se à variedade de linhas editoriais desses quatro materiais, o que fica claro na variedade e nas diferenças de enquadramento entre elas, além, é claro, da importância jornalística que esses veículos apresentam na sociedade brasileira.

3.1 Jornalismo magazine: história e características

De acordo com Scalzo (2013, p.19), o termo *magazine* vem do inglês e se referia às redes de lojas que vendiam de tudo um pouco. Logo a Inglaterra, a França e depois os Estados Unidos e Alemanha utilizaram o termo para qualificar as revistas de conteúdo semanal. Devido à variedade de assuntos que abordavam, ao longo de sua existência, essas revistas tiveram de criar sua própria identidade, que fosse eficaz e viabilizasse suas publicações. Com a internacionalização do termo todos os países passaram a utilizar a expressão “estilo magazine” para se referir às revistas de informação jornalística.

Scalzo (2013, p. 19) conta que a primeira revista que se tem relato foi publicada em 1663. *Erbauliche Monaths-Unterredungen (Edificantes Discussões Mentais)* tinha várias características de livro e só era considerada uma revista porque continha vários artigos sobre teologia, além de ter um público específico e periodicidade. Tal revista teria inspirado outras publicações na França, na Itália e na Inglaterra: *Journal des Savants* (França, 1665), *Giornali dei Litterati* (Itália, 1668), *Mercurius Librarius* (Inglaterra, 1680). Essas publicações ainda não eram chamadas de revistas porque tal evento só teria acontecido na Inglaterra em 1704, porém já deixavam claras algumas características deste novo periódico: “destinar-se a públicos específicos e aprofundar os assuntos – mais que os jornais, menos que os livros”.

Outras publicações surgiram, mas de fato, a mais parecida com as que conhecemos hoje, segundo a autora, nasceu em Londres, em 1731 e inspirada nos grandes magazines. *Gentleman's Magazine* reunia vários assuntos e os apresentava de

maneira agradável. Na sequência, muitos títulos foram lançados, inclusive os voltados para públicos específicos como a *Ladies Magazine*, e todas começam a ganhar espaços e mercados e ditam moda porque com o desenvolvimento crescente, surgem novas ideias e a necessidade de divulgação dessas ideias. O aumento no índice de escolarização, a diminuição do analfabetismo e o avanço técnico das gráficas também contribuem para que o cenário se torne cada vez mais promissor. Afinal, surgia um público que queria ler e se instruir, mas sem se aprofundar, o que era possível com os livros, pouco acessíveis na época. “A revista ocupou, assim, um espaço entre o livro (objeto sacralizado) e o jornal (que só trazia o noticiário ligeiro)” (SCALZO, 2013, p. 20).

As evoluções consequentes permitiram o aumento das tiragens, atraíram anunciantes e por fim acarretaram também a popularização dessas revistas. E enquanto os jornais cresciam engajados ideologicamente, as revistas assumem relação importante com a ciência e a cultura, mesmo com recursos mais modestos e sem acesso à mesma tecnologia.

Talvez esse fator também tenha ajudado a reafirmar a vocação desse tipo específico de publicação, que se viu empurrada a desenvolver uma natureza diferente, mais afastada do noticiário, mais preocupada em buscar caminhos alternativos, a encontrar sua própria função, seu público e sua linguagem (SCALZO, 2013, p. 21).

Algumas revistas fizeram muito sucesso e então viraram modelos que são repetidos há muito tempo. É o caso da *Illustrated London News*, copiada em todos os países e editada até hoje. Esta publicação revolucionou a maneira de editar porque foi a primeira revista ilustrada da época.

Interessante é enfatizar também que as revistas nasceram monotemáticas e depois se tornaram multitemáticas. Outras, mais tarde, voltadas a uma única área de conhecimento, ganharam força novamente e deram origem às revistas especializadas. Logo, se desenvolveram também as revistas literárias e científicas, fundadas entre 1840 e 1890, como por exemplo, a *Scientific American* e a *National Geographic Magazine*.

Scalzo (2013, p. 22) destaca o nascimento da primeira revista semanal de notícias, a *Time*, em 1923, nos Estados Unidos, através dos jovens Britonn Hadden e Henry Luce. Organizada em seções, de maneira “concisa e sistemática” e guiada pelo culto ao sucesso e ao sonho americano, deram início a uma ideia que circulou o mundo com publicações similares. Foi assim com o surgimento de *Veja*, em 1968. Um ano antes da *Time*, De Witt Wallace e sua mulher, Lila Ancheson Wallace, produzem a *Reader's Digest*, uma publicação condensada de artigos de outras revistas e jornais. Aqui

a leitura deveria ser agradável, acessível e de tom otimista. *Reader's Digest* já foi líder em vendas, com 50 milhões de exemplares vendidos em 1950. Hoje, continua sendo uma das revistas mais vendidas no planeta (50 edições em 21 idiomas).

Com o desenvolvimento da fotografia surgem novos projetos. Para exemplificar tal suporte iconográfico, é possível citar a revista semanal ilustrada *Life*, também de Henry Luce, depois a *Match*, na França, que se passou a chamar *Paris Match*; na Alemanha, a *Stern*, e no Brasil, dois grandes fenômenos editoriais: *O Cruzeiro* e *Manchete*.

Na década de 30 surgem as histórias em quadrinhos, nascem as primeiras revistas de fãs acerca da indústria cinematográfica e nas décadas seguintes as fotonovelas, advindas dos estúdios de Cinecittá, na Itália, se expandem para os países latinos. Com o surgimento da televisão, algumas publicações perdem força, mas por outro lado, ganham demanda com a cobertura da programação televisiva.

Para o público feminino, Scalzo (2013, p. 24) cita dois modelos, cujas fórmulas fazem sucesso: *Elle* e *Cosmopolitan*, que no Brasil, hoje, chama-se *Nova*, ainda abordando assuntos como carreira, relacionamento e independência, num cenário um tanto quanto parecido no mundo todo. Para a autora, estas, as femininas, sempre fizeram mais sucesso que as masculinas, mas há de se destacar a *Playboy*, uma invenção que está entre as mais copiadas do mundo.

A autora em questão também foca suas análises na evolução das revistas no Brasil. Em seus relatos, Scalzo (2013, p. 27) afirma que as revistas teriam chegado por aqui junto com a corte portuguesa no início do século XIX. Também com características de livros, *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura* seria a primeira revista publicada na Bahia, em Salvador, em 1812 e de acordo com seus propósitos, publicava discursos sobre costumes e virtudes sociais e morais, novelas, relatos históricos, resumos de viagens, anedotas, artigos e trechos de autores clássicos portugueses.

É possível citar a segunda revista publicada no Brasil, em 1813, no Rio de Janeiro: *O Patriota*, que divulgava autores e temas da terra. “Na década de 1820, a elite brasileira começa a ampliar seu foco de interesses”. Bacharéis, médicos e mulheres ganham espaços nas publicações (*Anais Flumienenses de Ciências, Artes e Literatura*, *O Propagador das Ciências Médicas* e *Espelho Diamantino* respectivamente).

Com falta de assinantes e de recursos muitas publicações logo saem do mercado, porém, este cenário começa a mudar com o lançamento da revista *Museu Universal*, em 1937, com ilustrações e textos acessíveis e agradáveis, direcionados para uma parcela recém-alfabetizada, para possibilitar cultura e entretenimento. Era uma cópia dos magazines europeus. Surgem também, com a mesma fórmula: *Gabinete da Leitura*,

Ostensor Brasileiro, Museu Pitoresco, Histórico e Literário, Ilustração Brasileira, O Brasil Ilustrado, Universo Ilustrado, Íris, Guanabara e O Espelho (as três últimas de características eruditas).

Scalzo (2013, p. 29) conta que *A Marmota na Corte*, lançada em 1849, abre a era das revistas de variedades, com textos curtos e engraçados e com muitas ilustrações e caricaturas, a nova febre no Brasil. Daí, as revistas da chamada *Belle Époque* acompanham as transformações culturais, científicas e tecnológicas do momento, apresentando requinte visual notável, proporcionado pelas inovações na indústria gráfica, e possibilitam também a profissionalização no setor, unindo “técnica e capital”.

As publicações então são divididas entre as de variedades e as de cultura. Destacam-se: *Klaxon*, a *Revista da Semana* e algumas voltadas para público masculino (*Rio Nu*, *A Maçã*, a de automóveis, *Revista de Automóveis* e uma sobre aviões, a *Aerófilo*).

O fenômeno quadrinhos aparece por aqui em 1905 e por mais de 50 anos torna-se a sensação entre as crianças. Citemos *Gibi*, com inúmeras histórias de super heróis e *Pato Donald*, com as histórias da Disney, trazidas por Victor Civita, fundador da Editora Abril.

Em relação aos fenômenos editoriais brasileiros, *O Cruzeiro* nasce em 1928, através do empresário e jornalista Assis Chateaubriand e estabelece uma nova linguagem porque traz grandes reportagens e ênfase no fotojornalismo. Nas décadas de 50 e 60 chegam fenômenos como *Manchete* e *Realidade* e a ainda a atual *Veja*. Seguida de *Isto é*, *Senhor*, *Afinal* e *Época*.

A partir da década de 50 surgem também revistas mais específicas, voltadas, por exemplo, para análises econômicas, publicações técnicas e atividades econômico-industriais: *Dirigente Rural*, *Transporte Moderno*, *Máquinas e Metais*, *Química e Derivados* e *Exame*. Há destaque para as revistas de fotonovelas, as voltadas para o público adolescente (*Capricho*) e as que passam a cobrir o mundo da TV, do rádio e do cinema, “reforçando a vocação das revistas para a cobertura da indústria cultural” (SCALZO, 2013, p. 32).

Com a efervescência cultural surge em 1959 a revista *Senhor*, modelo bem-sucedido de um mix de jornalismo, design, humor e literatura aliados à elegância e à qualidade visual textual. Citemos ainda *Bondinho*, *Revista da Civilização Brasileira*, *Anhemi*, a *Revista Brasiliense* e os primeiros quadrinhos brasileiros, de Ziraldo (*Pererê*), e os de Maurício de Souza.

Referências de “bons veículos de publicidade”, as revistas acompanham o desenvolvimento industrial, dando abertura para a produção de revistas técnicas

segmentadas: são criadas as revistas de moda e da indústria automobilística. É lançada a revista *Quatro Rodas*.

Para as mulheres, as revistas, desde sempre, feitas por homens, traziam novidades de moda, dicas e conselhos culinários, ilustrações, anedotas e artigos de interesse geral. São poucas e de curta durabilidade as produções femininas preocupadas com a condição da mulher na sociedade e seus direitos.

As revistas de fotonovela fazem muito sucesso e surgem também as publicações que identificam a mulher como público consumidor privilegiado. Scalzo (2013, p. 34) cita *Manequim* (1959) e *Claudia* (1961), mas destaca um nome em especial, Carmen da Silva, psicóloga e colunista da *Claudia*, que em sua coluna “A arte de ser mulher”, quebra tabus e dá início à discussão de temas até então intocáveis (solidão, machismo, alienação, problemas sexuais, etc). *Nova* e *Mais* fazem parte das produções da década de 70, voltadas também para o engajamento da mulher no mercado de trabalho.

Hoje, as revistas femininas se aproximam dos modelos citados, “repetem fórmulas e cobrem mais ou menos o mesmo universo”, com publicações mais segmentadas (para mães, para noivas, para mães de bebês, de culinária, ginástica, etc) (SCALZO, p. 35, 2013).

As revistas eróticas, denominadas “galantes” quase desaparecem nos anos 30, devido à censura e à moral conservadora da época e reaparecem apenas na década de 60, com a liberação dos costumes. Citemos “catecismos”, *Fairplay*, *Ele e Ela*, *Status e Homem* (que depois passa a se chamar *Playboy*).

No país do futebol, a primeira grande revista de futebol só surge em 1970, pela Editora Abril. *Placar* pegou carona na Copa do Mundo e foi a experiência mais bem sucedida nessa linha. Outras revistas desportivas nasceram e sobreviveram atingindo públicos pequenos e fiéis, como a pioneira *Brasil Surfe* e a *Trip*, por exemplo.

Com atenção do público jovem, citemos as publicações ligadas à cultura pop, à música, à ciência, as especializadas, e ainda as referentes à saúde e boa forma. Revistas de decoração e arquitetura também ganham espaço e se multiplicam.

Nos parágrafos seguintes, apresentamos algumas características desse estilo, que tem grande importância nas análises que realizamos.

3.2 As características, o texto, a ética e a pesquisa no jornalismo em revista

De acordo com Sergio Vilas Boas (1996, p. 33), “o estilo é uma forma pessoal de expressão” e “está vinculado ao tempo, ao espaço, à interpretação que o autor dá às suas experiências, leituras e toda sua relação com o que o cerca”. O jornalismo é um

estilo de comunicação e carrega características, especificidades e uma forma peculiar de linguagem. Há de se considerar ritmo, jeito, equilíbrio, linguagem, apresentação, símbolos, ética, personalidade, etc.

O autor afirma que o estilo jornalístico engloba duas ideias fundamentais: padronização e racionalização. Assim, o estilo deixaria de ser uma qualidade para ser, de fato, uma necessidade. Além disso, está esteticamente ligado à literatura e pode ser sinteticamente definido como “a reunião das linguagens e maneiras de ser de todos os meios de comunicação, inclusive rádio e TV” (VILAS BOAS, 1996, p. 40).

Ao abordar as magazines em sua totalidade, Vilas Boas (1996, p. 40), aponta que as revistas também possuem, cada uma, a seu modo, seu estilo e sua linguagem, definidos, muitas vezes, “pelo modo de “angular” a matéria, de redigir o texto e pelo ponto de vista predeterminado”. E mesmo com suas especificidades, a revista segue o mesmo preceito dos jornais diários porque deve conter linguagem de fácil assimilação e conciliar o domínio da técnica com a improvisação.

Sodré (1975, p. 45) relata que o estilo de um bom profissional de revistas deve ficar entre o discurso denotativo e a literatura, entre o escritor e o redator. E com um conceito de liberdade um tanto diferenciado, a revista depende de peculiaridades da matéria, de elementos pitorescos e inesperados e do ponto de vista do veículo.

“Podemos falar em termos de liberdade de estilo, mas não no sentido de posição ideológica”. E assim, com relativa liberdade, o texto acaba se aproximando de técnicas literárias, comunicando com beleza, sem suprimir a ambiguidade (sem confundir), a fim de agradar a edição, mas também a cabeça de quem escreve.

Segundo Vilas Boas (1996, p. 101), a revista preenche lacunas informativas deixadas pelos jornais, pelo rádio e até mesmo pela televisão. Além de ter um visual mais sofisticado, a revista ainda apresenta uma grande diferença na construção textual porque pode ser mais criativa devido ao tempo e aos recursos estilísticos disponíveis.

Revista e jornal são além de tudo, circunstancialmente diferentes. A periodicidade é fator determinante no estilo de texto de uma revista. As revistas de informação chegam às bancas do mesmo modo que um sabonete chega ao supermercado. Por isso precisam de atrativos que as diferenciem do jornalismo dinâmico e veloz de todos os dias. O texto das revistas de notícias é um desses atrativos. Utiliza recursos que, nos limites do posicionamento político-empresarial, são a conciliação da prática de noticiar com a de narrar (VILAS BOAS, 1996, p. 101).

Para Scalzo (2013, p. 37), a revista fala com o leitor diretamente, com intimidade. Até porque ouve esse leitor através de pesquisas qualitativas e quantitativas

ou mesmo por meios de cartas, telefonemas e e-mails. Trata-se de um contato essencial, um vínculo primário na relação entre o público e sua revista.

Visivelmente, o formato também evidencia as diferenças entre a revista e os outros meios. O mais comum, por exemplo, de 20,2x26,6cm (tamanho das revistas *Veja* e *Time*) é o que melhor utiliza o papel. Além de economia, devemos destacar que a leitura de uma revista é muito mais agradável porque não suja as mãos, cabe em qualquer bolsa ou mochila e seu papel e impressão garantem uma qualidade de texto e imagem muito superior.

Também seria a periodicidade um fator diferenciador. Além de interferir muito no trabalho dos jornalistas, a periodicidade possibilita ou não criatividade e profundidade na abordagem dos fatos. Em relação às revistas, não devem somente se restringir a apresentar meros resumos semanais. “É sempre necessário explorar novos ângulos, buscar notícias exclusivas, ajustar o foco para aquilo que se deseja saber, conforme o leitor de cada publicação” (SCALZO, 2013, p. 41).

As revistas não compartilham do problema que hoje os jornais enfrentam, o de ter de perceber de maneira rápida o acontecimento. Na revista é possível fugir da factualidade excessiva, da superficialidade e mergulhar em um assunto que almeja ser mais explorado, de forma diferente e sem apresentar equívocos.

Vilas Boas (1996, p. 71) analisa aspectos específicos das magazines semanais (entre eles, gramática própria, diagnóstico, sensacionalismo, contemporaneidade) e as divide em três grupos estilísticos: as ilustradas, as especializadas e as de informação-geral. A revista engloba também uma variedade de estilos, é mais literária e mais artística, “é uma prática jornalística diferenciada”. Um estilo herdeiro do *New Journalism*, movimento que resgata a tradição literária e autoriza o jornalista a viver a situação dos entrevistados.

O gênero de reportagem que mais se aproxima da literatura é o narrativo. Trata-se de um texto informativo e, ao mesmo tempo, recheado de figuras. Nada impede que a literatura informe. O livro-reportagem é uma prova disso, como forma de ser jornalisticamente mais expressivo, do ponto de vista da beleza e da criatividade (BOAS, 1996, p. 103).

No Brasil, como exemplo de influência do *New Journalism*, Vilas Boas (1996, p. 92) cita a revista *Realidade* (1966). Com uma cobertura mais ampla e ambiciosa, esta revista se preocupava mais com o contexto e a situação em torno do acontecimento, com uma captação do evento não só intelectual, mas também emocional e com textos soltos, fora das fórmulas do jornalismo diário.

Atentemo-nos mais ainda para as magazines de informação-geral, que contemplam tal estudo. Estas também admitem o uso de recursos estéticos e recursos

gráficos e são mais artísticas em relação aos aspectos de programação visual. Possuem uma gramática própria do gênero de revista, estilo formal-coloquial do jornalismo na escolha dos significados, além de tomar expressões da literatura para o uso corrente.

Seu planejamento editorial trabalha, de maneira harmoniosa, “ritmo gráfico, visual e sentido das palavras”. O jornalista deve se empenhar ao máximo para garantir o interesse constante do leitor na leitura. Para tanto, a capa é produzida com “atrativos de uma embalagem”. A notícia deve ser explorada de um modo mais amplo e interpretativo, destaca Vilas Boas (1996, p. 70).

Aqui a frase criativa substitui o lead, sendo, portanto, a forma de abertura uma das principais diferenças entre o texto de revista e o texto de jornal diário. A introdução das matérias é quase sempre uma narrativa climática e sua estrutura baseada em antíteses. Cria-se um clima de tensão e angústia, que motiva e desperta o interesse para, em seguida, explicar os fatos (VILAS BOAS, 1996, p. 72).

O estilo magazine permite acrescentar beleza, sofisticação, elegância e sensibilidade ao texto. E o jornalista não pode esquecer que o que o orienta é o texto bonito, sedutor e prazeroso de ler. “O exercício de escrever uma determinada matéria é singular, porque acaba num ponto final. Mas a *experiência* acumulada é *plural* porque forma o estilo do homem e do veículo” (VILAS BOAS, 1996, p. 102).

Diferente do jornal diário, o jornalismo de revista pretende ser intensivo, ou seja, exercido à base de mais reflexão, mais completo, mais profundo, que possibilite interpretação. “De modo geral, o jornalismo interpretativo deve ser um trabalho coordenado. O produto (ou a notícia) que será publicado é a informação em toda sua integridade. Captada, analisada e selecionada pelo jornalista. A ele cabe o diagnóstico”. (VILAS BOAS, 1996, p. 77),

O importante para este autor é identificar as notícias de valor absoluto, que despertam interesse e depois “desamarram os acontecimentos”, desbravam os fatos e oferecem os mais variados tipos de informação a fim de apresentar a notícia em profundidade e trabalhá-la exaustivamente. Geralmente devem contemplar as tais circunstâncias básicas (proximidade no tempo e no espaço, número e qualidade das pessoas envolvidas e valor matéria e/ou ideológico).

Em revista informativa-geral, o importante é puxar o cordão dos fatos, desamarrar o fio dos eventos, oferecer diferentes ângulos de visão da situação, complementando com históricos, depoimentos, dados estatísticos, documentário fotográfico, enquadramentos ideológicos e prognósticos (VILAS BOAS, 1996, p. 78).

Conseqüentemente, ao produzir a informação interpretativa, oferecendo informação complementar, o jornalista, segundo Vilas Boas (1996, p. 81), considerará ângulos espetaculares, *sensacionais* porque o sensacionalismo é uma forma de sedução do texto de revista. Mais uma vez Vilas Boas cita Sodré ao relacionar o sensacionalismo com o sucesso. Este último afirma que o sucesso de um indivíduo, de um grupo ou de uma instituição garante prazer e satisfação para o leitor, que gosta de sofisticação, luxo, beleza, feitos extraordinários e alta posição social, fatores que fazem parte da “proposta *Veja de ser*”, por exemplo, com a “Filosofia do agradável”.

Há de se destacar também o relaxamento como característica das revistas semanais e como um convite ao entretenimento. “Além de irrigar a opinião pública, a revista é feita para o entretenimento”, porque afinal, ler revistas pode ser um programa. O fato de poder escolher o horário para fazer a leitura, de maneira agradável e ainda com um aspecto gráfico e visual impecável desempenha um importante papel provocador.

Ao descrever as características do livro-reportagem, Vilas Boas (1996, p. 87) destaca outra característica marcante das revistas semanais: a contemporaneidade.

Em revista, considera-se atual o acontecimento que resiste um pouco mais ao tempo, na medida em que as causas e conseqüências vão sendo desdobradas ao longo da semana. O fato elevado à condição de notícia não é o foco central da cobertura, e sim o contexto (VILAS BOAS, 1996, p. 88).

Distantes do jornalismo praticado nos jornais diários, as revistas tendem a estender a cobertura jornalística, que se preocupa mais com a contemporaneidade e atualidade.

Vilas Boas (1996, p. 95) ainda aponta a segunda seção, ou seja, os cadernos secundários, mais próximos de outras seções na revista porque esta trata com a mesma desenvoltura a política e o evento cultural. Para se distinguirem dos cadernos secundários dos jornais diários, as revistas acrescentam ao texto noticioso um conteúdo complementar ou uma angulação mais específica.

Enfim, para este autor, ao produzir uma matéria para uma revista, o jornalista tem um compromisso com a busca do estilo, quase que um ideal sem fim. Os critérios jornalísticos adotados e a engenhosidade do texto revelam um jornalismo dependente do sistema econômico, cuja objetividade e isenção são quase que inexistentes.

Para Vilas Boas (1996), o estilo magazine produzido hoje obedece ao critério comercial e é com ele que o jornalismo realiza plenamente suas potencialidades como produto. Medina (1978), ao propor as categorias de análise para a estrutura da mensagem jornalística para sua pesquisa, ou seja, angulação, edição, captação e

formulação, destacou que a notícia sofre as consequências da circunstância histórica de que é um produto à venda, e pensado como algo de notável eficiência técnica.

O acontecimento trazido pela revista é apresentado como se fosse verdade absoluta. A revista revela-se como instrumento para conhecer essa verdade. Sua abordagem editorial então é assunto culminante e decisivo na relação que tem com o público leitor e ao superar a distinção entre gêneros informativo e interpretativo, traz um texto “editorializado”, onde o tratamento dado pela reportagem ao assunto encerra uma visão do fato.

Entre manuais de redação, como o da Folha de S. Paulo (2001), e do Estado, por exemplo, se convencionou denominar as categorias jornalísticas, constituídas através dos principais critérios utilizados na construção do texto jornalístico. E ao abordar as categorias jornalísticas, Melo (2003, p. 25) afirma que existe uma distinção entre o jornalismo informativo e o jornalismo opinativo que corresponde a um artifício profissional e também político:

Profissional no sentido contemporâneo, significando o limite em que o jornalista se move, circulando entre o dever de informar (registrando honestamente o que observa) e o poder de opinar, que constitui numa concessão que lhe é facultada ou não pela instituição em que atua. Político no sentido histórico: ontem, o editor burlando a vigilância do Estado, assumindo riscos calculados nas matérias (MELO, 2003, p. 25).

Ao caracterizar as revistas, Vilas Boas (1996, p. 33) aponta que o que define um estilo “é a decisão de escolher um elemento em vez de inúmeros outros disponíveis. A língua dispõe de um conjunto finito de regras que geram um número infinito de frases. Desse modo, a escolha se efetua em dois níveis: na seleção e na combinação”.

Em relação à seleção, Melo (2003, p. 75) afirma que é o principal instrumento utilizado pela instituição para expressar suas ideias, sua opinião, a sua representação da realidade. É através dessa seleção que se aplica a prática da linha editorial. Esta seleção representa a ótica através da qual a instituição/empresa vê o mundo. “Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição, privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos”.

A instituição/empresa dispõe de vários recursos para controlar a seleção da informação, bem como a própria estrutura da redação, as pautas, as coberturas, as fontes. De qualquer maneira, o autor não deixa dúvida quanto ao fato de que a instituição jornalística exerce sim um controle sobre cada emissão ou edição.

“Tampouco existem dúvidas sobre as possibilidades que têm os profissionais de interferir nesse controle” (MELO, 2003, p. 77).

Melo (2003, p. 73) destaca que os meios de comunicação influenciam pessoas, mobilizam e comovem grupos e sociedades. “São, portanto, veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias que existem”.

De fato, na revista não há formas muito rígidas de redação como em um jornal diário. Para escrever em revista é preciso inspiração e criatividade. Uma revista deve ir além do fato, mas não deve ter a pretensão de dar a palavra final e sim abordar o conceito de notícia de um modo mais amplo e contextualizado. “A revista semanal de informações deve tratar o conceito de notícia de um modo mais amplo, reestabelecendo um contexto maior” (VILAS BOAS, p. 74, 1996).

Ao abordar o aprofundamento como caminho da reportagem em revista e ao partir do fundamento que o jornalismo é um discurso, ou melhor, que a reportagem é a forma discursiva jornalística, Furtado (2013, p. 157) aponta que essa reportagem pode ter dois caminhos, o do aprofundamento do presente e o da especulação do futuro.

A autora se baseia nos estudos de Charaudeau⁸ para explicar que o jornalismo de especulação é aquele que coloca em primeiro lugar o desejo do leitor. Até então, não há nada de errado com essa afirmativa. Porém, o problema se instaura quando esse processo é feito superficialmente, sem critérios rigorosos na apuração e produção do conteúdo. “Agrava-se mais ainda quando a especulação passa a ser mais importante do que o próprio fato” (FURTADO, 2013, p. 158).

De acordo com Furtado (2013, p. 159), o aprofundamento de uma reportagem é a forma mais adequada para oferecer informação substancial, de qualidade, além da instantaneidade, e para tanto, o repórter precisa estar preparado. É necessário se dedicar mais e dispensar mais tempo para realizar a reportagem. “Em compensação, terá o retorno de publicar um texto muito mais autoral e com uma importância social que justifica seu papel de jornalista, que escreve a história do presente”.

A autora afirma que a grande vantagem do aprofundamento é a garantia da credibilidade, pois só assim constrói uma reportagem que pode dar ao jornalista a legitimidade de um profissional de grande responsabilidade. Assegura assim não só a sua credibilidade, mas a própria profissão de jornalista.

O jornalismo não pode, nem precisa explicar tudo, mas os jornalistas – e principalmente os de revista – devem estar preparados para ir o mais fundo que puderem nos fatos, sem especular. Dessa forma, manterão o maior capital da função, a credibilidade, e continuarão justificando a importância do jornalista na sociedade (FURTADO, 2013, p. 160).

⁸ Linguista francês e fundador da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso. Furtado aborda sua obra sobre o contrato de comunicação entre a instância jornalística e seus receptores que baseia-se nas estratégias de legitimidade, de credibilidade e de captação.

Segundo Schwaab (2013, p. 288), apesar de ser rico o terreno que investiga a revista como objeto empírico, há uma carência enorme de reflexões mais profundas acerca das revistas, compreendendo-as como objeto de conhecimento, objeto como produto de outros fenômenos.

Esta autora analisa a produção acadêmica sobre revista no Brasil entre 1987 e 2006 e relaciona teses e dissertações, 327, das quais 134 foram desenvolvidos no campo da comunicação. E dá continuidade ao universo pesquisado, tomando o período entre 2007 e 2010, ambos com dados obtidos pelo Banco de dados da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Os trabalhos do novo período então somam 174 trabalhos defendidos entre 2007 e 2010 e considera-se o crescimento da produção acadêmica sobre revistas, devido também ao crescimento dos programas nacionais de pós-graduação na comunicação. A protagonista dos títulos abordados em sua maioria é de longe a revista *Veja*, o periódico mais priorizado pelos estudos.

Aspectos linguísticos, jornalísticos, modos de narrar, estudos de fontes, seções e de suas representações sociais costumam ser abordados. Muitas vezes as pesquisas contrastam *Veja* a outras revistas semanais, revelando aproximações e distanciamentos, geralmente no sentido de realçar aspectos ideológicos. Aparecem com maior frequência as outras revistas semanais *IstoÉ*, *Época* e *Carta Capital*, não raro contrastadas a jornais de referência como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* (SCHWAAB, 2013, p. 292).

Para a autora, verifica-se um grande panorama, com uma produção intensa quantitativamente, algumas linhas de abordagem, mas com grandes lacunas. Percebe-se uma replicação de estudos muito similares, em uma “relação instrumental com o objeto”. São bastante incipientes as produções que construam a partir dos semanários objetos de conhecimentos que se pautem nos aspectos jornalísticos e comunicacionais, muito menos a pesquisa que se volta para a construção de metodologias que, de forma específica, pensem o objeto.

É preciso então, de acordo com Schwaab (2013, p. 297), questionar o tipo de jornalismo produzido por essas revistas, de acordo com suas especificidades, compreendendo a própria revista e o seu jornalismo.

3.3 As revistas semanais em questão: perfil descritivo

Como destaca Brito (2006, p. 68), ao estudar os meios de comunicação, é preciso compreendê-los não somente como propagadores de mercadorias, mas também como empresas que produzem produtos, mercadorias de caráter simbólico e uma característica no cenário da comunicação brasileira é evidente: sua associação com outras empresas, ligadas ou não ao entretenimento, e que compõe grandes blocos de mídia.

Em todo o mundo, juntos, esses grandes conglomerados controlam grande parte da mídia. Aparentemente, seriam empresas distintas, sem vínculo algum, algumas até concorrentes, mas muitas acionistas comuns, com diretorias e partes que se sobrepõem.

Há de considerar tal informação ao estudar os meios de comunicação brasileiros. As revistas, neste caso, e em parte, também fazem parte deste cenário, como é o caso de *Veja*, do Grupo Abril.

3.3.1 Veja

De acordo com Reimão (1996), a revista *Veja*, publicada pela Editora Abril, foi fundada na década de 1960 e faz parte do Grupo Abril, um dos maiores grupos de comunicação e distribuição da América Latina.

O grupo afirma que possui princípios de competitividade, trabalho em equipe, foco no cliente e rentabilidade e, de acordo com sua página institucional⁹, está presente nas áreas de Mídia Gráfica, Distribuição e de acordo com Brito (2006, p. 57), seus negócios se estendem para internet e TV.

Os números impressionam porque a empresa publica 250 títulos e é líder em todos os segmentos nos quais abarca. Suas publicações giram em torno de 179 milhões de exemplares por ano, que atingem 26 milhões de leitores. Das dez revistas mais lidas do país, sete são do Grupo Abril, que abraça empresas como a editora Ática Scipione, MTV, TVA e está associada à UOL.

Como percebemos, trata-se de um grupo hegemônico, não só pela extensão de suas atividades, como também pelo alcance que tem em relação ao público. Tendo em vista essas associações, podemos dizer que o Grupo Abril é uma das detentoras de maior poder no cenário nacional e exerce poderes de controle de informação muito agudos (BRITO, 2006, p. 68).

O início do grupo de seu na década de 50 e até hoje perdura como uma organização preocupada com a sua imagem e que defende seus interesses dentro de uma lógica capitalista.

⁹ <http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos>

Em sua página institucional, o grupo destaca que tem o objetivo de desenvolver a maior empresa editorial brasileira, lucrativa, inovadora e diversificada. Enfatiza a qualidade editorial e gráfica de seus produtos e diz estar sempre “empenhada em contribuir para a difusão de informação, cultura e entretenimento, para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país”.

A Editora também afirma somar esforços para criar e manter um ambiente de trabalho, onde seus funcionários sejam encorajados e motivados a desenvolver seus potenciais e que conquistem satisfação, reconhecimento, recompensa e promoção na proporção de sua contribuição, desempenho, lucratividade e crescimento da empresa. E não hesita em demonstrar que é competitiva no mercado. Compromete-se em ser a companhia a atender aos segmentos mais rentáveis e de maior crescimento dos mercados bem como se prontifica em “remunerar seus acionistas com um justo retorno sobre os investimentos, na forma de dividendos e aumento do patrimônio líquido”.

No item valores, consta: Excelência, integridade, pioneirismo e valorização das pessoas. E importante também frisar que o Grupo também lança projetos sociais, obedecendo à lógica da responsabilidade social das empresas. Britto (2006, p. 69) verifica tal postura como a defesa do princípio burguês de fraternidade, traduzido atualmente em solidariedade. “As empresas encontraram uma forma de marketing ao mesmo tempo que defendem um Estado enfraquecido, cuja responsabilidade passa a ser “dever de todos”. O Grupo Abril se enquadra nessa lógica, uma vez que se preocupa amplamente com a sua imagem, mas ao mesmo tempo invoca seus interesses dentro de um contexto capitalista.

A revista *Veja*, por sua vez, também impressiona pelos números. É a quarta maior revista semanal do mundo e a maior fora dos Estados Unidos. Detém a maior parte das assinaturas em todo o país e é líder de tiragem, com quase 1,2 milhões de exemplares por edição. De acordo com Reimão (1996), são mais de 900 mil assinantes, um público de mais de 7,9 milhões de leitores, constituídos por pessoas entre 20 e 49 anos de idade (62%). Continua líder no mercado.

Em suas características técnicas de produção encontramos um formato 20,2 x 26,6 cm, sistema de impressão Off-set, 145 páginas, 4x4 cores de impressão e acabamento 2 grampos, sem lombada canoa Orelhas. Sobre seus aspectos gráficos, Britto (2006, p. 71) aponta a revista como o magazine mais vendido e que chama atenção por seu público e publicidade, com cores em abundância e recursos gráficos avançados.

A revista possui diretoria própria e sintetiza todos os produtos da linha de magazines porque reúne política, tecnologia, saúde, turismo, casa e bem-estar, jovem, consumo, ou seja, abrange um mercado consumidor segmentado. *Veja* se autodenomina como uma revista de atualidade e privilegia fontes autorizadas.

De acordo com Brito (2006, p. 74), *Veja* tem uma linha editorial bem definida, seguindo quatro princípios básicos: a democracia, o capitalismo, a lei e o seu cumprimento e a liberdade de imprensa. Assim, a revista produz um “jornalismo interpretativo fortemente opinativo” porque o conteúdo reflete sua estrutura monopolista. O viés político também está implícito devido a maior capacidade e extrair lucro de suas atividades.

É possível ressaltar ainda um jornalismo afinado com a classe empresarial, que considera natural posturas de consumismo, individualismo e desigualdade de classe. Por outro lado refuta política, valores cívicos e atividades contra o mercado. *Veja* também refuta em suas páginas qualquer tentativa de mudança, ou seja, é considerada uma revista conservadora e a crise social não ocupa espaço significativo em sua agenda, o que é uma característica preocupante.

Por mais politizadas que sejam, as pautas de *Veja* repelem temas relacionados à mudança social, à pobreza, aos dramas, aos problemas, voltam-se para os grandes negócios, para bem-estar do leitor. Quando aborda questões mais sociais, são temas tratados com ironia, recebem tratamento plástico, artístico e não merecem a crítica verdadeira nas causas.

Em 2008 a revista tornou acessível seu acervo digital todas as suas edições, desde o seu surgimento, em 68, e com isso, diz ter reafirmado seu compromisso com a democratização no país e com a preservação da memória brasileira.

3.3.2 *Carta Capital*

A revista *Carta Capital* completou 21 anos em 2015. É uma publicação da Editora Confiança, que nasceu em 2001, com o jornalista ítalo-brasileiro, Mino Carta, quando a revista ainda era quinzenal. Em sua página institucional¹⁰, a Editora se posiciona como uma empresa que acredita no jornalismo de qualidade e independente, e destaca que a base de todo o seu trabalho está no compromisso com seus leitores, telespectadores e parceiros comerciais em todas as plataformas.

A Editora também produz mais dois títulos voltados para professores: *Carta na Escola*, que se volta para professores do Ensino Médio e *Carta Fundamental*, dirigida

¹⁰ <http://www.cartacapital.com.br/editora/sobre-a-editora>

para docentes do Ensino Fundamental. E mantém o site com colunistas e blogs independentes e a TV Carta, uma unidade de produção audiovisual. Também se firmou ~~no mercado como uma das~~ idealizadoras e organizadoras de eventos corporativos, como o “As Empresas Mais Admiradas do Brasil”, com premiação que acontece há quase duas décadas. A Revista *Carta Capital* teve seu primeiro exemplar publicado em 1994, com seu editorial escrito por Mino Carta, no qual dá destaque para os assuntos políticos, evidenciando seu desejo de influenciar aqueles que estão no poder.

...uma CARTA Capital endereçada ao coração do poder. De fato, ela vai falar de e para aqueles que, nos mais diversos níveis, decidem os destinos de comunidade. Aqueles que teriam de dar o exemplo ao escolher as melhores rotas com os olhos voltados para os interesses da sociedade toda (CARTA, 1994).

Com uma tiragem de 75 mil exemplares, é do corpus a ser analisado, a revista com a menor tiragem, porém com determinada relevância editorial porque conquistou significativa importância nacional por sua atuação crítica em relação à imprensa em geral. Tem por hábito noticiar os desdobramentos dos fatos em vez de silenciar e comporta-se na maioria das vezes de maneira contrária ao posicionamento dos grandes meios de comunicação ou mais tradicionais.

Em *A Semana*, Mino Carta (2008) apresenta os três fundamentos que ancoram Carta Capital: fidelidade à verdade factual, espírito crítico e fiscalização do poder onde quer que ele se manifeste.

Assim como *Veja*, *Carta Capital* também possui uma posição política, uma linha editorial declarada, geralmente a de seu diretor, Mino Carta.

De acordo com Mesquita (2008, p. 58), percebe-se, de uma maneira geral, que esta revista se distancia das demais principais não somente pela quantidade de exemplares vendidos, mas por sua posição política declarada e por sua ousadia em analisar o comportamento midiático brasileiro.

Diferente das outras revistas analisadas, *Carta* defende que os meios de comunicação devem desvelar-se e assumir publicamente suas afinidades político-partidárias porque entende que assim a relação com o leitor é mais honesta e autêntica

As publicações da Editora Confiança (*CartaCapital*, *Carta na Escola* e *Carta Fundamental*) podem ser acessadas por meio de aplicativos do sistema IOS e Android. O assinante também pode acessar a versão online em qualquer aparelho celular, tablet, notebook ou desktop. Pelo site, apenas as publicações digitais mais recentes podem ser

acessadas. E embora tenha tais recursos, sua página na internet é das quatro revistas a que apresenta menos recursos interativos.

3.3.3 *IstoÉ*

A Revista *IstoÉ* é uma publicação da Editora Três, a terceira maior editora de revistas do país e responsável pelas revistas semanais *IstoÉ*, *IstoÉ Dinheiro* e *IstoÉ Gente*, além das mensais *Planeta*, *Motor Show* e *Dinheiro Rural* e a bimestral *IstoÉ Platinum*.

A Editora Três seria a pioneira na disposição digital de seus conteúdos e de suas revistas na internet e hoje conta com plataforma digital com área multimídia e contempla aplicativos para *mobile*, *iPhone*, *iPod touch* e portais SMS.

Caco Alzugaray, presidente executivo da Editora Três, ilustra o compromisso da Editora na página institucional da empresa¹¹: “Independência editorial é o pilar do compromisso que mantemos com o Leitor e que baliza nossa missão de contribuir para o desenvolvimento de um Brasil mais justo e feliz”.

Em relação à sua missão, afirma que seu trabalho ajuda a formar cidadãos mais preparados críticos e conscientes em relação às pautas mais relevantes do país e acerca das diversas temáticas. Também afirma informar com transparência e qualidade e que é uma influência positiva para os leitores. Quanto aos valores, defende que tem a missão de preservar a confiança que seus leitores têm em suas publicações porque é através das revistas que eles formam suas opiniões. Portanto, se baseia nos princípios de: independência editorial, coragem, justiça, ousadia, espírito combativo, trabalho, otimismo e amor ao Brasil.

A Editora Três também realiza, apoia e patrocina alguns eventos que são referência para o mercado, para o leitor e para o anunciante e em sua página destaca “Brasileiro do Ano”, “Melhores da Dinheiro” e “50 mais sexy”.

Assim, a revista *IstoÉ*, publicada pela Editora Três, lançada em 1976 (oito anos após *Veja*), possui uma tiragem de pouco mais de 360 mil exemplares e também está entre as quatro revistas semanais mais lidas do país.

Trata-se de uma publicação semanal que também informa sobre os mais diversos temas, mas dentre sua cobertura, destacam as reportagens políticas, de grande repercussão e que envolvem a realidade política nacional. Mesquita (2008, p. 54), conta que em sua primeira edição, em meio à ditadura militar, *IstoÉ* já indicava essa postura. Em sua capa destacou a importância da democracia, fazendo menção ao fim do regime

¹¹ <http://www.editora3.com.br/>

totalitário brasileiro. E sobre diversos casos polêmicos, geralmente envolvendo o cenário político, a revista revelou importantes informações, ocupando posição de destaque acerca de várias investigações.

Em janeiro de 2006, a revista fechou parceria com o Grupo Time Inc., maior conglomerado editorial de revistas do mundo. De acordo com essa parceria, o conteúdo das revistas *People*, *Fortune* e *Time* passou a constar nas páginas de *IstoÉ Gente*, *IstoÉ Dinheiro* e *IstoÉ*.

No ranking de mercado, *IstoÉ* encontra-se na terceira posição, tendo como adversária a revista *Época*, que mantém determinada vantagem nas vendas semanais.

Segundo Santos (2009, p. 50), o semanário também disponibiliza seu conteúdo na internet pelos sites: <http://www.terra.com.br/istoe/> e <http://www.assine3.com.br/EXPERIMENTE/>, que disponibiliza o conteúdo desde o seu surgimento e também transpõe seu conteúdo impresso para a página online, respectivamente. O acesso é livre para as dez primeiras páginas e para visualizar tudo é preciso fazer um cadastro.

3.3.4 *Época*

A revista *Época*, finalmente, é um produto da Editora Globo, uma ramificação do Grupo Globo, que também é responsável pela publicação das revistas *QUEM Acontece*, *Época NEGÓCIOS*, *Marie Claire*, *Casa e Jardim*, *Casa e Comida*, *Crescer*, *Autoesporte*, *Galileu*, *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, *Globo Rural* e *Monet*, além do agregador feminino *Meus 5 Minutos*. Em parceria firmada com a internacional *Condé Nast*, publica as revistas *Vogue*, *Casa Vogue*, *GQ* e *Glamour*.

É considerado o maior grupo do país, informação que consta em sua página institucional¹². A empresa, fundada em 1952, pertence ao conglomerado Globo de Jornalismo e também possui vasto catálogo com grandes nomes da literatura nacional e estrangeira.

A Editora tem a visão de que “indivíduos inspirados e bem informados têm o poder para construir um mundo melhor” e a missão de “produzir e disseminar um jornalismo independente que antecipe as transformações da sociedade e conecte cada

¹² <http://corp.editoraglobo.globo.com/a-empresa/>

indivíduo com a sua época” e cita como valores otimismo, diversidade, interdependência, estética, bom humor, sustentabilidade e inquietação criativa.]

Importante relatar ainda o que a empresa considera como sua visão de jornalismo, “essencial para a evolução da sociedade e de cada indivíduo”, no qual todos se informam, aprendem, se divertem, se surpreendem, se encantam e compartilham opiniões e experiências. Para este grupo o jornalismo deve ser independente, deve promover experiências inéditas e provocadoras, deve educar e disseminar o conhecimento, manter o olhar crítico e autocrítico, cultivar o respeito à diversidade, celebrar a beleza, apoiar a arte a cultura, antecipar as transformações da sociedade, sem medo de ousar, arriscar, errar, traduzir as novidades de firma clara e prazerosa e criar vínculos de confiança e cumplicidade.

Lançada em 1998, a revista *Época* possui uma tiragem atual de 600 mil exemplares. A revista mantém um contrato de direitos autorais com a revista alemã *Focus*, na qual foi inspirada e segue um modelo que valoriza a imagem e demais materiais iconográficos e editoriais. Portanto, é a publicação mais nova entre as quatro em análise e atinge, predominantemente, as classes A e B.

Segundo Santos (2009, p. 47), a participação da revista no mercado corresponde a 10,99% no total. Está na segunda posição entre as revistas semanais brasileiras. O semanário também seguiria uma lógica do mercado, perceptível em sua prática diária e em onze preceitos citados por Santos (2009, p. 47), onde utiliza eufemismos para justificar suas posturas liberais e mercadológicas.

Mesquita (2008, p. 55) aponta que em relação aos temas abordados pelo semanário, há uma tendência de escolhas por pautas de entretenimento e utilidades. Ele exemplifica com a informação de que das 52 edições de 2006, 35 capas voltaram-se para a temática variedades (beleza, férias, ecologia, dieta, religião, lazer. Etc). Capas polêmicas também foram verificadas, mas as referentes à política não foram tão recorrentes, pelo menos em 2006 (de 52 edições, apenas dez abordaram algum fato ou evento político). Interessante até ressaltar que em plena semana de eleições, no ano de 2006, enquanto a concorrência cobria o pleito eleitoral, *Época* estampara em sua capa o tema “Férias!”.

As edições integrais dos últimos oito meses estão disponíveis em seu site que também oferece alguns recursos e o serviço busca, enquetes, vídeos e atualizações via RSS.

CAPÍTULO 4
AS MANIFESTAÇÕES DE 2013

A seguir, apresentamos as manifestações que ocorreram em 2013 de uma maneira bem descritiva, mas com certa contextualização histórica e política acerca do movimento que deu início às manifestações e às questões de mobilidade urbana no país.

Antes, destacamos algumas contribuições de Gohn acerca dos movimentos sociais tradicionais e contemporâneos, e Castells, que ressalta a importância de compreender os movimentos sociais contemporâneos e as manifestações, em seus processos de formação, dinâmica, valores e perspectivas de transformação social, interpretando as manifestações ocorridas no mundo árabe, na Espanha e nos EUA.

4.1 Os movimentos sociais no Brasil na era global

De acordo com Gohn e Brigel (2012, p. 7), vários paradigmas têm sido abordados de diferentes perspectivas desde a institucionalização acadêmica dos movimentos sociais.

Importante torna-se apresentar primeiro o conceito de paradigma como um conjunto de “teorias, conceitos e categorias de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social”. Gohn (2012, p. 13) cita o responsável pelo termo, Thomas Kuhn, que afirmava o surgimento de um paradigma toda vez que surge a dificuldade em envolver, inserir novos dados em velhas teorias.

Os clássicos seriam os provenientes principalmente da Europa e dos Estados Unidos e a partir de então alguns enfoques passaram a ser revistos e/ou redescobertos. As abordagens críticas, advindas do marxismo, dos novos movimentos sociais, da teoria da mobilização social e mobilização política desenvolveram na América Latina outros desdobramentos e reconstrução de teorias que buscam inúmeras respostas para os movimentos sociais contemporâneos.

Para Gohn (2012, p. 9), motivações e razões não faltaram para caracterizar tais paradigmas, afinal foi possível identificar uma ausência significativa acerca de pesquisas que tenham se dedicado ao estudo das teorias dos movimentos sociais. O que se vê, enfim, são questões de ordem prática, estudos de natureza mais empírico-descritiva, estudos de caso e de objetos que têm omitido a questão teórica. “Destaque-se ainda a ínfima importância dada neste debate à própria existência dos movimentos na América Latina” (GOHN, 2012, p. 10).

A partir da década de 60, os movimentos ganharam visibilidade e as teorias sobre as "ações coletivas" foram se desenvolvendo gradativamente. Um deslocamento de interesse levou o foco das atenções para a sociedade civil e não mais para o Estado, objeto central de investigação dos cientistas sociais. E mesmo com o boom dos movimentos sociais, muitos problemas de pesquisa também surgiram, como por exemplo, o próprio conceito de movimento social e outras questões emergentes.

Segundo Gohn e Brigel (2012, p. 7), do final do século XX para cá, novas formas de dominação foram rearticuladas e muitos fatores desencadeados pelas novas políticas econômicas, pelos novos mecanismos de atuação dos mercados e agentes financeiros, novas políticas, novas práticas sociais, novas tecnologias de informação e comunicação e demais transformações que caracterizam uma nova era global, uma "globalização assimétrica" que também reestruturou as formas de organização e de ações de protestos coletivos dos movimentos sociais.

E ao expor novos interesses acadêmicos para revelar o papel dos movimentos sociais contemporâneos, Gohn e Brigel (2012, p. 11) conceituam:

Pensamos que os movimentos sociais continuam sendo atores centrais (ainda que logicamente não exclusivos nem portadores da "melhor" ou "única" mensagem transformadora) dos processos e dinâmicas de protestos e luta por mudanças e justiça social no mundo contemporâneo. Uma questão de fundo tem a ver com a própria definição do que os diferentes atores e agentes sociais, que se apresentam como movimentos sociais, estão entendendo por movimento social (ou ressignificando alguma prática social como movimento) (GOHN e BRIGEL, 2012, p. 11).

Como explica Gohn (2012, p. 337), a temática trata de uma área clássica da sociologia e da política, e não apenas um momento da produção sociológica reduzindo as manifestações à própria existência do fenômeno. Inicialmente os estudos dos movimentos sociais estavam relacionados a contextos de mudanças sociais e revoluções, revoltas, tensões, fontes de conflito e atos anômalos em comportamentos coletivos vigentes. A categoria "trabalhador" e o conceito de luta de classes sempre estiveram centralizados em todas as análises e utilizados inclusive, em acepções mais amplas, como períodos históricos grandes, e em questões de reforma ou revolução nas abordagens críticas, associadas à perspectiva marxista.

Os diferentes contextos históricos, temporais e geográficos permitiram o surgimento de novas modalidades de movimentos sociais e novos personagens. "O tema

se ampliou e passou a focar outras dimensões das ações coletivas como os “protestos sociais” e em um quadro de pesquisas e pesquisadores que se alterou profundamente ao longo dos anos após a década de 60” (GOHN, 2012, p. 337).

De acordo com a autora, a produção norte-americana entra em diálogo com a produção europeia, algo não abordado no Brasil, país de significativa produção sobre os movimentos, mas ambas as teorias, ou seja, o paradigma norte-americano e a teorias dos Novos Movimentos sociais, cresceram, se desenvolveram e depois se estagnaram, o que deixou as pesquisas na América Latina bem debilitadas por estarem muito presas aos referenciais clássicos.

Para Gohn (2012, p. 211), falar do paradigma latino-americano é falar de um paradigma muito diferenciado ao comparar seus movimentos sociais com os movimentos europeus, canadenses e norte-americanos, por exemplo, a despeito das diferenças histórico-culturais e os processos econômicos, políticos e sociais muito distintos.

De acordo com suas revisões, Gohn (2012, p. 212) explica que mesmo com tantas diferenças, seguiu-se os modelos clássicos como a teoria da modernização e as teorias elaboradas pela CEPAL (Comissão Econômica para Desenvolvimento da América Latina), fundadas no paradigma das fases moderna e atrasada. O que se destaca é a contribuição dos estudos acerca da participação social dos indivíduos como parte do processo de integração social (Germani, Solari e Lipset) que, ainda sim, estudavam grupos mais elitistas. Grupos populares eram raramente citados. Prosseguindo, Cardoso e Falleto, com a teoria da dependência, inovaram e chamaram atenção para as especificidades da América Latina. Entretanto, foi difundida num momento de militarização generalizada. Mas possibilitou releituras e abriu caminhos para análises mais críticas como a teoria da marginalidade (Kowarick) (marginalização como um processo muito mais complexo).

Em suma, Gohn (2012, p. 221) contextualiza que os movimentos sociais na América Latina foram bastante diferenciados em termos de distribuição, embora tenham ocorrido em todos os países. Surgiram nos grandes centros, seguiram para outras regiões e se organizaram até em vilarejos (em países de estrutura econômica mais agrária), com agendas diferenciadas, tais como questões étnicas, suprimentos de gêneros e serviços sociais, como demandas por alimentos, terra, moradia, educação e ainda questões de gênero.

No Brasil, segundo Gohn (2012, p. 222), os movimentos se concentraram nas últimas três décadas, o que ela atribui, talvez, à sua extensão territorial e a sua

população em relação aos outros países latinos. Por isso a abordagem da autora a partir da década de 90, período de intensas mudanças no processo de desenvolvimento brasileiro, as quais abarcam novas estratégias de intervenção social para enfrentar a chamada “capacidade reguladora de mercado”, além do crescimento da economia informal. “As relações de trabalho deixam de ser o principal foco das lutas dos trabalhadores. A luta básica passa a ser pela manutenção de um emprego”.

As mudanças não param por aqui.

O tempo se altera em função dos novos meios de comunicação. A mídia, principalmente a TV e os jornais de grande imprensa, passa a ser um grande agente de pressão social, uma espécie de quarto poder, que funciona como termômetro do poder de pressão dos grupos que têm acesso àqueles meios. As organizações não governamentais, por sua vez, ganham proeminência sobre as instituições oficiais quanto à confiabilidade na gerência dos recursos públicos (GOHN, 2012, p. 298).

A fome e a miséria passam a ser objeto de diagnósticos de políticas públicas e a exclusão passa a ser “exclusão integradora”, em um cenário de construção de uma economia popular vinculada diretamente à economia pública e capitalista. Neste contexto perdem força os sindicatos e os movimentos populares porque as políticas de integração aqui solicitam interlocução com organizações institucionalizadas. As ONGs se destacam e se destacam também: crise econômica com deslocamento da economia formal para a informal com suporte de políticas econômicas e fomento à abertura de negócios, porém com fragmentação das atividades produtivas semiartesanaís. A falta de moradia e a violência crescem absurdamente, mesmo com a economia estável com o plano real (GOHN, 2012, p. 300).

A autora contextualiza a situação com o cenário internacional, nada positivo, com reformulação da globalização, da primazia do mercado sobre o Estado, a intensificação do capital especulativo, sem a menor preocupação com os processos de desenvolvimentos das nações, além das economias ilegais (tráfico de drogas, armas e rede paralela de recursos econômicos).

O que se percebe é a constituição de um sistema excludente, que moderniza muitas regiões do país, mas desloca pessoas em função de mão de obra barata que almeja qualificação. Que é contraditório porque cria um sistema produtivo fragmentado

e competitivo, de saberes codificados e não especializados num ciclo de mais miséria e desemprego.

Vale então destacar, que não só esses fatores macroestruturais explicam a “centralidade da miséria dos indigentes”, mas também provém de uma conquista de grupos e movimentos sociais organizados. O Estado então estaria respondendo a pressões da sociedade civil, também estaria transferindo parte de suas responsabilidades para o setor privado. Ele se reorganiza e se torna mais dinâmico no cenário produtivo, enxuga a máquina estatal e diminui conflitos internos. “Observamos, portanto, no cenário brasileiro dos anos de 1990 um conjunto enorme de profundas alterações estatais no modo de operar a economia, as políticas públicas, e na forma de se relacionar com a sociedade civil” (GOHN, 2005, p. 303).

E resumo, tem-se o desenvolvimento de uma nova concepção de sociedade civil e o surgimento de novos atores sociais, além de novos espaços, novos formatos e participação e relações sociais, basicamente construídos pelos movimentos populares nas décadas de 70 e 80 e por ONGs, na década de 90, a partir de relações baseadas em direitos e deveres,

A partir de então, de acordo com Gohn (2012, p. 307), se redefine o cenário das lutas sociais no Brasil. Entram em crise movimentos de militância, de mobilização, de participação cotidiana e de credibilidade e confiabilidade nas políticas públicas e instituições. Cresce o movimento popular rural. Destaca-se o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), criado em 1979, com sólida organização, mas com dificuldades de operações devido às diferenças culturais. Em 1990 e 1996, a chacina de trabalhadores rurais chamou atenção internacional e para a criação da União Ruralista Brasileira (URD) e o MST transformou-se então no maior movimento do Brasil, se ampliando de maneira singular entre 1994 e 1997. A reforma agrária começa a ser aceita com perspectiva de fixar o homem no campo, diminuindo índices de violência na cidade.

A autora relata que outros movimentos surgiram com inúmeros propósitos. Há de citar, por exemplo o Movimento de Ética na Política, da Ação da Cidadania contra a miséria e pela Vida, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Movimento dos Aposentados, movimentos que pediram pela revalorização da Vida e contra a violência como o Viva Rio. Este caracterizou-se como movimento de novas práticas coletivas porque não firmou vínculos com partidos, ocupou notável espaço simbólico e agiu por meio de projetos culturais.

Destaca-se ainda o fortalecimento e/ou criações de entidades como a ABONG (Associações Brasileiras de ONGs), a CMP (Central de Movimentos Populares), que passou a reunir movimentos que estavam em consonância com a CUT (Central única dos Trabalhadores), a instalação de ONGs internacionais no Brasil, como Geenpeace, Rainforest e Anistia Internacional, entidades já presentes desde a década de 80, como a CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores), a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e programas sociais criados por meio da LBA (Legião Brasileira de Assistência). O MST, ainda com notoriedade, passa a ser um interlocutor para a formulação de uma reforma agrária no país, e a temática ganha adeptos e fomenta pressões, como por exemplo o lançamento do livro de Sebastião Salgado, “Terra”, episódio relevante para a causa, além de pressões morais e advindas do clero católico, embora na década de 90, os movimentos sociais tenham perdido grande apoio desta grande aliada, a Igreja Católica (especificamente a ala da Teologia da Libertação), que reviu suas práticas, doutrinas e diretrizes.

No Brasil há destaque então para a década de 90, quando, segundo Gohn (2012, p. 317), os movimentos tornaram-se mais qualificados e estruturados, com ações motivadas com mais organização e menos pressão, que trouxeram, sobretudo, uma nova cultura e contribuições dos diferentes tipos de movimentos para o processo de democratização do país para reconstrução de valores democráticos.

A crise de alguns movimentos, ou a chamada “crise de mobilização”, nas análises de Gohn (2012, p. 324), se refere mais às mudanças, às transformações internas e externas do que propriamente a um processo de crise, como um momento de amadurecimento, uma “adequação à institucionalização democrática”, quando a autora se pauta em outros autores como Harber e Oliveira. Os chamados novos movimentos sociais, ligados às lutas por questões de direitos no plano da identidade ou igualdade, declinaram e, depois de reorganizados, crescem. “Em síntese, está havendo uma mudança nos valores e orientações que informam e fundamentam a ação social” (GOHN, 2012, p. 327).

Por fim, Gohn (2012, p. 339) reflete que a tendência que predomina na análise dos movimentos sociais a partir dos anos 90 é de unir abordagens provenientes de teorias macrossociais e teorias que priorizam aspectos micros da vida cotidiana. Há a necessidade de uma teoria que busque uma síntese, com ações e conteúdos articulados com diferentes disciplinas (economia, política, sociologia, antropologia, psicologia, psicanálise, filosofia e comunicações). “Diferentes olhares, diferentes ângulos de apreensão dos fatos da realidade: esta é uma necessidade imperiosa, numa era na qual

tudo se desfaz rapidamente, tudo fica obsoleto em frações de tempo muito menores que nossa capacidade de memorização”.

E lança a hipótese de que talvez o paradigma postulado venha se realizar com a fusão de vários procedimentos metodológicos e pensado para analisar fenômenos que estão ocorrendo na contemporaneidade do terceiro mundo.

4.2 Os movimentos sociais contemporâneos: quando a cidade se conecta e vai às ruas contestar o poder

“Sem confiança nada funciona”. Com a frase enfática de Castells (2013, p. 11) torna-se possível materializar o complexo cenário de insatisfação mundial que se instaurou a partir de 2010, na Tunísia. De fato, políticos, governos e mídia viram-se expostos diante de um povo esgotado, vazio, sem esperança e sem confiança. “E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança o contrato social se dissolve e as pessoas desaparecem ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência” (CASTELLS, 2013, p. 11)

Foram esses indivíduos que se juntaram, formaram-se em rede (através da “segurança do ciberespaço”) e depois amarraram as ideias e ganharam o apoio de milhões com base na experiência humana e suas reivindicações.

De acordo com Castells (2013, p. 12), esses movimentos se espalharam por contágio num mundo ligado pela internet. Começaram no mundo árabe, em 2010, com as revoluções egípcias, com a revolução da liberdade e da dignidade, na Tunísia, com a revolução das panelas, na Islândia, ambas em 2010. Percorreram a Espanha (“Os Indignados”), os Estados Unidos (“Occupy Wall Street”) e chegaram ao Brasil com a eclosão das manifestações de junho de 2013.

Ao analisar a formação, a dinâmica, os valores e as perspectivas de transformação social desses movimentos, Castells (2013, p. 13) afirma:

Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda a organização formal, sustentando-se na internet, em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões (CASTELLS, 2013, p. 13).

De fato, é impossível desconsiderar a proatividade do Movimento Passe Livre (MPL) nas manifestações que ocorreram no Brasil em 2013, mas o engajamento no

evento uniu grupos e pessoas das mais diversas convicções em favor de uma causa comum: contra o aumento das passagens e pelo respeito ao ser humano como cidadão.

Para Castells (2013, p. 14), é cedo demais para interpretações sistemáticas e acadêmicas desses movimentos sociais, mas é possível apontar hipóteses que partem da premissa das relações de poder que se estabelecem entre as sociedades e suas instituições e segundo valores e interesses. “Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder. A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação entre poder e contrapoder”.

O autor ressalta também que as pessoas constroem significados (principalmente através das representações midiáticas) e a “forma como elas pensam determina o destino das instituições, normas e valores sobre os quais a sociedade é organizada” (CASTELLS, 2013, p.14).

Nesse sentido, todo esse processo de estabelecimento de relações e de criações e constituições de redes são operados pelo ato, pelo processo da comunicação.

Segundo Castells (2013, p. 15), uma comunicação socializada é a principal fonte da produção social de significados e esse processo caracteriza-se pela diversidade. Porém, uma característica comum a todos é que as pessoas dependem muito das mensagens difundidas. Devido às transformações tecnológicas que ocorreram nos últimos anos, configura-se uma sociedade em rede sem fio que processa mensagem de muitos para muitos (comunicação de massa), “com potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de conectar a um número infundável de redes que transmitem informações. Assim, as redes de comunicação são decisivas na construção do poder”.

Essas “redes de poder” têm o interesse comum de controlar as regras e as normas diante de um sistema político que responda a seus interesses e valores. Assim, “o Estado constitui a rede-padrão para o funcionamento de todas as outras redes de poder” (CASTELLS, 2013, p. 17).

Prosseguindo esta linha de raciocínio, temos aqueles que exercem o contrapoder, ou seja, uma tentativa de alterar as relações de poder em torno de outros interesses e valores, almejando mudança social. Esses atores que subvertem a prática comunicacional são os movimentos sociais que se estabelecem de várias maneiras e hoje, em redes digitais autônomas, na internet e em plataforma de comunicação sem fio. Aqui esses indivíduos deliberam e coordenam ações de forma ampla e desimpedida.

E enfim, esses atores e espaços têm desempenhado papel fundamental na história das mudanças sociais porque criam uma comunidade, constituindo proximidade, assumem e ocupam o espaço, reivindicando a cidade e o que ela pode proporcionar, constroem uma comunidade livre e criam verdadeiro espaço de deliberação e de tomada de decisões ajustadas aos interesses comuns.

Para Castells (2013, p. 20), esses atores sociais aspiram justiça e denunciam inúmeras incoerências e atrocidades: pobreza, exploração econômica, desigualdade, comunidade política antidemocrática, estados repressivos, judiciário injusto, racismo, xenofobia, brutalidade, censura, fanatismo religioso, desrespeito à liberdade individual, intolerância, xenofobismo, descuido com o planeta, gerontocracia, incitação à guerra, entre outras representações de dominações de homens e mulheres em seus plenos estados de ignorância.

A questão-chave levantada por Castells (2013, p. 21) é “quando, como e porque uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente aconselhadas a não fazer porque seriam punidas”.

Mas o autor adianta que esses movimentos são emocionais e, para que surja o entusiasmo e depois a esperança, é preciso superar a emoção negativa das frustrações resultantes de um sistema doente e ineficiente. Para ativar essa emoção é preciso que um indivíduo se conecte a outros indivíduos que possuam experiências semelhantes às que motivaram o acesso emocional inicial, através do processo de comunicação.

... um processo de comunicação que propague os eventos e as emoções a eles associadas. Quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propellido pelo entusiasmo e motivado pela esperança (CASTELLS, 2013, p. 23).

E neste processo rico e produtivo, o papel das ideias, ideologias e pragmatismos são substancialmente indispensáveis à transformação das emoções em projetos e propostas. Para o autor, fundamental mesmo é não deixar que tais ideias se tornem experimentação ideológica de representações ilegítimas.

4.3 As revoltas de junho e suas vozes

A partir do início do mês de junho de 2013, uma série de manifestações intensas se espalhou pelas principais capitais e regiões metropolitanas do país para protestar contra o aumento das passagens de ônibus, trem e metrô. Essas manifestações também

protestaram contra o aumento dos alimentos, dos alugueis, do empobrecimento de serviços públicos no Brasil (educação, saúde, moradia) e do atual ambiente político hostil, pautado em diversos casos de corrupção.

Castells (2013, p. 182) conta que essas manifestações aconteceram sem que ninguém esperasse, sem líderes, sem partidos e inicialmente, sem apoio da mídia, pela mobilidade e contra a especulação imobiliária e a corrupção municipal. Ricci e Arley (2013, p. 17) também explicam que nada apontavam para o fato de que jovens tomariam o país, as capitais e indagam: “Seria possível o acaso da história social”?

Segundo Ricci e Arley (2013, p. 18), três meses antes da explosão social nas ruas em 2013, manifestações mais modestas estariam ocorrendo no país, e vitoriosas, como em Porto Alegre. Depois, estudantes paulistanos começaram a se organizar em frente às escolas estaduais, somando cerca de 200 pessoas.

Grande parte das mobilizações foi organizada através das redes sociais, tendo como precursores os membros do Movimento Passe Livre (MPL). O termo "vandalismo" e a violência policial acabaram ganhando as páginas e as imagens dos veículos de comunicação quando começaram os registros violentos durante os atos, resultando em manifestantes e policiais feridos. A repressão policial chamou atenção da sociedade e foi motivo para intensificar os protestos.

Em São Paulo, os protestos começaram em dois de junho de 2013. E o MPL lidera protestos na periferia paulistana, mas de acordo com Locatelli (2013, p. 5), se tornaram intensos, de fato, na quinta-feira, seis de junho, reunindo cerca de duas mil pessoas. E surge também o primeiro protesto do *Anonymous*, grupo que ostenta as máscaras de Guy Fawkes. “Até então, parar a cidade parecia mais uma entre tantas palavras de ordem bradadas pelos movimentos sociais”.

O Movimento Passe Livre (MPL) chamou a todos para o protesto, tendo em vista a possibilidade de reajustes nas passagens. O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad já havia cogitado tal acréscimo durante as eleições, argumentando que o reajuste estaria abaixo da inflação. Adiado em janeiro, o reajuste era previsto para o mês de junho e por isso possibilitou convidar as pessoas para o ato um mês antes.

Relatos de Ricci e Arley (2013, p. 19) mostram que no dia 7, o número de manifestantes do MPL dobra e se concentram no Largo da Batata e avançam pela Faria Lima. O governador Geraldo Alkmin já reage, cobrando ação enérgica da polícia.

Em dez de junho, as ruas da cidade se transformaram num campo de batalha, onde foram protagonizadas cenas de vandalismo, truculência policial e destruição do patrimônio no Rio de Janeiro e em São Paulo. A PM detém pessoas, ônibus são

incendiados e a escalada de violência aumenta gradativamente. Três dias depois, simpatizantes do Movimento Passe Livres (MPL) ocuparam uma das principais avenidas do centro do Rio de Janeiro, a Presidente Vargas, bloqueando as pistas.

No dia 13, as manifestações paulistanas já reúnem vinte mil pessoas e toma o centro da cidade. O confronto se torna mais violento, 234 pessoas são detidas e a repercussão da truculência policial viraliza nas redes sociais.

Dia 16, domingo, outras capitais aderem aos protestos, que espalham pelo país, mas novas pautas já começam a emergir, como gastos públicos com a Copa das confederações e a Copa do Mundo de 2014 e no dia 17 de junho as manifestações de rua se espalham. O movimento cresce. Mas a partir daqui, segundo Ricci e Arley (2013, p. 20), “as narrativas se desdobram” porque a “lógica organizativa e de explicação do mundo não presidiu hegemonicamente os atos de massa”. As mobilizações seriam agora, caracterizadas como o confronto com a Ordem e ao *status quo*.

O Rio foi palco de uma grande passeata que reuniu mais de 100 mil pessoas que protestaram contra os gastos para a Copa do Mundo, das Confederações, a corrupção e, principalmente, o aumento das tarifas de transporte público. O protesto foi quase todo pacífico. Porém, no final do ato, um grupo infiltrado de manifestantes radicais promoveu um festival de pancadaria. O Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), foi invadido e depredado. Era o cartão de visita dos chamados *Black blocs* no cenário das manifestações no estado.

De acordo com a Folha de S. Paulo apud Maricato et al (2013, p. 71), alguns números atestaram, além do óbvio, a situação vigente no país: 84% dos manifestantes paulistas não tinham preferência partidária no dia 17, 71% participavam pela primeira vez de um protesto, 77% tinham nível superior e 53% tinham menos de 25 anos. Configurou-se um movimento com protestos amplos e generalizados em todo o país, fato que não acontecia desde 1992.

A pauta teria se duplicado, então, nos dias 20 e 22 de junho. Seria agora uma pauta popular, desenvolvida de baixo para cima, com discurso de jogral, sem carros de som nem palanques, e outra da massa, apelativa como a publicidade. Ambas sofrem a intermediação e interação da internet.

Torna-se fundamental apresentar os principais pontos da dinâmica do movimento, segundo Lincoln Secco em Maricato ET AL (2013, p. 73), observando que os primeiros atos se arregimentaram de maneira tradicional pelo MPL, com cerca de duas mil pessoas. Ainda pequeno, o quarto ato tornou-se importante devido a repressão

policial, o que levou ao ato seguinte cerca de 250 mil pessoas, como uma onda de solidariedade ao MPL.

Após o sexto ato (18 de junho), os governos baixam as tarifas e o movimento se sente vitorioso. Mas, além de outras pautas, a interpretação da violência foi decisiva no decorrer dos acontecimentos. “Na dinâmica dos protestos de junho a maior alteração registrada resultou da ação policial”. A seguir, a mídia se viu forçada a apoiar o movimento, com sua própria pauta, é claro. Nesse sentido, não a violência, mas sua apropriação pela imprensa teria sim alterado profundamente a dinâmica dos acontecimentos.

Com repercussão e reflexo em todo território nacional e internacional, o governo brasileiro passou a atender algumas reivindicações: o Congresso votou a favor de a corrupção ser tratada como crime hediondo, arquivou a PEC 37 e proibiu as votações secretas. Governos estaduais voltaram a praticar os preços antigos das passagens. Nas ruas, crescia o número de pessoas nas passeatas. As manifestações no Brasil foram comparadas aos protestos Primavera Árabe, em países árabes, Los Indignados, na Espanha e o *Occupy Wall St*, nos Estados Unidos.

4.3.1 Histórico e interpretações

Ricci e Arley (2013, p. 17) indagam: “Toda manifestação popular explosiva é fruto de pequenos eventos que se somam em uma intencionalidade mais ou menos nítida”?

E respondem:

A primeira, a da lógica racional, linear e cumulativa, fincada em um cronograma de ações em que cada parte é um anúncio profético da resultante, se aproxima de uma grande narrativa histórica em oposição às pequenas narrativas forjadas no microcosmo das relações interpessoais. Uma segunda lógica seria mais descontínua, polissêmica, uma dinâmica construção em que nem todas as partes se encaixam com precisão ao discurso que vai se formando e ganhando forma (RICCI e ARLEY, 2013, p. 18).

Para Maricato et al (2013, p. 13), as revoltas populares em torno da questão dos transportes fazem parte da história das metrópoles brasileiras desde sua formação. “Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação de valor”. A população acaba sendo excluída da própria organização da cidade.

De acordo com Locatelli (2013, p. 9), “o processo que desaguou naquele dia não tinha surgido do nada, tampouco era obra do acaso. Ele teve origem dez anos antes, quando jovens se revoltaram com o aumento das passagens em Salvador”, quando, de fato, começou a tomar forma o MPL (que se consolidaria, mais tarde, em 2005, durante o Fórum Mundial de Porto Alegre).

Para Locatelli (2013, p. 11), com a criação do MPL a pauta dos transportes voltava a ter atenção e a questão da mobilidade urbana, através de um transporte “verdadeiramente público”, passa a ser meta fundamental para este grupo específico. Por isso, mesmo sem lideranças marcantes, é impossível abordar as manifestações de 2013, sem abordar um histórico de lutas do MPL, movimento que contribuiu efetivamente para a realização de vários atos que perduraram os anos seguintes até eclodirem as manifestações em questão. E “é em meio a essa experiência concreta da luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre” (MARICATO ET AL, 2013, p. 13).

Para Fernandes e Roseno (2013, p. 16), depois das primeiras manifestações sobre mobilidade social em Salvador, muitas outras seguiram, por estudantes universitários e trabalhadores que aderiram à causa. Em 2011, as reivindicações contra o aumento das passagens e pelo passe livre ocasionaram protestos em muitas regiões do país e com mais ênfase na cidade de São Paulo. Em 2012, na cidade de Natal, mais de duas mil pessoas também protestaram e sofreram repressão policial. Por fim, em 2013, os protestos começaram em Porto Alegre, em março, e acabaram alcançando rapidamente São Paulo, demais principais capitais, cidades do interior e a periferia das cidades.

De fato, com a Constituição de 1988, novos direitos sociais foram estabelecidos como educação, saúde, trabalho, lazer e segurança. E, mesmo com uma lei de 1985, que possibilitou o vale-transporte aos cidadãos, o transporte nunca foi pauta na agenda das políticas públicas.

Locatelli (2013, p. 12) afirma que, embora o MPL seja norteado a lutar por um transporte verdadeiramente público, ele convoca protestos toda vez que a passagem sobe. A tarifa zero seria, na verdade, um ideal. São Paulo já teve propostas de tarifa zero durante a gestão da petista Luiza Erundina, mas nunca foram implementadas. “O movimento defende que a tarifa zero poderia ser adotada com a criação de um fundo financiado pelo imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para bancos, shoppings, empreendimentos e hotéis, entre outros. Dessa forma, os mais ricos pagariam o transporte dos mais pobres”.

E ao convocar a população para protestar cada vez que a passagem sobre, o MPL acredita que toda vez que há reajuste, acentua-se a exclusão social. “Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2010, 37 milhões de brasileiros não têm dinheiro para pagar a passagem de ônibus regularmente” (LOCATELLI, 2013, p. 12).

Maricato et al (2013, p. 15) aponta que as catracas são barreiras físicas que discriminam de acordo com a concentração de renda. Há aqueles que podem circular prazerosamente pela cidade e há aqueles condenados à exclusão urbana devido à falta de mobilidade e/ou ao seu acesso de maneira digna. “Para a maior parte da população explorada, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho”.

Segundo Maricato et al (2013, p. 15), o teor das mobilizações realizadas até então apontava para contradições do sistema de transporte coletivo, fundamental na estrutura social urbana. “O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto do seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo”.

Os autores explicam que a cidade e a vida urbana são pontos-chave de toda essa discussão. O direito à cidade não está alinhado com outros direitos sociais. Então, é preciso mudar a cidade, é preciso renovar a cidade, reconstruir a cidade como lugar qualitativamente diferente. Porém, há muito que limita tal aspiração: o extraordinário crescimento populacional e as mudanças históricas e geográficas que dividiram e fragmentaram a cidade, possibilitando tendências ao conflito.

O autor ainda destaca o neoliberalismo, que enfatizou ao invés de diminuir a desigualdade social e o poder de classes, que dividiu o espaço entre as elites financeiras e grandes porções de trabalhadores de baixa renda. Estes se aliam a marginalizados e desempregados e a diferença resulta em intolerância, segregação, marginalidade e exclusão. “Tais desenvolvimentos urbanos desiguais traçam o cenário para o conflito social” (MARICATO ET AL, 2013, p. 29).

As diretrizes e concepções neoliberais adotadas teriam reconfigurado as relações entre capital, Estado e sociedade. A cidade passa a ser investida como espaço direto e sem mediações da valorização do capital, oferecendo seus territórios no mercado global e entregando seus recursos públicos em um planejamento orientado pelo e para o mercado. Há o descarte do plano diretor e do Estatuto da cidade e da regulação e dá-se

lugar à chamada “operação urbana consorciada, que permite a aprovação de projetos que contrariem a legislação urbana vigente” em uma “cidade-negócio”.

Maricato ET AL (2013, p. 30) também destaca que a cidade sempre foi um epicentro criativo de destruição. Contribuem para isso fluxo migratório intenso, ilegais e clandestinos, elites empresariais em movimento, limpezas étnicas e religiosas, forças hostis de mercado, despossuídos que vivem à margem e inúmeras outras questões de cidadania. Nesse sentido, é fundamental enfatizar que diante dessas afirmações “a diferença é um dos mais preciosos direitos dos cidadãos” porque a cidade é um lugar de encontro, de diferença e de interação, é o lugar da ordem e das desordens, é onde se expressam formas culturais e onde desejos individuais e coletivos se chocam.

É possível afirmar que pela rapidez que se espalharam e pela diversidade dos temas e problemas propostos, o evento, que pegou uma sociedade inteira de surpresa, evoca os raros momentos da história e de rupturas que pareciam inimagináveis e inalcançáveis, como descreve Maricato ET AL (2013, p. 35). Há cerca de 20 anos o que se viu nas pautas das manifestações populares foi uma sociedade urbana permeada por movimentos sociais rurais. E a arrogância e a brutalidade dos detentores do poder é o que, de fato, teria provocado a unidade que tantos desejavam. Como afirmam os autores, “uma fagulha pode incendiar uma pradaria”.

É fato que a terra urbana e toda sua desenvoltura permaneceram refém dos interesses do capital imobiliário. Soma-se a isso os megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) que acrescentaram mais lenha na fogueira. “Mas é com a condição dos transportes que as cidades acabam cobrando a maior dose de sacrifícios por parte de seus moradores. E embora a piora da mobilidade seja geral, é das camadas de renda mais baixas que ela vai cobrar o maior preço com imobilidade” (MARICATO ET AL, 2013, p. 25)

Seu autismo social e político, sua incapacidade de perceber a velha toupeira que trabalhava no subsolo do tecido social, promoveu, e poucos dias aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas reivindicatórias, anseios (MARICATO ET AL, 2013, p. 36).

Assim, lutar pelo direito à cidade é um imperativo legítimo que, segundo Maricato ET AL (2013, p. 31) só pode acontecer por meio da mobilização social e da luta política e social. “Evitar o conflito é perder todo o prospecto de exercitar qualquer direito à cidade” porque é através do engajamento que podemos fazer a cidade, um direito inerente às práticas diárias, que demanda de um esforço coletivo e através de solidariedades sociais.

Esses autores registram que, embora tenha servido de combustível para os protestos, a mudança ideológica, os outros temas e as lutas paralelas (fragmentação das pautas) teriam causado uma queda abrupta do número de manifestantes e, posteriormente, o seu espalhamento.

Ricci e Arley (2013, p. 46) apontam, que para a mídia estrangeira, por exemplo, algo maior estaria embutido na diversificação das pautas e até mesmo na questão dos transportes. A situação estaria demonstrando sinais de esgotamento do modelo estatal-desenvolvimentista montado pelas gestões Lula e sinais de desequilíbrio interno. E citam causas ligadas à centralização orçamentária e nacionalização de programas sociais, as políticas de transferência de renda (numa inclusão social que se deu pelo consumo e não pelos direitos ou ação política organizada) e a conformação do neocorporativismo.

Para Fernandes e Roseno (2013, p. 9), essas pautas paralelas abrem um leque de matérias, como:

...dos políticos que não representam o povo, do jovem nas manifestações ao papel das redes sociais no protesto, da violência nas ruas aos confrontos policiais, das manifestações contra as emissoras de televisão à posição política dos meios de comunicação, dos protestos na Copa das Confederações às diferentes demandas de reivindicações populares, das bandeiras rejeitadas dos partidos políticos à democracia do povo nas ruas (FERNANDES e ROSENO, 2013, p. 9).

Por fim, diante de um cenário histórico de insatisfação, a legitimação do evento e a forma como as pessoas exteriorizaram essa insatisfação também foram pauta de discussões. O cientista político Marcos Nobre, em “Junho”, documentário produzido pela Folha de S. Paulo, indaga: “o que seria mais legítimo: a repressão policial ou a degradação do patrimônio público”?

A questão acompanha outras questões porque a truculência policial e a degradação do patrimônio público também foram “combustível” para continuidade do movimento e para inúmeras discussões.

4.3.2 Características das manifestações e seus personagens: das redes às ruas

Segundo Fernandes e Roseno (2013, p. 13), desde as manifestações populares pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, e o

movimento Diretas Já, de 1984, não se viam manifestações como as das Jornadas de junho.

Esses autores explicam que os protestos não tiveram o destaque merecido no início, nem mesmo nas conversas de rua. As discussões permeavam apenas ambientes de universitários ligados a partidos e movimentos políticos e redes sociais. E o convite para os protestos se dava nessas redes. “...a organização do movimento se estabeleceu como um QG para muitos estudantes” (FERNANDES e ROSENO, 2013, p. 10).

Neste ambiente virtual os estudantes se encontravam para falar de política e dos problemas sociais, discutiam expectativas frustradas em relação a, por exemplo, desemprego, baixos salários, aumento nos preços dos serviços e serviços públicos de péssima qualidade. E foi assim que “se emanciparam e iniciaram uma série de protestos pelo Brasil”.

Segundo Fernandes e Roseno (2013, p. 13), esses personagens eram, em geral, jovens universitários ligados a partidos e movimentos políticos ou não e que não se consideravam líderes, mas foram capazes de mobilizar e percorrer todo o território nacional (capitais, cidades do interior e periferias) e deixar instituições e políticos atônitos e imobilizados, derrubando projetos, votando em medidas urgentes para reformas políticas e apresentando novas pautas. Tudo isso em apenas 15 dias e com representantes que se alternavam.

De acordo com Ricci e Arley (2013, p. 25), foi perceptível também a presença de pequenos agrupamentos de extrema direita, mas foi uma participação minoritária. Então, não há fundamento da reação de intelectuais e dirigentes partidários de que a direita ou extrema direita também estaria explorando as manifestações como um campo fértil.

Fernandes e Roseno (2013, p. 13) relatam que, de acordo com o Departamento de Inteligência e Pesquisa de Mercado da Abril, 46% dos manifestantes têm entre 15 e 39 anos. Também citam pesquisa do IBOPE, de 20 de junho de 2013, acerca dos principais motivos que levaram os manifestantes às ruas. Chegam à casa dos 38% os manifestantes que elencaram como principal motivo a questão dos transportes. A seguir, 30% elencam a política, 12% citam a saúde, 6% atribuem a PEC 37 (que dava poder exclusivo à polícia para realizar investigações criminais, retirando essa possibilidade do Ministério Público) e 5% atribuem os protestos aos gastos com a Copa do Mundo e aos problemas que envolvem a educação. Dados que revelariam “uma insatisfação generalizada que não poderia ser resumida facilmente”.

Para Ricci e Arley (2013, p. 24), devido ao confronto com a ordem e ao *status quo*, as mobilizações então se aproximariam, neste caso, do *ethos* de esquerda, porque a demandas sugeriram igualdade no atendimento dos serviços públicos e na direção do controle social sobre esses serviços e dura crítica às elites políticas. Essas demandas:

...utilizaram as ruas como meio de expressão e protesto, negaram as tradições e a ordem, sustentaram embates com os emblemas da ordem econômica (atacando bancos e concessionárias de veículos de luxo) e da segurança pública, criaram mecanismos de identidade social paralelas ao instituído; pautaram-se pela autogestão. Um ideário que se aproximou da lógica organizativa de tantas estruturas libertárias horizontalizadas emergentes no mundo moderno, configuradas até mesmo na AIT (Associação Internacional do Trabalho, mas também registradas na estrutura organizativa do Fórum Social Mundial)(RICCI e ARLEY, 2013, P. 24).

Esses autores (2013, p25) analisaram a primeira formulação apresentada por Marilena Chauí, uma espécie de ensaio chamado “As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo”, com observações provisórias que se atentaram apenas para a capital paulista. Nele, Marilena atentou para um risco de retrocesso devido à negação de uma estratégia política que pudesse nortear as mobilizações.

Para esta autora, essas manifestações se caracterizaram pela negação geral em não identificar causas para os problemas que apontaram, desconsiderando estruturas autoritárias e observa um tipo de “orfandade política. “De um lado, uma mau sem rumo. De outro, a tentativa de partidos com pouca expressão social procurando se apropriar dos protestos”. Ela se refere por exemplo, a partidos como o PSTU e PSOL e à própria direita, que não tem força de mobilização. Chamou portanto o movimento de “politicamente imaturo” (RICCI e ARLEY, 2013, p. 27).

Apesar das ressalvas, Chauí dá a devida importância que as manifestações merecem. Mas o que se verificou foi que os manifestantes aderiram ao discurso ideológico dos meios de comunicação. E em relação ao uso das redes sociais, o virtual foi percebido como concreto, ideia que os autores em questão relacionam com as ideias de Steven Johnson, também abordado em suas análises acerca da limitação do conceito de representação no mundo virtual.

Ricci e Arley (2013, p. 30) verificam ainda algo não abordado por Chauí, que seria não o risco à democracia posta pela crítica ao sistema partidário, mas sim a ausência de alternativa a ele. “Ao criticarem, dirigiram-se ao sistema partidário, governos e parlamentos, como interlocutores e não como esferas exógenas à sua vida cotidiana”.

Atentam ainda para a característica da provisoriedade e o ressurgimento do espírito comunitarista, estudado por Mafessoli¹³ em um ensaio escrito no final do século XX e que geraria um vai e vem de tribos. Esse “tribalismo” estaria no cerne da crítica daqueles que apontaram perigo na ausência de um rumo nas estratégias das manifestações de 2013.

Um povo sem identidade, uma massa indefinida, que valoriza a referência estética, a vivência do sentimento em comum, mas não necessariamente de pertencimento. As “comunidades emocionais”, enfim, seriam definidas pela provisoriedade, pelo aspecto efêmero e pela composição cambiante (RICCI e ARLEY, 2013, p. 32)

Para o pensamento político clássico do século XX, esse seria o grande incômodo das manifestações de junho, assim como em outras, porque não dialoga com as instituições públicas, não se fundamenta como um projeto para o futuro, já que é apenas uma atividade instável e aberta, “onde a energia coletiva se esgota em sua própria criação”.

Nesta obra, ainda destaca-se além do confronto com a ordem e a organização em rede, a lógica do enxameamento (fenômeno que não se sabe ao certo como surgiram e por que dispersaram, articulado com a identidade afetiva e a horizontalidade), a carnavalização da política (uma festa, uma espécie de transgressão autorizada, que rebaixa as autoridades, banaliza o poder instituído e cria novas identidades), a violência como elemento constitutivo das manifestações de rua, a autonomia e a horizontalidade como obsessão.

Por fim, ao abordarem esta última característica das manifestações, a autonomia e a horizontalidade como obsessão, Ricci e Arley (2013, p. 36) explicam o termo e se atentam para as atividades dos grupos *Anonymous* e do próprio Movimento Passe Livre (MPL).

Para esses autores, a autonomia significa independência e ainda uma ausência de vanguarda. Ninguém deseja falar em nome de alguém. A relação horizontal, por sua vez, emerge como elemento constitutivo do esboço da democracia deliberativa. Essa relação se constituiria por subsistemas que contribuem para a formatação da síntese ou sistema global. A democracia deliberativa surgiria da formação de opinião pública consensual, num espaço onde as fronteiras entre sociedade civil e poder pública seriam flexíveis.

Por fim, as abordagens se voltam para os estudos de Malini (Universidade Federal do Espírito Santo), que analisou as *fanpages* do PSDB, PT, Passe Livre São

¹³ Em sua obra sobre as tribos pós-modernas, Michel Mafessoli contextualiza essas tribos como expressão da figura do bárbaro, que voltaria regularmente para fecundar um corpo social.

Paulo e *Anonymous* Brasil para verificar como se comportaram na ocasião. Sobre os tucanos e petistas, verificou-se uma autossuficiência partidária enorme, não estabeleceram diálogo. De acordo com essa pesquisa, a página do Passe Livre, movimento inicial da engrenagem, que abarca 280 mil seguidores, e até mesmo a do *Anonymous*, com quase um milhão de seguidores, demonstraram a prática do compartilhamento. Este último evitou conteúdos raciais, se aproximou da cultura juvenil e preferiu disseminar conteúdos para outras páginas do Facebook.

Já a página do MPL revelou multiplicidade. Malini (apud Ricci e Arley, 2013, p. 42) identificou neste ambiente grupos voltados para as convocatórias, grupos focados nos conteúdos que expressavam as conquistas, outros que curtiam a galeria de fotos, que acompanhavam as críticas aos empresários dos transportes e os que buscavam informações acerca do aumento da tarifa.

Os dois principais agrupamentos das manifestações de junho disseminaram conteúdo crítico, em consonância com os ideais da juventude e criaram espaços para promover a participação e a socialização de conteúdos. Tais características compõem assim uma organização ou associativismo social, baseados num senso coletivo de ação política. Ricci e Arley (2013, p. 43) afirmam que emerge daí “uma forma específica de cidadania não pautada por uma rede institucionalizada”.

Não menos importante, os *Black Blocs* também agiram nas manifestações de junho de 2013. Dupuis-Déri (2014) analisa a tática, de onde vem, as origens da raiva contra o sistema e também as críticas que envolvem a tática, principalmente em relação à violência praticada.

No Brasil, especificamente de maneira mais contida, além da truculência policial, as ações desses agrupamentos também chamou atenção nas ruas do país, principalmente nas de São Paulo e Belo Horizonte.

Segundo Dupuis-Déri (2014, p. 10), de acordo com um mito muito disseminado, só existiria um *Black Bloc*, apenas uma organização com suas possíveis ramificações internacionais. Mas o termo “representa uma realidade mutável e efêmera”.

Os *Black Blocs* são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento, no qual as pessoas preservam o seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas. Embora os *Black Blocs*, por vezes, recorram à força para exprimir sua crítica radical, eles costumam se contentar em desfilar calmamente. O principal objetivo de um *Black Bloc* é indicar a presença de uma crítica radical ao sistema econômico e político. Nesse sentido, um *Black Bloc* é como uma grande bandeira negra formada por pessoas no centro de uma manifestação (DUPUIS-DÉRI, 2013, p. 10).

Esses agrupamentos costumam ostentar bandeiras anarquistas e faixas com mensagens anticapitalistas e autoritárias, e como não existe uma organização social permanente que reivindique o título, páginas do facebook ligadas ao *Black Blocs* no Egito e no Brasil, em 2013, ofereceram explicações para justificar o uso da força nos protestos e críticas à violência do capitalismo e do sistema estatal.

O *Black Bloc* não é um tratado de filosofia política, muito menos uma estratégia. É uma tática. Uma tática não envolve relações de poder globais, nem tomadas de poder, tampouco tenta se livrar do poder e da dominação. Uma tática não envolve uma revolução global. Isso, porém, não implica em renunciar à ação e ao pensamento políticos (DUPUIS-DÉRI, 2013, p. 11).

A tática, além de ser uma forma de comportamento nas manifestações de rua, pode ajudar a dar voz aos que protestam e pode fortalecer a capacidade dos indivíduos de resistir aos ataques da polícia contra a população. Esses agrupamentos ainda desejam participar do espetáculo midiático ao introduzir uma espécie de contraespetáculo e atribuem o uso da força para mostrar ao público sua fúria contra o capitalismo e contra o Estado. Eles querem mostrar que não querem “empresas e veículos de mídia com taxas de lucros inacreditáveis e que se beneficiem do comércio livre às custas da população”.

Dupuis-Déri (2013, p. 10) explica que as ações desses agrupamentos acontecem em cenários de bancos e lojas de grifes multinacionais. Aqui, as vitrines são estilhaçadas e as paredes pichadas com mensagens anarquistas e anticapitalistas. A mídia diária acompanhando esses cenários desde a conhecida “Batalha de Seattle”, ocorrida em 1999, durante reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Acredita-se que essa tática teria surgido pela primeira vez na América do Norte, em 1991, durante manifestação contra a Primeira Guerra do Iraque, onde o prédio do Banco Mundial teria sido depredado. Depois desse evento, no mesmo ano, outros teriam utilizado a tática. Um deles em São Francisco, aproveitando do dia do Descobrimento da América, que teria denunciado 500 anos de genocídio contra nações indígenas e um outro, em Washington, pelos direitos das mulheres. Segundo Dupuis-Déri (2013, p. 51), outras ações aconteceram, mas foi com a Batalha de Seattle, que a mídia teria exibido imagens dos *Black Blocs* para todo o mundo.

O autor afirma que esses agrupamentos tiveram uma imagem pública bem distorcida por muitos críticos que odeiam e desprezam a tática e seus objetivos, entre eles políticos, policiais, intelectuais de direita, acadêmicos, jornalistas e outros. Dupuis-Déri também avaliou como a mídia enxerga os *Black Blocs* e verificou que a maioria

não foge à regra dos demais críticos e consistem em negar a dimensão política das ações desses agrupamentos, tratando-os como “vândalos”. Para chegar a tal afirmação, o autor analisou vários episódios retratados pela mídia e encontrou as qualificações: “a hora dos arruaceiros idiotas”, “esses detestáveis fãs do caos”, “viciados em adrenalina”, “jovens extremistas”, “jovens briguentos”, “bandidos”, “anarquistas ultraviolentos”, “jovens vadios”, “câncer”, “grupo perverso”, “bandidos irracionais”, “desprovidos de crença política”, “terroristas”, “covardes que se escondem por trás das máscaras”, etc.

As coberturas reprovariam o uso da força e emitiriam opiniões categóricas, afirmando que “eles” querem tomar as ruas a todo custo, que estimulam a violência, que são criminosos que buscam justificativas para serem criminosos, que não exprimem uma opinião e buscam apenas a violência, que têm o objetivo de globalizar o ódio e a violência, com motivações apenas de bagunça e vandalismo.

O autor atenta para o fato de que os *Black Blocs* possuem sim fraquezas em relação a seu modo de ação e seus efeitos nas lutas e mobilizações, mas ressaltam que o impacto da crítica veemente constante estimulam a legitimidade das elites e desqualificam as ações dos manifestantes anticapitalistas e antiautoritários. Isso também estimula muito a repressão policial.

Essa análise torna-se importante porque se torna referência em relação ao enquadramento construído pelas revistas analisadas nesta dissertação acerca dos manifestantes, por exemplo.

4.4 O jornalismo e as jornadas de junho: uma revisão bibliográfica

Tendo em vista levantar o estado de conhecimento e contextualizar o trabalho sobre a relação entre o jornalismo e a cobertura de manifestações, com a hipótese de que a imprensa sempre se posicionou de uma maneira mais tradicional e conservadora em relação às manifestações em geral, concatenamos os trabalhos científicos que retrataram a questão. Primeiro, fizemos a busca, seleção e identificação desses trabalhos. Constituímos um *corpus* com 44 artigos científicos que analisaram de alguma maneira manifestações de junho de 2013.

Para constituição do *corpus* de análise, fizemos o resgate dos artigos científicos, sintetizando as afirmações e conclusões do estado do conhecimento que direcionou seu olhar/pesquisa para as manifestações de junho de 2013, considerando todo o conhecimento produzido. Buscamos durante o mês de abril de 2015, bancos de dados de

artigos de revistas acadêmicas da comunicação¹⁴, nos anais dos Grupos de Trabalho da Intercom¹⁵ e Compós¹⁶ e no Portal de periódico da Capes¹⁷, por artigos científicos que estivessem em língua portuguesa, com a abordagem voltada para a área da comunicação e observassem as jornadas e sua relação com a comunicação. Nos Anais dos congressos da Intercom, procuramos limitar a seleção apenas aos artigos publicados em categorias que permitissem trabalhos de pós-graduandos, mestres e doutores, com exceção de três trabalhos publicados no Intercom Junior 2014, devido à relevância de seus objetos.

Como procedimento de coleta, recorremos aos mecanismos de busca dos *sites* enumerados acima, empregando as palavras: manifestações de junho de 2013 e protestos de junho de 2013. E, nos bancos de dados/ portais que não tinham essa ferramenta examinamos cada um dos grupos e/ou divisões temáticas.

Dos 44 artigos encontrados, 29 analisam cobertura dos meios noticiosos em relação ao evento supracitado.

Do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Manaus em 2013, foi possível coletar oito artigos. Desses, cinco analisam como a mídia representou as jornadas de junho.

Ao analisar as reverberações midiáticas sobre os megaeventos que aconteceram no Rio, paralelo às manifestações através da cobertura de *O Globo* e *O Dia*, Freitas (2013) aponta que a mídia encontra um ambiente de grande produção de narrativas jornalísticas sobre o medo e o pânico na violência que acontece no Rio de Janeiro, uma estratégia que vende jornal e espaço publicitário nos meios de comunicação de massa.

Sobre a produção de sentidos no Discurso de *Veja* acerca das manifestações de Junho, Pádua (2013) percebe o trabalho tendencioso de seleção e organização das informações para construir um discurso coerente e persuasivo com a intenção de influenciar a forma como a população percebia o movimento.

Moraes, Machado e Tomazetti (2013) analisam as representações midiáticas das manifestações de rua no Brasil em relação aos seus personagens, através das notícias veiculadas em três emissoras de televisão. Eles afirmam que os meios apresentam os personagens de uma maneira maniqueísta: manifestantes pacíficos e vândalos. Inicialmente, os meios são desfavoráveis ao evento, repreendendo os excessos de uma minoria sem compreender a complexidade do acontecimento.

¹⁴ <http://www.revistas.univerciencia.org/>

¹⁵ http://www.portalintercom.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1081&Itemid=134

¹⁶ <http://www.compos.org.br/biblioteca.php>

¹⁷ <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

Sobre a cobertura da *Folha de S.Paulo* (capas dos jornais, das páginas de Opinião, Painel do Leitor e Caderno Cotidiano), Maradei (2013) conclui que o veículo foi obrigado a reconhecer o significado das manifestações. Confirma-se a premissa de que houve uma mudança de comportamento editorial do jornal após atos violentos cometidos pela Polícia Militar contra manifestantes, ocorridos em 13 de junho em São Paulo.

Por fim, com metodologia qualitativa, através do modelo de operação ideológico concebido por Thompson, Sena e Rocha (2013) analisam o discurso jornalístico do programa *Brasil Urgente/Band* e identificam a manipulação ideológica durante a cobertura feita das manifestações populares em junho de 2013 no Brasil. Inicialmente, a cobertura desqualifica o evento como ação criminosa e reafirma a nova compreensão da ideologia, defendida por Thompson, como um instrumento analítico bastante esclarecedor. Uma compreensão de que as condições econômicas de produção e as relações de classe são determinantes para processos sócio-históricos de mudança.

Foram nove artigos coletados do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em Foz do Iguaçu, no ano de 2014. Destes, cinco focam o evento de maneira midiaticizada.

Roldão (2014) reflete acerca do espaço ocupado pelo jornalismo alternativo no Brasil, identifica inúmeras experiências de comunicação alternativa, abrangendo jornal e revista impressa, portais na *web* ou, simultaneamente, nas duas versões, como o *Jornal Brasil de Fato*, *Le Monde diplomatique*, *A Nova Democracia* e *Carta Maior*. Abarca alguns movimentos sociais e algumas coberturas destes. Ele conclui que a relação de experiências de jornalismo alternativo que busca apresentar perspectiva diferente da sociedade globalizada é extensa. Esse jornalismo combate uma ditadura, mas nem sempre a ditadura do mercado, da contemporaneidade.

Ao abordar a cobertura de *O Estado de S. Paulo* sobre o Movimento Passe Livre (análise sobre as matérias publicadas na seção Metrópole, destinada a cobertura da região da Grande São Paulo, entre os dias 7 e 24 de junho de 2013) e sua correlação com a cidadania, Araujo, Filho e Nunes (2014) observam que “à medida que a população sai às ruas em todo o país e as demandas originalmente apresentadas pelo MPL se amplificam e se desdobram o jornal *O Estado de São Paulo* vai mudando seu posicionamento paulatinamente”. Este reconhecimento da retomada do protagonismo político dos sujeitos significa para o autor uma nova forma de exercer a cidadania, de ocupar espaço social e de reposicionar a mídia convencional diante dos movimentos sociais organizados da sociedade civil.

Oliveira (2014) analisa as manifestações na página do *Campo Grande News* no *facebook*, em relação à duração e a interação dos usuários com essas notícias e verificou que os critérios de proximidade e de novidade/atualidade, que são recorrentes nas listas de critérios de noticiabilidade, também se apresentaram recorrentes nas publicações feitas pelo *Campo Grande News*. A análise foca mais nos estudos de jornalismo online do que propriamente na cobertura do evento.

Justen (2014) traça um diagnóstico do cenário midiático para entender a ascensão das novas mídias a partir da noção foucaultiana de relações de poder. E chega à óbvia reflexão de que cada um à sua maneira transmite um fato com suas representações mais fiéis e com pontos de vista, que variam mediante circunstâncias e atores sociais.

Em especial, Leske (2013), por meio de pesquisa documental de caráter empírico, realiza um panorama acerca das pesquisas contemporâneas sobre os estudos de comunicação sobre Movimentos Sociais na América Latina. Os principais conceitos citados estão atrelados ao enquadramento do fenômeno (*Framing*), à construção da notícia de forma geral (*Newsmaking*) e à inserção de um tema na agenda social (*Agenda Setting*). “Assim, evidencia-se que a mídia influencia o posicionamento da sociedade diante dos assuntos por ela expostos”. No caso estudado, a visão hegemônica dos meios tradicionais apresenta-se de forma negativa, prejudica a imagem dos movimentos e enfraquece o resultado das ações.

Do Intercom Junior de 2014, embora sejam trabalhos de graduação, destacamos três pesquisas. Amancio e De Paula (2014) analisam o papel das mídias digitais durante a organização e realização da manifestação e notam que através delas foi possível organizar e promover a manifestação em menos de uma semana, em diversas capitais do Brasil. Essas mídias estariam sim modificando costumes e hábitos da sociedade, proporcionando uma transmissão de mensagem mais eficaz e completa.

Roque et al (2014) analisam a diferença de tratamento dado ao grupo Black Bloc pelas revistas *CartaCapital* e *Veja*, durante as manifestações de junho de 2013. A cobertura neutra, descritiva, analítica e ética de *Carta* se contrapõe à cobertura negativa e tendenciosa de *Veja*. Esta confere ao grupo uma conotação animalésca e desorganizada, totalmente desqualificada.

Othon (2013) analisa o trabalho jornalístico desenvolvido pelo grupo de mídia independente *Mídia Ninja* e destaca que esses grupos de mídia independente têm exercido um importante papel em propor novas formas de produzir e consumir a informação. O *Mídia Ninja* teria conseguido captar o espírito desse novo jornalismo ao

camuflar o repórter em meio aos manifestantes e transmitir os anseios do povo e ações que aconteciam no interior das manifestações.

No Portal da Produção Científica em Ciências da Comunicação (Univerciência) foi possível encontrar 15 pesquisas sobre as manifestações de junho de 2013. Dentre elas, 12 abordam a mídia e as manifestações.

De acordo com Rosa (2013), que faz uma análise comparativa das fotografias dos jornais *Zero Hora* e *Sul21* através da semiótica de imagens, o jornal *Zero Hora* apresentou imagens por um viés pró-Estado enquanto que o *Sul21* manteve uma posição oposta veiculando imagens que abrandassem a imagem dos manifestantes e denunciassesem ações abusivas da polícia.

Barros (2013) faz uma análise das referências ao *Anonymous* nos portais *Folha.com* e *GI*, com o objetivo de investigar a legitimidade do hacktivismo como prática de protesto através das ações do coletivo ciberativista. Por meio da análise de conteúdo, ficou claro que esses “novos” protestos são resultado das possibilidades que a rede proporciona, como a diversidade, por exemplo, que pode beneficiar ou não o movimento. E que através do *Anonymous*, o hacktivismo cumpriu seu papel de participante importante no processo. O hacktivismo e o ciberativismo estão imanentes um no outro.

Carvalho (2014) analisa a construção textual do folheto de Abraão Batista, onde o cordelista aborda as características mais marcantes das manifestações e tece seus comentários sobre o que apreendeu pela mídia de massa. Percebe-se que a Folkcomunicação auxilia a construir um olhar sobre a prática dos cordelistas e sobre os conteúdos apresentados nos folhetos. A teoria ajudou a compreender a utilização que o poeta fez de um veículo de comunicação popular como instrumento de luta, representando o posicionamento de um grupo que também se mostrou insatisfeito com a situação socioeconômica do país.

Com “O Papel das Revistas *Veja* e *Carta Capital* na Formação da Opinião Pública Brasileira acerca das Manifestações Populares”, Gonçalves (2013) conclui que cada revista primou pelos seus posicionamentos político-ideológicos deixando em segundo plano a imparcialidade. “Tendo grande influência na opinião pública, esses veículos comprometeram a construção social da opinião do eleitor fazendo-o caminhar em direção às suas ideologias, o que viola a principal premissa do jornalismo que é a informação”.

Ao analisar as imagens no jornalismo de revista acerca da cobertura das manifestações em *Carta Capital*, *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, Rodrigues (acesso em abril,

2015), à luz da análise de conteúdo, com base no estudo do fotojornalismo, problematizou a articulação das imagens com os demais elementos da matéria e verificou como as revistas abordaram o tema. Em suma, mais uma vez *Veja* se destaca por sua cobertura exótica. Responsabilizou o governo petista por todas as insatisfações, representou manifestantes como baderneiros e a polícia apenas agindo de maneira enérgica e não violenta.

Brasil e Frazão (2014) investigam como se constroem as estratégias de cobertura pela mídia tradicional e mídia alternativa, a partir da revisão de artigos divulgados na imprensa e vídeos disponíveis na internet. Para eles, o novo modelo de cobertura jornalística televisiva aponta a importância da participação de novos atores sociais com novas ferramentas digitais poderosas, apoiadas pela nova cultura informacional das redes sociais. E atentam que “é necessário estudar as transformações não só das tecnologias e das mídias, mas, igualmente, investigar o surgimento de novas narrativas informacionais, fluxos comunicacionais e relações cada vez mais híbridas entre emissor e receptor”.

Ao analisar parte da cobertura impressa desses protestos, na *Folha de S. Paulo* e no *O Estado de São Paulo*, e outras informações compartilhadas nas mídias sociais pela Mídia Ninja, Lima e Loose (2014) verificam que a cobertura das manifestações pela imprensa tradicional precisou se adequar às outras informações que emergiram das mídias alternativas digitais, como a mídia ninja. Estas “constituem uma nova e poderosa variável que incide sobre as práticas de jornalismo tradicional e sobre a reflexão a respeito de que novos caminhos o campo deve seguir para manter suas grandes pretensões históricas nas democracias”.

Em “Política sem partido e notícia sem empresa jornalística – um olhar sobre a crise evidenciada nas manifestações de junho de 2013”, Thomé (2013), responde a algumas questões referentes ao movimento e o futuro do jornalismo num contexto de agressões. Para o autor, nesta cobertura, a crise do jornalismo veio à tona com força total, com um discurso que retoma a questão do mito da imparcialidade. “O jornalismo cidadão abre possibilidades de apresentação de múltiplos olhares, de ângulos diversos, viabiliza que outros fatos sejam “pescados”, ampliando a oferta de informação e de versões”.

Zanotti (2014) avalia a guinada que se observou na tonalização das coberturas jornalísticas relativas à evolução dos protestos através do método de investigação que associa a análise discursiva a uma discussão sobre estratégias e fundamentos do jornalismo. Este método foi aplicado a editoriais e textos noticiosos publicados no

jornal *Correio Popular*, da cidade de Campinas/SP, entre os dias 13 e 24 de junho de 2013. O autor concluir que o jornal em questão, assim como os demais, abriu mão de seus compromissos com qualquer grau de objetividade porque recorre às adjetivações, “fenômeno que culminou com o uso da metáfora hiperbolizada de um país que se levanta de seu berço esplêndido, em texto que deveria se restringir à informação”.

Bergamaschi (2014) apresenta um estudo sobre a cobertura midiática dos movimentos que ocorreram em junho em Porto Alegre, pelos jornais impressos *Zero Hora* e *Correio do Povo* e especificamente como caracterizaram a corporação policial. A mídia fortaleceu a representação dos manifestantes como vândalos e em relação à polícia as representações reforçam a perpetuação de um modelo de polícia autoritária e violenta e ainda com julgamento positivo por parte da sociedade, que reproduz o que a mídia dissemina.

Para Zardo (2014), que analisou os editoriais da *Folha de São Paulo* e do *The New York Times*, que versaram sobre os protestos de junho (2013) e sobre o *Occupy Wall Street* (2011), a partir da análise de conteúdo, foi possível perceber: em relação ao *Occupy*, o *The New York Time*, embora, tivesse posturas de apoiar o movimento, exigia o tempo todo que se respeitassem as leis e não lançassem mão da violência. Em relação aos protestos de junho, os editoriais do mesmo veículo os saudaram como “um despertar para o Brasil”, mesmo sabendo dos episódios de violência. A postura do veículo é bem contraditória. Interessante até a colocação do autor que utiliza o famoso ditado popular que diz que “a grama do vizinho é sempre mais verde”.

Em relação aos editoriais da *Folha*, fica nítido que o veículo apresenta muitas variações. Há de se dar destaque para o famoso editorial “Retomar a Paulista” que demanda uma atitude mais incisiva da polícia. O veículo ora apresenta os manifestantes como vândalos ora como manifestantes pacíficos, portadores de reivindicações justas. Assim ocorre com a polícia, abordada ora como a que exercia o uso legítimo da força contra abusos cometidos pelos vândalos ora atuaria de forma excessiva e despreparada. Para o autor, ambos os veículos teriam um discurso que dialoga com a sociedade e fornece informações de interesse, mas também pauta sua agenda própria, de acordo com interesses específicos.

Rocha (2014) analisa o papel dos meios de comunicação de massa e das redes sociais na internet na repercussão das manifestações de junho. A análise é feita a partir de Manuel Castells (espaço de disseminação) e Wilson Gomes para estudar a repercussão nas redes sociais e na *Folha de S. Paulo*. Percebe-se, então, uma clara mudança no papel dos veículos de comunicação de massa na esfera de discussão

pública devido ao avanço dos canais digitais. Nesse sentido, as redes sociais teriam fornecido as ferramentas para que as manifestações ocorressem.

Do sistema de banco de dados da Capes, acessado pelo modo VPN do Banco de dados da Unesp, pesquisamos as seis primeiras páginas após busca com as palavras “*Manifestações 2013*” e “*Protestos 2013*” e encontramos três trabalhos.

Mendonça e Daemon (2013) apontam regularidades discursivas implícitas no enfoque dado às manifestações de 2013 pela grande imprensa. Para esta pesquisa, recorreu-se a exemplos emblemáticos que permitiram fazer os registros e afirmam assim que a fatalidade dos desdobramentos está na criminalização do evento e na aceitação de práticas violentas e abusivas, fatores que são legitimados mais uma vez em com a cobertura dos meios noticiosos.

Em seu artigo, Enne (2013) utiliza a categoria semântica “vândalos” no decorrer das manifestações que ocorreram, em especial, no Rio de Janeiro. Foi possível perceber que esse termo foi eleito pela mídia hegemônica como síntese das ações violentas dos manifestantes, e permitiu a construção, via indústria cultural, de uma série de representações sociais sobre as manifestações, os manifestantes e seus atos. Foram abordadas duas matérias do jornal *O Globo* (dos dias 16 e 17/10), com as respectivas manchetes “Lei mais dura leva 70 vândalos ao presídio” e “Vândalos deixam rastro de destruição após confronto com PMs do Rio”.

Em sua dissertação, Silva (2014) apresenta de que forma o *Facebook* foi um espaço de reverberação e mobilização social durante os protestos que de 2013 no Brasil, com as abordagens de alguns conceitos e autores clássicos. A pesquisa escolheu o dia 18, que concentrou as principais passeatas e ocupações de locais públicos em todo o país. A partir desta data, buscou-se nos perfis do *Facebook* do jornal *O Globo*, do coletivo *Mídia Ninja*, do jornal *El País* (Espanha) e do *Semanário Sol* (Portugal) as publicações que foram realizadas neste dia sobre as manifestações. Por meio de metodologia específica para análise de conteúdos de *web*, foram utilizados métodos qualitativos e quantitativos. Silva conclui que “a rede social oferece ferramentas importantes para o debate público, assim como a possibilidade de ampliação do espaço democrático. Contudo, a utilização deste canal precisa acontecer de forma mais crítica e consistente, tanto pelos *media*, como pelos cidadãos”.

Dos encontros da Compós de 2013 e 2014 coletamos quatro artigos. Mas apenas um estabelece uma relação com os estudos de jornalismo.

Polydoro (2015) analisa imagens e narrativas audiovisuais feitas da perspectiva dos manifestantes, do evento em questão, de autoria de jornalistas independentes,

membros de grupos ativistas ou filmagens anônimas/sem autoria informada – tendo como enfoque seu estatuto de contradiscurso. O autor verifica se tais objetos audiovisuais podem perder a força de resistência, uma vez inseridas no fluxo de imagens na web. Ele faz uma análise vídeo a vídeo.

Através deste estudo, com a descrição das pesquisas coletadas, foi possível verificar o estado do conhecimento acerca das manifestações que ocorreram em junho de 2013 e suas relações com o campo da comunicação e mais especificamente com os estudos de jornalismo. Pode-se afirmar que é possível fornecer uma compreensão histórica e mediática do que significaram as manifestações de junho e ainda servir como registro da ação mediadora dos meios no processo de manifestação social.

Os principais achados analíticos dos autores nos permitem apontar que dos 44 trabalhos, 29 analisam cobertura dos meios noticiosos em relação às manifestações que ocorreram em junho de 2013. Essas pesquisas analisaram capas de jornais, editoriais de jornais e demais seções informativas dos jornais, imagens e narrativas audiovisuais (cobertura televisiva), narrativas imagéticas e textuais, páginas e conteúdos de redes sociais, blogs, ou páginas digitais de veículos tradicionais ou de mídias alternativas (como é o caso do *Mídia Ninja*), matérias e imagens de revistas e uma peça publicitária, através de: análise do discurso, análise de conteúdo, análise de sentido e representações midiáticas, análise de estratégias de fundamentos do jornalismo e constituição textual de cordel. Uma delas estabelece correlação com a questão da cidadania.

As demais pesquisas apresentam a utilização das linguagens no contexto da mobilização social via internet para manifestações que ocorreram em todo o Brasil em junho de 2013, analisam a comunicação realizada nas redes sociais virtuais para fins de mobilização social, aprofundam as discussões acerca dos meios textuais que facilitaram essa propagação através do *facebook*, desenvolvem os conceitos de ciberespaço e ciberdemocracia e compreendem como o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) promoveram o desenvolvimento do processo de mobilização social brasileiro em 2013 e traz à luz conceitos de convergência e conversação mediada pelo computador, buscando compreender a importância das redes sociais e das redes sociais *online* nas manifestações e protestos democráticos no Brasil. Estas englobam pesquisas documentais de caráter empírico, cartografia, observação, ensaios e análises de exemplos emblemáticos.

Em relação aos estudos de jornalismo há de se destacar a forte presença das redes e das mídias sociais, com as quais fica evidente a fragilidade das práticas tradicionais de jornalismo. É evidente que a rede social oferece ferramentas importantes

para o debate público, assim como a possibilidade de ampliação do espaço democrático. As informações que emergiram das mídias alternativas digitais, como a mídia ninja, “constituem uma nova e poderosa variável que incide sobre as práticas de jornalismo tradicional e sobre a reflexão a respeito de que novos caminhos o campo deve seguir para manter suas grandes pretensões históricas nas democracias” (LIMA e LOOSE, 2014).

Em sua pesquisa, Thomé (2013) aponta que a importância do jornalismo cidadão e afirma que a crise do jornalismo veio à tona com força total com um discurso que retoma a questão do mito da imparcialidade. “O jornalismo cidadão abre possibilidades de apresentação de múltiplos olhares, de ângulos diversos, viabiliza que outros fatos sejam “pescados”, ampliando a oferta de informação e de versões”.

A leitura dos estudos em questão também nos permite concluir que a visão dos meios tradicionais continua a apresentar-se de forma negativa e conservadora, prejudicando a imagem dos movimentos, enfraquecendo o resultado das ações e reforçando a ideia já consensual de que os meios tradicionais refutam movimentos e manifestações que contestam a política vigente.

Esses meios tradicionais apresentaram os personagens de maneira negativa e inicialmente foram desfavoráveis ao evento, repreendendo os excessos de uma minoria sem compreender a totalidade e complexidade do acontecimento, mas foram quase que “obrigados” a reconhecer o significado das manifestações.

CAPÍTULO 5
METODOLOGIA DA PESQUISA – OS ENQUADRAMENTOS
PREDOMINANTES

Este capítulo descreve as aplicações na pesquisa, bem como aborda e esclarece os procedimentos e métodos a serem adotados por meio desta metodologia.

5.1 Material, método e forma de análise e resultados

A presente pesquisa é realizada a partir da análise de enquadramento da cobertura das manifestações populares, ocorridas nos meses de junho de 2013, pelas revistas *Veja*, *Carta Capital*, *Época* e *IstoÉ*. Assim, nosso material engloba as coleções das publicações referentes ao período citado (quatro edições de cada revista), especificamente matérias referentes às manifestações.

A análise de enquadramento foi construída de acordo com modelo metodológico proposto por Lopes (2003) no que diz respeito às quatro fases da investigação: (1) definição do objeto; (2) observação; (3) descrição; (4) interpretação.

As matérias que abordam o tema em questão são identificadas a partir da dos seguintes itens: nome da revista, data de edição, capa, título da matéria, olho da matéria, breve descrição da matéria.

Inicialmente, fizemos uma leitura flutuante das matérias que abordam de alguma maneira as manifestações. Após esta leitura, identificamos as seguintes categorias de análise de enquadramento, definidas com base nos conteúdos trazidos pelas matérias:

- 1 - as razões do movimento;
- 2 - os manifestantes;
- 3 - as formas de manifestação;
- 4 - as respostas das autoridades

As categorias identificadas foram estabelecidas para estruturar a análise a partir de aspectos comuns às quatro notícias que, claramente trouxeram informações acerca desses quatro eixos, ou seja, sobre o porquê da mobilização e das manifestações, quem seriam os manifestantes, quais as suas formas de manifestação por fim, como as autoridades se posicionaram diante do evento que, inicialmente se concentrou na capital paulista.

A leitura flutuante, conforme Bardin (1988), é uma leitura preliminar do material, a fim de reconhecê-lo e identificar aspectos mais importantes, mais relevantes.

É neste momento que as categorias são identificadas. Estas proporcionam maior “rendimento” analítico, enfocando pontos que suscitam mais contrastes nos enquadramentos, que sugerem mais as inclinações dos textos.

Depois de identificar e estabelecer as categorias de análise, observamos sistematicamente cada uma delas e como foram representadas nos textos, títulos, legendas, destaques, identificando e fazendo uma relação dos substantivos, adjetivos, frases, metáforas e ironias com o objetivo de construir uma lista de expressões relativas a elas. “É importante observar, também, capas, fotos, charges, ilustrações, identificando os signos implícitos nessas representações gráficas que se refiram às categorias anteriormente indicadas. No entanto, como essa atividade focaliza representações não linguísticas, pode constituir um quadro de observações próprio, sendo objeto de uma análise específica” (SOARES, 2012, p. 15).

Em seguida, partimos para o processo de descrição do material, caracterizando de maneira geral as reportagens em análise (número de páginas dedicadas ao assunto escolhido, área das fotos, tipos de fotos etc), a fim de produzir uma visão de conjunto do material.

Também identificamos os aspectos dos acontecimentos omitidos em algumas revistas em comparação com as demais. Foram utilizados mecanismos de seleção e ênfase de informações na construção do texto e com base nesses elementos, a pesquisa delineou, comparou e contrastou os enquadramentos noticiosos construídos pelas revistas sobre os acontecimentos.

Finalmente, chegamos à fase de interpretação, na qual confrontamos os dados/resultados com os conceitos teóricos que fundamentam a investigação.

Também foi possível identificar um Enquadramento dominante, aquele que proporciona um tratamento que se impõe ao quadro geral construído pela matéria. E foi interessante também identificar os aspectos dos acontecimentos omitidos em algumas revistas em comparação com as demais. Foram utilizados mecanismos de seleção e ênfase de informações na construção do texto.

5.2 Análise descritiva dos enquadramentos predominantes das revistas

As primeiras etapas do modelo metodológico constam dos capítulos anteriores tais como a definição do problema geral da pesquisa, justificada e contextualizada com base em uma bibliografia dotada de conceitos e perspectivas teóricas. Também já indicamos o corpus, quais publicações foram escolhidas, o período e as seções, ou seja,

as reportagens publicadas pelas revistas *Veja*, *Carta Capital*, *Época* e *IstoÉ*. Assim, nosso material engloba as coleções das publicações referentes ao período citado (quatro edições de cada revista).

Com todo o material coletado e com a leitura flutuante executada, as categorias de análise foram definidas. Chegou a hora, então, de descrever o material através de uma caracterização geral das reportagens em análise, que englobam agora, num primeiro momento, as quatro primeiras reportagens produzidas pelas revistas em questão, logo após a eclosão das manifestações em junho de 2013.

Foram consideradas as reportagens das edições que abordaram o evento e seus desdobramentos durante o mês de junho, ou seja, as edições dos dias 17 e 24 de junho de *Época* e as edições dos dias 19 e 26 de junho das demais revistas (*Veja*, *Carta e IstoÉ*). Essas edições trouxeram as primeiras informações/impressões acerca do evento desde desencadeados, na primeira semana de junho.

5.2.1 Análise descritiva em *Veja*

Quadro 2: As categorias de análise em *Veja* (Edições 2326 e 2327)

	As razões do movimento	Os manifestantes	As formas de Manifestação	As respostas das autoridades
Substantivos	Aumento de 20 centavos Corrupção, ineficiência do governo Copa/ gastos Manifestantes estariam sendo mal governados Serviço público de péssima qualidade Desvio de \$ Abuso de poder Desgastes dos governos e dos partidos políticos Crise econômica Insatisfação generalizada (contra a PEC/Copa/governo/ todos os governos) Sociedade mais exigente Lista sem fim de insatisfações atribuídas aos políticos no poder Fruto de convocação da militância petista Insatisfação popular com um governo que cobra muito e não entrega	Jovens, MPL, rapazes, moças, rapaziada, minorias, militantes, estudantes, punks, detidos, presos. Multidões de libertários Manifestações agora vacinadas contra ideologias velhas Populismo Proselitismo Torcedores do Jogo Brasil x México, no estádio Castelão, em Fortaleza “Vândalos” que macularam os protestos: militantes de esquerda, pitboys sem causa Anarquistas Horda de imitadores Black blocs MPL – Fama Ligados a movimentos como p MTST e partidos como o PSOL	Conflito (entre a juventude e a polícia) Multidões Tensão na esplanada Maior manifestação Anarquistas que incitam o quebra-quebra” Depredação Tentativa de invasão Fagulha do vandalismo Tática Black bloc: empurrar multidões para o comportamento irracional (fabricação de coquetel molotov	Reação Poder acuado PT sem controle sobre as manifestações Adiamento/suspensão da votação da PEC (pedido feito pelo ministro da justiça, José Eduardo Cardozo e prontamente atendido pelo presidente Da Câmara, Henrique Alves) Governo Teria afirmado Que maiores Gastos com aCopa seriam Sanados pela Iniciativa privada Redução Atendida em 13 capitais E

	<p>contrapartida nos serviços essenciais Redução da tarifa: traz custos pq o orçamento público tem um limite e Todo mundo vai arcar com o ônus. Investimento afetado (em outras áreas) Insatisfação com o governo que cobra muito Congelamento da tarifa Relação custo-benefício Enganação – cidadão brasileiro está farto</p> <p>Falta de qualidade nos serviços prestados pelas empresas das principais cidades “Barões da catraca e seus padrinhos” Empresários (financiadores) Fraudes em 60 cidades (9 capitais) Licitações com carta marcada Investigações no Distrito Federal Empresa de ônibus no DF teria doado 35 mil a campanha de Gleise Hoffman no senado Latifúndio urbano (alvo do Passe Livre): próxima Causa a Especulação imobiliária</p>			<p>dezenas de outras cidades Redução atendida em curto prazo, mas a conta será dividida entre a população Proposta alternativa tem sido recorrente na discussão: a cobrança de um tributo sobre a venda de gasolina e etanol a fim de que o usuário individual financie o coletivo em parte</p>
<p>Adjetivos</p>	<p>“... fenômeno espantoso...foi o fato de às minorias ter se juntado milhares de rapazes e moças...” “Questão mais profunda”</p> <p>Estádios caros, mas fadados a virar elefantes brancos Aeroportos remendados Infraestrutura de acesso pouca e precária Copa mais lucrativa da história para a FIFA (800 milhões à mais que a de 2010) Pequena parte vem da iniciativa privada Preços escandinavos: passagens Proposta alternativa Enganação – cidadão brasileiro está farto Tradicionais financiadores de campanha (empresários) Fiscalização leniente Planilhas suspeitas Empresas: relações com o Alto Petismo</p>	<p>Jovens “As minorias que participaram ativamente do quebra-quebra são os suspeitos de sempre: militantes de partidos de extrema esquerda (PSTU, PSOL, PCU, PCdoB), militantes de partidos de centro-esquerda (PT, PMDB), punks, desocupados, de outras denominações tribais urbanas, sempre dispostos a driblar o tédio burguês, aderindo a algum protesto violento”. “... grupo nanico criado por estudantes de São Paulo”. “... egressos do Colégio Santa Cruz, ou do Equipe...a maior parte estuda na USP...” “insufladores do movimento” “Não têm líderes”. “Porta-vozes” Todos têm perfil semelhante “Ela sempre será minoria”. “rebeldes sem causa” MPL tornou-se irrelevante Indignados (como na Espanha, Primavera árabe)/ Nova classe média</p>	<p>“Vetor de violência” “Protesto violento” “... guarda semelhanças com o <i>Occupy Wall Street</i>...não foi espontâneo, mas planejado por um grupo de ativistas”. “A coisa era bem maior, mais inebriante, mais mobilizadora, mais assustadora...” Mutantes acontecimentos Maior manifestação popular desde as “Diretas Já” Estandarte vermelho e preto do anarquismo Móveis e vitrais destruídos Oportunistas tumultuaram o centro da cidade</p>	<p>“Presidente acuada” Governo Petista inescrutável Instituições Em estado de estupor Políticos desaparecidos Frágil passarela do palácio Sentimentos estarrecidos Dilma Rousseff perplexa Argumentos comunistas PT assistiu Pasmoe impotente João Santana Ruy Falcão Teria convocado A militância Para defender o governo e o PT – tiro no pé – analogia Com Collor Gleise Hoffman teria Sugerido colocar Forças armadas nas ruas para defender O patrimônio. Dilma não concordou. Mercadante sim, mas com ressalvas Ministra Da</p>

		Movimento de massa		Comunicação pede
--	--	--------------------	--	------------------

		<p>Inês.... Multidões de libertários independentes, não ideológicos, cansados de corrupção e descaso Vândalos e anarquistas esquecidos Oportunistas Arruaceiros: parcela ínfima dos manifestantes Anarquistas Horda de imitadores Black blocs MPL: nanico há dois meses Nada desprezível MPL: fenômeno Pop Radicais?</p>		<p>Pronunciamento em rede nacional/ Governo Deve anunciar Medidas cosméticas (apoiar CPI da Copa, derrubar PEC 37, oferecer cabeça de Renan, Trocar ministro Da fazenda, Demais medidas Para ganhar fôlego Avaliação De Santana ABIN (Inteligência PM SP) – despreparados</p>
<p>Frases Contexto</p>	<p>Aumento da passagem de ônibus. "... vão às ruas para baixar o preço das passagens". "... defende a estatização das empresas de transporte e gratuidade das passagens". "O povo está cansado de conchavos entre governantes e empresas privadas". "Esse movimento cresceu como hospedeiro de interesses políticos e se tornou um vetor de violência". "Protesto pelo direito de protestar: a que ponto chegamos na maior cidade da América Latina" (frase tirada do <i>twitter</i>). "A tarifa virou a menor das questões agora. Os próximos protestos precisam ser, antes de tudo, pela liberdade de protestar" (frase do <i>twitter</i>). "... guarda semelhanças com o <i>Occupy Wall Street</i>....não foi espontâneo, mas planejado por um grupo de ativistas". "... da mesma forma que ocorreu nos Estados Unidos, a causa original dos protestos foi se metamorfoseando e se multiplicando ao longo das manifestações". "... contra a repressão policial e a corrupção política". "A luta não é só por 20 centavos. É por direitos". "... os jovens não se sentem representados pelos partidos e querem respostas rápidas às suas demandas".</p>	<p>"... boa parte da rapaziada esteja apenas dando vazão às pressões hormonais pelo exercício passageiro do socialismo revolucionário". "Em comum, tiveram enfrentamento com a polícia e exibições de uma fúria difusa de parte dos manifestantes". "... reuniu, sobretudo, pessoas com situação financeira estável e que não enfrentam nenhum problema urgente". "... contudo, boa parte dos manifestantes não é usuária de ônibus". "... precisam ser ouvidos". "... mais de 230 detidos, o maior número de presos em confronto com a polícia desde a ditadura". "... mais de 100 pessoas ficaram feridas, incluindo dezenas que nada tinham a ver com a manifestação". "Manifestantes agora vacinados contra o proselitismo, ideologias velhas e o populismo" "A revolução verdadeira foi a que começou a ser feita pelos brasileiros que foram às ruas protestar por estar sendo mal governados" "Insatisfações atribuídas aos políticos no poder" MPL: inclui no currículo o nada desprezível de render prefeito e governador para redução da tarifa – "rendição</p>	<p>"Os excessos marcaram as ações de manifestantes e policiais". "... radicais insuflados por partidos de esquerda lançam chamadas contra policiais paulistas, que reagiram com agressividade". "Cartazes com frases atacando a polícia e políticos de todos os partidos foram uma das marcas dos protestos". "Sai do facebook e vem pra rua" "governo fascista" "usam as redes sociais para organizar os protestos" "... nos primeiros protestos não chegaram a reunir 2000 pessoas". "ações de depredação na Avenida Paulista" Multidões bem acima de um milhão de pessoas "Petistas apanharam, tiveram bandeiras queimadas, foram escorraçados e xingados" "Cerca de 100 manifestantes exaltados permaneceram na frente da prefeitura de SP" "Tumultuaram o centro da cidade" "Destruí 5 agências bancárias, saqueou 27 lojas, pichou</p>	<p>"... mais de 100 pessoas Ficaram feridas, incluindo dezenas que nada tinham a ver com a manifestação e que foram atingidas por Lascas De bombas de Gás lacrimogêneo Ou balas de Borracha Disparadas Pela Polícia Militar". "... o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, o governador paulista, Geraldo Alckmin e a presidente Dilma Rousseff contabilizaram os prejuízos e tentavam reduzir os efeitos eleitorais". "As autoridades percebem que se não agirem com vigor, poderão perder o controle da situação". "... risco que a repressão inflame ainda mais os movimentos de rua". "... radicais insuflados por partidos de esquerda lançam chamadas contra policiais paulistas, que reagiram com agressividade. O resultado foi o maior número de detidos em manifestações desde o fim do regime militar". "governo tenta achar formas de ganhar tempo e</p>

	<p>“... ausência de partidos e programas”.</p> <p>“... várias moléstias”.</p> <p>“Uma semana pode concentrar décadas de mudança”</p> <p>“A PEC 37 facilitaria a vida dos criminosos” (adiantamento da votação – líderes do PT favoráveis à aprovação)</p> <p>Estádios não teriam sido construídos pela iniciativa privada</p> <p>“Receber a Copa não vale a pena”</p> <p>“O Brasil sacrificou um pouquinho do seu futuro para ter a Copa de 2014”</p> <p>“Esse pouquinho virou combustível nas ruas brasileiras na semana passada”</p>		<p>muros”</p> <p>“Blindado da PM é atacado no Rio”</p> <p>“Estamos contra o governo, os partidos e a polícia”</p> <p>“Anarquistas iniciando confrontos”</p>	<p>vislumbrar um plano para serenar a fúria do povo”</p> <p>“reconhecer humildemente que o Brasil está vivendo um fenômeno social de massa inteiramente novo”</p> <p>Gilberto Carvalho (ministro):</p> <p>“manifestantes foram movidos por certo tipo de moralismo”</p> <p>Dilma teria dado 2 telefonemas: Lula e assessor João Santana. “Como suas pesquisas nunca pegaram isso, João?”</p> <p>“A lógica de que tudo tem seu preço é cada vez mais visível no Brasil”</p> <p>“Não existe almoço grátis”</p> <p>“Orçamento público tem um limite”</p> <p>“Governo faz seu marketing eleitoral e manda a conta para os brasileiros”</p> <p>“Tática pegou a polícia de surpresa”</p> <p>Policiais:</p> <p>“deveriam ser os primeiros a ser identificados e punidos”</p>
Ironias	<p>“Os jovens marcharam pela democracia e pela liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. Mas isso é tudo?”</p> <p>Comparação com a música dos anos 80 “Rebeldes sem causa”, da banda Ultraje a Rigor.</p>			
Metáforas	<p>“Para fabricar um incêndio bastam uma fagulha e um pouco de oxigênio”</p> <p>“... a fálscia foi o aumento das passagens”</p>	<p>“Já o combustível era composto de bem mais que um elemento”</p>	<p>“... combinação produziu labaredas de alturas inéditas”.</p>	
Expressões	<p>“exercício passageiro do socialismo revolucionário”</p> <p>“A razão de tanta fúria”</p>	<p>“Esses baderneiros não representam a maioria do movimento”</p>	<p>“50 mil manifestantes (Esplanada dos Ministérios)”</p> <p>“Ummilhão de pessoas em uma centena de cidades brasileiras”</p> <p>“O PT perdeu nas ruas”</p>	<p>“Isola, Brasil”</p>

Veja inicia seu discurso sobre as manifestações com a edição do dia 19 de junho (Edição 2326). Traz uma capa com a foto de um local incendiado e com a pichação “Contra o aumento”, com a chamada “A revolta dos jovens – depois dos preços das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?” A matéria, enfim, “A razão de tanta fúria”, desdenha sem cerimônia do perfil dos jovens manifestantes que tomaram as ruas no início de junho. Também aborda algumas características do movimento Passe Livre, das motivações das manifestações e faz um breve relato de outras manifestações que aconteceram nas ruas de cidades de outros países. Esse breve relato trouxe informações sobre quem eram os manifestantes, o que queriam e qual era a palavra de ordem.

Veja faz uma avaliação, em números, de pessoas que entraram em confronto com a polícia e afirma que tal episódio foi notável, com maior número de presos desde a ditadura militar. A reportagem destaca o perfil destes jovens e os enquadra como “um grupo nanico”, uma minoria, quando se refere ao MPL (Movimento Passe Livre), que é engrossado por outras minorias, “que participam ativamente do quebra-quebra” e que seriam “os suspeitos de sempre: militantes de partidos de extrema-esquerda (PSTU, PSOL, PCO e PC do B), militantes radicais de centro-esquerda (PT e PMDB), punks e desocupados de outras denominações tribais urbanas, sempre dispostos a driblar o tédio burguês aderindo a algum protesto violento”.

A revista ainda os enquadra como “rebeldes sem causa”, porque reuniu pessoas com situação financeira estável e que não utilizam o transporte público. Seria um movimento não espontâneo, mas planejado e também um vetor de violência.

A revista insiste no discurso de que a maioria dos manifestantes não é usuária do transporte público, que nem eles mesmos sabem contra o que exatamente se rebelam, mas que precisam ser ouvidos e que sofreriam de moléstias como a ausência de partidos. Esses jovens não estariam se sentindo representados e buscariam “respostas rápidas às suas novas demandas”. Não deixa de ser contraditório o discurso, visto que ao mesmo tempo em que desdenha das razões do movimento e do perfil dos manifestantes, acrescenta outros motivos pertinentes aos anseios da juventude.

A comparação do manifestante atual com o personagem de uma música dos anos 80, “Rebeldes sem causa”, da banda Ultraje a Rigor, chega a ser sarcástica, como se a questão, o aumento da tarifa e suas ramificações e desdobramentos, não fosse razão de ser, não representasse, de fato, algo plausível para cobranças.

Me dão dinheiro para eu gastar com a mulherada. Eu realmente não preciso de mais nada.
 Não vai dar, assim não vai dar. Como é que eu vou crescer sem ter com quem me revoltar.
 Não vai dar, assim não vai dar. Para eu amadurecer sem ter com quem me rebelar (Rebelde sem causa – Ultraje a Rigor).

A primeira aproximação em relação ao objeto permite considerar que o texto da revista *Veja* não se aprofundou nas razões que motivaram as manifestações, embora tenha citado que a “questão é mais profunda”. Daqui já começam as contradições apresentadas ao longo da matéria. Mesmo quando anuncia que o principal motivo das manifestações seria o aumento da passagem e que o movimento defende também a “estatização das empresas de transporte e gratuidade das passagens”, aponta que o protesto se dá apenas pelo direito de protestar.

Aliás, o olho da matéria é passível de dupla interpretação porque ao afirmar que “Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade” - e que - “Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens” (sic), não apenas faz um relato, mas desdenha do motivo das atuais manifestações porque o compara com motivos mais “significativos”, que honraram a luta de estudantes tempos atrás, motivações mais “plausíveis” aos olhos do leitor. E quando indaga “Mas isso é tudo”, propõe um questionamento que pode ser interpretado como sendo “só por isso?” ou que possui outras motivações.

Ainda sobre as motivações, o conteúdo também aponta a corrupção política, a repressão policial e a falta de representação, mas, novamente, de maneira contraditória, desdenha do movimento, afirmando que o mesmo “não foi espontâneo, mas planejado” por um grupo de ativistas denominados pela revista como “rebeldes sem causa” em um “exercício passageiro do socialismo revolucionário”.

Claramente a revista desqualifica as motivações do evento, assim como faz com os manifestantes, descritos como minorias que utilizam o transporte público e “participam ativamente do quebra-quebra”, “suspeitos de sempre” e integrantes de um “grupo nanico”. Ou seja, os mesmos indivíduos, “abalando” a ordem das coisas e que, na verdade, nem utilizariam trens, ônibus ou metrô por serem, em sua maioria, estudantes da classe média da USP e de outras escolas tradicionais de São Paulo.

Em relação às formas de manifestação, a revista aponta excessos da polícia e de manifestantes, mas destaca ações violentas partindo de manifestantes contra policiais, que por sua vez, “reagiram com agressividade”. Ou seja, os policiais apenas estariam respondendo aos ataques violentos dos manifestantes. Mesmo sem generalizar, quando

qualifica alguns manifestantes como “radicais insuflados por partidos de esquerda”, a revista insiste em qualificar o evento como grande “vetor de violência”.

Acerca das autoridades, a revista foca sua atenção na questão da reação. Mas não uma reação pacífica, de acompanhamento, mas de confronto, de contenção, de atitude com vigor, porque, se assim não for, “poderão perder o controle da situação”. Uma reação que mais uma vez apresenta o evento como uma grande desordem, na qual, de um lado estão os manifestantes, agredindo e depredando e, de outro, está a polícia, que deve manter a ordem, a paz e a tranquilidade a todo custo.

Na semana seguinte, a revista *Veja* traz nove matérias e 28 páginas sobre as manifestações e seus desdobramentos, dispostas na edição do dia 26 de junho (edição 2327) em uma seção intitulada “Especial”. Contempla uma capa com a foto de uma manifestante vestindo a bandeira do Brasil com a seguinte chamada: “Os sete dias que mudaram o Brasil”. Acompanha as nove matérias um rodapé com o depoimento de 119 brasileiros de oito cidades acerca dos possíveis motivos que os levaram a continuar protestando.

A foto que ilustra a chamada da série de matérias sobre o evento traz jovens manifestantes com máscaras e lenços em movimentação na frente do Congresso e do Palácio da Alvorada. A foto mostra que esses jovens já teriam ateado fogo em alguns lugares e muitos estão pulando na água. A impressão que se tem é de muita baderna.

Essa matéria traz mais duas chamadas (“A história em movimento” e “O poder acuado”), ambas com uma espécie de olho, um breve texto que antecede, de fato, a matéria.

A reportagem introduz o assunto, as manifestações, qualificando de maneira até positiva o evento. Agora seria “algo maior, mais inebriante, mais mobilizador, mais assustador e mais apaixonante”, muito maior que eventos anteriores, o que deixou governos e representantes “acuados”.

O país teria se mantido na inércia por muito tempo e, de repente, mudado décadas em uma semana (frase de Lênin) e, “curiosamente aqueles que mais se enxergam como agentes da mudança, os partidos de esquerda, foram os que mais se viram emparedados”. Afirma ainda que o PT acreditava que a paixão dos brasileiros pelo futebol faria com que mais ninguém notasse a corrupção e a ineficiência do governo. O partido foi qualificado como oportunista.

A Copa do mundo, os maus serviços públicos prestados, os desvios de dinheiro e o abuso de poder seriam fatores chave para o descontentamento popular. E comparam a atitude de Ruy Falcão, presidente do PT, de convocar a militância petista, com atitude semelhante tomada por Collor em 1992, que teria sido um verdadeiro tiro no pé.

A segunda chamada para a matéria, de fato, faz uma breve introdução sobre os “mutantes” acontecimentos que tomaram o país nos últimos dias, relembra episódios de protesto de massa que ocorreram em outros lugares do mundo e seus resultados, como na Alemanha e Argentina, por exemplo. O breve texto é finalizado com a frase irônica “Isola, Brasil”.

O conteúdo encorpado, de cinco páginas, aparece finalmente com a matéria “O poder acuado”. Aqui a personagem principal é a presidente Dilma Roussef e os efeitos que as manifestações estariam causando em seu governo, principalmente. A reportagem também caracteriza a difusão de pautas e muda totalmente o discurso em relação aos novos manifestantes, porém continua a desdenhar dos manifestantes do MPL.

Para a matéria, agora é momento de esquecer os vândalos e anarquistas. Os manifestantes agora estariam protestando devido à crise econômica, por estarem sendo mal governados, “bradavam” contra a corrupção, contra a PEC 37, “os gastos da Copa, ela, o seu governo, todos os seus governos e mais uma lista sem fim de insatisfações – todas naquele momento atribuídas aos políticos no poder”. Apontou ainda desgastes dos governos e dos partidos políticos.

O conteúdo chega a comentar uma avaliação de João Santana, marqueteiro do governo de Dilma que teria falhado em não perceber a onda de protestos que se aproximava, mas que a vida do brasileiro médio teria melhorado “da porta para dentro”, com maior consumo, emprego e renda, porém teria piorado “da porta para fora” devido a aumento da criminalidade, piora do trânsito e do transporte, por exemplo.

Esses manifestantes seriam aqueles com uma insatisfação represada, seriam mais exigentes agora, porque seriam advindos de um momento de progresso, pensamento do sociólogo Gianpaolo Baiocchi na afirmação “quando os índices sociais melhoram, a população fica mais exigente”. Ainda – “seriam libertários independentes não ideológicos” cansados de corrupção e de descaso. As grandes cidades brasileiras (com sua população e seus manifestantes), estariam “vacinadas contra o proselitismo, as ideologias velhas e o populismo”.

Já o MPL foi caracterizado como o agora “irrelevante ao cabo de alguns poucos dias”.

As formas de manifestação não foram muito abordadas e foram mais encontradas nos três textos que ilustram as chamadas da matéria, o que introduz a série de reportagens sobre o evento. Esses manifestantes, bem acima de um milhão de pessoas, fariam parte agora de um evento muito mais inebriante, apaixonante, mobilizador, assustador e maior, como já destacamos.

De acordo com a matéria, o que teria sido a maior manifestação popular desde as “Diretas Já”, agora mostrava a hostilização a petistas, que estariam pasmos e impotentes, apanhando das multidões, com suas bandeiras rasgadas e queimadas. Manifestantes mais arrojados tentaram invadir o Itamaraty.

Em relação às autoridades, o primeiro parágrafo, por exemplo, aponta que a presidente, em discurso de rádio e televisão, teria reconhecido humildemente que o país está vivendo um fenômeno social novo, algo surpreendente, porque segundo a matéria, um movimento incompreensível é o que realmente tiraria do sério um governo de esquerda. Inclusive, o conteúdo afirma que “os líderes esquerdistas desdenham de qualquer revolta popular que não tenha sido organizada por eles”.

A presidente, perplexa, também teria indagado como nem a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) nem seu marqueteiro João Santana tinham percebido tais movimentações.

O conteúdo também explica a convocação da militância petista pelo presidente do partido Ruy Falcão, o que, sob sua ótica, teria sido um grande “tiro no pé”, situação semelhante à vivida em 1992 por Collor e manifestantes que teriam sido convocados a saírem de verde e amarelo, mas saíram de preto.

Dilma e seus principais assessores estariam acuados e a militância petista, de fato, teria perdido as ruas. A partir daí, a senadora petista Gleise Hoffman sugeriu colocar as forças armadas nas ruas. Dilma discordou e Mercadante concordou, mas com uma “visão míope da realidade”. A ministra da comunicação, Helena Chagas, sugeriu pronunciamento em rede nacional. Dilma e seus conselheiros decidiram apoiar a CPI da Copa, derrubar PEC 37, oferecer a cabeça de Renan, trocar o ministro da fazenda e tomar demais medidas para “ganhar fôlego”.

Agora as fotos apresentam policiais em posição no Palácio da Alvorada, cena do protesto na França, em maio de 68, e o candidato francês e depois, eleito, da direita, George Pompidou. Um material iconográfico também ilustra a pesquisa realizada pelo Departamento de Inteligência e Pesquisa de Mercado Abril, nos dias 19 e 20 de junho,

que ouviu pela internet 9.088 pessoas em todo o Brasil “para entender a motivação das imensas manifestações”.

Importante destacar essa pesquisa porque ela acaba abordando algumas categorias analisadas nesta pesquisa. Porque, de acordo com as pessoas entrevistadas, a corrupção, o não à PEC 37, a melhora na educação, a melhora na saúde, a prisão para os políticos envolvidos em corrupção e o contra aos gastos da Copa do Mundo são os principais motivos, ou, como aponta a matéria, as principais bandeiras das manifestações. A questão do transporte não é citada. A pesquisa ainda aponta os grandes perdedores com as manifestações, os partidos mais condenados e as instituições mais enfraquecidas.

A foto com a esplanada tomada por manifestantes traz a seguinte legenda: “Tensão na esplanada: multidão se aproxima do Itamaraty, atacado por vândalos minutos depois”.

Outra foto importante, a de policiais na frente do Palácio da Alvorada, diz: “Isolada; um cordão de militares protegia o Palácio do Planalto na noite de quinta. Da janela do 4º andar, a presidente Dilma olhava os protestos”.

A terceira matéria de *Veja*, também da Edição 2327, “O ministro-chefe da oposição”, aborda um episódio que seria mais um constrangimento para o governo, uma manifestação contra a Copa das Confederações organizada pelo secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

De acordo com a reportagem, Gilberto Carvalho, ex-chefe de gabinete de Lula, seria “os olhos e os ouvidos do presidente”. Ele daria declarações constrangedoras para o governo Dilma constantemente e seus funcionários também protagonizariam operações de sabotagem.

Nesse sentido, nossas categorias de análise apresentam-se de maneira breve e simplificada. A motivação de tal manifestação organizada por Gilberto Carvalho seria a Copa das Confederações. Os manifestantes são cerca de 250 indivíduos, entre eles, um motorista de caminhão, pago para transportar os pneus que teriam sido queimados em uma das avenidas mais movimentadas de Brasília, um dia antes da abertura da Copa. A queima dos pneus, que pega carona na onda de manifestações, é, segundo a reportagem, uma tentativa clara de minar o governo Dilma e fomentar a candidatura do ex-presidente Lula para as eleições de 2014.

A matéria de *Veja* chama a empreitada de Gilberto Carvalho de uma “senhora trapalhada”, uma das várias a que tem sido colocado constantemente o governo Dilma.

Lula, por sua vez, é o foco da última parte da matéria, autorretratado como o mentor de Dilma e o mesmo que teria jogado Haddad aos leões ao ter espalhado que Haddad seria o principal responsável pelo acirramento da situação em São Paulo, que deveria ter reduzido as tarifas e teria menosprezado os manifestantes. A meta do ex-presidente seria estancar o desgaste do PT devido à aproximação das eleições.

Em relação às respostas das autoridades, destacamos a convocação da polícia do Distrito Federal para investigar os protestos, o pedido do próprio Gilberto Carvalho para desqualificar as investigações e a impressão geral de que o partido estaria empenhado em criminalizar um movimento social. As atitudes de Carvalho, que representaria a turma que vê em Lula quem, de fato, atende às expectativas do partido, teria sido mesmo um verdadeiro “tiro no pé”.

As fotos retratam os manifestantes ateando fogo em pneus, Gilberto Carvalho em momento de preocupação, propício ao enquadramento dado à matéria, algumas pessoas identificadas como os auxiliares de Carvalho na empreitada e manifestantes com bandeiras do Brasil, queimando uma bandeira do PT. A legenda desta última imagem desqualifica bastante o Partido dos Trabalhadores. “Oportunista, o PT incentivou seus militantes a aderir aos protestos, mas eles acabaram expulsos pelos manifestantes”.

A legenda que qualifica Carvalho diz: “Ectoplasma: além de instrumentalizar os movimentos sociais, a função principal de Gilberto Carvalho é manter o ex-presidente Lula como uma sombra pairando sobre o governo Dilma”.

A quarta matéria, “Uma vitória parcial”, contextualiza a questão da PEC 37 no âmbito das manifestações, ou seja, os manifestantes pedem o fim desta emenda que limita os poderes de investigação do Ministério Público.

De acordo com a reportagem, a causa dos transportes teria evoluído para outras causas, outras demandas. E a causa em questão é a rejeição da PEC 37 que está tramitando no Congresso.

Basicamente, o conteúdo explica o que seria a PEC 37 e diz que a proposta teria sido patrocinada pelo PT e seus “mensaleiros recém-condenados” à prisão, argumentando que a defendem apenas os maus políticos que constantemente são alvos da ação do Ministério Público. Essa afirmação seria, segundo a matéria, o real motivo da iniciativa. E mais: punir a instituição pelas ações já movidas contra eles e “evitar embaraços futuros”.

A proposta foi tirada da pauta devido às manifestações, porque, como ilustra a legenda da foto com manifestante com cartaz contra a PEC, a corrupção seria pauta das manifestações em todas as cidades brasileiras. Assim, a aprovação da PEC facilitaria a vida dos criminosos.

Líderes petistas teriam pedido o adiamento da votação para evitar mais desgastes do governo. Parlamentares contra teriam protestado porque viram agora, no calor das manifestações, mais chances de a proposta ser realmente derrubada.

A matéria praticamente aborda uma das razões da nova onda de manifestações, ou seja, a rejeição à PEC 37, bem como a rejeição à corrupção. No que se refere aos manifestantes e às formas de manifestação, destaca-se a foto de um manifestante deitado em uma via pública com um cartaz contra a PEC 37. E como respostas das autoridades, destacamos o adiamento da votação, pedido feito pelo ministro da justiça, José Eduardo Cardozo e prontamente atendido pelo presidente da Câmara, Henrique Alves, que estava em missão na Rússia.

“Um chute na Copa” é a quinta das nove matérias produzidas pela Veja em edição 2327, do dia 26 de junho, para abordar as manifestações e seus desdobramentos/assuntos.

Com a foto de torcedores vestidos de verde e amarelo e cartaz dizendo “Queremos hospitais padrão FIFA”, durante jogo no Castelão (Fortaleza-Copa das Confederações) e um quadro iconográfico que ilustra gastos, investimentos e patrocinadores da copa, a reportagem traz a contextualização de uma das grandes insatisfações das manifestações: os gastos com a Copa do Mundo.

A reportagem chama de “descontrole de prioridades” a impressão que se tem ao observar a diferença de investimentos entre o “Brasil real e o Brasil dos cartolas”. Os gastos chegarão a 28 bilhões, dos quais 80% teriam advindo de impostos pagos pelo cidadão brasileiro. Outro fator destacado pelo conteúdo é de que em 2007, com o anúncio dos jogos aqui, a informação era de que todos os estádios seriam construídos pela iniciativa privada. No entanto, “dos 7,03 bilhões de reais desembolsados com as novas arenas, apenas 612 milhões vieram das empresas”. Estes ficaram bonitos, mas caros e “fadados a virar elefantes brancos”. Em contrapartida, estão as poucas e precárias vias de acesso, os aeroportos remendados e descarte de grandes obras de mobilidade.

Análise do especialista Stefan Szimanski afirmou ainda que sediar uma Copa do Mundo não vale a pena porque o evento transfere o dinheiro do contribuinte de muitas

áreas importantes para serem gastos com futebol e em apenas um mês de futebol. Para este economista e professor de gestão de esporte na Universidade de Michigan, “o Brasil sacrificou um pouquinho do seu futuro para ter a Copa de 2014”. E esse pouquinho teria “virado combustível nas ruas”.

Então podemos apontar como motivações das manifestações gastos demasiados com a Copa do Mundo e consequente falta de ou não investimentos em áreas essenciais. Soma-se a isso que apenas uma pequena parte veio da iniciativa privada e que essa teria sido a copa mais lucrativa da história (cerca de quatro bilhões de dólares. 800 milhões a mais que a Copa de 2010).

Os manifestantes, neste caso e de acordo com o texto, são os torcedores que assistem aos jogos, através de seus cartazes com “frases criativas que brotam das grandes manifestações”. A análise não encontrou expressões relativas à categoria “respostas das autoridades”.

Com a foto dos “torcedores-manifestantes” está a seguinte legenda: “Surpresa no país do futebol: torcedores protestam na partida entre Brasil e México pela Copa das Confederações”.

A matéria de número 6, também da edição 2327, do dia 26 de junho, “A conta é para todos”, também explora uma das motivações das manifestações, ou seja, as tarifas das passagens de trens, ônibus e metrô. Segundo a reportagem, não há muito o que comemorar com a revogação do aumento das passagens que já teria sido atendida em 13 capitais e em outras dezenas de cidades, pois a medida acarretará cortes importantes em outras áreas.

Sobre a resposta das autoridades destacamos, como consta em legenda de foto com Alckmin e Haddad, anúncio da “redução da tarifa depois de negarem condições para fazê-la”. Em São Paulo, Haddad teria estimado um gasto adicional de R\$175 milhões até o fim do ano com a revogação das passagens. Até 2016, esse custo poderia chegar a R\$2,7 bilhões. Para o governo estadual, reajuste representa perda anual de R\$210 milhões. Na cidade, o custo significaria deixar de construir R\$200 mil casas populares ou abrir mão de 10% do investimento previsto. No estado seria possível construir 30 escolas técnicas ou 30 ambulatórios.

No Rio, o ônus é de 500 milhões, algo próximo do que é gasto para manter 70 clínicas e em alguns lugares o reajuste só foi possível com o fim da cobrança de PIS/Cofins do transporte público.

Ou seja, de acordo com os dados apresentados pela matéria, o orçamento público tem um limite e o texto explica que para arcar com determinadas operações é necessário

que o ônus seja dividido, o que tem deixado farto o cidadão brasileiro. Como exemplo, o conteúdo aborda a redução da conta de energia através de medidas tomadas pela presidente Dilma Rouseff.

Interessante citar que a matéria aponta proposta alternativa que tem sido recorrente na discussão: a cobrança de um tributo sobre a venda de gasolina e etanol a fim de que o usuário individual financie o coletivo em parte.

Não há nessa matéria aspectos relativos às categorias manifestantes e formas de manifestações.

A legenda “Sob pressão: Alckmin e Haddad anunciam a redução da tarifa depois de negarem condições para fazê-lo” descreve a foto com os dois líderes de governo.

Mais uma foto, a de manifestante com cartaz com gravura de uma bomba, traz a seguinte legenda: “Isca explosiva: o congelamento da passagem afetará os investimentos em São Paulo”.

“O cartel da roda presa” é a matéria de número sete da edição 2327, que aborda duas questões que envolvem o sistema de transporte em algumas capitais do Brasil: a de que muitos políticos são financiados por empresas de ônibus e de que há fraudes no setor em pelo menos nove capitais brasileiras (em cerca de 60 cidades).

De acordo com a reportagem, essas empresas seriam tradicionais financiadoras de campanha de políticos e em troca receberiam fiscalização “leniente e vista grossa para planilhas suspeitas”. A contratação em processos licitatórios com carta marcada seria o que mais acontece.

A matéria aponta como exemplo o caso do sistema de transporte de ônibus de Brasília e a família que detém o serviço desde antes da fundação da cidade e que teria estabelecido curiosas relações com a campanha de Gleise Hoffman. A empresa também teria ligações com o “alto petismo”.

Sobre as categorias de análise, é possível afirmar que em relação às razões dos movimentos recentes, a matéria aponta que as artimanhas que envolvem os sistemas de transporte de ônibus de algumas cidades, além da discutível qualidade dos serviços que prestam seriam motivos plausíveis para manifestações e até sugere o tema para os próximos cartazes dos manifestantes (formas de manifestação): “Os barões das catracas e seus padrinhos”.

Sobre as repostas das autoridades, a matéria explica que investigações estariam em curso em pelo menos 60 cidades brasileiras, inclusive Brasília, único caso explorado na reportagem.

A foto da matéria contempla manifestantes fotografando um ônibus parado e com seu motorista, também em sinal de manifestação, com cartaz dizendo “3,20 não”. A legenda traz: “Quase parando: Ônibus durante protesto em São Paulo: serviço lento e caro”. Talvez esteja aqui o único aspecto que aborda a categoria “manifestante”.

Na matéria “Os organizadores do caos”, *Veja* deixa clara sua visão sobre alguns manifestantes, especificamente, os anarquistas. Seriam manifestantes exaltados, vestidos com as cores do anarquismo, preto e vermelho, que ficam “felizes” em “implantar o caos” e “instalar a desordem”. Eles se juntam a “oportunistas com passagem pela polícia, que participam de saques e um ou outro vândalo de classe média, como o estudante de arquitetura e *pitboy* (termo não explicado pela matéria, mas que segundo alguns dicionários virtuais, seria “jovem violento oriundo de classe média ou alta”) que se destacou no apedrejamento da prefeitura”. Há aqueles que se misturam aos manifestantes pacíficos, os chamados “Black blocs”. Seriam arruaceiros que representam uma parcela ínfima dos manifestantes que tomaram as ruas, são uma minoria dentro da minoria, mas organizados.

Quanto às formas de manifestação, a reportagem detalha ações como destruição de agências bancárias, vitrais, móveis e prédios institucionais, saques de lojas, pichações de muros, incêndios de carros e equipamentos de emissoras e prejuízos enormes (avaliados em mais de dois milhões). Os anarquistas empurrariam as multidões para o comportamento irracional, de maneira calculada, descrita em manuais e combinada de antemão em reuniões restritas. Teriam utilizado nas últimas manifestações métodos e capacidade de organização que pegaram a polícia e o serviço de inteligência do governo de surpresa.

Na categoria resposta das autoridades podemos incluir as seguintes afirmações: que uma formação desses chamados “anarquistas” teria sido “dispersada pela tropa de choque”, que a inteligência policial havia sido pega de surpresa pela organização desses grupos, que a Abin (serviço secreto de inteligência ligado à presidência) e a inteligência das polícias estaduais estavam despreparadas para o fenômeno, que a polícia teria apreendido materiais suspeitos e prendido alguns oportunistas e que cerca de 100 indivíduos já teriam sido identificados, o que a reportagem enfatiza ao final: “deveriam ser os primeiros a ser identificados e punidos”.

Foto de um blindado da Polícia Militar, atacado por manifestantes encapuzados no Rio de Janeiro, ilustra essa matéria com a seguinte legenda: “Desordem instalada: um blindado da Polícia Militar é atacado no Rio, na quinta-feira”.

A última matéria de Veja, que contempla o período analisado, “Depois das catracas, os casarões” sinaliza a próxima causa do Movimento Passe Livre. Mas antes faz uma breve análise da evolução do grupo que passou de “nanico” e coadjuvante até dois meses atrás a protagonista do evento que sacudiu as principais capitais do país.

A organização teria virado “da noite para o dia” um fenômeno pop e com centenas de adesões ao grupo, que contemplava no passado, no máximo 40 pessoas nas reuniões.

Seus manifestantes, eis aqui uma de nossas categorias, radicais (como finaliza a reportagem), teriam líderes horizontais (a matéria cita o nome de três desses líderes), ligados a movimentos como o MTST e a partidos como o PSOL, que costumam se encontrar em um bar central da cidade para beber e discutir sobre política.

Agora, com fama súbita, o grupo já estaria definindo sua próxima pauta e a nossa categoria “motivação” nesta matéria: a briga contra o latifúndio urbano. De acordo com o conteúdo, o movimento quer desapropriar grandes imóveis desocupados e comprar briga com devedores de impostos que se beneficiam da especulação imobiliária.

Aqui as categorias formas de manifestação e respostas das autoridades não são contempladas. Foto de dois líderes do MPL ilustra a matéria. A legenda descreve:

“Líderes horizontais: Mayara e Matheus costumam discutir política no centro da cidade toda semana. Na mesa, amigos do MTST e do PSOL”.

Até aqui perdura rodapé com o depoimento de 119 brasileiros de oito cidades acerca dos possíveis motivos que os levaram a continuar protestando. Entre eles estão estudantes, atores, professores, advogados, famosos, cantores, apresentadores, empresários, funcionários públicos, médicos, comerciantes e outros cidadãos.

Esses personagens sociais citam como motivações:



Figura 1: Reportagem de Veja, na Edição 2327, de 26 de junho, sobre como a revogação do aumento das passagens pode impactar na vida das pessoas, como no cancelamento de investimentos em outras áreas. (Veja, 26 de junho de 2013, p. 82)

5.2.2 Análise descritiva em Carta Capital

Quadro 3: As categorias de análise em Carta Capital (Edições 753 e 754)

	As razões do movimento	Os manifestantes	As formas de manifestação	As respostas das autoridades
Substantivos	Iniquidades sociais Transporte público Debate Gratuidade dos transportes Fundo Tarifa Zero Insatisfação Tarifa revogada, mas... Celebração de recentes conquistas Apoio à movimentos de outras cidades (MPL) Solidariedade com presos, detidos e processados (MPL) Repressão/ Comoção popular Prisão para os condenados no mensalão (PM de SP) Reivindicações escondidas Diretas já, fechamento do Congresso, a rejeição	Estudantes, jovens universitários, alunos de escola pública, estudantes secundaristas, trabalhadores, militantes anarquistas, cicloativistas, feministas, gays. Oportunismo Êxito dos jovens Manipulação dos rebeldes Punks, anarquistas petistas Política sem líder Sem tutela partidária Geração de jovens	Batalha vandalismo conflitos Multiplicação de demandas Atos multiplicados Multiplicação das pautas para mais de (da redução dos impostos ao impeachment de Dilma) Punks anarquistas hostilizaram outros manifestantes com bandeiras do Brasil ("Tá fazendo o que aqui o nacionalista imbecil") Manifestantes se hostilizam Desejo de compreensão e esquecimento = medo de que a	repressão arbitrariedade prisões arbitrárias denúncias despreparo acordo Ministério Público Polícia Militar Prefeito Governador Suspensão reajuste Revogação das passagens Truculência Despreparo da polícia Centenas de feridos e detidos Antonio Anastasia e Cid Gomes – justificativas da repressão em torno da Copa das Confederações Mudança na

	<p>A políticos corruptos, Pró-privatizações, contra A PEC 37, avanço material sem saúde, educação, segurança, postura limitada de Dilma (omissão do governo em questões sociais)</p> <p>Sem representação pelo congresso</p> <p>Falta de representação partidária</p> <p>Unidade em torno da questão dos transportes</p> <p>Respostas dos jovens à revolta estéril dos formadores de opinião</p> <p>Sintoma expõe os impasses da totalidade</p> <p>Não avanço em outras áreas (saúde, educação, transporte, etc)</p> <p>Copa do mundo/olimpíadas/ contratos lucrativos, empresários beneficiados</p>		<p>política voltasse às ruas</p> <p>Política sem líder, sem tutela partidária, sem direção, concretude e eficácia</p> <p>Conseguiram parar os poderes da república e deixar a repressão policial completamente atordoad</p> <p>...obrigaram a suspensão do aumento dos transportes públicos</p> <p>Militantes petistas também teriam enfrentado antipatias</p> <p>Militância nacional do PT também convocou seus militantes para aderir aos protestos</p> <p>Canal da família Marinho – alvo dos manifestantes</p> <p>Direita “parasita a pauta do MPL”</p>	<p>postura De expoentes Da política (Dilma, Lula, FHC e Aécio Neves) acerca das manifestações</p> <p>Outros setores do Governo e do PT: reaproximação De aliados históricos</p> <p>Sérgio Cabral no Rio – constringido diante do despreparo Da polícia</p> <p>Brutalidade policial/ Violência ofensiva = Democracia parlamentar acabada</p> <p>Acuados (Dilma, Paes, Haddad E Alckmin)</p>
Adjetivos	<p>“Precário e caro transporte coletivo”</p> <p>Insatisfação difusa desafia governos e partidos</p> <p>Escala imprevisível</p> <p>Políticos corruptos</p> <p>Postura limitada de Dilma</p> <p>Revolta estéril dos ditos formadores de opinião</p> <p>Acontecimentos focam em um problema preciso</p> <p>E concreto, capaz de abalar o discurso oficial e não só o problema dos transportes, mas os impasses da totalidade</p> <p>Transporte público miserável/ vergonhoso para alimentar máfia de empresários</p> <p>Governo incapaz de defender, a não ser pelo uso da força bruta</p> <p>Copa do mundo/olimpíadas/ contratos lucrativos, empresários beneficiados</p> <p>Por universidades mais democráticas, por direitos iguais ao homossexuais, por causas ecológicas</p>	<p>“Rebeldes com causa”</p> <p>“da classe média”</p> <p>“de bairros violentos”</p> <p>“... de origem social e repertório cultural bastante distintos”.</p> <p>“... com organização horizontal, sem líderes ou porta-vozes constituídos”.</p> <p>Esquerdistas utópicos e ingênuos</p> <p>Radicais agressivos e violentos</p> <p>Adesão por tardia conscientização ou oportunismo</p> <p>De vândalos à manifestantes</p> <p>Inegável: êxito dos jovens rebeldes</p> <p>Punks, anarquistas petistas</p> <p>MPL – “Direita Parasita”</p> <p>MPL estaria irritado com aproveitadores de outras causas</p> <p>Geração de jovens corajosa, politizada, brilhante e ridicularizada pela mídia</p>	<p>“ganham contornos de revolta popular”</p> <p>“Com recursos próprios e sem vinculações partidárias reúnem número indeterminado de militantes cativos em torno de uma bandeira: a tarifa zero”.</p> <p>Reuniões pequenas</p> <p>“Movimento não circunscrito à São Paulo”</p> <p>“Manifestações numerosas e violentas”</p> <p>“recorrentes confrontos”</p> <p>“ruidosos protestos”</p> <p>“Intensos embates”</p> <p>Acontecimentos – verdadeira face da política daqui pra frente</p> <p>“Acontecimentos incompreensíveis”</p> <p>Cheias de “reclamações genéricas e palavras vazias”</p> <p>“invasão de jovens com cara pintada e nariz de palhaço”</p>	<p>“A arbitrariedade das prisões É notória, Assim como O cerceamento do trabalho da mídia”.</p> <p>“... violenta repressão Da polícia”.</p> <p>Violenta Ofensiva da PM (quinta, dia 13)</p> <p>Governos intrigados Pela difusão de pautas</p> <p>Governo incapaz de defender, Só pela força bruta</p> <p>Brutalidade polícia = Democracia parlamentar acabada</p>
Frases Contexto	<p>“contra o aumento das tarifas de ônibus, trem e metrô”</p> <p>“Com recursos próprios E sem vinculações partidárias reúnem número indeterminado de militantes cativos em torno de uma bandeira: a</p>	<p>“... compartilham do mesmo inconformismo com as iniquidades sociais na cidade mais rica da América do sul e com o precário - e caro – transporte coletivo paulistano”.</p> <p>“Unem-se a eles militantes</p>	<p>“... peregrinações iniciadas no fim da tarde e estendidas noite adentro a ocupar as principais artéria viárias da cidade, como a Avenida Paulista, 9 de julho e</p>	<p>“A PM também é alvo da revolta, mas também colecionam denúncias De abusos e Prisões arbitrárias”.</p> <p>“... assim como se multiplicam pela</p>

	<p>tarifa zero”.</p> <p>“O transporte é um direito de todos, mas a tarifa limita o acesso da população mais pobre da cidade”.</p> <p>“Militantes se amparam Em pesquisas para justificar a causa”.</p> <p>“Atualmente, não há subsídios nas tarifas do metrô, sob responsabilidade do Estado. Toda operação é paga pelos 4 milhões de usuários do sistema”.</p> <p>“... a cada 12 reais gastos em incentivos fiscais ao transporte particular, o governo investe apenas 1 real em transporte público”.</p> <p>“... estimou em 37 milhões o número de brasileiros impedidos de usar ônibus, trem ou metrô por não terem condições financeiras de pagar a tarifa”.</p> <p>“Toda operação é paga pelos 4 milhões de usuários do sistema”.</p> <p>“Mantém a unidade em torno da questão dos transportes”</p> <p>“MPL sim, Diretas Já não”</p> <p>“A multiplicação das demandas diferentes, várias delas contraditórias, e a adesão De manifestantes de primeira hora provocaram caos ideológico e tendem a implodir as mobilizações populares”</p>	<p>de partidos de esquerda como o PSOL, PSTU e PCO, além de feministas, gays, cicloativistas, anarquistas, punks e até jovens que raramente se mobilizam”.</p> <p>“Milhares de manifestantes”</p> <p>“Não faltaram rótulos para desqualificar os manifestantes do MPL”</p> <p>“Alguns dos críticos passaram a acenar à distância com simpatia ou a engrossar o caldo”</p> <p>“...mostraram à população mais pobre com quem ela pode lutar por uma sociedade verdadeiramente igualitária e dotada de serviços públicos dignos e respeitosos em relação aos cidadãos”</p>	<p>Consolação, ou mesmo as faixas expressas da Marginal Pinheiros”.</p> <p>“O movimento não está circunscrito à São Paulo, embora a capital paulista seja o epicentro das manifestações mais numerosas e violentas”.</p> <p>“... 87 ônibus foram danificados, alguns parcialmente incendiados e várias estações de metrô ficaram depredadas. Agências bancárias e vitrines de lojas não passaram incólumes pela batalha...”</p> <p>“... relatos de policiais agredidos e quase linchados...”</p> <p>“A violência nas ruas deixou mais de 50 feridos...”</p> <p>“Mas os recorrentes confrontos não tiram o ímpeto dos jovens. Ao contrário, parecem aumentar a adesão aos protestos e disseminá-los por outras capitais”</p> <p>“Batalha travada entre a Polícia Militar e parte dos manifestantes”.</p> <p>“Os que vociferaram agora celebram as manifestações”</p> <p>“Oportunistas, vão para Cuba, Venezuela, berram os reações de plantão”</p> <p>“...desejo de que tudo fosse realmente incompreensível”</p> <p>“Na segunda-feira, sai 17, havia muitos manifestantes com perfil direitista e nacionalista. Mas no dia seguinte isso perdeu a força, notou?”</p> <p>“A invasão de jovens com cara pintada e nariz de palhaço, bandeiras pró-privatizações ou contra a PEC-37 nas mãos, gerou conflitos dentro e fora das ruas”</p> <p>“Punks e anarquistas hostilizaram manifestantes com bandeiras do Brasil”</p> <p>“O pessoal pode até pedir para abaixar as bandeiras, mas arrancar á força é</p>	<p>internet vídeos de jovens encurralados E espancados Pelos PMs”.</p> <p>“Tanto o prefeito Haddad quanto o governador Geraldo Alckmin defenderam A repressão”.</p> <p>“...A PM tem que seguir protocolos e um deles é manter vias Expressas desimpedidas” (Haddad).</p> <p>“Isso não É manifestação, É vandalismo” (Alckmin).</p> <p>“Não partiu Do prefeito Nenhum pedido para a PM reprimir A manifestação” (secretário De relações públicas – Haddad).</p> <p>“Ele (Haddad) defende que A presidenta Dilma Rouseff municipalize A Contribuição De Intervenção No Domínio Econômico, imposto Incidente sobre Os combustíveis, para baratear A passagem”.</p> <p>“... aumento Da tarifa não Era revisto há dois anos”.</p> <p>“... Reajuste corresponde Há menos da Metade da Inflação acumulada No período”.</p> <p>“Insatisfação difusa Desafia governos E partidos”</p> <p>Alckmin e Haddad justificaram As repressões</p> <p>Cardozo: Polícia Federal Também acompanha para auxiliar Numa possível repressão</p> <p>“Colocou O governo federal no bolo dos partidos”</p> <p>Haddad e Cardozo condenaram possíveis abusos.</p> <p>“Governo viu-se obrigado a Abolir as balas De borracha e retirar as tropas De</p>
--	--	---	---	--

			uma atitude fascista” (manifestante petista)	choque das ruas” “Poder que como sempre Tentou calar O Descontentamento na base da bala de borracha e Gás Lacrimogêneo vencido” “Expõe Sua fraqueza” (PM)
Ironias				
Metáforas				“botado panos quentes”
Expressões			“Revolta popular”	

A Revista Carta Capital apresenta apenas três matérias sobre as manifestações de 2013 dispostas em duas edições sobre as manifestações dentro do período analisado. Ao todo, 13 páginas contemplam o assunto.

Em *Carta*, bem como na *IstoÉ*, em suas primeiras matérias, as categorias se apresentam de maneira mais equilibrada, contextualizando mais as razões do movimento, por exemplo. Essas se dariam devido a um inconformismo geral com as “iniquidades sociais na cidade mais rica da América do sul” e, sobretudo pela gratuidade dos transportes que, de acordo com a matéria, são caros e precários. A *Carta* também faz um balanço do quanto significam os custos com o transporte público na vida dos brasileiros usuários do sistema.

A capa desta edição não tem relação com as manifestações e as fotos desta matéria contemplam manifestantes durante as manifestações e manifestantes sendo agredidos pela polícia militar, além de foto de jornalista da *Carta* que teria sido detido pela polícia por portar um frasco de vinagre.

Ao contrário de *Veja*, a revista *Carta Capital* denomina os manifestantes como “rebeldes com causa”, com razão de manifestação. Estes seriam estudantes secundaristas, jovens universitários, trabalhadores, militantes anarquistas, cicloativistas, feministas, gays, ou seja, um grupo misto e diversificado, que usufrui ou não do transporte público e que possui o interesse comum de reduzir o preço das passagens. O conteúdo também contextualiza a formação e atuação do Movimento Passe Livre (MPL) nesta e em outras manifestações.

Sobre as formas de manifestação, a matéria trata das reuniões do MPL e como se mobilizam. Suas reuniões seriam pequenas e modestas, mas capazes de atrair milhares de manifestantes. No caso de 2013, as manifestações foram caracterizadas pela revista como numerosas, violentas, com recorrentes confrontos e intensos debates

e teriam ganhado contornos de “revolta popular”. Os “ruidosos protestos” foram qualificados pela matéria como uma “Batalha travada entre a Polícia Militar e parte dos manifestantes”.

A revista parece manter maior equilíbrio ao enquadrar as manifestações de 2013 em sua primeira matéria. Destaca que o movimento tem suas limitações e não tem controle de todos que engrossam a passeata e, por isso, acontecem os abusos, as depredações e equívocos. Os policiais, arbitrários e repressivos, também estariam despreparados para lidar com as situações de manifestação. E, por isso, também se destacaram pelos abusos, pelas prisões arbitrárias, pela violência com que trataram manifestantes e jornalistas. Haddad e Alckmin, por sua vez, teriam defendido a repressão, de acordo com a revista, embora a mesma tenha feito ressalvas sobre a posição de Haddad, por meio de seu secretário de relações públicas. E inclui uma posição do prefeito sobre o tema: a de que a presidenta Dilma municipalize a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, imposto incidente sobre os combustíveis, a fim de baratear a passagem.

O evento é enquadrado de uma maneira mais positiva pela revista, que descreve as razões pelas quais as coisas aconteceram e ao relatar abusos de manifestantes e policiais, contextualiza os motivos que, resumidamente seriam falta de controle e despreparo.

A segunda matéria de Carta Capital, edição 754, do dia 26 de junho, aborda as adesões às manifestações diante da difusão de pautas (por tardia conscientização ou oportunismo), adesões de indivíduos que antes “vociferavam” contra as bandeiras pela Catraca, mas agora “celebram as manifestações” nas mais diversas capitais do país. Aponta a posição do Movimento Passe Livre diante da difusão dessas pautas, bem como a intensa tentativa de rotular e desqualificar esse Movimento.

Mesmo com a revogação do aumento das passagens em dezenas de municípios (com foco principal em São Paulo e Rio de Janeiro), o Movimento decide manter alguns protestos para celebrar as recentes conquistas e apoiar a causa em outros municípios. Os protestos se multiplicam e atingem mais de 80 cidades em 20 capitais. Nesse sentido, o MPL posiciona-se irritado com o oportunismo de alguns indivíduos que pegaram carona na pauta dos transportes para “manipular jovens rebelados” a abraçarem causas variadas.

A difusão de pautas também teria acarretado conflitos de todos os tipos (como antipatia a petistas e hostilização de anarquistas a manifestantes com bandeiras do Brasil) e, de acordo com a matéria, poderia implodir a mobilização popular.

Nesta matéria sobre as razões do movimento, o conteúdo traz a insatisfação difusa que desafia governos e partidos, a celebração de recentes conquistas e o apoio a movimentos de outras cidades, a solidariedade com presos, detidos e processados, condenação à repressão, bem como a um certo oportunismo em pegar carona na causa dos transportes (êxito dos jovens rebelados). Por outro lado, a matéria ainda cita como motivações “na contramão”: Diretas já, fechamento do Congresso, pró-privatizações, contra a PEC 37, a rejeição a políticos corruptos e até mesmo a postura limitada de Dilma e a prisão dos condenados no mensalão (pedido da PM de SP).

Acerca dos manifestantes, é possível elencar no texto: jovens do MPL rebelados (esquerdistas utópicos e ingênuos, radicais agressivos e violentos), demais jovens, punks, anarquistas, petistas e outros partidários. E sobre as formas de manifestações, destacamos a referência à multiplicação dos atos, conflitos e episódios de hostilização entre os manifestantes.

Sobre as autoridades, especificamente sobre Alckmin e Haddad, a reportagem menciona o vandalismo como justificativa para a repressão policial. Dias depois, Haddad e Cardozo (cuja confiança é questionada pela matéria) condenam abusos desmedidos. Ruy Falcão, sobre a convocação à militância do PT para as manifestações, justifica que as pautas da oposição poderiam se sobressair. O PT deveria posicionar-se.

A repressão também foi assunto porque, segundo a matéria,

“ao atrair jovens de classe média escandalizados com a repressão, também os jornais e as emissoras de tevê passaram a demonstrar simpatia pelos rebelados. Se antes, os manifestantes eram tratados indistintamente como vândalos e os editoriais clamavam por repressão da PM, a mídia passou a tratar os casos de depredação de forma mais isenta”.(Carta Capital, 26 de junho de 2013, p. 27)

Nesta categoria, a das respostas das autoridades, ainda citamos a revogação das passagens, a continuidade do despreparo da polícia e sua truculência injustificável (com muitos detidos e feridos) e governos intrigados e confusos pela difusão de pautas. Ainda é possível incluir nesta categoria, a menção à mudança de alguns expoentes da política e da própria mídia em relação às manifestações e aos manifestantes.

A matéria traz várias fotos das manifestações e manifestantes em diversos lugares, como São Paulo e Rio de Janeiro, além de fotos de autoridades como Alckmin, Haddad, Paes, Hoffman, Ruy Falcão e o ministro Cardozo.

A capa desta edição, sugestiva, traz um manifestante segurando o cartaz com a seguinte frase: “Parem de subestimar o povo – Ninguém controla a rua”.

O terceiro e último texto de *Carta Capital* que contempla o período analisado,

“A política oxigenada”, está nesta mesma edição (754) do dia 26 de junho. Foi produzido por Vladimir Safatle e faz parte da reportagem de capa. O conteúdo é uma análise mais complexa e profunda do que teria sido a revolta das catracas e o fenômeno da multiplicação de pautas.

A análise empenha-se em qualificar o evento e principalmente seus manifestantes, tanto criticados, desqualificados e ridicularizados durante e depois dos acontecimentos. De acordo com o material, analistas simplificaram, desmereceram a questão e a retrataram como confusa e incompreensível, devido às suas novas configurações, diferentes “da nossa indignação vazia de sempre”, diferentes dos diversos “ensaios” de manifestações que já aconteceram.

Safatle explica que para os críticos, a posição apartidária do movimento seria um equívoco, mas os manifestantes mostraram o contrário. E teriam desvelado não só um sistema de transporte ineficiente, mas também o quão ineficientes são os serviços públicos prestados em sua totalidade.

Sobre as razões do movimento, o conteúdo aponta falta de representação no congresso e pelos partidos, resposta dos jovens à revolta estéril dos formadores de opinião, unidade em torno da questão dos transportes (transporte público miserável e vergonhoso), totalidade de demais problemas como o não avanço em outras áreas (saúde, educação, transporte, etc) e gastos com a Copa do mundo, olimpíadas, contratos lucrativos e empresários beneficiados. É possível ainda citar razões como a luta por universidades mais democráticas, por direitos iguais, por causas ecológicas, além da incapacidade do governo “de defender, a não ser pelo uso da força bruta”.

Os manifestantes são retratados como uma “geração de jovens corajosa, politizada, brilhante e ridicularizada pela mídia”, sem tutela partidária e sem líder. Para Safatle, “mostraram à população mais pobre com que ela pode lutar por uma sociedade verdadeiramente igualitária e dotada de serviços públicos dignos e respeitosos em relação aos cidadãos”.

Neste texto, as categorias das formas de manifestação foram bem restritas. Relata a movimentação de jovens com a cara pintada e nariz de palhaço, que teriam invadido as ruas com bandeiras a favor das privatizações e contra a PEC-37. Episódios assim teriam gerado inúmeros conflitos dentro e fora das ruas. Esses manifestantes também teriam sido hostilizados por punks e anarquistas. O MPL se queixa que a direita parasita suas pautas.

A militância petista foi convocada para aderir aos protestos e a emissora da família Marinho seria um dos principais alvos dos manifestantes. As ações do

movimento e seus desdobramentos então, sem tutela partidária, sem líder, sem direção, concretude e eficácia, como foi tantas vezes desqualificado, teria, segundo o texto, conseguido parar os poderes da república e deixar a repressão policial completamente atordoada, além de suspender o aumento das tarifas.

Sobre as respostas das autoridades, Safatle afirma que o governo é incapaz de se defender, a não ser pela força bruta e que essa brutalidade policial/violência ofensiva representa uma democracia paramentar acabada. A PM expõe sua fraqueza e governantes justificam a truculência devido ao vandalismo. Por sua vez, governantes (Dilma, Alckmin, Haddad e Paes) são retratados como acuados, tentando conter danos. Uma legenda de foto informa que “Hoffman afasta Dilma dos movimentos sociais”. Governantes e analistas estariam intrigados com a rejeição das formas tradicionais de organização política.

O material traz consigo uma única foto com muitos manifestantes com cartazes.



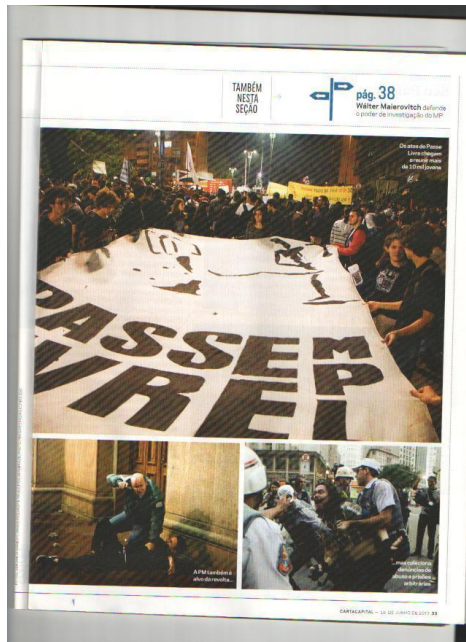


Figura 2: Parte da primeira reportagem da revista Carta Capital acerca das manifestações pela revogação do aumento das tarifas de transportes. (Carta Capital, 19 de junho de 2013, p. 32)

5.2.3 Análise descritiva em *IstoÉ*

Quadro 4: As categorias de análise em *IstoÉ* (Edições 2274 e 2275)

	As razões do movimento	Os manifestantes	As formas de manifestação	As respostas das autoridades
Substantivos	Direito de defender interesses Encarecimento dos transportes Revogação das passagens País melhor Contra a corrupção, contra os gastos com a copa, contra a PEC 37, contra a precariedade da saúde e educação, altos impostos e pela melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados	Horizontalidade Militantes Estudantes Sindicatos Entidades da periferia Movimento Anti-Capitalista Anarco-punks Jovens universitários Grupos de todos os tipos Diversas tribos Com diferentes demandas e insatisfações	Vandalismo Destruuição Conflitos Coreografia Substância Episódios de vandalismo Cenas de baderna e confronto Mobilização em rede Recrutamento pela rede	Truculência Violência Ditadura Brutalidade Pancadaria Despreparados Demoraram agir Sem planejamento e organização Passaram Da brutalidade para a omissão
Adjetivos	“...reivindicação social legítima, que deve ser discutida de forma civilizada e a partir de argumentos racionais...” “O reajuste pode parecer razoável no visor de uma calculadora, mas está longe de ser uma questão simples”. “Condenam o que chamam de “mercantilização do transporte público” e	MPL – federação de estudantes – com “prática de quem rejeita toda submissão a partidos políticos”, “tem raízes entre estudantes da USP e outros estabelecimentos frequentados por uma elite cultural de esquerda, como Escola da Vila, Vera Cruz, Oswald e o Colégio Equipe...” “...centro nervoso de uma articulação maior e mais	“Protestavam pacificamente” “Conflitos políticos que fogem da boa educação confundem o raciocínio e costumam ser avaliados mais pela coreografia do que pela substância”. “...numa sucessão de atos condenáveis promovidos por baderneiros	“Face Mais violenta” “Truculência injustificável E desproporcional” “Situação hostil, assustadora E perigosa” “Incapaz de Atuar de Forma preventiva, controlando As manifestações com métodos

	<p>defendem a tarifa zero, isto é, o transporte gratuito". "insatisfações difusas" "realidade exigente e incorfomada" Sem grande causa aglutinadora Com insatisfação latente</p>	<p>popular, com conexão com sindicatos e entidades da periferia". "...reúnem militantes selecionados..." "...de acordo com princípios de horizontalidade" "Não há hierarquia formalizada". Algo em torno de 5% dos manifestantes: anarco-punks, que promovem culto à violência. "Houve ainda um grupo mais heterogêneo, oriundo da periferia de São Paulo e convocado por redes sociais, a bradar insatisfações e empunhar bandeiras das mais diferentes..." "...se apresentavam como militantes de um certo Movimento Anti-Capitalista". ...oportunistas, baderneiros e ladrões" teriam se infiltrado no grupo para tirar vantagens ilícitas e precisam ser contidos. Seriam indivíduos de fácil identificação, bandos pequenos, baderneiros, grupelho de mascarados, vândalos, ladrões, mascarados, minorias violentas, anarquistas, grupos de extrema esquerda, extrema direita e arruaceiros. Imensa maioria foi de manifestantes pacíficos. Inicialmente "menosprezado, difamado e brutalmente reprimido", o grupo teria alcançado vitória em tempo recorde. mães engajadas, o de filhas apartidárias, senhoras aposentadas, crianças.....</p>	<p>mascarados, infiltrados entre os manifestantes". Avenidas das principais cidades seriam "verdadeiros bulevares da liberdade de expressão" Teria sido a mais surpreendente, expressiva e rápida vitória da história. As demandas teriam recuado as autoridades em tempo recorde, 13 dias após o primeiro ato na Paulista. Movimento apartidário Gritos de guerra e outros procedimentos agora são também cunhados em Twitter, Facebook e Instagram Organizados em rede</p>	<p>civilizados E fazendo Uso responsável E consciente da força quando necessário...." "...retornou Aos piores momentos de seu passado, quando reprimia a população Sob regime militar para acuar e Atacar manifestantes". "Atacados seletivamente, vários Jornalistas ficaram feridos". "desenvoltura excessiva" A PM poderia ter assumido duas atitudes razoáveis. Manter a Avenida bloqueada.....Ou poderia, num Ato de insólita cortesia, abrir Passagem para Os manifestantes". "Num Reflexo típico de tempos autoritários, a PM investiu com dureza Seletiva sobre Jornalistas presentes". "alvejado com maior periculosidade". "Com tamanha brutalidade, A atuação da Polícia Militar ameaça dar um novo caráter à luta contra O reajuste Da passagem". "Cavalaria insequente" Brutais, omissos Policiais utilizaram armas menos letais sem disciplina políticos De diversas inclinações ideológicas, Até opostas: desprezados Pelos manifestantes, atordoados, despreparados E confusos</p>
<p>Frases Contexto</p>	<p>Luta por melhorias no transporte público Encarecimento dos transportes – semelhança com o que acontece no país inteiro. "A brecha que abriu espaço para os protestos</p>	<p>MPL: "... tem suas origens em movimentos radicais do século XIX, eles cultivam uma utopia urbana radical". "... condenam atos de vandalismo como uma espécie de contrassenso, pois prejudicam aquilo que</p>	<p>"... 97 ônibus foram depredados, dezenas de vitrines foram quebradas e até um policial correu o risco de ser linchado numa sucessão de atos condenáveis</p>	<p>"Na quinta-feira, 13, a PM Cerca manifestantes Na rua da Consolação, em São Paulo, que protestavam pacificamente E usa balas De</p>

	<p>contra o aumento dos 20 centavos nasceu de uma presunção política – a ideia de que o reajuste poderia ser visto como uma questão administrativa”.</p>	<p>gostariam de preservar”. “... aguardam respostas. Mas não as que a PM, com força violenta e desproporcional, deu”.</p>	<p>promovidos por baderneiros mascarados, infiltrados entre os manifestantes”.</p> <p>“perseguido pela tropa de choque”</p> <p>“Movimento não tem controle sobre as ações de todos...”</p> <p>“Num esforço repetido de concentração e dispersão, sempre com policiais em seu encalço...”</p> <p>“A gente não apoia nenhum tipo de depredação”.</p> <p>“Tentamos conter, mas é difícil. A gente não é dono de ninguém pra dizer quem deve fazer o que”.</p> <p>“Os episódios de vandalismo que acompanham os protestos envolvem pessoas de outras origens”.</p> <p>“anarco-punks comandam o quebra-quebra”.</p> <p>Algo em torno de 5% dos manifestantes: anarco-punks, que promovem culto á violência.</p> <p>“Houve ainda um grupo mais heterogêneo, oriundo da periferia de São Paulo e convocado por redes sociais, a bradar insatisfações e empunhar bandeiras das mais diferentes...”</p> <p>“...se apresentavam como militantes de um certo Movimento Anti-Capitalista”.</p> <p>“Já chegaram quebrando bancos e vitrines de lojas, incendiando ônibus”.</p> <p>“os rostos jovens e as vozes firmes se multiplicaram, cresceram e assustaram o que agora é o antigo poder que conheceu uma nova ordem: as ruas mandam”.</p> <p>As manifestações começaram diminutas, mas “ganharam impulso e solidariedade de outros municípios após ação truculenta da polícia paulista”.</p>	<p>borracha e Gás lacrimogêneo”.</p> <p>“Em meio A pancadaria ocorreram 325 prisões e 105 pessoas Ficaram feridas.</p> <p>Manifestantes foram Alvejados com balas de borracha, Bombas de gás E perseguidos pelas ruas da Região central até tarde da noite”.</p> <p>“...a polícia dava uma demonstração de desenvoltura excessiva ao realizar 40 prisões “por averiguações”, eufemismos clássicos para atos abusivos”.</p> <p>“A PM poderia ter assumido duas atitudes razoáveis. Manter a Avenida bloqueada...Ou poderia, num ato de insólita cortesia, abrir Passagem para os manifestantes. Não fez uma coisa nem outra”.</p> <p>“Falta ação da polícia para reprimir o crime, mas sobra força para reprimir a população de forma arbitrária”.</p> <p>“Quando lideranças do movimento tentavam uma nova negociação, soldados da tropa de choque começaram A dispara tiros Com balas de borracha, Bombas e até granadas Foram atiradas contra A população....”</p> <p>“Ainda em atividade, a polícia importuno Casais de namorados em bares da Avenida Paulista”.</p> <p>“A Repressão coloca em pauta o direito de cada cidadão pela liberdade de defender seus interesses”.</p> <p>“De lá mesmo informaram Que não Pretendiam</p>
--	--	--	---	--

			E, de acordo com a matéria, essa sociedade civilizada não aceita a ação de grupos interessados em causar caos, baderna e balbúrdia.	modificar O reajuste” (Alckmin e Haddad. de Paris). “...aguardam respostas. Mas não as que a PM, com força violenta E desproporcional, deu”.
Ironias				
Metáforas			“A fáfca acendeu ali”	
Expressões				“desenvoltura excessiva”

A revista *IstoÉ*, assim como as outras, também dispõe suas matérias em mais edições, mas devido ao nosso recorte, as edições de junho, as matérias contemplam apenas duas edições, as últimas do mês em questão.

Com a capa “Nada justifica a volta da repressão” e uma cena de violência policial, a edição 2274, do dia 19 de junho, traz a matéria “A volta da repressão”, cujo conteúdo legitima o evento, afirmando que “sobram motivos para protestar”, embora as insatisfações estejam difusas. Além de relatar os percursos e percalços dos primeiros dias de protesto, descreve cálculos que demonstram quanto o cidadão deixa nas catracas. A reportagem aproveita a deixa das catracas para também resgatar a luta pela gratuidade dos transportes e a luta do movimento Passe Livre.

Mas a ênfase da reportagem de *IstoÉ* está na truculência policial. Sua introdução já faz uma crítica ao que deveria ser aclamado, ou seja, a mobilização popular em torno de uma causa para defender interesses e encarar os problemas de frente. Em sua matéria, *IstoÉ* trata dos manifestantes de maneira bem positiva, pois enquadra as razões do movimento como uma “realidade exigente e inconformada”, uma “reivindicação social legítima”: o reajuste das passagens de trens, ônibus e metrô e seus desdobramentos na vida do cidadão que usufrui do sistema. Um reajuste que, segundo a matéria, pode parecer razoável em função da taxa de inflação, porém “está longe de ser uma questão simples”. O direito de manifestação e a liberdade de defender interesses pegam carona no encarecimento dos transportes e também no que chamam de

“mercantilização do transporte público” e trazem a tona insatisfações difusas.

IstoÉ contextualiza o evento de maneira equilibrada, embora dê bastante ênfase ao comportamento da Polícia Militar. Sobre os manifestantes, por exemplo, explica que são militantes, estudantes, integrantes de sindicatos que trabalham e se organizam

de maneira horizontal. O MPL, por sua vez, “tem raízes entre estudantes da USP e outros estabelecimentos frequentados por uma elite cultural de esquerda”. Seria, segundo a matéria, “o centro nervoso de uma articulação maior e mais popular, com conexão com sindicatos e entidades da periferia”, que reúne militantes selecionados e sem hierarquia formalizada.

O conteúdo explica, porém, que existem outros grupos, cerca de 5% dos manifestantes, que empunham outras bandeiras e agem de maneira diferenciada. Seriam os anarco-punks, *Black blocs*, mascarados, infiltrados e outros integrantes de movimentos anticapitalistas que utilizam táticas questionáveis, como por exemplo, atacar entidades que representam o capitalismo como bancos e multinacionais. Há ainda aqueles, chamados pela revista de “baderneiros que se aproveitam de movimentos para depredar patrimônio público e privado”. Essa distinção entre os tipos de manifestantes e seus diferentes objetivos esclarece os acontecimentos, evitando interpretações estereotipadas e preconceituosas sobre os manifestantes e suas razões.

Mas é sobre as respostas das autoridades, especificamente da Polícia Militar, que está o maior foco da matéria, que se esforça do começo ao fim, na verdade da capa ao fim da matéria, para tentar compreender toda violência, truculência e brutalidade praticada pela polícia, o que parece, ao final, permanecer sem explicação.

De acordo com a revista, a polícia mostrou durante os primeiros protestos sua “face mais violenta”, através de uma “truculência injustificável e desproporcional”, acarretando em situações hostis, assustadoras e perigosas. Essa instituição não teria sido “capaz de atuar de maneira preventiva, controlando as manifestações com métodos civilizados e fazendo o uso responsável e consciente da força quando necessário”. Teria sim, “retornado aos piores momentos de seu passado, quando reprimia a população sob regime militar para acuar e atacar manifestantes”.

Segundo o texto, a PM atacou seletivamente e com desenvoltura excessiva: a PM poderia ter tomado atitudes razoáveis: manter a avenida bloqueada ou abrir passagem para os manifestantes, num ato de compreensão e de “insólita cortesia”, mas não. Decidiu atacar com dureza, alvejando manifestantes e jornalistas. A *IstoÉ* esforça-se para qualificar a polícia, utilizando inúmeros adjetivos negativos (brutal, excessiva, violenta, arbitrária). Descreve prisões arbitrárias, perseguições e despreparo para lidar com a situação. “Falta ação da polícia para reprimir o crime, mas sobra força para repreender a população de forma arbitrária”. E levanta a discussão: “A repressão coloca em pauta o direito de cada cidadão pela liberdade de defender seus interesses”.

Sobre as demais autoridades, Haddad e Alckmin, que se encontravam em viagem em Paris, informou que ambos se posicionaram na pretensão de não modificar o reajuste, alegando falta de recursos para bancar o antigo valor.

Através de sua primeira matéria acerca das manifestações de 2013, a revista *IstoÉ* parece não se conformar com a atuação excessiva da polícia e de maneira plural e equilibrada descreve manifestantes em toda a sua diversidade, bem como as formas de manifestações e seus plausíveis motivos com profundidade e detalhamento.

As fotos que ilustram a matéria trazem intensas cenas de manifestantes e embates entre manifestantes e policiais. Uma das legendas, inclusive, descreve fielmente a cena: “Sem comando: policial lança gás de pimenta contra cinegrafista no centro de SP”. A primeira foto traz: “Praça de guerra: na quinta-feira, 13, PM cerca manifestantes na rua da Consolação, em São Paulo, que protestavam pacificamente e usa balas de borracha e gás lacrimogêneo”.

A segunda edição, de *Isto É* dedicada às manifestações foi a de número 2275, do dia 26 de junho, e declara na capa “Hoje é você quem manda: a voz das ruas se impõe, assusta os políticos, conquista vitórias e mostra que veio para ficar”, e foto de manifestantes empunhando cartazes.

A edição contém nove matérias em seção especial “A voz das ruas”. A primeira “Falou, tá falado”, segue um projeto editorial semelhante ao de *Veja*, porque introduz a matéria com seis grandes fotos que abarcam momentos significativos das manifestações (em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro) e com a grande legenda: “os rostos jovens e as vozes firmes se multiplicaram, cresceram e assustaram o que agora é o antigo poder que conheceu uma nova ordem: as ruas mandam”.

A matéria compara de imediato as manifestações de 2013 com momentos históricos já vividos pelo país, como as Diretas Já, em 1984, e os caras-pintadas, em 1992. A opinião pública e suas vozes difusas teriam revelado suas forças.

Assim como na primeira reportagem (na primeira edição analisada), nesta a descrição de personagens e como as manifestações foram ocorrendo e angariando pessoas e novas pautas, é rica em detalhes, é muito mais literária que nas outras revistas.

Indo direto à descrição das categorias de análise, abordamos como os manifestantes são qualificados por esta reportagem. A matéria afirma que esses manifestantes seriam jovens de diferentes tribos, que emergiram das redes sociais, que “conseguiram levar mais de um milhão de pessoas às ruas e deixaram os políticos atordoados”. Inicialmente “menosprezado, difamado e brutalmente reprimido”, o grupo

teria alcançado vitória em tempo recorde. Seriam, em sua maioria, jovens universitários e a eles teriam se juntado grupos de todos os tipos, com as mais diversas demandas e insatisfações.

Em relação às razões dos movimentos, a reportagem aponta que mesmo sem uma grande causa aglutinadora, o movimento fez reverberar por todos os cantos uma insatisfação latente, além da brutalidade policial que teria servido de impulso para que o movimento ganhasse força e adesão.

Os manifestantes querem não só a revogação das passagens, mas também um país melhor, contra a corrupção, contra os gastos com a copa, contra a PEC 37, contra a precariedade da saúde e educação, altos impostos e pela melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados. Por outro lado, a diversidade de pautas teria causado a pulverização de causas. Governo e oposição também seriam alvos e os partidos políticos não teriam projetos para atender a novas demandas.

De acordo com a matéria, houve sim determinado progresso social, mas insuficiente.

Sobre as formas de manifestação é possível citar que os manifestantes transformaram as avenidas das principais cidades em “verdadeiros bulevares da liberdade de expressão”. De acordo com Rubens Figueiredo, diretor do Cepac (Centro de Pesquisas e Análises da Comunicação), teria sido a mais surpreendente, expressiva e rápida vitória da história. As demandas teriam recuado as autoridades em tempo recorde, 13 dias após o primeiro ato na Paulista.

A matéria fica mais interessante porque traz mais fontes e faz uma análise mais cuidadosa acerca das atuais formas de manifestação (em rede). Como por exemplo, para o ex-líder estudantil, Vladimir Palmeira que, para organizar em 1968 a passeata do 100 mil, precisou da ajuda de centros acadêmicos e sindicatos. “Hoje o local físico do manifesto são as redes sociais, sem fronteiras”.

Outra fonte interessante é a professora de pós-graduação da UERJ, Alessandra Aldé, que abordou a importância das redes sociais, que possibilitariam um maior engajamento e uma troca de informação muito mais intensa. Além disso, não há mais “lideranças com discursos inflamados sobre palanques ou ídolos mitológicos guiando pensamentos”. Gritos de guerra e outros procedimentos agora são também cunhados em Twitter, Facebook e Instagram, como a cartilha que circulou as redes sociais, explicando como lidar com gás lacrimogêneo e bomba. E os compartilhamentos teriam impactado potencialmente as manifestações.

O caráter apartidário também se destaca como nova característica dos eventos e também como insatisfação pela falta de representatividade. Aqui, ao contrário, quem aderiu a bandeiras teria sido hostilizado. Os pedidos de intervenção militar, o vandalismo e a violência também seriam fatores preocupantes porque revelam que o apartidarismo também pode possibilitar a influência e manipulação de grupos com interesses escusos: militantes de extrema direita e fascistas, segundo integrantes do MPL.

A matéria faz também breve abordagem comparativa com as recentes e semelhantes manifestações que ocorreram em outros países.

As autoridades (Eduardo Paes, Sérgio Cabral, Fernando Haddad e Geraldo Alckmin), então, revogaram o aumento das passagens, mas já afirmaram ter de rever investimentos e em outras administrações, os governos se viram obrigados a seguir o exemplo. A votação da PEC 37 já teria sido “oportunamente” transferida.

O texto alerta que há de se levar em conta todos os acontecimentos de junho, toda a prioridade de gastos que o governo vem adotando e toda capacidade de mobilização em rede.

As fotos exploram as manifestações nas ruas e seus inúmeros cartazes, e os materiais iconográficos apresentam quadros com as conquistas das manifestações, um comparativo com a forma de se manifestar nos anos 60 e nos anos 2000, alguns personagens das ruas nos anos 60. Um quadro à parte traz um breve material sobre as mães manifestantes, que dividem a confusa e excitante sensação de fazer parte das manifestações, mas ao mesmo tempo tentam equilibrar a sensação com o orgulho e apreensão que têm pelos filhos adolescentes manifestantes.

Por fim, há seis perfis de manifestantes, de página inteira, que abarcam a diversidade de pensamentos e anseios nas ruas: o da mãe engajada, o de filha apartidária, a experiência da senhora aposentada de 82 anos, da criança que representa o futuro do país, do homem da guarda civil metropolitana em momento de defesa e do manifestante de vinte anos que se exaltou, praticou vandalismo, foi preso e pediu desculpas.

As fotos da terceira matéria de *IstoÉ*, segunda da edição 2275, do dia 26 de junho, somam cenas de incêndio (Brasília), invasão (São Paulo), vandalismo (Rio de Janeiro), ataque (Rio de Janeiro), saque (São Paulo) e destruição (Porto Alegre).

De acordo com a reportagem “oportunistas, baderneiros e ladrões” teriam se infiltrado no grupo para tirar vantagens ilícitas e precisam ser contidos. Seriam indivíduos de fácil identificação, bandos pequenos, baderneiros, grupelho de mascarados, vândalos, ladrões, minorias violentas, anarquistas, grupos de extrema esquerda, extrema direita e arruaceiros. Mas a imensa maioria foi de manifestantes pacíficos.

Sobre as formas de manifestação, os participantes estariam dispostos a promover a quebra de vidros e o vandalismo. Eles não teriam poupado prédios públicos, institucionais, agências bancárias, ônibus e ainda ocuparam rampas, lançaram objetos, fizeram fogueiras e pressionaram para entrar em alguns locais. “Quase 30 pessoas ficaram feridas. Cenas de brutalidade de minorias como essa se repetiram por todo o país”. As cidades estariam contabilizando os prejuízos. Mais: dezenas de pessoas teriam sido atendidas em hospitais depois de episódios de confronto, fogo e depredação. A ala pacífica, em um dos atos em São Paulo, teria feito um cordão de isolamento para proteger policiais que guardavam a prefeitura.

As manifestações começaram diminutas, mas “ganharam impulso e solidariedade de outros municípios após ação truculenta da polícia paulista”. E, de acordo com a matéria, essa sociedade civilizada não aceita a ação de grupos interessados em causar caos, baderna e balbúrdia. A reportagem também sugere que o MPL deveria pensar numa estratégia para tirar esses indivíduos dos protestos.

A categoria “respostas das autoridades” aponta que os policiais demoraram em agir dentro do respeito à legislação, que estavam despreparados, sem planejamento e organização e que, nas últimas manifestações, passaram da brutalidade para a omissão, atitudes que teriam desmoralizado o Estado.

Essas autoridades policiais deveriam seguir os protocolos internacionais: “Em vez de criar grupos de repressão, a polícia deveria formar agentes de mediação de conflitos. Sair da postura reativa e partir para o diálogo”. Um diálogo “para alinhar os protocolos de ação com as lideranças do movimento para identificar os criminosos, separando-as da massa pacífica”.

“A nova visão do planalto” é a terceira da edição 2275. Traz uma foto do vulto frontal de Dilma, com a seguinte legenda: “De prontidão: com medo de parecer ausente num momento tão delicado, Dilma cancelou viagens ao Japão e a Salvador”, e tropa do exército no Palácio do Planalto com a legenda: “Palácio cercado: às 17h30 da quinta-feira, 20, homens do exército fazem cordão no entorno do Planalto, onde a presidenta despacha”.

Importante também aqui destacar o olho da matéria porque resume bem seu conteúdo: “Os bastidores de uma das semanas mais difíceis do governo Dilma. Quem a presidenta ouviu e como ela influenciou na revogação do reajuste em São Paulo”

De acordo com a matéria, o governo Dilma não poderá funcionar como antes das manifestações, e há a necessidade de um pronunciamento oficial, mas também o entendimento correto de tudo que está acontecendo. Afinal, na medida em que as

manifestações avançaram nas ruas, todo um estado de aprovação de campanha presidencial e crescimento de aliados se desfizeram instantaneamente.

Sem alerta dos especialistas, Dilma teria levado uma enorme vaia em inauguração do estádio Mané Garrincha. Em meio ao que acontece, Dilma estaria pedindo conselhos de assessores e ministros. O vice, Michel Temer, assegurou que o Congresso não criaria dificuldades para aprovar pacotes de melhorias para os transportes. E José Sarney teria recomendado diálogo.

Dilma estaria, segundo a reportagem, fugindo de teorias conspiratórias. Para ela, em discurso no dia 4, o Brasil teria “acordado mais forte”, que era muito bom ver tantos brasileiros com a bandeira do Brasil. De fato, procurou unir o seu discurso ao dos manifestantes e afirmou que, assim como ela, esses brasileiros ou “as vozes das ruas querem mais”.

Até aqui é possível perceber que a matéria abordou apenas a categoria “resposta das autoridades” até o momento em que explora o discurso de Dilma dizendo que as vozes das ruas querem mais cidadania, mais educação, mais transporte, mais oportunidades. Foram essas referências que incluímos na categoria motivações das manifestações.

No mais, as categorias manifestantes e formas de manifestações não foram contempladas.

A quarta matéria da edição 2275, “Eles não sabem para onde ir”, afirma que líderes governistas teriam sido surpreendidos com as manifestações e estariam confusos, descontraídos em suas respostas e atitudes. A foto que ilustra o topo da matéria traz Alckmin e Haddad durante anúncio da revogação da tarifa e suas várias declarações descontraídas.

De acordo com conteúdo da reportagem, as movimentações dos últimos dias teriam eliminado diferenças visíveis entre os líderes governistas. Esses políticos de diversas inclinações ideológicas, até opostas, estariam sendo desprezados pelos manifestantes e estariam atordoados e despreparados para lidar com as situações. Por isso as declarações das mais diversas naturezas estariam sendo proferidas.

Em relação a Geraldo Alckmin, este disse que não negociaria o valor das passagens e nem dialogaria com os integrantes do MPL, que segundo ele, o movimento seria pequeno e muito violento. Um dia depois, para justificar a ação da polícia, disse que os manifestos praticavam atos de vandalismo. Em alguns dias, mudou a postura. Agora estaria disposto a dialogar e chegou a elogiar o movimento, chegando a revogação do aumento da passagem no dia 19 de junho.

Haddad, na mesma empreitada, teria dito no dia 19 que revogação seria um ato populista e horas depois, anuncia a revogação. O anúncio foi custoso. Com muitas justificativas, Haddad explicou para Lula, Dilma, Ruy Falcão e Paulo Teixeira que tinha um cronograma de entradas e saídas e que a medida lhe causaria danos em outros investimentos.

Com o impasse, lideranças históricas do PT estariam perplexas e o partido teria ameaçado aderir às manifestações. Eduardo Paes teria sido o primeiro a revogar o aumento, o que teria consequentemente incentivado a medida em São Paulo.

A classe política não estaria capacitada para compreender as manifestações, algo que foi retratado explicitamente em declaração do secretário geral da Presidência, Gilberto Carvalho. Cientistas políticos achariam essa incapacidade de certa forma compreensível, e destacaram que o problema continuaria sendo a falta de conexão e de diálogo com os movimentos populares.

A quinta matéria, “O grande líder”, basicamente aborda como a onda de protestos que percorreu o Brasil foi organizada e convocada pelas redes sociais. Podemos apontar que a matéria detalha as formas de organização e manifestação, o que destaca a rede e suas possibilidades.

Os movimentos de agora teriam um novo tipo de liderança, os gritos não viriam das assembleias, as ações não se validariam em encontros às escuras, as ações deixariam de ser “planejadas por aparelhos partidários”. “Na segunda década do século 21, os movimentos populares nascem, crescem, amadurecem e avançam de forma avassaladora no universo quase ilimitado das redes sociais” (*Facebook, Tumblr, Twitter, WhatsApp e You Tube*) as novas protagonistas da indignação e seus milhares de multiplicadores.

Esses canais teriam dado a possibilidade de plantar ideias, arregimentar seguidores e agendar passeatas e ondas de revolta. A hashtag #VemPraRua, por exemplo, teria virado febre na rede. Segundo fonte da matéria, a internet, por ser mais rápida, barata e eficiente, “dá uma dinâmica à democracia que os partidos não conseguem oferecer”. Pesquisa do Datafolha teria revelado, no dia 19, que as redes sociais são a instituição que tem mais prestígio entre os paulistanos. Teriam mais influência que as instituições religiosas.

Em relação às autoridades, o conteúdo atenta para o fato de que “os governantes que não tiverem sensibilidade para detectar esse fenômeno estarão condenados ao esquecimento” (cita exemplo na Turquia). A reportagem ainda cita pesquisa realizada no Reino Unido acerca dos mecanismos que estão por trás dos recrutamentos pelas redes.

Ainda, devido às insuficiências da conexão no Brasil, manifestantes pediam que as pessoas tirassem suas senhas para liberar o *wi-fi*. A rede N.I.N.J.A (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) também estaria tentando documentar a situação e transmiti-la para milhares de pessoas. Imagens do N.I.N.J.A e outras colaborativas teriam percorrido o mundo em manchetes de jornais internacionais. Assim, as manifestações teriam alcançado apoio de brasileiros em diversos países.

As quatro páginas trazem fotos de manifestantes em diversos locais, documentando os acontecimentos, até mesmo em outros países, outro com a faixa “Somos a rede social” e outra foto com imagens das máscaras de Guy Fawkes (ativista condenado à morte após tentar explodir o Parlamento Britânico no século 17) em fábrica no Rio de Janeiro.

Vasto material iconográfico preenche as próximas duas páginas da edição, ilustrando a rede mundial de protestos que ocorreram em outros países em solidariedade aos brasileiros, realizada com a ajuda da web.

Aqui é possível encontrar então apenas as categorias que qualificam as maneiras como as manifestações foram organizadas e como as autoridades deveriam atentar para as novas formas de organização.

Em “O retrato da covardia”, *IstoÉ* volta à temática da violência. Novamente retrata a “violência gratuita” da Polícia Militar de São Paulo em decorrência dos protestos. Contextualiza o quinto grande ato e cita o caso da estudante universitária Gabriela Lacerda, de 24 anos, e seu namorado, ambos agredidos em um bar da Avenida Paulista. A imagem de truculência foi capa da revista da edição anterior (A volta da repressão).

A manifestante exige justiça e estaria processando o Estado. Em resposta, “a Polícia Militar limitou-se a afirmar que as denúncias de abuso serão apuradas pela corregedoria”. Nada teria declarado sobre a não identificação do policial, algo que acontece somente em combate ao crime organizado, não em acompanhamento de movimentos sociais.

No mais, a matéria elucida o acontecimento através da manifestante agredida. A manifestação teria sido violentamente barrada, policiais soltavam enorme quantidade de bombas sem necessidade e disparavam tiros de bala de borracha a curtíssimas distâncias. Eles teriam sido abordados da primeira vez a base de xingamentos. Depois de mais uma abordagem, decidiram parar em um bar. Tempo depois, policiais chegaram e começaram a derrubar os copos com os cassetetes, mandando todos saírem. Ao pedir calma, o namorado de Gabriela começou a apanhar. Ambos teriam tropeçado em uma barra de

ferro e continuaram a apanhar dos policiais mesmo caídos no chão. Os policiais teriam parado após perceberem que estavam cercados por veículos de comunicação.

Além de uma foto de Gabriela e a imagem da capa da edição anterior, a matéria traz uma foto da jornalista da Folha, também agredida, Giulliana Vallone e de atores maquiados com os rostos machucados em protesto contra a violência e solidariedade à repórter.

A reportagem aborda majoritariamente a resposta negativa das autoridades policiais. Há poucos e breves relatos sobre as formas de manifestações, especificamente do episódio citado.

Por sua vez, a matéria “A disciplina no uso de armas letais” fala sobre uma resolução firmada pelo Conselho de Defesa da Pessoa Humana, vinculada a Secretaria de Direitos Humanos, a fim de mudar o panorama repetido inúmeras vezes nas manifestações em questão. Seria proibido o uso de armas de fogo e táticas como utilização de sprays e balas de borracha só seriam permitidos quando comprovadamente necessários. A resolução serviria para resguardar a segurança do agente policial e de terceiros quando há ameaças.

De acordo com as fontes utilizadas na reportagem, essas armas deveriam ser utilizadas em último caso e não se poderá, em nenhuma hipótese, utilizá-las de maneira banal, nem contra crianças, adolescentes, idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais. A medida, inspirada em normas internacionais, não teria força judicial, mas o Conselho quer criar uma comissão para criar legislação específica. O objetivo seria estabelecer critérios para conter abusos diante do despreparo policial demonstrado nos últimos episódios.

Segundo a reportagem, os sprays e as balas de borracha teriam deixado de ser armas letais. Porém, se utilizadas com determinado preparo porque a bala de borracha, por exemplo, disparada de determinada distancia, pode perfurar a pele e matar em função de perfurações em órgãos vitais e possíveis hemorragias. O spray também pode causar problemas respiratórios com possibilidade de óbito.

Nesse sentido, a matéria, que traz fotos de cenas de uso inadequado dessas armas em manifestantes, também dispõe material iconográfico sobre as regras de uso dessas armas e como agem os gases utilizados pela polícia. O texto aborda somente a resposta das autoridades, no caso, a atuação da Polícia Militar, principalmente a de São Paulo.

Uma breve produção de duas páginas que procede a penúltima matéria traz uma grande imagem de manifestantes com bandeiras do Brasil, que estariam na Avenida

Paulista, durante a manifestação do dia 17 e que diz em letras garrafais “Amanhã há de ser outro dia”. Esse breve material afirma a revogação do aumento e que a partir do dia 24 as passagens permanecem nos três reais em São Paulo e, em outras 13 capitais, o reajuste também estaria revogado. Porém o Congresso não discutirá “camisas de força para as investigações do Ministério Público”, mas o fato é que daqui para frente as decisões políticas deverão com toda a certeza levar em consideração a opinião pública, afinal o brasileiro se impôs como protagonista da história para um novo amanhã”.

Finalmente a matéria “Padrão FIFA” traz a temática “Copa das Confederações”, afirmando que os custos são excessivos diante da baixa qualidade dos serviços públicos do país. Ou seja, mais uma reportagem que contempla majoritariamente uma das categorias analisadas: as razões do movimento.

De acordo com o texto, quando da confirmação que os jogos seriam realizados aqui, os brasileiros comemoraram sem saber as consequências da decisão. Porém, depois de seis anos, as manifestações não pouparam o evento.

As insatisfações deixaram claro que os custos elevados de estádios, muitas vezes superfaturados, e de outras obras, não teriam a aprovação da população. Outra questão seria o chamado “padrão FIFA”, que instalações impecáveis, de alto padrão de qualidade, seriam exigidos para os jogos, mas não seriam corriqueiras no serviço público.

Outra questão destacada pela matéria é a das desocupações, devido às quais muitos teriam sido expulsos de suas casas para construção de novas obras. Soma-se tudo isso à dúvida se o evento traria o efetivo retorno. Os lucros até agora estariam na metade dos investimentos e o legado positivo prometido parece não se confirmar mesmo.

Então citemos como categoria “as razões dos movimentos” custos excessivos e exorbitantes com a Copa das Confederações, ínfimo retorno desse investimento, desocupações indevidas para construção de novas obras e baixa qualidade dos serviços do país.

O conteúdo traz fotos de manifestações em frente aos estádios e manifestantes protestando com cartazes críticos ao evento.



Figura 3: Reportagem de *IstoÉ* sobre como foram os bastidores de Dilma nas principais semanas de manifestação. (*IstoÉ*, 26 de junho de 2013, p. 72)

5.2.4 Análise descritiva de *Época*

Quadro 5: As categorias de análise em *Época* (Edições 786 e 787)

	As razões do movimento	Os manifestantes	As formas de manifestação	As respostas das autoridades
Substantivos	Transporte público (no Brasil e no mundo) Saturação do transporte público Raiva venceu a tranquilidade Repulsa aos políticos Não são só 20 centavos”. Inflação, corrupção, PEC 37, os gastos exorbitantes e os estádios caros da Copa	Jovens, universitários, conectados, MPL.	“Confronto nas ruas” Linchamento Rastro de destruição Ativismo	Repressão Comum acordo das autoridades Repulsa dos manifestantes desnoiteia Os políticos empareda A democracia

	<p>do Mundo, negociatas, deficiências, injustiças, descaso com a segurança pública e outros motivos de sobra, mesmo com melhorias econômicas e sociais dos últimos anos</p> <p>Falta de confiança na política e da ineficiência de mecanismos e instrumentos democráticos PT também é alvo</p>			
Adjetivos	<p>Lutam por transporte público, gratuito e de qualidade.</p> <p>Rejeição partidária</p> <p>Apartidarismo niilista</p>	<p>Manifestantes jovens</p> <p>Não apáticos</p> <p>Apartidários</p> <p>“Surpreendente força adquirida pelos protestos...”</p> <p>MPL – “independente de partidos políticos, mas se ancora em alguns”.</p>	<p>A Paulista – zona militarizada</p> <p>“Dois dias antes, outro protesto deixara um rastro de destruição, com estações de metrô e pontos de ônibus depredados, além de agências bancárias”.</p> <p>Com uso intensivo de ferramentas digitais</p>	<p>“Ação violenta da polícia”</p> <p>Policiais equipados com cassetetes, capacetes e</p> <p>“Inusitada parceria dos Adversários políticos” (respostas Das autoridades)</p> <p>“Frustrada tentativa de negociação com A PM”</p> <p>Dilma envolta À histórico emblemático, ex-guerrilheira Que lutava, agora acuada e protegida por policiais</p>
Frases Contexto	<p>“... contra o aumento da passagem de ônibus”.</p> <p>“... defendem a migração do sistema de transporte “privado” para um sistema gerido diretamente pelo Estado”.</p> <p>Fim da cobrança da tarifa.</p> <p>Contextualização do aumento da tarifa]</p> <p>“O Brasil é palco da mais ampla e repentina revolta popular de sua história”.</p> <p>“...fizeram brotar todo tipo de insatisfação e revolta com o Brasil atual”</p>	<p>MPL – “organiza-se por meio de redes sociais na internet e alguns de seus membros defendem princípios anarquistas”.</p> <p>“...assemelham-se aos americanos do <i>Occupy Wall Street</i> ou aos envolvidos nos tumultos que marcaram capitais europeias como, Londres ou Madrid, em 2011” (movimento horizontal, sem hierarquia, sem lideranças tradicionais, com ideais anárquicos, protesto agendados pela internet, composto por liberais e esquerditas de todos os tipos, oposição a partidos políticos ou organizações hierarquizadas).</p> <p>“...vários dos adeptos defendem ideias revolucionárias e de esquerda”.</p> <p>“Na última manifestação, havia de dezenas de representantes de partidos políticos como PCO, PSTU e PSOL”.</p> <p>“Milhares de manifestantes”</p>	<p>“... entoavam ataques ao prefeito Fernando Haddad”.</p> <p>Tinham como objetivo, atingir a Paulista.</p> <p>“O ativismo do MPL envolve ação direta, na rua”.</p> <p>“A única maneira é parar o trânsito” (manifestante).</p> <p>“Infelizmente, o vandalismo e a violência são necessários, para que apareça na mídia. Se saíssemos em avenida gritando musiquinha, ninguém prestaria atenção”.</p> <p>“O MPL se inspira em movimentos de jovens que nos últimos anos tomaram espaços públicos no oriente médio, na Europa e nos Estados Unidos”.</p> <p>“A cartilha do MPL mistura técnicas das recentes ocupações no exterior a preceitos clássicos de guerrilha urbana”.</p> <p>“... portavam coquetel molotov e até facas”.</p> <p>“Os confrontos que</p>	<p>“... decidira que, em Hipótese alguma, permitiria que o Protesto chegasse mais uma vez à Paulista.</p> <p>“Alckmin tomou a decisão de ser duro na repressão Em comum Acordo com Haddad e o ministro da justiça, José Eduardo Martins Cardozo, numa rara união entre autoridades tucanas e petistas”.</p> <p>“...juntos.....decidir am não recuar em relação ao Novo preço da tarifa”.</p> <p>Alckmin, Ao explicar a Ação violenta De policiais: “Eles (manifestantes) tinham concordado com esse entendimento”(decisão da PM de que não permitiria Que o protesto chegasse à Paulista).</p> <p>“O apelo Das autoridades para que suas reivindicações sejam apresentadas de modo pacífico,</p>

			se seguiram deixaram dezenas de feridos, entre eles jornalistas, atingidos por bombas e balas de borracha lançadas por policiais”. “Somos contra a violência” (manifestante). “dezenas de feridos”	pelos Canais democráticos tradicionais não surtiu efeito até agora”. “Após uma frustrada tentativa de negociação com a PM, a tropa De choque Lançou bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo”. “Os confrontos que se Seguiram deixaram Dezenas de feridos, entre eles jornalistas, atingidos por bombas e balas de borracha lançadas por policiais”. Alckmin não acredita Na independência do MPL: “É uma minoria que faz trabalho político”. Alckmin e Haddad não Puderam correr. Vacilaram , erraram e Tiveram de se posicionar, foram voltara E “deram piruetas”.
Ironias				
Metáforas				
Expressões				

A revista *Época*, em sua edição 786, do dia 17 de junho, apresenta a matéria “Quem são eles?” que, inicialmente descreve como os acontecimentos e sucederam, depois também faz um resgate histórico do MPL e seu ativismo, que se “inspira em movimentos de jovens que tomaram os espaços públicos no oriente médio, na Europa e Nos Estados Unidos”. E como um movimento “que guarda semelhanças com a nova linguagem de ativistas do século 21”.

Para introduzir a matéria, de uma maneira bem literária-descritiva, o primeiro dia de manifestações em São Paulo é narrado como uma história. A descrição dos fatos valoriza os “rastros de destruição” deixados pelos protestos e também o caos que se transformou a Avenida Paulista neste dia.

Em *Época*, as razões pelas quais jovens universitários e integrantes do Movimento Passe Livre (MPL), “conectados”, não apáticos e apartidários saíram às ruas, seria a saturação de um transporte público, que deveria ser gratuito e de qualidade. Eles defendem o fim da cobrança da tarifa bem como que o sistema de transportes

deveria ser gerido diretamente pelo Estado. O veículo também traz breve descrição sobre o impacto das tarifas na vida dos trabalhadores usuários do sistema.

O grupo em questão, ou seja, o MPL seria, de acordo com a revista, uma organização que defende princípios anarquistas, com atuação bem semelhante à atuação de grupos de outras manifestações que aconteceram em outros países e que ainda possui características singulares: movimento horizontal, sem hierarquia, sem lideranças tradicionais, com ideais anárquicos, com protestos agendados pela internet e compostos por liberais de todos os tipos, e de oposição a partidos políticos ou organizações hierarquizadas. “...vários dos adeptos defendem ideias revolucionárias e de esquerda”.

Seriam milhares e mesmo independentes de partidos políticos, se ancoram em alguns.

Segundo a matéria da *Época*, jovens, em sua maioria, esses manifestantes entoaram ataques ao prefeito Haddad, e deixaram rastros de destruição pelos pontos de protesto, com estações de metrô e pontos de ônibus depredados. Eles se manifestam através de ação direta na rua. Sobre a questão do vandalismo, a matéria traz uma fala de uma integrante do MPL, com a qual afirma a necessidade do vandalismo e da violência para que a mídia dê importância ao evento.

O conteúdo também retrata de maneira negativa o grupo, o MPL, no caso, porque aponta que, embora o aumento tenha ficado abaixo da inflação, não sensibilizou o movimento cuja cartilha “mistura técnicas de ocupações recentes no exterior com preceitos de guerrilha urbana”. As formas de manifestações foram bem detalhadas.

Facas, fogueiras, barricadas e coquetel *molotov* são citados como táticas utilizadas, não por algumas pessoas mais radicais, mas pelo grupo, pelo movimento em questão.

Não só o movimento foi retratado de maneira negativa, focado mais em suas ações isoladas do que em suas razões mais profundas, mas também a polícia. Esta também teria lançado contra os manifestantes, bombas de efeito moral, balas de borracha e atuado com maior violência e arbitrariedade. Alckmin e Haddad teriam tomado a decisão de agir com dureza para conter excessos dos manifestantes. Uma declaração de Alckmin desqualifica o movimento, afirmando ser “uma minoria que faz trabalho político”.

A matéria também traz um comparativo com os valores das passagens de transportes públicos do Brasil e de outros países diante do poder aquisitivo de seus usuários. E traz também depoimentos de jovens ativistas sobre o que pensam das manifestações, dos partidos e instituições representativas, o que enriquece demasiadamente a matéria.

A revista aborda sem profundidade as razões pelas quais as manifestações se sucederam. *Época*, assim como *Veja*, enquadrou de uma maneira negativa o MPL bem como suas ações, possibilitando interpretações contrárias à causa. A descrição dos eventos destaca as ações mais violentas dos manifestantes e da polícia e todas as consequências de uma manifestação, deixando em segundo plano os anseios, insatisfações e necessidades de um grupo dependente do sistema público de transportes.

Com a Capa “Pátria Amada, Brasil”, a edição de número 787, do dia 24 de junho, também traz uma série de reportagens sobre as manifestações de junho de 2013, com o intuito de saber aonde vai parar a maior revolta popular da democracia brasileira.

A matéria “Brasil em chamas” aponta que em 2010 o país vivia o auge da euforia econômica e tudo parecia muito promissor em todas as áreas. No entanto, três anos depois, “O Brasil é palco da mais ampla e repentina revolta popular de sua história”.

Em relação à categoria motivações do movimento, a reportagem aponta que as marchas que inicialmente pediam a revogação do aumento das passagens (a única reivindicação concreta) “fizeram brotar todo tipo de insatisfação e revolta com o Brasil atual. Não são só 20 centavos”. Inflação, corrupção, PEC 37, os gastos exorbitantes e os estádios caros da Copa do Mundo, negociatas, deficiências, injustiças, descaso com a segurança pública e outros motivos de sobra, mesmo com melhorias econômicas e sociais dos últimos anos, foram somadas as questões dos transportes.

A revista ainda relata os resultados de uma pesquisa realizada pelo Ibope sob encomenda do Conselho Nacional de Transportes que revela que os níveis de satisfação dos brasileiros são maiores que os níveis de insatisfação, porém, “isso não implica em concordar com o estado geral das coisas”. As melhorias teriam acontecido apenas de casa para dentro. E as passeatas revelam que a população brasileira “quer mais”.

O fenômeno do apartidarismo, da falta de confiança na política e da ineficiência de mecanismos e instrumentos democráticos também é explorada ao final.

Acerca dos manifestantes, o conteúdo só aponta que “entre os jovens, a maioria, uma ou outra cabeça branca”. Jovens que protestavam pacificamente se viam misturados a vândalos. Pesquisa do Ibope também teria revelado que a população condena a violência de manifestantes exaltados e da polícia. Mas apesar disso, 75% apoiam os protestos. Uma pesquisa do Instituto Data Popular sobre a confiança na Presidência da República, na Justiça, nos parlamentares e até mesmo no poder do voto, também é apresentada.

Sobre o movimento que convulsionou o país, o MPL, carece de líderes, propostas concretas, estrutura e compromissos estabelecidos e por esses motivos não se pode esperar caminhos deste movimento. E destaca: “a atitude de indignação pode até ser positiva, mas o niilismo dirigido aos partidos, às instituições e à própria democracia representativa não é”.

Segundo a matéria de *Época*, o grande desafio que as manifestações apresentam é a rejeição partidária, às instituições e à política convencional. O MPL defenderia um tipo de apartidarismo niilista, no qual políticos e empresários seriam forças nocivas nas cidades. “Há um divórcio completo entre partidos e sociedade”, afirma um filósofo, fonte da matéria, até mesmo para os partidários de extrema esquerda. Há de se destacar ainda uma rejeição eloquente contra o partido do governo, cujos manifestantes simpatizantes se viram em inúmeros episódios, hostilizados.

Sobre as formas de manifestação, a reportagem afirma que após duas semanas de manifestações sucessivas, em dezenas de cidades, 1,2 milhão de pessoas ocupou as ruas do país com euforia, emoção, violência e perplexidade. Centenas de manifestantes teriam tentado invadir o Palácio do Itamaraty. “Quebraram janelas, tentaram incendiar o prédio e acabaram repelidos pela força policial”. Em todos os lugares, esses manifestantes demonstravam em cartazes questionamento, decepção e raiva, “sem muitas tintas ideológicas ou cores partidárias”.

Alguns atos tiveram contornos de festa popular e expressões de patriotismo. Porém, outros tiveram episódios em que manifestantes teriam atirado bombas caseiras, pedaços de paus, garrafas e pedras contra policiais que responderam com gás lacrimogêneo. “Barricadas em chamas ocupavam a Avenida Presidente Vargas”.

A força policial teria utilizado bombas de gás lacrimogêneo em Brasília e avançava, sobre cavalos, sem distinção de seus alvos. Os arredores de estádios onde os jogos da Copa das Confederações aconteceram também foram palco de manifestações.

O centro do Rio de Janeiro teria se transformado em praça de guerra com cenas de combate depois que 300 mil pessoas tomaram as ruas. “Confrontos com a polícia e cenas de vandalismo dificultavam a visão de quem tentava identificar onde acabavam os protestos pacíficos e começavam as ações criminosas”. Em São Paulo os manifestos teriam sido pacíficos neste dia.

A primeira autoridade qualificada na reportagem é a presidenta Dilma, que estaria envolvida em uma cena simbólica, numa ironia da história: “uma ex-guerrilheira, perseguida, presa e torturada pela Ditadura Militar, depois eleita pelo Partido dos

Trabalhadores, talvez a maior máquina de mobilização da história brasileira, teve de ser protegida por tropas e pela cavalaria do exército de um gigantesco protesto popular”. Para Lula, as manifestações refletem um momento excepcional.

No Rio, Eduardo Paes teria feito o balanço da destruição. Seu secretário de segurança, Beltrame, afirmou que excessos serão investigados e punidos.

Finalmente o texto alerta que os recentes movimentos teriam dois caminhos: manter as manifestações que quase sempre acabam em violência e vandalismo e não alcançam atenção merecida dos governos, ou exigir que o governo federal esqueça as maquinações e alinhamentos políticos e se volte para as necessidades que a população tanto clama. E também: “a teimosa visão econômica que afasta o investimento o privado e impede o crescimento deve ser abandonada”.

Esta grande matéria traz muitas fotos de manifestantes pacíficos com muitos cartazes, mas também de manifestantes exaltados em cenas de depredação, da presidente (única presença feminina) em discurso com presença majoritária de homens no poder, de um grande infográfico que ilustra a escalada de protestos por todo o país, com número de manifestantes que ocuparam as capitais, e a dinâmica atual dos recentes protestos e de protestos clássicos brasileiros como os que ocorreram na ditadura, o “Diretas já” e “Fora Collor”.

“O ataque aos políticos”, segunda reportagem desta edição, traz uma foto panorâmica do plenário do Senado, com apenas as presenças dos senadores Vanessa Graziotin e Fernando Collor em uma das quintas-feiras de manifestação. A legenda diz que há vinte anos, as manifestações eram contra Collor. Ilustram a matéria também as fotos sobre as greves do ABC paulista na década de 60, um comício do Movimento “Diretas Já” em 1984, de manifestação pelo impeachment do presidente Collor em 1992, e uma foto das manifestações de 2013. O conjunto de fotos conclui em sua legenda que à frente de muitos movimentos populares, agora o alvo seria o PT.

Por fim, uma foto de Alckmin e Haddad, diz que eles teriam sido as primeiras vítimas das manifestações. Há ainda um infográfico que descreve os resultados de uma pesquisa do Datafolha acerca da imagem dos políticos e das instituições políticas.

Basicamente, a matéria fala de uma das categorias de análise, ou seja, as motivações das manifestações, basicamente uma entre elas, que pode ser chamada de falta de representatividade nas instituições políticas ou como mesmo a matéria coloca, repulsa aos políticos. “Há um fosso entre manifestantes e políticos”. Soma-se a isso: “demissão do presidente do Banco Central e o fim da política econômica expansionista

brasileira”. Há um descontentamento com a política que se faria sempre para as mesmas pessoas. E os brasileiros estariam entre aqueles que nutrem menos apreço pelos partidos e pelo Congresso, de acordo com o Latinobarômetro, que faz estudos de opinião pública, além de pesquisa do Datafolha.

Até Dilma, em seu discurso, teria reconhecido os anseios dos manifestantes: mais cidadania, melhores escolas, melhores hospitais postos de saúde e direito à participação. Ela não teria reconhecido nenhum erro do governo que teria levado à eclosão do movimento.

Há inicialmente um breve relato sobre a movimentação em Brasília, na Câmara dos Deputados e no Senado (quando acontecem as sessões mais movimentadas), em uma das quartas-feiras de manifestações. Em um dos dias mais movimentados da semana nesses ambientes políticos, daria para contar as mesas e os microfones ocupados (apenas 18 parlamentares, “apesar de o painel registrar a presença de 380”), outros assistiam, no espaço do café, jogo da Copa entre Brasil e México.

Enquanto isso, eis aqui os manifestantes, “centenas de milhares de pessoas, a maioria jovens, participavam – e planejavam – de protestos em que repudiavam o modo como os políticos exercem suas atividades”. Levantaram cartazes e incendiaram cidades. Esses jovens teriam sido “criados num ambiente político em que a política partidária não é aberta às pessoas comuns”. Seriam apenas “máquinas de disputar eleições, buscar cargos e gerir recursos”, afirma um cientista político, uma das fontes da matéria.

Participantes de movimentos sociais clássicos (como MTST, movimentos rurais e a UNE, por exemplo), que se estabeleceram em anos com a ajuda do Partido dos trabalhadores, teriam suas vidas alteradas em uma década. Eles teriam sido, inclusive, aliciados pelo partido. A UNE estaria nas manifestações.

Componentes desses movimentos sociais mais antigos e mais tradicionais teriam sido esquecidos e “suplantados por jovens sem lideranças definidas, mas capazes de se organizar por redes sociais”.

As autoridades, por sua vez, equipadas com cassetetes, capacetes e escudos (Polícia Legislativa) cuidava da segurança do Congresso. A maioria dos manifestantes teria ido embora de Brasília e preferiu não comentar as manifestações, apenas o presidente do Senado, Renan Calheiros. Até mesmo políticos mais jovens que chegaram à política por intermédio de movimentos estudantis teriam se calado.

O governo Dilma, segundo a matéria, teria significado um rompimento entre governo e movimentos sociais, estaria distante deles e eles não estariam sendo mais ouvidos.

O PT e o governo teriam sido surpreendidos com a situação. Governo federal teria se mantido distante, dando palavra ao ministro da justiça. Mais tarde, líderes do governo teriam se reunido em São Paulo com Lula, o prefeito Haddad e o marqueteiro João Santana. Só então Dilma teria se manifestado.

Alckmin e Haddad não puderam correr. Vacilaram, erraram e tiveram de se posicionar, foram, voltaram e “deram piruetas”. Haddad teria se recusado a receber os manifestantes no início e Alckmin não teria condenado as ações violentas da polícia. Segundo a matéria, deveria ter seguido os passos de Lula, quando presidente, os passos da negociação. Esses dois se pronunciaram posteriormente para anunciar o recuo de investimentos com a revogação do aumento das passagens.

O texto afirma que as manifestações podem fazer bem à democracia. Os parlamentares teriam percebido alguns anseios e os materializaram na casa legislativa: PEC 37, ficha limpa porque “o clima não permite afrontas”. E “obrigar os políticos a mudarem seu comportamento pode ser uma das boas consequências do movimento”. Mas “não é possível prescindir do exercício da política via partidos”, porque afinal “a humanidade não encontrou uma forma mais eficaz de organizar a vida social do que a democracia”. E “as ditaduras são ineficientes, injustas e multiplicam as iniquidades sociais”. Segundo a reportagem, “não há caminho fácil”.

“O sentido da voz rouca das ruas” é uma matéria traz a análise de dez analistas convidados pela revista para refletirem sobre as respostas que os manifestantes (que não seriam mais apáticos nem alienados) precisam e que o futuro “está em aberto”.

Roberto Romano, filósofo e professor da Unicamp, afirma que o Estado Brasileiro se tornou dono da política e faz com ela o que quiser, ignorando medidas que a sociedade anseia, clama e corre atrás, como a Lei da Ficha Limpa, por exemplo. As lideranças políticas agem em torno de favores e se distanciam cada vez mais da sociedade.

Fernando Abrucio, cientista político e professor da FGV, aponta que o MPL está ligado a outros movimentos, mas ainda uma é minoria desorganizada, que teria crescido porque o governo evitou o diálogo e se afastou.

Carlos Guilherme Mota, historiador e professor emérito da USP, diz que o Brasil vive, nas palavras do educador Anísio Teixeira, uma “miséria farta”. O povo não se

identifica mais com o sistema político e por isso se manifesta. Há urgência de uma reformulação, da convocação de uma Assembleia Constituinte, que possibilitaria a representação desses movimentos.

Maria Rita Kehl, psicanalista e membro da Comissão Nacional da Verdade, afirma que quando da eleição de Lula, as esperanças se acenderam, mas o modo de fazer política não mudou. A sociedade estaria depressiva e com raiva. Nas ruas há uma dor social que até mesmo os jovens não perceberam.

O economista Eduardo Giannetti espera que essas manifestações são sejam apenas um desabafo, que sejam realmente indícios de mudança num país em que o engajamento ainda é pequeno. O aumento da passagem é apenas uma parte das insatisfações, de uma política que quer a todo custo segurar a inflação. A sensação de bem-estar e aumento de renda teria ficado para trás.

Para David Fleischer, cientista político e professor da Universidade de Brasília, a questão dos 20 centavos (de aumento nas passagens) foi apenas um pretexto, mas que a oportunidade surgiu com a Copa das Confederações. Parlamentares ainda não teriam compreendido os acontecimentos, organizados de uma maneira diferente e anárquica.

Roni Rodrigues, publicitário e presidente da Agência Box 1824, aborda a forma de organização em rede por jovens pragmáticos e realistas que querem promover mudanças e microrrevoluções desde 2010. O aumento das passagens seria o estopim.

Alberto Almeida, cientista político e pesquisador do Instituto Análise, afirma que as manifestações são fruto da melhoria das condições de vida e a perda de respeito da população pelos políticos. Se a vida melhora, as pessoas ficam mais exigentes. E a visão hierárquica teria perdido legitimidade. Os manifestantes também querem melhor uso dos recursos públicos.

José Augusto Guilhon Albuquerque, sociólogo, professor da USP e pesquisador da Unicamp também elenca dois motivos para as manifestações: o temor da volta da inflação e o sentimento de que há enorme discrepância entre o que cada um contribui e o que recebe de volta do poder público. Alerta que para avançar é preciso de ideias, identidades e opositores porque as identidades e nem os líderes estariam firmes. E que há duas alternativas possíveis para o governo: esperar que o movimento se canse ou chamá-lo para o diálogo.

Para Denis Rosenfield, filósofo e professor da UFRGS, há uma única mensagem implícita: “quem paga?”, quem paga por todas as mazelas que sofre o país e seus

brasileiros? O pagamento do aumento da tarifa equivaleria ao pagamento de todos os problemas sociais.

Foi possível notar que as análises contemplam duas categorias de nossa pesquisa: o que motivam as manifestações e como se comportam ou deveriam se comportar os governantes diante de tantas insatisfações.

A reportagem “Por que #fuirarua” também contextualiza as motivações do movimento que sacudiu as ruas brasileiras em junho de 2013, mas pela ótica de seus manifestantes que atenderam ao chamado “#vemprarua” pelos mais diversos motivos.

Para Willian Araújo, publicitário, 24 anos, que carregou cartazes com trechos de músicas da década de 80 (segundo o manifestante, de uma geração que lutou mais) foi “pela vontade de mudar o país”. Sua geração não teria músicas de protesto, mas sim a internet, que conduz a mensagem.

Rubens Passo, aposentado de 72 anos foi para ajudar os jovens a acabar com a corrupção, mas também porque espera, assim como outros praças, ser anistiado da Ditadura militar.

Sofia Alziri, estudante de 21 anos afirma que sua geração tem mais informação e educação, porém não havia lutado. Teria então chegado a hora para a estudante, que criticou a atuação da polícia.

Juliana Storino, consultora de intercâmbio de 28 anos, foi protestar contra o alto custo de vida e contra o desperdício de se gastar com Copa do Mundo. De acordo com a consultora, o movimento não é partidário, mas é político porque deseja atingir os políticos.

Nivio Celso Afonso, aposentado de 63 anos, que participou de manifestações contra o regime militar, acredita que o movimento vai começar um novo país.

Os demais manifestantes, entre eles, outros estudantes e pessoas de diversas idades e profissões, desejam a revogação do aumento das passagens, mais investimentos em áreas importantes, serviços públicos de qualidade, contra a repressão de quem manda na polícia, contra a corrupção, por melhorias na educação, nas escolas e no transporte coletivo, por mais segurança, pelo combate à criminalidade, pelo retorno dos impostos, contra o governo e contra os gastos com a Copa do Mundo.

A penúltima matéria de Época, “Da internet para o asfalto”, assim como diz em seu olho, analisa as novas estratégias de engajamento e ação dos movimentos sociais no Brasil. Ou seja, as formas de manifestação.

A reportagem traz de imediato, relatos de manifestações que teriam ocorrido na Venezuela em 1989, também contra o aumento das passagens. Teria evoluído para uma onda de violência e posteriormente num massacre, no qual cerca de 300 pessoas foram mortas. Ainda cita outro caso, nos Estados Unidos, em 1960, um tipo de protesto pacífico contra a discriminação racial.

Segundo o conteúdo, “os dois eventos ocupam lugar importante na árvore evolutiva dos protestos e permitem entender porque alguns se tornam movimentos organizados e outros não”.

Esses movimentos teriam ganhado agora, contornos de uma geração conectada, característica que tem sido muito estudada. Seriam os movimentos contemporâneos que deram o ar da graça na Turquia, nos Estados Unidos, na França, no Reino Unido, na Espanha.

De acordo com o conteúdo desta matéria, ao observar e comparar esses movimentos, os antigos e os contemporâneos, com suas reivindicações, táticas e resultados, é possível “entender melhor o que vem acontecendo nas ruas desde o dia 6 de junho” e o que pode acontecer daí para frente.

A matéria qualifica o movimento social através do sociólogo Charles Tilly. O de junho, por sua vez, seria o primeiro movimento social no país a usar táticas modernas de ocupação urbana “com o uso intensivo de ferramentas digitais”.

Movimentos tradicionais seriam muito bem organizados, mas utilizariam sempre as mesmas táticas e teriam líderes bem definidos. Os atuais dispensariam hierarquias e utilizariam várias táticas. Eles podem recuar em blocos, marchar sem destino definido, ficam em pé sem conversar, podem se dividir repentinamente, etc.

O cientista político, ativista e professor da Universidade de Massachusetts, Gene Sharp, reuniu 198 desses métodos não violentos em um livro. Eles teriam sido pensados para enfrentar autoridades em regimes ditatoriais ou para enfrentar governos e policiais truculentos e “incompetentes”, como é o caso do Brasil.

Hoje as táticas se apoiariam na internet e nos dispositivos móveis a fim de mobilizar, discutir e informar os eventos em tempo real. Mas há de atentar para o fato de que o que se torna muito maior e mais complexo pode sair do controle. O fenômeno pode encaminhar os anseios para desfechos possíveis, mas pode também, ao extremo, abrir oportunidades para participantes autoritários e violentos. Pode ainda perder a força ou se consolidar como uma nova ferramenta de ação.

Há na reportagem material iconográfico que contextualiza alguns protestos pelo mundo, a evolução dos protestos de junho, como as redes se consolidaram e em qual espaço virtual se deu maior audiência, além de fotos de manifestações e seus personagens.

Finalmente a última matéria de Época, “Não existe almoço grátis” repete a receita de Veja e aborda os encargos que a revogação do aumento das tarifas traz para o povo brasileiro. De acordo com o olho, “a ideia parece atraente, mas é quase impossível fechar a conta”.

Inicia sua contextualização questionando a possibilidade de o transporte público aqui no Brasil ser totalmente gratuito, algo com forte apelo social, mas que “provocaria um rombo dramático nas finanças dos municípios e comprometeria outros serviços à população”.

A afirmação de que tudo tem um preço é reforçada e a frase do prêmio Nobel de economia em 1976, Milton Friedman, aparece novamente como tinha acontecido em Veja: “não existe almoço grátis”.

Com recursos limitados, os governos deveriam pensar em alternativas para subsidiar tal proposta e a matéria propõe algumas: uma redistribuição do dinheiro reservado a outros gastos, aumento da arrecadação através do aumento de impostos e corte de despesas. Porém, há altíssimos impostos no Brasil, que também vive diante de uma incapacidade crônica dos governos em todas as instâncias.

Afirma um professor da FGV, fonte da matéria, que “a tarifa zero é um cobertor curto”, porque se puxa um lado, descobre o outro. Os usuários também aumentariam absurdamente e a superlotação se agravaria. Seria necessário ampliar a frota. Há ainda as probabilidades: de algumas pessoas poderiam utilizar os veículos para dormir e descansar. A qualidade do serviço poderia ser afetada.

Resumindo, embora a gratuidade do serviço aconteça em cerca de 40 cidades no mundo, não se tem notícia de que o evento aconteça em grandes metrópoles. Basicamente, o gratuito geraria um excesso e uma ineficiência que será bancada por todos.

Por fim, o conteúdo deixa clara a necessidade de se considerar a percepção do consumidor em relação ao produto ou serviço gratuito, se é bom ou não. E sugere: “a melhor forma de regular a qualidade do serviço à demanda por eles é deixar o mercado estabelecer o preço”.

Acompanha o texto uma foto do transporte privado no estado indiano do Rajastão, onde a tendência seria levar o maior número de passageiros possível. E indaga: “se a tarifa fosse zerada, viveríamos uma situação parecida?”



Figura 4: Reportagem de Época sobre o ônus a ser adquirido com a revogação do aumento das passagens. (Época, 24 de junho de 2013, p. 85)

CAPÍTULO 6

ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS RESULTADOS

A análise interpretativa, segundo Soares (2012), é a operação metodológica em que o pesquisador confronta os resultados da fase 3 com os conceitos teóricos enunciados na primeira fase. É a última etapa da investigação, momento em que se busca teorizar os dados descritos, visando à explicação ou à compreensão do enquadramento, com base em teorias e conceitos examinados na fase 1. A interpretação poderá, a partir da teoria, identificar, comparar e/ou contrastar as coberturas jornalísticas analisadas, revelando seus enquadramentos, os quais constituem expressões particulares de um processo comum à produção textual.

6.1 Contrastes entre as coberturas jornalísticas das revistas

Ao descrever as matérias foi possível perceber que a revista *Veja* optou por um enquadramento centrado na personalidade, ou seja, se atém em qualificar mais os personagens envolvidos, na definição de Porto (2001), acerca dos tipos de enquadramento, e que também se enquadra, inicialmente, ao Paradigma ou Enquadramento de Protesto defendido por McLeod e Detember (1999), com uma abordagem um tanto quanto superficial e consolidada em preconceitos e estereótipos em relação aos manifestantes. Este enquadramento descreve características, qualidades e habilidades de atores individuais, dos manifestantes e do evento em questão. Não apresenta uma contextualização mais substancial e não resgata a origem nem um histórico do problema em questão, por exemplo. Pelo contrário, ao focar as ações excessivas dos manifestantes (ações que são generalizadas a todos os manifestantes pelo veículo, sem descrevê-los distintamente, ou seja, mantém todos eles no mesmo pacote), desmerece toda motivação dos acontecimentos e do evento e sua verdadeira importância.

Sobre as categorias de análise no início da cobertura do evento, a *Veja* aponta as motivações iniciais (categoria razões do movimento), o aumento das passagens, mas pormenoriza tal razão, assim como seus manifestantes e o próprio MPL, e qualifica com mais intensidade os excessos e os aspectos negativos do movimento. Sobre as respostas das autoridades (especificamente Dilma, Alckmin e Haddad), a revista demonstra que eles estariam contabilizando os prejuízos e os efeitos na campanha e cobra dessas autoridades maior controle da situação. Os policiais, por sua vez, estariam apenas

reagindo aos “radicais insuflados”, porém praticaram uma repressão capaz de inflamar ainda mais os movimentos nas ruas.

A série de matérias que encontramos na edição seguinte, a do dia 26 de junho, parece, em partes, ser de outro veículo porque assume outro tom ao contextualizar as manifestações daqui pra frente. Inclusive o depoimento de 119 brasileiros que dão seus motivos pelos quais protestaram nos faz perceber que agora, de fato, o evento tem maior atenção da revista, que realmente existem causas pelas quais protestar, e que sim, é necessário protestar.

A partir deste período o evento é enquadrado como algo maior, mais inebriante, mais mobilizador, mais assustador e mais apaixonante, muito maior que eventos anteriores e que deixou governos e representantes pasmos, atordoados, isolados, empalidecidos e acuados, características atribuídas principalmente ao governo Dilma. As demais autoridades governistas, como Alckmin e Haddad, estariam confusas e as autoridades policiais, “pegas de surpresa” (categoria resposta das autoridades).

Na verdade, a revista se empenha agora é em desqualificar o governo federal e os partidos de esquerda principalmente, que passaram de agentes da mudança a “emparedados” e também oportunistas.

Os “mutantes acontecimentos que tomaram o país” e seus manifestantes agora seriam importantes. A revista, ao final de junho, caracteriza a dispersão de pautas e muda totalmente o discurso em relação aos novos manifestantes, porém continua a desdenhar dos manifestantes do MPL, que agora seria considerado irrelevante ao cabo de alguns dias. Porém, em matéria seguinte, afirma que o movimento teria passado de nanico e coadjuvante a protagonista do evento. Teria virado “estrela”, fenômeno pop com fama súbita, o que torna a compreensão sobre o movimento um tanto quanto confusa. O MPL já teria escolhido sua próxima causa para protestar: o latifúndio urbano.

Eis agora o momento de esquecer os vândalos e anarquistas que protestaram por muito pouco, ou seja, pela passagem de ônibus trem ou metrô (e ainda havia aqueles que nem sabiam por que protestavam), para dar voz e vez àqueles que estão contra o governo. Há segundo a série de reportagens de *Veja*, causas (categoria razões do movimento) muito mais nobres e importantes como os gastos com Copa do mundo, os maus serviços públicos prestados, os desvios de dinheiro, o abuso de poder, a corrupção, a PEC 37, e muitas outras insatisfações – “todas naquele momento atribuídas aos políticos no poder”.

Inicialmente, a causa dos transportes pareceu insuficiente para a revista e seus manifestantes, vândalos, suspeitos de sempre, militantes de extrema esquerda e rebeldes sem causa, que passaram agora a ser enquadrados como aqueles com uma insatisfação represada, mais exigente agora, seriam os “libertários independentes não ideológicos cansados de corrupção e de descaso”. As grandes cidades brasileiras (com sua população e seus manifestantes) estariam “vacinadas contra o proselitismo, as ideologias velhas e o populismo”, digamos, da esquerda e do Partido dos Trabalhadores.

A dispersão das pautas das manifestações parece ser o que a revista *Veja* precisava, de fato, para abraçar as manifestações de maneira simpática e positiva porque a revogação da passagem e dos transportes, com certeza, não foi.

A matéria sobre a PEC 37 (categoria razões do movimento), uma das motivações elencadas pela revista, surge também como algo relacionado ao Partido dos Trabalhadores. A proposta teria sido patrocinada por este partido e seus “mensaleiros recém-condenados” para também punir o Ministério Público pelas ações já movidas contra eles e assim “evitar embaraços futuros”.

A revista contextualiza mais um motivo decorrente da dispersão de pautas, a Copa do Mundo e seu preocupante resultado na balança do custo-benefício (categoria razões dos movimentos). A causa dos transportes, precursora das manifestações de junho, é abordada a partir de ângulos negativos. Discute o legado nocivo que a revogação vai trazer para o país, ou seja, muitos investimentos em áreas vitais deixarão de acontecer. Para mudar o cenário, a revista apresenta apenas uma proposta: a cobrança de um tributo sobre a venda de gasolina e etanol a fim de que o usuário individual financie o coletivo em parte. Não explora outras possibilidades.

Depois, em “O cartel da roda presa”, o sistema de transporte é enquadrado novamente de maneira negativa, já que muitos políticos são financiados por empresas de ônibus e há fraudes no setor em pelo menos nove capitais brasileiras (de cerca de 60 cidades). O caso exemplificado, o de Brasília, é relacionado ao que o conteúdo chama de “alto petismo”. Ou seja, a revista não colabora para uma discussão colaborativa da causa, do setor, não propõe alternativas e nem modelos a serem seguidos, não acrescenta algo novo. Pelo contrário, passa a noção de que o sistema, já corrompido e cheio de problemas e defeitos, desmerece atenção devida e até mesmo outros caminhos.

Os manifestantes e suas formas de manifestar, por sua vez, são desqualificados quando também relacionados ao Partido dos Trabalhadores (no caso do ministro

Gilberto Carvalho) ou ao anarquismo. Estariam dispostos a instalar a desordem e o caos. Ao contrário daqueles que estão cansados das mazelas do atual governo, seriam arruaceiros que representam uma parcela ínfima dos manifestantes que tomaram as ruas, são uma minoria dentro da minoria. Porém, a revista não trata com profundidade e conhecimento grupos anarquistas e a tática *Black bloc*, por exemplo.

Outras mazelas que motivaram a dispersão de pautas poderiam ter sido mais exploradas e de maneira mais profunda, bem como a questão da mobilidade, dos interesses imobiliários e a Copa do Mundo e suas desocupações indevidas, por exemplo.

Outra característica a destacar foi a omissão por parte da revista em relação aos comportamentos abusivos e exagerados contra os manifestantes, muito menos um resgate histórico e social acerca da cultura e comportamento militarizado da polícia militar brasileira.

Não se viu, de fato, uma diversidade de fontes significativa a fim de contextualizar de maneira plural, diversa e profunda o acontecimento de sacudiu as principais capitais do país. Fontes oficiais foram as mais recorrentes.

Infográficos teriam colaborado apenas na disposição e compreensão de dados numéricos providos de pesquisas e consultas e que envolveram opiniões, gastos e investimentos.

Nenhuma das matérias teria apresentado um enquadramento temático e substancial dos fatos e seus desdobramentos.

A revista *Carta Capital* trouxe um recorte pequeno, mas um pouco mais profundo das manifestações de junho de 2013 por ter avançado nas matérias tardiamente. Foi possível perceber que as matérias se concentraram no início do mês de julho e não na segunda quinzena do mês de junho, como ficou claro nas edições das demais revistas. Como o período estipulado foi junho de 2013, as análises de *Carta Capital* se restringem a apenas três matérias, uma da edição 753, de 19 de junho e outras duas da edição 754, de 26 de junho.

Em sua matéria “Rebeldes com causa” (Edição 753, também do dia 19 de junho), ao contrário de *Veja*, enquadra estes jovens como “rebeldes com causa”, de fato.

E embora não dê profundidade ao tema, apresenta um enquadramento temático (ainda de acordo com a definição de Porto (2001) porque é mais plural e mais “justo”, porque aborda aspectos históricos e contextualiza com mais informação um evento complexo e que envolve muitos personagens com trajetórias e características diferentes, ou seja, é uma cobertura bem mais livre de estereótipos e mais profunda em abordar os

fatos e seus desdobramentos). Baseando-nos na classificação de enquadramento temático de Porto (2001), concebe uma abordagem mais substancial dos fatos noticiosos, um nível analítico que vai além dos fatos, como por exemplo, a apresentação de um histórico acerca das revoltas das catracas.

Diferente dos enquadramentos de protesto estudados por McLeod e Detember (1999), os enquadramentos de *Carta Capital* diante das manifestações são mais positivos e equilibrados. A revista parece perceber que a causa dos transportes e demais pautas (iniquidades sociais, apoio a movimentos de outras cidades, PEC 37, Copa do Mundo, Olimpíadas, direitos iguais, causas ecológicas, universidades mais democráticas e etc) bem como toda forma de manifestação é válida (categorias razões do movimento e formas de manifestações). Não define, não separa e nem descreve rótulos e compreende que manifestantes de origem social e repertório cultural distintos compartilhariam o mesmo inconformismo. Traz uma nova motivação para o rol de insatisfações: a necessidade de regulamentação da mídia.

Além disso, não apenas descreve os atos, mas contextualiza um pouco mais as ações do Movimento Passe Livre, inclusive seu anseio de chegar à tarifa zero (só faltou verificar a viabilidade econômica da proposta que seria a criação de um fundo, apenas citada na matéria) e concebe os abusos, despreparos e limitações como advindos de ambas as partes, de manifestantes e policiais. O balanço mais detalhado do quanto significam os transportes na vida dos brasileiros traz mais credibilidade à causa.

Ainda sobre as categorias manifestantes e razões do movimento, na edição 754, também contempla a dispersão de pautas, condenando os rótulos que inicialmente foram dados aos manifestantes. A reportagem faz uma análise da mudança de comportamento e postura da própria opinião pública, que antes vociferava, agora aplaude com vigor a conquista do MPL e sua influência na expansão das pautas, mas que o movimento estaria incomodado com oportunistas que pegaram carona em suas atividades, que se apropriaram das manifestações e criaram episódios de hostilização e conflito.

Há de se destacar na cobertura de *Carta*, sua percepção mais profunda em relação à mudança da postura de expoentes da política e de jornais e emissoras de tevê. “Tratados indistintamente como vândalos e os editoriais clamavam por repressão da PM, a mídia passou a tratar os casos de depredação de forma mais isenta” (CARTA CAPITAL, 2013, P. 26)

Não só a dispersão das pautas, mas também a repressão policial foram para o veículo motivos plausíveis para angulações mais positivas.

A terceira e última reportagem de *Carta* é bem mais densa e substancial. Trata-se, talvez, de uma autoanálise enquanto mídia e para as mídias. Com texto de Vladimir Safatle, o veículo aprofunda a discussão do que teria sido a revolta das catracas e o fenômeno da multiplicação de pautas.

Para o veículo, mesmo com um apartidarismo tão criticado e com tantos defeitos, esses jovens tão desqualificados e ridicularizados, foram enquadrados de maneira positiva, como uma geração de jovens corajosa (categoria manifestantes).

Foi possível perceber que a revista optou por qualidade e não por quantidade. Ou seja, as três matérias que contemplam o período nos permitem conceber um enquadramento mais positivo em relação a manifestações, livre de estereótipos, mais neutro, mais denso. Porém, a quantidade foi insuficiente. O movimento poderia ter sido mais analisado e havia uma gama de possibilidades para isso.

Além da exploração da motivação inicial, a questão dos transportes em seus inúmeros aspectos (mobilidade urbana, especulação imobiliária e interesses de conglomerados empresariais, como apontado por Locatelli e Maricatto et al) e demais categorias de análise, como o despreparo e a truculência policial e de outros grupos específicos e atitudes dos governantes, por exemplo, poderiam ter sido mais e melhor contempladas, embora a segunda matéria tenha até discutido um pouco e até comparado as administrações petistas, destacando a distância entre Dilma e os movimentos sociais.

Portanto, equilíbrio, neutralidade, e até mesmo cautela podem ser aspectos importantes a serem destacados nos enquadramentos de *Carta*, que nos trazem uma compreensão mais positiva das manifestações de junho de 2013.

Quem se comportou de maneira semelhante, mas com um conteúdo mais encorpado foi a revista *IstoÉ*. Construiu-se aqui também um enquadramento mais plural, com uma diversidade de relatos e retratos. Porém, com uma abordagem mais interessada, de fato, na legitimidade do evento em contraposição às ações violentas dos policiais e incoerências dos governantes, que batem de frente com os interesses.

Embora mantenha o foco nas ações violentas e injustificadas da polícia (categoria resposta das autoridades), sua abordagem dá profundidade à discussão da temática dos protestos. Defende uma postura, afirma de maneira enfática que a reivindicação é legítima, que vai além dos números e taxas de inflação, mas que não é uma questão tão simples assim, e que é importante que a população faça jus à liberdade de defender seus interesses (razões do movimento).

Manifestantes e suas motivações ocupam abordagem positiva nas páginas da revista, que legitima tanto os motivos iniciais quanto a difusão de pautas que surgiu ao longo dos eventos. Como já foi apontado, o direito de manifestação e a liberdade de defender interesses pegam carona no encarecimento dos transportes e também no que chamam de “mercantilização do transporte público” e trazem a tona insatisfações difusas.

IstoÉ também contextualiza o evento de maneira mais equilibrada, embora dê bastante ênfase ao comportamento da Polícia Militar porque se esforça para compreender tanta brutalidade injustificada e desproporcional que “coloca em pauta o direito de cada cidadão pela liberdade de defender seus interesses”. Importante destacar que o movimento fez “reverberar uma insatisfação latente”. Mas para o veículo, a brutalidade policial teria servido de impulso para que o movimento ganhasse força e adesão. A questão da truculência policial está presente tanto na categoria razões do movimento quanto na categoria resposta das autoridades.

A segunda edição do período analisado também é bastante substancial. Apresenta nove matérias com um projeto gráfico editorial parecido com o da revista *Veja*. Muito mais literária que as outras revistas, *IstoÉ* descreve com riqueza de detalhes manifestante, as formas de manifestações e o poder que saiu das redes e emergiu das ruas.

Além dessa expansão de pautas, a revista explora a diversidade de personagens (categoria manifestantes), com idades, ocupações e anseios diferentes, até mesmo aqueles que estão no lado oposto do front, na defesa. É justa ao qualificar os manifestantes porque não generaliza comportamentos e atitudes e se aprofunda um pouco mais ao contextualizar cada um deles.

Abre aspas para a matéria “Apesar de vocês” que condena todo e qualquer tipo de manifestação mais truculenta e oportunista (categoria formas de manifestação), reforçando o discurso de que a sociedade civilizada não aceita esse tipo de manifestação e que esta deve ser contida.

Outro ponto positivo para a abordagem da revista é a diversidade de fontes que consegue contextualizar os assuntos com muito mais conhecimento e pluralidade. É possível destacar ainda outras abordagens interessantes e que fugiram um pouco do óbvio como comparativos com outros momentos e tipos de manifestações no Brasil, as tradicionais e as novas formas de organização e mobilização através das redes (categoria formas de manifestação), a utilização de armas menos letais em movimentos e sua

possível regulação, e como governantes assistiram, perceberam e interiorizaram os manifestos de junho (categoria resposta das autoridades).

O destaque de alguns perfis de manifestantes (categoria manifestantes) e seus anseios, os depoimentos de brasileiros que já ocuparam as ruas em outros momentos, as inúmeras fotos de manifestantes empunhando cartazes de toda ordem, pesquisas e infográficos que ilustraram a rede mundial de protestos contribuíram demasiadamente para enriquecer as abordagens.

Acerca das autoridades, talvez *IstoÉ* tenha a análise mais equilibrada sobre o cenário: líderes governistas estariam visivelmente confusos, atordoados, despreparados e distantes dos movimentos sociais e suas necessidades. “A classe política não estaria preparada para compreender as manifestações”.

Em *IstoÉ* os enquadramentos foram mais temáticos, positivos, plurais e substanciais e proporcionaram um jornalismo com mais qualidade.

Inicialmente o conteúdo de *Época* representa o movimento de uma maneira um tanto quanto pejorativa porque atribui ao Movimento Passe Livre toda a responsabilidade de ações mais violentas e de vandalismo. Afirma que “a cartilha do MPL mistura técnicas de ocupações recentes no exterior com preceitos de guerrilha urbana”. Mas aponta a fragilidade do movimento em não controlar a massa que vinha aderindo ao grupo, o que teria provocado o descumprimento de alguns protocolos, descrevendo também algumas características de organização do grupo (categoria formas de manifestação).

Pode-se afirmar que o enquadramento da revista *Época* em relação aos acontecimentos também é centrado na personalidade porque analisa e generaliza de modo muito negativo as ações dos manifestantes, além de descaracterizar, em parte, as ações do próprio MPL (categoria formas de manifestação).

Os depoimentos de alguns jovens que compõem a última página da matéria dão certo equilíbrio à maneira como os manifestantes foram representados ao longo do texto o que permite identificar aqui também um enquadramento temático em segundo plano, porque complementa as razões das manifestações e aproxima mais o leitor à realidade do manifestante (categoria manifestante).

As seis matérias que compõem a edição 787, de 24 de junho, se diferenciam um pouco da abordagem inicial do veículo que, assim como *Veja*, enquadrava de uma maneira negativa o MPL bem como suas ações, possibilitando interpretações contrárias à causa. As primeiras descrições dos eventos destacaram as ações mais violentas dos

manifestantes e da polícia e todas as consequências de uma manifestação, deixando em segundo plano os anseios, insatisfações e necessidades de um grupo dependente do sistema público de transportes (categoria manifestantes e formas de manifestação).

Ao final de junho a revista parece ter se voltado para as manifestações com outra perspectiva. Recorreu a mais fontes, se empenhou em descrever muitas pesquisas de opinião, abusou de fotos que ajudaram a qualificar manifestantes e formas de manifestações e usou a criatividade para produzir infográficos que ilustraram pesquisas e a dinâmica do movimento.

Embora a revista se volte para manifestantes e suas ações de uma maneira mais simpática (mesmo com críticas significativas ao MPL, que careceria de líderes, propostas concretas, estrutura e compromissos estabelecidos), o veículo parece condenar em partes o fenômeno do apartidarismo, o niilismo dirigido aos partidos, às instituições e a própria democracia representativa. Para a revista, ditaduras não seriam caminhos justos e eficientes (categoria razões do movimento e formas de manifestação).

O veículo repete a receita de *Veja* em “Não existe almoço grátis”, trazendo conotação negativa á causa dos transportes e novamente à questão do ônus que pode trazer a revogação do aumento das passagens (categoria razões do movimento). E se posiciona em alerta para os rumos que os acontecimentos podem tomar. Sugere que manter as manifestações pode incorrer no risco de sempre acabar em violência e vandalismo e sem atenção dos governos (categoria formas de manifestação). E sugere também se voltar para o governo federal, para que este esqueça maquinações, acordos e conchavos e se volte de fato para as pessoas e suas necessidades (categoria resposta das autoridades).

Ainda sobre a resposta das autoridades, o veículo envolve a presidente Dilma em um contexto histórico simbólico. Ela que teria lutado tempos atrás, agora teria de ser protegida diante de um gigantesco protesto popular. Ela teria reconhecido os anseios da população, mas não teria reconhecido nenhum erro do governo, o que teria levado à eclosão do movimento.

A abordagem também destaca que o Partido dos Trabalhadores seria alvo e ainda teria minado a desenvoltura e estrutura de outros movimentos tradicionais. E os políticos em geral seriam identificados como “máquinas de disputar eleições, buscar cargos e gerir recursos”. Erraram, mas tiveram de se posicionar e no meio do caminho foram, voltaram e “deram piruetas”.

Aqui a descrição e o retrato de outros momentos históricos, a avaliação de dez analistas sobre os recentes acontecimentos de protesto, os depoimentos de 12 manifestantes que justificaram suas adesões às manifestações e como se dariam as novas estratégias de engajamento e ação dos movimentos sociais no Brasil também contribuíram para melhorar as abordagens.

Há enquadramentos temáticos, mas há maior disposição de enquadramentos episódicos e centrados na personalidade. O veículo posteriormente até se esforça para qualificar de maneira positiva as revoltas de junho, mas revela demasiado esforço para isso. Fica um tanto evidente seu esforço em caminhar com a opinião pública.

As análises dos enquadramentos nas revistas nos permitiram fazer uma ponte de ligação com o referencial teórico sobre a cobertura de manifestações e o enquadramento de protesto, além do papel das revistas do jornalismo de revista na cobertura de protestos, o que intensificamos nas considerações finais, juntamente com a retomada das questões de pesquisa.

Mas torna-se importante interpretar que as revistas podem ser divididas em dois blocos no que diz respeito à tônica dos enquadramentos e ao papel do jornalismo de revista na cobertura das manifestações de protesto de junho de 2013: o de *Veja* e *Época*, onde estão presentes os enquadramentos mais superficiais, negativos e preconceituosos em relação ao conjunto de categorias abordadas na pesquisa. E o de *Carta Capital* e *IstoÉ*, onde estão presentes os enquadramentos mais positivos, equilibrados e substanciais.

Carta e *IstoÉ* desempenharam papel importante na cobertura do evento, possibilitando, com uma abordagem mais completa e equilibrada, legitimar o evento como um todo, melhor compreender fenômenos como as manifestações sociais reivindicatórias e contribuir para o processo de emancipação dos indivíduos e de conquistas ou retomada de direitos.

Veja e *Época*, por sua vez, confirmam parcialmente a hipótese de que a imprensa sempre se posiciona de maneira mais conservadora em relação às mobilizações em geral e por isso não contribuem para legitimar o evento nem para encorajar cidadãos a participarem dos fóruns, debates e processos decisórios, mas sim para marginalizar os grupos de protesto porque desafiam ordens estabelecidas.

Ao enquadrar os acontecimentos, o jornalismo de revista dos principais veículos de circulação nacional então, mesmo com suas inúmeras possibilidades de abordagem e aprofundamento, teria colaborado apenas em parte para superar a impotência e a

alienação das pessoas e a desafiá-las a participar, a tomar para si, responsabilidades sobre os problemas coletivos. *Veja* e *IstoÉ*, por exemplo, continuam a sub-representar as questões da cidadania social e as necessidades sociais das pessoas.

Importante ainda citar que a *IstoÉ* foi o único veículo a mencionar, mesmo de maneira superficial, as desocupações indevidas durante a Copa e que a *Época* foi a única a criticar a questão do apartidarismo e do nihilismo dirigido aos partidos, às instituições e à própria democracia representativa, assim como também abordou um pouco mais que *Carta Capital* o distanciamento entre o governo Dilma e os tradicionais movimentos sociais. Não menos importante, consideremos a abordagem mais temática de *Época* e *IstoÉ* no que se refere às novas formas de manifestação.

CONSIDERAÇÕES

De acordo com as análises, desenvolvidas no capítulo anterior, o estudo que realizamos sobre o papel do jornalismo na cobertura das manifestações de protesto de junho de 2013, nos proporcionou uma reflexão sobre o papel desempenhado pelas principais revistas brasileiras de circulação nacional e periodicidade semanal na construção dos sentidos daqueles acontecimentos.

De fato, foi possível conhecer a ação desses meios noticiosos no processo de emancipação dos sujeitos, nos esforços pelo desenvolvimento social e político e na contribuição para a busca ou retomada da cidadania através das mobilizações por direitos sociais. Ficou evidente que os meios estavam surpresos com tamanha movimentação e que apenas em parte, souberam explorar de forma qualitativa aquele evento.

Mesmo de uma maneira mais suave, as análises permitiram confirmar, em relação às revistas *Veja* e *Época*, mas muito mais em *Veja*, a hipótese de que a imprensa, de modo geral, sempre se posicionou e continua se posicionando de uma maneira mais tradicional e conservadora em relação às manifestações em geral, como atentaram McFarlane e Hay (2003).

Na pesquisa de Silva et al (2014), nos jornais as manifestações não teriam sido predominantemente caracterizadas de maneira positiva nem negativa, mas por outro lado, os manifestantes teriam sido os mais qualificados. Em relação às revistas, os manifestantes foram também os mais qualificados, mas abordagens e posicionamentos ficaram mais claros.

Em *Veja* e *Época* notou-se o mesmo padrão implícito identificado por McFarlane e Hay (2003), segundo o qual um modelo de rotina implícito, através de técnicas de marginalização, deslegitima as manifestações de protesto. Uma cobertura, assim, surge como produto de uma série de influências: preconceitos, convenções profissionais, práticas e ideologias, imperativos organizacionais, visões socioculturais e uma ideologia hegemônica subjacente. A afirmação é mais perceptível em *Veja* porque a *Época* ainda se esforçou um pouco mais para legitimar o manifestante (pacífico) mais ao final do período, na última edição de junho. *Época* condenou insistentemente os excessos, mas também apontou que a maioria apoiou o movimento e isso acabou deixando a cobertura mais positiva ao final.

Em relação às questões de pesquisa, primeiramente à tônica dos enquadramentos das manifestações de junho de 2013, é possível afirmar que as revistas *Veja* e *Época* abordaram as razões dos movimentos, os manifestantes e as formas de manifestação de

maneira negativa, tradicional e conservadora principalmente em suas primeira edições analisadas.

Assim como atestaram Thomas McFarlane e Iain Hay (2006), ao examinar os espaços de representação da Batalha de *Seattle*, em nossa pesquisa também foi possível atestar que esses meios marginalizaram e deslegitimaram os grupos de protesto, especialmente o Movimento Passe Livre e personagens de atuação mais radical, que desafiaram ordens estabelecidas e difundidas pelo senso comum.

É realmente perceptível a existência de um “paradigma de protesto” ou “enquadramento de protesto” em *Veja* e *Época*, nas quais as categorias examinadas, razões do movimento, manifestantes e formas de manifestações são desqualificados, caracterizados superficialmente, sem levar em consideração suas posições e propostas. Confirma-se então a hipótese de que esses veículos deslegitimam, marginalizam e demonizam manifestações de protesto.

Grande parte do conteúdo das notícias se concentra em qualificar a aparência e as ações violentas dos manifestantes e não seus problemas, seus anseios, lutas e necessidades. As duas revistas os colocam contra a polícia, minimizam sua eficácia, realçam o desvio de alguns manifestantes e diminuem suas contribuições.

Manifestações marcadas por muitos confrontos e com notável ação equivocada da polícia seriam mais avaliadas por sua desenvoltura do que por suas causas e necessidades, como atentou McLeod e Detenber (1999) acerca dos Enquadramentos de Protesto, o que ficou muito claro nas abordagens de *Veja* e *Época*.

O próprio texto da primeira matéria da revista *IstoÉ*, por exemplo, reforça essa hipótese levantada por McLeod e Detenber (1999), ao discutir que “conflitos políticos que fogem da boa educação confundem o raciocínio e costumam ser avaliados mais pela coreografia do que pela substância”(ISTOÉ, 2013, p. 40).

Os enquadramentos de *Veja* e *Época* sofrem mudanças ao longo do período analisado, de maneira menos intensa e mais intensa respectivamente. *Veja* demonstra maior simpatia pelo evento quando as pautas se dispersam e quando algumas razões das manifestações passam a questionar e criticar a atuação do governo federal. O veículo parece se sentir mais à vontade para explorar essas razões, que passaram a ser mais plausíveis que a questão do aumento das passagens.

Importante destacar que a revista praticamente é omissa quanto à ação truculenta da polícia, que estaria apenas respondendo com vigor aos ataques dos manifestantes, atuação cobrada inicialmente pelo prefeito e pelo governador de São Paulo. Por fim,

ainda sobre a categoria resposta das autoridades, *Veja* se desdobra para enquadrar o governo federal e o Partido dos Trabalhadores em episódios e circunstâncias que, segundo a revista, colaboraram para inflar ainda mais as manifestações. Estes estariam acuados, perdidos e teriam passado de manifestantes a alvos de manifestações, hostilizados em vários episódios.

A revista *Época*, por sua vez, apresenta uma mudança de enquadramento mais percebida ao final do período analisado. Sua cobertura se viu forçada a caminhar com a opinião pública, principalmente após intensa truculência policial. Por isso, em sua última edição, o veículo se dispõe a discutir mais as razões dos protestos, quem eram seus personagens e suas novas formas de manifestação. Mesmo assim, continua a enquadrar de maneira negativa e conservadora a atuação do MPL e da causa precursora, o aumento das passagens. E repete a fórmula de *Veja*, ao contextualizar o ônus que a revogação do aumento deverá trazer à sociedade, sem discutir nem apresentar alternativas para a questão.

Do outro lado, estão *Carta Capital* e *IstoÉ*, em suas abordagens, porque apresentam enquadramentos mais positivos e críticos em relação ao acontecimento. Esses veículos, embora contextualizem os excessos, conferem mais legitimidade às manifestações de junho de 2013, às suas motivações, personagens e formas de manifestação. E reforçam ainda mais tal legitimidade ao condenar a ação violenta da Polícia Militar, principalmente a de São Paulo.

Carta Capital, embora breve em sua cobertura, é mais equilibrada e cautelosa ao retratar os fatos. Parece se esforçar para compreender o momento vivido pelo país no período em questão, ainda confuso também para os meios noticiosos. Mas mantém uma representação útil e positiva do que teriam sido as manifestações de 2013 e seus desdobramentos.

Com enquadramento semelhante à de *Carta*, *IstoÉ* é mais substancial, e com uma cobertura mais encorpada, elaborada e plural examina bastante os acontecimentos. Também representa de maneira útil e positiva as razões do movimento, os manifestantes (com ressalvas para vândalos e baderneiros) e suas inúmeras formas de manifestação. Reforça, ainda mais, a importância dos protestos ao criticar a atuação truculenta da polícia, que, na verdade, deveria defender os interesses desses movimentos. Define a luta do MPL como uma reivindicação social legítima, mesmo com parcela ínfima de vândalos.

IstoÉ pareceu, de fato, interessada no evento e em seus anseios. Deu sentido aos acontecimentos e sua abordagem colaborou para que as manifestações de junho alcançassem legitimidade na opinião pública, audiência positiva, mais espaço, qualidade e a devida atenção social.

Além de condenar a violência na atuação repressiva da polícia, em *Carta e IstoÉ*, a tônica dos enquadramentos em relação às autoridades é de que a classe política está confusa e não estaria capacitada para compreender as manifestações, algo que poderia, sim, ser reflexo do distanciamento entre governos e movimentos sociais. Segundo a revista, governantes que não se atentarem para esse fenômeno estariam fadados ao esquecimento.

Carta e IstoÉ realizaram uma abordagem crítica dos meios no que diz respeito à objetiva crítica social das manifestações de protesto de junho de 2013 através de um enquadramento sério dos seus méritos, considerando uma significativa parcela dos fatos disponíveis em suas páginas e porque observa a distância entre o “âmbito social dos meios” e o “âmbito social das reivindicações”.

É possível afirmar que o as revistas de informação semanal brasileiras, especialmente as revistas *Carta e IstoÉ*, desempenharam papel fundamental na cobertura das manifestações de protesto de junho de 2013, pois enquadraram os eventos e seus desdobramentos como possibilidade dos sujeitos, como atores principais na esfera pública, de aperfeiçoarem, ampliarem e disseminarem a cidadania. Os interesses foram apresentados e esses veículos teriam contribuído para convidar a sociedade, através das informações disponíveis, a examinar suas questões, promover novas discussões, buscando entendimento e legitimidade em suas reivindicações de direitos.

Mesmo com algumas ressalvas, com a falta de aprofundamento de algumas questões que envolveram as manifestações e a omissão de outras, essas revistas teriam sim condições de oferecer uma abordagem mais substancial dos fatos políticos. A informação, como uma necessidade social, teria suprido de maneira satisfatória as narrativas e os acontecimentos, dando voz aos sujeitos e suas necessidades e formulando enquadramentos de forma útil, plural e equilibrada.

As revistas *Carta Capital e IstoÉ* desempenharam papel importante na circulação, significação e ressignificação do conjunto de símbolos nas questões sociais, especificamente no processo de representação sobre as manifestações sociais reivindicatórias porque serviram como ferramenta de mobilização e ampliação dos protestos porque influenciaram de maneira positiva julgamentos sobre manifestantes,

suas razões e formas de manifestar. E também expressaram a brutal repressão policial (como na cobertura de *Seattle*).

Não é possível considerar todos esses aspectos nas coberturas de *Veja* e *Época*, que tiveram, num primeiro momento, uma reação de condenação pura e simples, principalmente pela revista *Veja*, que, junto com *Época* passou a alterar sua avaliação inicial de cobrir os acontecimentos: *Veja* pela conveniência que trouxe a dispersão das pautas ao possibilitar inúmeras críticas ao governo federal e ao Partido dos Trabalhadores. E *Época*, por se vir obrigada a mudar a postura e caminhar com a opinião pública, principalmente após a notável repressão policial. Ambas tentaram instigar e até mesmo pautar as manifestações, “introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes”, como atestaram também as análises de Silva et al (2013), ao cobrir os jornais online da *Folha*, *Estadão* e *O Globo*.

Esses veículos, então, não teriam cumprido seu papel cívico, não produziram enquadramentos capazes de legitimar os protestos, não serviram de suporte para os seus direitos de expressão e necessidades, para compreensão dos fatos e importância do evento e tampouco contribuíram para esclarecimento, aceitação e adesão legítima da sociedade em geral.

Veja e *IstoÉ* continuam a sub-representar as questões da cidadania social e “as expressões não institucionalizadas das políticas, como os movimentos sociais” e não estariam agendando sistematicamente os problemas da grande maioria da sociedade brasileira (SOARES, 2009, p. 69).

Elas contribuem, sim, para uma cobertura oportunista, preconceituosa e negativa de um momento tão importante para conquista ou retomada de direitos, o momento de mobilização social, tradicionalmente enquadrado de forma negativa por esses veículos mais tradicionais, com o chamado paradigma de protesto, explorado por McLeod e Detember (1999).

Em resumo, como esses autores atestaram, quando a mídia representa os protestos de maneira útil e positiva e como expressão democrática dos direitos, estes recebem maior apoio do público. Mas o que se observou nesta pesquisa, especificamente em *Veja* e *Época*, foi uma cobertura com um já concebido estereótipo social dos movimentos e manifestações, como forte ameaça à ordem estabelecida. Esses veículos não demonstraram condições de oferecer uma abordagem mais substancial do cenário político das mobilizações, o que é mais possível no jornalismo de revista.

Reforçamos aqui que algumas abordagens ficaram de fora dos olhares das revistas, como por exemplo, uma análise mais profunda dos interesses imobiliários e dos problemas de mobilidade urbana, algo mais além do que preços e comparativos de passagens e impactos no orçamento familiar.

Destaca-se ainda a ausência de uma discussão mais profunda dos direitos sociais, especificamente em questão, o direito a um transporte verdadeiramente público, fundamental da estrutura social urbana e aos interesses básicos da população, que deve ter acesso a esse espaço urbano, que é produto do seu próprio trabalho. Ou seja, questões já abordadas por Maricato et al (2013) e Locatelli (2013), que enfatizam outros problemas sociais urbanos e, mais, apontam que o trabalhador deve reivindicar os espaços para que sejam qualitativamente diferentes, plurais e acessíveis, sem mediações da valorização do capital. São questões abordadas na literatura e que podem compor as páginas das revistas semanais, tendo em vista que a produção no jornalismo magazine dispõe mais tempo e pode ser muito mais apurada que o jornalismo diário.

Os enquadramentos observados nos quatro veículos analisados podem afetar intensamente não somente o indivíduo, mas a história como um todo.

Os estudos da Unesco, bem como de Soares (2009, 2010, 2012), Gentilli (2005) e Rothberg (2011), por exemplo, abordados nesta pesquisa, já afirmaram que os canais de mídia são instrumentos fundamentais para o exercício da liberdade de expressão e pilar de outras liberdades democráticas. Essa espécie de plataforma para o debate democrático continua a merecer mais atenção porque tem o dever cívico de atender à cidadania e pode representar um caminho criativo para a resolução de certas insuficiências ao mobilizar conhecimentos, como na compreensão de fenômenos como os processos reivindicatórios, por exemplo.

As conclusões revelam também que este estudo deve motivar futuras pesquisas sobre não somente quais enquadramentos e representações os meios noticiosos produzem sobre as questões de cidadania, mas que efeitos esses enquadramentos em longo prazo, podem provocar nas instâncias democráticas, como por exemplo, na administração simbólica das desigualdades e na perpetuação das fraturas dos problemas sociais através do jornalismo opinativo.

É possível lançar ainda, ao final deste estudo, a hipótese de que muitas manifestações sociais reivindicatórias são silenciadas através da anulação de sua legitimidade pelos meios noticiosos, o que clama por estudos e aprofundamento.

É fato que o jornalismo magazine produzido no Brasil ainda precisa se esforçar para enfrentar rupturas e alimentar o compromisso com a democracia e a participação cidadã a fim de evocar agendas mais construtivas.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Marina e DE PAULA, Leandro. **A Utilização das Mídias Digitais nas Manifestações Ocorridas no Brasil em 2013.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVII, 2014, Foz do Iguaçu (Anais). Paraná: Unicentro, UDC, Unila e PTI. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1045-1.pdf>. Acesso em: abril de 2015.

ANTUNES, Elton. **Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia.** *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.85-99, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.univerciencia.org/index.php/record/view/72742>> Acesso em: 15 maio, 2014.

ARAUJO, Leonardo Vasconcelos, FILHO, Mário Helder de Souza e NUNES, Márcia Vidal. **Mídia, cidadania e movimentos sociais: a cobertura d'O Estado de S. Paulo sobre o Movimento Passe Livre em junho de 2013.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVII, 2014, Foz do Iguaçu (Anais). Paraná: Unicentro, UDC, Unila e PTI. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0675-1.pdf>. Acesso em abril de 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa : Edições 70, 1988.

BARROS, Laura Santos de. **As manifestações de junho no Brasil e o hacktivism: uma análise das referências ao Anonymous nos portais Folha.com e G1.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88898>. Acesso em abril de 2015.

BERGAMASCHI, Lissara. **Mídia e política: análise sobre a cobertura midiática das ações policiais nas manifestações de junho de 2013 em Porto Alegre.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/111771>. Acesso em abril de 2015.

BEZERRA, Arthur Coelho e GRILLO, Carolina Christoph. **Batalhas nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações.** Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.195-210, maio 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/ANA%20CRISTINA/Downloads/695-2816-1-PB.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

BRASIL, Antonio e FRAZÃO, Samira Moratt. **Drones no ar e ninjas nas ruas: os desafios do jornalismo imersivo nas mídias radicais.** Porto Alegre: Sessões do Imaginário, v.8, n.30, 2013, p.127-136. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/15972/11080>. Acesso em abril de 2015.

BRITTO, Denise Fernandes. **As Relações econômicas no discurso jornalístico da revista Veja: limites entre saúde e beleza.** 2006. 117 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89424>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

CARVALHO, Gislene. **O manifesto de todos nós: a abordagem do folheto de Abraão Batista às manifestações de junho de 2013.** Paraná: RIF, v. 12, n. 25, 2014, p.

22-42. Disponível em:
<http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/1685/1186>. Acesso em
 abril de 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

CARTA, Mino. **A semana: Uma história de 14 anos**. Carta Capital. São Paulo: Confiança, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Indicadores da Qualidade no Jornalismo: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102por.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DALMOLIN, Aline. Pesquisa sobre revista: um olhar sobre a produção acadêmica. In: SCHWAAB, Reges e TAVARES, Frederico de Mello B. (Org). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p 288-200.

DALLARI, Dalmo A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DUPUIS-DÉRI. Francis. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.

EGYPTO, Luiz Augusto. Qualidade jornalística: ensaio para uma matriz de indicadores. UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102por.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

ENNE, Ana Lucia. **Representações sociais como produtos e processos: embates em torno da construção discursiva da categoria “vândalos” no contexto das manifestações sociais no Rio de Janeiro em 2013**. Revista História e Cultura, Franca-SP, v.2, n.2, p.174-196, 2013. Disponível em: <http://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1076>. Acesso em abril de 2015.

ENTMAN, Robert M. **Cascading Activation: Contesting the White House’s Frame After 9/11**. Political Communication, 20:415–432, 2003.

_____. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, n. 43, vol. 4, 1993, pp. 51-58.

_____. **Framing US coverage of international news: contrast in narratives of the Kal and Iran Air incidents**. In: *Journal of Communication*. v. 41 n. 4, p. 6-27, Autumn, 1991.

FERREIRA, Jairo e VIZER, Eduardo. **Mídia e Movimentos Sociais: linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007.

FERNANDES, Edson e ROSENO, Ricardo de Freitas. **Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua**. São Paulo: Prata Editora, 2013.

Folha de S. Paulo. **Manual de redação da folha de São Paulo**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2001.

FREITAS, Ricardo Ferreira. **A Cidade Em Jogo: Considerações Sobre Os Megaeventos E As Manifestações de Junho de 2013 Rio**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVI, 2013, Manaus (Anais). Amazonas: Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0917-1.pdf>. Acesso em abril de 2015.

FURTADO, Thaís. O aprofundamento como caminho da reportagem de revista. In: TAVARES, Frederico de Mello B. e SCHWAAB, Reges (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GENTILLI, V. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GITLIN, T. **The whole world is watching**. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN Maria da Glória e BRINGEL, Breno M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GONÇALVES, T. **A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo**. Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura, n. 5/6, Lisboa, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2268>>. Acesso em: 15 maio. 2014.

GONÇALVES, Rafaela Albuquerque. **O Papel das Revistas Veja e Carta Capital na Formação da Opinião Pública Brasileira acerca das Manifestações Populares**. São Paulo: Anagrama, Ano 7, edição 2, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/view/8655>. Acesso

GUERRA, Josenildo Luiz. **Sistema de gestão da qualidade aplicada ao jornalismo: uma abordagem inicial**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102por.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

JUSTEN, Janine Figueiredo de Souza. **Opinião Pública e as Jornadas de Junho: um estudo sobre a regulação dos discursos midiáticos no Brasil.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVII, 2014, Foz do Iguaçu (Anais). Paraná:

Unicentro, UDC, Unila e PTL. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0871-1.pdf>. Acesso em: abril de 2015.

KELLNER, David. **A cultura da mídia.** Bauru, SP: Edusc, 2001.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística.** São Paulo: Editora Ática, 2001.

LESKE, Gisele Salgado, GARAZA, Ana Inés e COUTINHO, Iluska Maria da Silva. **Estudos de Comunicação sobre Movimentos Sociais na América Latina.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVII, 2014, Foz do Iguaçu (Anais). Paraná: Unicentro, UDC, Unila e PTL. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1608-1.pdf>. Acesso em: abril de 2014.

LIMA, Myrian Del Vecchio de e LOOSE, Eloisa Beling. Caxias do Sul: Conexão, v.3, n.25, 2014. **Metamorfoses no jornalismo: aspectos da cobertura dos protestos de rua de junho de 2013.** Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/2602/1587> Acesso em abril de 2015.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria e Política.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOCATELLI, Piero. **#VemPraRua.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MARADEI, Anelisa. **Folha de S. Paulo e a cobertura dos protestos do MPL.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVI, 2013, Manaus (Anais). Amazonas: Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1785-1.pdf>. Acesso em: abril de 2015.

MARICATO ET AL, Ermínia. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

McFARLANE, Thomas e HAY, Iain. **The battle for Seattle: protest and popular geopolitics in The Australian newspaper.** Austrália, Political Geography 22 (2003) 211–232.

McLEOD, Douglas M e DETENBER, Benjamin. **Framing Effects os Television News Coverage of Social Protest.** Journal of Communication, 1999, 49(3), 3-23.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial.** São Paulo: Summus Editora, 1987.

MELO, José Marques. **Jornalismo político, democracia e anomia.** Famecos: Porto Alegre, Famecos, nº 35, 2008, quadrimestral.

_____. **Jornalismo Opinativo.** Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MENDONÇA, Kleber e DAEMON, Flora. **Os outros da rua: o acontecimento discursivo das manifestações de 2013.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 6 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2013 - pp. 699-71. Disponível em: <http://revistaemc.espm.br/index.php/revistaemc/article/view/676>. Acesso em abril de 2015.

MESQUITA, Flávio Agnelli. **As fontes jornalísticas no Caso Dossiê – uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital.** Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2008. Disponível em: http://www4.faac.unesp.br/posgraduacao/Pos_Comunicacao/pdfs/flavio.pdf. Acesso em: 24 abr. 2015.

MORAIS, Ana Luiza Coiro, MACHADO, Alisson e TOMAZETTI, Tainan Pauli. **De cidadãos a personagens: representações midiáticas das manifestações de rua no Brasil.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVI, 2013, Manaus (Anais). Amazonas: Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1785-1.pdf>. Acesso em: abril de 2015.

NEUMANN, Elisabeth. **La Espiral del Silencio. Opinión Publica: nuestra peil social.** Paidós, Barcelona, 1995.

OLIVEIRA, Elton Tamiozzo de. **As manifestações de junho de 2013 na página do Campo Grande News no facebook: a publicação da notícia e a interação dos usuários.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVII, 2014, Foz do Iguaçu (Anais). Paraná: Unicentro, UDC, Unila e PTI. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1365-1.pdf>. Acesso em: abril de 2015.

PÁDUA, Gesner Duarte. **De “Baderna” a Luta Patriótica: a Produção de Sentidos no Discurso de Veja Sobre as Manifestações de Junho.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVI, 2013, Manaus (Anais). Amazonas: Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1087-1.pdf>. Acesso em: abril de 2015.

PAULINO, Fernando Oliveira. **Responsabilidade social da mídia.** Brasília: Casa das musas, 2009.

POLYDORO, Felipe. **Vigilância, participação e resistência em imagens de manifestações de rua.** Compós, 2015.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política**. In: 25^o Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Salvador, Bahia, 2002.

_____. **A Mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo**. *Cadernos do CEAM*, Ano II, n. 6, 2001, pp. 11-32.

REIMÃO, Sandra (Org). **Livros em revista: um estudo sobre a seção de livros em revistas brasileiras de grandes tiragens**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1996.

Revista *CartaCapital*, edição 1, agosto de 1994.

RICCI, Rudá e ARLEY, Patrick. **Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

ROCHA, Yuri V. **A sociedade em rede, a esfera pública e as manifestações de junho de 2013 no Brasil**. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/103390>. Acesso em abril de 2015.

RODRIGUES, Leandro Soares. **Imagens no jornalismo de revista: a cobertura das manifestações brasileiras de junho de 2013 em Carta Capital, Veja, Época e IstoÉ**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88495>. Acesso em abril de 2015.

ROLDÃO, Carlos Gilberto. **Mídia e movimentos sociais: o novo locus do jornalismo alternativo**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVII, 2014, Foz do Iguaçu (Anais). Paraná: Unicentro, UDC, Unila e PTI. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1953-1.pdf>. Acesso em: abril de 2015.

ROQUE ET AL, Caroline de Cassia Machado. **Black Bloc sob a perspectiva das revistas CartaCapital e Veja**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVII, 2014, Foz do Iguaçu (Anais). Paraná: Unicentro, UDC, Unila e PTI. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1905-1.pdf>, Acesso em: abril de 2015.

ROSA, Julya Picheco. **A midiaticização das manifestações populares de junho de 2013: análise comparativa das fotografias dos jornais Zero Hora e Sul21**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88513>. Acesso em abril de 2015.

ROTHBERG, D. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2011. 214 p. ISBN: 978-85-3930-177-5.

_____. **Jornalistas e suas visões sobre qualidade: teoria e pesquisa no contexto dos indicadores de Desenvolvimento da Mídia da UNESCO**. UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102por.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. **Política mediada, democracia e elites**. Bauru: Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação Universidade

Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2005.

_____. **Comunicação de massa e discernimento político.** Bauru: Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 1994.

SANTOS, Janaíne dos. **Construção de opinião no texto informativo: adejtivos, advérbios e figuras de linguagem como estratégias discursivas em Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17168/000711632.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 abr. 2015.

SALES, C. V. **As máscaras da democracia: notas sobre a teoria democrática contemporânea à luz dos eixos dahlsianos.** Rev. Sociol. Polit., nº 24. Curitiba, jun. 2005.

SENA, Patrícia Rakel de Castro e ROCHA, Heitor Cosata Lima da. **Os recentes protestos populares no Brasil: Cobertura jornalística, manipulação ideológica e dominação.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVI, 2013, Manaus (Anais). Amazonas: Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0351-1.pdf>. Acesso em: abril de 2015.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista.** São Paulo: Contexto, 2013. 112p.

SILVA, Sivaldo Pereira da. **Vozes silenciadas – Mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo/ Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social – São Paulo: Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2014.**

SILVA, Thiago Melo da. **Manifestações no Brasil: estruturação da esfera pública, rede social e participação popular na internet.** Coimbra: [s.n.], 2014. Dissertação de mestrado. Disponível na WWW: <http://hdl.handle.net/10316/26617>. Acesso em abril de 2015.

SHUDSON, M. **The Power of news.** Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2003.

SOARES, Murilo Cesar. **Análise de enquadramento.** In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012. p. 3-17. Disponível em: http://www.editoraatlas.com.br/atlas/webapp/detalhes_produto.aspx?prd_des_ean13=9788522445332>. Acesso em: 24 abr. 2014.

_____. **Os direitos na esfera pública mediática: a imprensa como instrumento de cidadania.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. **A cobertura dos temas de cidadania.** In: VICENTE, Maximiliano Martin e ROTHBERG, Danilo. Meios de comunicação e cidadania. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Representações, jornalismo e a esfera pública democrática. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Representações e comunicação: uma relação em crise. Revista Líbero, 2007, 20(10):47-56.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do Grotesco: introdução á cultura de massa brasileira.** Petrópolis, Vozes, 1975.

SCHWAAB, Reges e TAVARES, Frederico de Mello B. (Org). **A revista e seu jornalismo.** Porto Alegre: Penso, 2013, p 288-200.

TELLES, V. S. **Direitos sociais: afinal, do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

THOMAS McFARLANE, Iain Hay. **The battle for Seattle: protest and popular geopolitics in The Australian newspaper.** Disponível: http://ac.els-cdn.com.ez87.periodicos.capes.gov.br/S0962629802000902/1-s2.0-S0962629802000902-main.pdf?_tid=10b793ca-92c9-11e5-97ee-00000aab0f26&acdnat=1448382977_2f24c95ff6237b009935226ac606b014. Acesso em: 24 abr. 2015.

THOMÉ, Claudia de Albuquerque. **Política sem partido e notícia sem empresa jornalística – um olhar sobre a crise evidenciada nas manifestações de junho de 2013.** Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 17 n.17, p. 139-152, jan/dez. 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/view/5507>. Acesso em abril de 2015.

VICENTE, Maximiliano Martin. **Comunicação e Cidadania.** Bauru: Edusc, 2009.

VICCHIATTI, Carlos Alberto. **Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social.** São Paulo: Paulus, 2005.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo Magazine. O texto em revista.** São Paulo: Summus, 1996

TANKARD JR, James. **The empirical approach to the study of media framing.** In: S. Reese, O. Gandy, Jr. e A. Grant, eds. *Framing Public Life*, Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001, pp. 95-106.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são** (vol I). Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of Objectivity.** American Journal of Sociology, Vol. 77, n. 4, 1972 pp. 660-679.

UNESCO. **Indicadores de desenvolvimento da mídia: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação.** Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102por.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

ZANOTTI, Carlos Alberto. **Entre baderneiros e cidadãos: a cobertura da imprensa nas manifestações de junho de 2013**. São Bernardo do Campo: C&S, v.35, n.2, p. 93-116, 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/4444>. Acesso em abril de 2015.

ZARDO, Murilo Erpen. **Sobre vândalos e ativistas: o Movimento Occupy Wall Street nos Estados Unidos e as Jornadas de junho no Brasil nos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e The New York Times**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/102352>. Acesso em abril de 2015.

Editora Abril. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos>>. Acesso em 24 maio. 2015

Revista Carta Capital. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/editora/sobre-a-editora>>. Acesso em 24 maio. 2015.

Editora Três. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.editora3.com.br/>>. Acesso em 24 maio. 2015.

Revista Época. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://corp.editoraglobo.globo.com/a-empresa/>>. Acesso em 24 maio, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - CORPUS

Revista *CartaCapital*, edição 753, 19 de junho de 2013.

Revista *CartaCapital*, edição 754, 2 de junho de 2013.

Revista *Época*, edição 786, 17 de junho de 2013.

Revista *Época*, edição 787, 24 de junho de 2013.

Revista *IstoÉ*, edição 2274, 19 de junho de 2013.

Revista *IstoÉ*, edição 2275, 26 de junho de 2013.

Revista *Veja*, edição 2326, 19 de junho de 2013.

Revista *Veja*, edição 2327, 26 de junho de 2013.

